

UNIVERSIDADE ABERTA



**Os fornos de cal artesanais de Pataias:
História, Memória e Progresso**

Tiago Filipe Duarte Inácio

Mestrado em Estudos do Património

2021

UNIVERSIDADE ABERTA



**Os fornos de cal artesanais de Pataias:
História, Memória e Progresso**

Tiago Filipe Duarte Inácio

Mestrado em Estudos do Património

**Dissertação de Mestrado orientada pelo
Professor Doutor João Luís Cardoso**

2021

RESUMO

Os fornos de cal de Pataias constituem, atualmente, o maior núcleo de fornos artesanais de cal em território Português (31 fornos). Depois do levantamento geográfico e arqueológico realizado em 2017, encontram-se dois grandes núcleos: o núcleo dos Olhos de Água / Ratoíinha com 12 fornos, dispersos numa área aproximadamente três hectares e o núcleo da Brejoeira com 19 fornos dispersos numa área aproximada de quatro hectares. Os dois núcleos distanciam cerca de 500 metros.

Desde as primeiras referências, na primeira metade do século XVIII, até à década de 1960, os fornos de cal constituíram uma importante fonte de desenvolvimento socioeconómico para a região. Na década de 1940 atingiu-se o auge de fornos em laboração, contabilizando-se cerca de quatro dezenas. No entanto, será na década de 60, com recurso a novos meios tecnológicos, que a indústria atinge o auge da produção, contabilizando-se cerca de 30 fornos em laboração, alguns a atingir 17 fornadas por ano. Em 1981, apenas existiam 10 fornos de cal ativos. O último cessou atividade em 1995.

Não se pode abordar apenas os fornos, mas sim o complexo industrial na qual se encontravam integrados, que incluíam igualmente o barracão – normalmente de grandes dimensões, para resguardo do combustível, os depósitos / tulhas - construções em alvenaria com divisórias no seu interior para o armazenamento de cal e ainda pequenos anexos que serviam de arrecadação. O forno é o centro da atividade fabril e o edifício mais importante. Similar a um poço, é construído em tijolo de burro, com um aterro ao seu redor e um portal na parte frontal. O aterro possuiu uma dupla finalidade: suportar a pressão exercida pela pedra nas primeiras horas, e permitir o acesso ao topo do forno de onde era descarregada a pedra, quando o empedre já se encontrava em fase final.

Relativamente ao ciclo de produção, a pedra era extraída das pedreiras e transportada para junto do forno. De seguida eram colocadas dentro do forno, formando uma abóbada. Inicia-se a cozedura com dois forneiros alimentando continuamente o forno. O número de dias necessários para a cozedura variava entre os cinco e os sete. Por fim, era realizada a desenfora, armazenamento e comercialização da cal.

Palavras-chave: História Local, Etnografia, Arqueologia Industrial, Paisagem Industrial, Fornos de Cal, História Empresarial.

ABSTRACT

The lime kilns of Pataias are currently the largest cluster of artisanal lime kilns in Portuguese territory (31 kilns). After the geographic and archaeological survey carried out in 2017, there are two major cores: the core of Olhos de Água / Ratoínha with 12 kilns, scattered in an area of approximately three hectares and the core of Brejoeira with 19 kilns scattered in an area of approximately four hectares. The two groups are about 500 meters apart.

Since the first references, in the first half of the 18th century, until the 1960s, the lime ovens were an important source of socio-economic development for the region. In the 1940s the number of kilns in operation reached its peak, about four dozen. However, it was in the 1960's, with the use of new technological means, that the industry reached its peak of production, with about 30 kilns in operation, some reaching 17 batches per year. In 1981, there were only 10 active lime kilns. The last one ceased activity in 1995.

One cannot only approach the kilns, but also the industrial complex in which they was integrated, which also included the shed - normally of large dimensions, for the protection of the fuel, the deposits / *tulhas* (storehouses) – masonry constructions with partitions inside for the storage of lime and also small annexes that served as storage rooms. The kiln is the center of the factory activity and the most important building. Similar to a pit, it is built in “donkey” brick, with an embankment around it and a portal in the front. The embankment had a double purpose: to withstand the pressure exerted by the stone during the first hours, and to allow access to the top of the kiln from where the stone was unloaded, when the cobbling was already in its final stage.

Regarding the production cycle, the stone was extracted from the quarries and transported to the kiln. Then they were placed inside the oven, forming a vault. The firing process started with two furnace workers continuously feeding the oven. The number of days needed for the baking varied between five and seven. Finally, the lime was unmolded, stored and sold.

Keywords: Local History, Ethnography, Industrial Archaeology, Industrial Landscape, Lime Kilns, Business History.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de Mestrado coloca um ponto final (ou um ponto e vírgula) numa longa viagem, permeada de desafios, incertezas e muitos percalços. No entanto, apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, este trabalho é fruto da colaboração, da energia e do apoio de várias pessoas e entidades, a quem dedico este trabalho de investigação

Desta forma, agradeço especialmente ao Dr. Valter Ribeiro, Dário Moleiro, Vasco Marques, Laura Pataca e Luís Henriques, elementos do executivo da União de Freguesias de Pataias e Martingança, por todo o apoio dedicado à realização deste projeto.

Ao professor Doutor João Luís Cardoso, que de forma exemplar e pautada por um elevado rigor científico orientou a presente dissertação de Mestrado.

Ao professor Paulo Grilo Santos, confidente e incentivador na escolha da temática.

À Ana Ferraz Pereira, jornalista, pelo apoio moral e pela divulgação de artigos e notícias sobre os fornos de cal de Pataias nos meios de comunicação social regionais, permitindo, assim, despertar o interesse da população pelo seu património local.

Ao Humberto Sousa Santos, pelas longas e estimulantes conversas sobre a temática.

Aos três últimos industriais de Cal de Pataias, Joaquim Filipe Ribeiro, António Vieira Vaz e António Sebastião Grilo, assim como alguns dos antigos trabalhadores, nomeadamente Virgolino Pereira, António Luz e Eduardo Serradas.

À comunidade local que participou nesta investigação através de entrevistas, documentação e demais informações, nomeadamente Maria Bagagem, Martinho Duarte, Ema Vaz Pereira, Pedro Serrano, Ália Mota, Dolores Mota, José Gomes, Gabriel Pesqueira, Rui Salgueiro, Carlos Santos, Elvira Soares, António Ascenso e Horácio Ribeiro.

À Câmara Municipal de Alcobaça, na pessoa do presidente Hermínio Rodrigues, pelo acesso exclusivo ao arquivo da Câmara.

Aos técnicos dos arquivos que consultei, que, de uma forma atenciosa e profissional, facilitaram o acesso à documentação, nomeadamente à Dr^a Paula Cândido e Fátima Marques do Arquivo Distrital de Leiria; à Dr^a Odete Martins, Dr. Paulo Tremeceiro e Dr. Fernando Costa do Arquivo Nacional Torre do Tombo; ao Dr. António Pica do Arquivo Central da Economia; à Dr^a Ana Sousa do Arquivo Histórico da CP; ao Dr. Luís Pereira do

Arquivo Histórico da Fábrica Maceira-Liz; ao Dr. João Sabino do Arquivo Contemporâneo das Finanças; ao Dr. Gonçalo Crisóstomo da Direção-Geral do Território; à Dr^a Ana Campos da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Alcobaça; à Dr^a Rita Silva da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis (atual Entidade Nacional para o Sector Energético) e ao Jornal Alcôa.

Aos colegas de trabalho, nomeadamente ao Célio Coelho, Anita Ramos e Fátima Mota, pela paciência e tolerância.

Por fim, agradeço a toda a família e amigos que contribuíram de alguma forma para a concretização desta dissertação estimulando-me intelectualmente e emocionalmente.

A investigação realizada no âmbito desta Dissertação de Mestrado é resultado de um projeto de investigação para a União de Freguesias de Pataias e Martingança (UFPM) que decorre desde janeiro de 2018 e da qual o autor é coordenador.



UNIÃO DE FREGUESIAS DE PATAIAS E MARTINGANÇA

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1. Contextualização e revisão da literatura	1
2. Objetivos e estrutura da dissertação	3
3. Metodologia	4
- CAPÍTULO I -	3
ORIGEM, TIPOS E UTILIZAÇÕES DA CAL.....	3
1.1 Origens	9
1.2 Tipos.....	10
1.3 Utilização.....	12
- CAPÍTULO II -	13
LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO	13
2.1 Localização dos fornos	15
- CAPÍTULO III -	19
HISTORIAL DOS FORNOS DE CAL DE PATAIAS	19
3.1 Dos primórdios ao final do século XIX	21
3.2 O final do século XIX	25
3.3 A primeira metade do século XX	28
3.4 A venda de fornos à Cibra	34
3.5 A 2ª metade do século XX	35
3.6 Decadência e encerramento	39
- CAPÍTULO IV -	43
A ATIVIDADE INDUSTRIAL DOS SERRANOS DE FIGUEIREDO	43
4.1 Os primórdios da atividade industrial de Manuel Serrano de Figueiredo	45
4.2 A atividade industrial em Pataias	48

4.3 O monopólio e o fim da Era dos Serranos	52
4.4 A linha <i>decauville</i>	56
- CAPÍTULO V -	59
O COMPLEXO INDUSTRIAL	59
5.1 Os fornos.....	61
5.1.1 Os materiais dos fornos.....	62
5.1.2 A construção do forno.....	63
5.2 O barracão	65
5.3 Os depósitos.....	67
5.4 Os anexos.....	71
- CAPÍTULO VI -	73
O CICLO DE PRODUÇÃO	73
6.1 A extração da pedra	75
6.1.1 A pólvora.....	76
6.2 O transporte.....	77
6.3 O empedre	77
6.4 A cozedura	80
6.5 A eletricidade e os sopradores	82
6.6 O combustível	83
6.7 A desenforna.....	84
6.8 A limpeza e reparação do Forno	85
6.9 Comercialização e armazenamento	86
6.9.1 Principais clientes.....	87
6.10 Os Salários e o preço da cal	89
6.10 Receita média de cada fornada	90

6.11 As balanças.....	91
6.12 As experiências.....	92
6.13 A adiafa	93
6.14 Os incêndios	93
6.15 A mulher na indústria de cal	95
6.16 As profissões associadas à indústria de cal.....	95
6.16.1 O cabouqueiro.....	95
6.16.2 O carreiro	96
6.16.3 O motaneiro	97
6.16.4 O forneiro.....	97
6.16.5 O empedrador e servente.....	98
6.16.6 O jornaleiro	98
6.16.7 O vendedor.....	98
- CAPÍTULO VII -	99
AS PEDREIRAS.....	99
7.1 A pedreira da Mata.....	101
7.2 A fundação da Cibra.....	102
7.3 A venda de parte da Alva de Pataias à Cibra	104
7.4 A exploração da Cibra na pedreira da Mata	106
7.5 Abandono e venda da Pedreira da Mata	109
7.6 O calcário de Pataias.....	111
- CAPÍTULO VIII -	113
O APEADEIRO DE PATAIAS	113
8.1 Do Caminho de Ferro Americano à Linha do Oeste	115
8.2 O ramal Pataias-Figueiredo.....	116

8.3 O ramal Pataias-Porto de Mós	117
8.4 O posto de receção de mercadorias	119
8.5 O impulso da Cibra	121
8.6 Decadência e encerramento.....	122
- CAPÍTULO IX -.....	125
OS FORNOS DE CAL E CIMENTO DO LITORAL DA FREGUESIA	125
9.1 A primeira referência no século XVIII.....	127
9.2 A produção de cal e cimento na Mina do Azeche	127
9.3 A atividade industrial de Luís Lacerda na Pentilheira	130
9.4 A atividade industrial de Manuel Pinto e João da Silva Ferreira	132
- CAPÍTULO X -.....	135
OS ÚLTIMOS TRÊS INDUSTRIAIS DE CAL DE PATAIAS	135
10.1 Joaquim Filipe Marujo Ribeiro	137
10.2 António Vieira Vaz	138
10.3 António Sebastião Grilo.....	139
CONCLUSÃO.....	141
FONTES E BIBLIOGRAFIA	145

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Fornos em atividade 1968-1995.....	40
Gráfico 6.1 – Receita média das fornadas de Joaquim Vieira Grilo.....	91
Gráfico 6.2 – Receita média das fornadas de Joaquim Filipe Ribeiro.....	91

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 – Industriais de cal de Pataias em 1861	23
Tabela 3.2 – Industriais de cal de Pataias em 1881	25
Tabela 3.3 – Registo de alvarás em 1899	27
Tabela 3.4 – Industriais e fornos ativos em 1972	38
Tabela 3.5 – Aquisição de fornos pela Cibra.....	41
Tabela 5.1 – Barracões existentes / ano.....	65
Tabela 5.2 – Depósitos existentes em 1958	68
Tabela 8.1 – Expedição de cal da Estação da Martingança (1915-1918).....	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Localização dos núcleos da Brejoeira e Ratoíinha / Olhos de Água	16
Figura 2.2 – Fornos de cal da Ratoíinha / Olhos de Água.....	17
Figura 2.3 – Fornos de cal da Brejoeira	18
Figura 3.1 – Forno de Joaquim Vieira Grilo (RO6).....	42
Figura 4.1 – Interior do forno	48
Figura 4.2 – Forno de Paio	48
Figura 4.3 – Os irmãos Serrano de Figueiredo.....	50
Figura 4.4 – Publicidade Serranos & Pereira	51
Figura 4.5 – Fornos de cal dos Serranos	52
Figura 4.6 – Primeira página do livro de registos da Caleira	54
Figura 4.7 – Foto aérea de Pataias-Gare	57
Figura 5.1 – Portal superior	64
Figura 5.2 – Portal inferior, vigas em madeira e couraças	64
Figura 5.3 – Barracão do forno B 17.....	66
Figura 5.4 – Exterior de um dos depósitos de Joaquim Vieira Grilo.....	70
Figura 5.5 – Interior de um dos depósitos de Joaquim Vieira Grilo.....	70
Figura 5.6 – Anexo de António Henriques Vieira	71
Figura 6.1 – Esquema de um empedre.....	78
Figura 6.2 – Esquema de boca	79
Figura 6.3 – Forno de Joaquim Vieira Grilo em laboração	83
Figura 6.4 – Armazenamento da cal no depósito de Joaquim Vaz Pereira	87
Figura 6.5 – O cabouqueiro	96
Figura 6.6 – O carreiro	97
Figura 6.7 – O matoneiro.....	97
Figura 6.8 – O forneiro	98
Figura 7.1 – As pedreiras a sul de Pataias	111
Figura 8.1 – O Apeadeiro de Pataias em 1983.....	122
Figura 9.1 – Vestígio dos fornos na Pedra do Ouro	134
Figura 10.1 – Joaquim Filipe Marujo Ribeiro	137
Figura 10.2 – António Vieira Vaz.....	138

Figura 10.3 – António Sebastião Grilo.....	139
Figura C.1 – Brasão da Vila de Pataias	143

INTRODUÇÃO

1. Contextualização e revisão da literatura

O conjunto de fornos de cal artesanais de Pataias (Alcobaça), constitui, atualmente, o maior núcleo em território nacional. A qualidade da pedra calcária e a instalação do caminho de ferro foram dois fatores preponderantes para a instalação de um número considerável de fornos em Pataias, que atingiu o auge de fornos em laboração em 1945 e o auge da produção na década de 60. Na década de 70 entrou em declínio e em 1995 encerrou o último forno de cal.

Foi em 1987, quando ainda existiam alguns fornos em laboração, que se realizou o primeiro trabalho de investigação, intitulado “Os fornos de cal de Pataias”, orientado por J. Fragoso, docente de Etnotecnia da Universidade Nova. Apesar dos esforços, não foi possível encontrar e consultar o referido trabalho que apenas é referido na revista da ADEPA (Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça), publicada em 1996 (MENDONÇA, 1996: 45). No entanto, Joaquim Filipe Ribeiro, antigo industrial de cal, cedeu, para a realização desta investigação, a cópia de um documento datilografado, de apenas quatro páginas e sem a indicação do autor e ano, que poderá tratar-se do trabalho realizado em 1987. Também o antigo industrial desconhece a origem do documento.

No final da década de 1990, já sem fornos em laboração, a ADEPA e a Câmara Municipal de Alcobaça, programaram lançar um Roteiro Cultural da Região de Alcobaça, publicado em 2001, que dedicou um capítulo, com cerca de duas dezenas de páginas, aos fornos de cal de Pataias. O capítulo foi realizado por MADURO (2001) e foi a primeira obra que deu a conhecer ao público da região os fornos de cal de Pataias e que serviu de base para a realização de algumas atividades escolares. À época, a Câmara Municipal de Alcobaça, com o apoio da ADEPA, tentou, sem sucesso, adquirir dois fornos de cal para os integrar no Museu dos Coutos de Alcobaça. Apesar da ampla divulgação nos primeiros anos de 2000, acabaram por cair no esquecimento. A vegetação apoderou-se dos fornos e com o passar dos anos a degradação e o esquecimento eram cada vez mais visíveis. Só entre 2000 e 2015, mais de uma dezena de fornos foram demolidos.

Quando em maio de 2015 o forno de António Vieira Vaz, vulgo Leão, foi demolido, depois do antigo industrial vender o forno a um empresário local, longe se estaria de imaginar a repercussão que o acontecimento teria a nível regional. Além de ser um dos últimos fornos a encerrar (1991), era o maior forno de Pataias. A sua demolição despertou a opinião pública e gerou uma onda de indignação, com eco nos jornais regionais e nas redes sociais. Ironicamente o empresário que o demoliu referia, em sua defesa, que “seria importante preservarem os fornos que ainda se encontram de pé” (PL, 16.6.2015: 8). O acontecimento permitiu, de certa forma, despertar as mentalidades da população local para a salvaguarda deste do património arqueológico, industrial e etnográfico. Nesse ano, a União de Freguesias de Pataias e Martingança (UFPM), com o apoio de antigos operários e industriais, procedeu à primeira georreferenciação e limpeza dos fornos existentes. Este levantamento resultou num documento, não divulgado publicamente, onde constava a localização exata de cada forno, o seu estado de conservação e fotografias. Ainda nesse ano realizou-se uma visita aos fornos, integrado nas Jornadas Europeias do Património.

Entre 1 e 3 de dezembro de 2017, no âmbito do projeto de investigação arqueológica FORCAL (identificação, registo, inventariação e estudos dos fornos de cal artesanais em Portugal), o arqueólogo Fernando Ricardo Silva com a colaboração do autor e com apoio da UFPM, procederam ao registo e inventário individual de cada forno, com base no levantamento de 2015. Os resultados dos trabalhos de campo foram publicados por Fernando Silva, na revista científica “Almadan” em julho de 2019 e revelaram o que se suspeitava: Pataias possuía o maior núcleo de fornos de cal de Portugal. A partir de janeiro de 2018, o autor, com o apoio direto da UFPM, passou a investigar de forma exaustiva e exclusiva, os fornos de cal de Pataias, nas suas mais variadas vertentes. Desde essa data, o autor procedeu a um exaustivo levantamento documental nos diversos arquivos, visitas temáticas, entrevistas, levantamento e recolha de ferramentas, escavações, limpezas, exposições, levantamento e inventariação de painéis de azulejos alusivos à indústria de cal de Pataias, participação em congressos e encontros científicos entre muitas outras atividades relacionadas com a temática. Desta forma, a dissertação agora apresentada é resultado de um trabalho que iniciou em 2015 e que culminará, no futuro, na constituição de um museu dedicado à Indústria de cal de Pataias.

2. Objetivos e estrutura da dissertação

Desde o início deste projeto em 2018, o objetivo principal foi sempre dar a conhecer toda a história associada à indústria de cal de Pataias nas suas mais variadas vertentes e áreas científicas, nomeadamente conciliação da história, da memória, da arqueologia e da etnografia. Desta forma se compreende a necessidade de alargar o estudo além dos fornos propriamente ditos, nomeadamente às pedreiras, ao Apeadeiro de Pataias e aos fornos de cal hidráulica e cimento romano construídos no litoral da freguesia.

Assim, a dissertação encontra-se organizada em dez capítulos e abordará as várias temáticas, todas relacionadas direta ou indiretamente com os fornos de cal. Os dois primeiros capítulos incidem, sobretudo, nos conceitos gerais, nomeadamente sobre a origem, os tipos, as utilizações da cal e a localização geográfica dos fornos de cal em Pataias. Os dois capítulos seguintes (III e IV), apresentam, de forma cronológica, o historial dos fornos de Pataias, desde a primeira referência encontrada em 1721 até ao encerramento do último forno em 1995, destacando-se a atividade industrial dos irmãos Serrano de Figueiredo no desenvolvimento desta indústria em Pataias. O capítulo V caracteriza o complexo industrial, nomeadamente os fornos, os barracões, os depósitos de cal e os anexos. De seguida o capítulo VI descreve todo o ciclo de produção desde a extração da pedra até à comercialização e armazenamento da cal e, ainda, algumas temáticas relacionadas com este ciclo, nomeadamente os salários, o preço da cal, as balanças, as experiências realizadas, a adiafa, os incêndios, o papel da mulher e as profissões associadas a esta indústria. O capítulo VII aborda a temática das pedreiras e os vários conflitos entre a Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos (CIBRA) e os industriais de cal e o capítulo VIII apresenta o historial do Apeadeiro de Pataias como motor de desenvolvimento da indústria de cal em Pataias. O capítulo IX apresenta cronologicamente o historial dos fornos de cal hidráulica e de cimento romano construídos no litoral da freguesia. Por fim, o capítulo X é dedicado aos três últimos industriais de cal, onde se expõe uma breve biografia dos mesmos.

3. Metodologia

Desde o início da investigação, dividiu-se a recolha de dados em quatro etapas fundamentais: levantamento bibliográfico, levantamento arquivístico, entrevistas e trabalho de campo.

Dada a escassez de informação bibliográfica sobre os fornos de cal de Pataias e temáticas associadas, a recolha bibliográfica nas bibliotecas Municipais de Alcobaça e Leiria e na Biblioteca Nacional decorreu de forma breve.

De seguida procedeu-se à recolha de dados em arquivos. De todas as fases foi, sem dúvida, a mais morosa. Iniciou-se com a consulta de documentos do fundo do extinto Governo Civil de Leiria, no Arquivo Distrital de Leiria, seguindo-se os livros de escrituras dos cartórios notariais de Alcobaça, Nazaré e Marinha Grande, processos judiciais, inventários orfanológicos, imprensa, entre outros documentos dispersos no mesmo arquivo. Recorreu-se ainda a outros arquivos, nomeadamente o Arquivo Nacional Torre do Tombo, o Arquivo Central da Economia, o Arquivo Contemporâneo das Finanças, o Arquivo Histórico da CP, o Arquivo Histórico da Fábrica Maceira-Liz, o Arquivo da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis (atual Entidade Nacional para o Sector Energético), ao Arquivo da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Alcobaça, ao arquivo da União de Freguesias de Pataias e Martingança e ao arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça. No caso deste último arquivo, e durante várias semanas, foram consultados todos os livros de atas entre 1811 e 1990, que corresponde a mais de uma centena de livros e cerca de 70 caixas com documentação avulsa (correspondência, projetos, etc).

A par com a investigação arquivística, decorreram as entrevistas a antigos industriais, operários e população em geral. Através destes contactos foi possível consultar um vasto espólio documental da atividade de alguns dos industriais. Algum do espólio acabou mesmo por ser doado à União de Freguesias de Pataias e Martingança, como o caso de vários documentos e livros (de 1899 a 1949) do industrial António Henriques Vieira, doado pela sua neta Maria Bagagem. Foram ainda fundamentais os contactos permanentes com os genealogistas Joaquim Filipe Ribeiro e Humberto Sousa Santos, permitindo, desta forma, compreender as relações familiares entre os proprietários dos fornos.

Por fim, procederam-se a vários trabalhos de campo, nomeadamente o inventário arqueológico realizado em 2017 e revisto em 2019, que se apresenta no segundo volume deste trabalho.

Desta forma, ao longo do trabalho, encontra-se o cruzamento sistemático das três fontes: a história, através da bibliografia e dos documentos em arquivo; a memória, por via das entrevistas; e o património, por meio dos trabalhos de campo.

Importa referir que, durante uma determinada etapa era necessário, muitas vezes, recorrer a etapas anteriores de forma a complementar a informação recolhida. Mesmo durante o processo de redação do presente trabalho, em que a recolha de informação já deveria ter sido concluída, surgiam dúvidas e novas problemáticas, sendo necessário investigar ou recolher informações sobre determinado assunto.

Reunida a informação, procedeu-se a um longo e moroso tratamento dos dados, nomeadamente a organização da informação por temáticas e de forma cronológica, seguindo-se a redação do trabalho final que em seguida se apresenta.

- CAPÍTULO I -
ORIGEM, TIPOS E UTILIZAÇÕES DA CAL

1.1 Origens

A fabricação de cal era familiar à maior parte dos povos da antiguidade (chineses, egípcios, incas, etruscos, romanos e fenícios), que a utilizavam como ligante na consolidação das alvenarias e rebocos. As primeiras argamassas, com mais de 10 mil anos, foram descobertas na Galileia, atual Estado de Israel (ALVAREZ, SEQUEIRA & COSTA, 2005: 1). Por volta de 7500 anos antes de cristo (a.C.), os povos da atual região da Jordânia produziam gesso com recurso à cal e a calcário moído para cobrirem as paredes, pisos e lareiras. Os Egípcios, há cerca de 5 mil anos, utilizavam a cal para curtir e preparar as peles e os Celtas, entre 2800 a.C e 1000 a.C., utilizavam o produto para fertilizar os campos. Com os romanos assiste-se a uma proliferação do uso da cal na construção das habitações, nos grandes monumentos e nos frescos. A partir da baixa Idade Média, e até ao século XX, a cal foi amplamente utilizada em toda a Europa para a construção de casas, pintura, artes plásticas, etc. (ILHOIS, 2021).

No caso do território Português não se conhecem evidências da fabricação e uso de cal antes da época romana. Deste período foi descoberto recentemente um conjunto de sete fornos de cal em Magra, próximo de Beja. Ao longo de toda a Idade Média surgem algumas referências a fornos e à produção de cal, principalmente na região de Lisboa (SILVA, 2019: 15). Na vila de Maiorga, que integrava os Coutos de Alcobaça, a cerca de uma dezena de quilómetros de Pataias, Maduro (2001: 166) assinala a existência de fornos em 1303. Da Idade Moderna até aos alvares do século XX, o forno de cal faz parte da paisagem industrial portuguesa. No início da segunda metade do século XIX, contabilizavam-se no distrito de Leiria 63 fornos, sendo 22 no concelho de Alcobaça (MACEDO, 1855: 94). Próximo de Pataias, Maduro (2001: 166-168) refere ainda a existência de fornos na Nazaré e na Marinha Grande. Nesta última localidade, existem ainda dois fornos em bom estado de conservação, um em Pedreanes, próximo das ruínas do Alto Forno, e outro na Guarda Nova.

No século XX, com a uso crescente de outros materiais, nomeadamente o cimento artificial no caso da construção civil e dos adubos químicos no caso da agricultura, a indústria de cal entrou em declínio. Atualmente o forno de artesanal de cal, ou a ruína, faz parte da paisagem arqueológica do país e da memória coletivas das populações locais.

1.2 Tipos

A cal é obtida através do aquecimento gradual da pedra calcária até aos 1000 ou 1200 graus celsius, com recurso a fornos intermitentes ou contínuos. Por efeito deste aquecimento, ocorre um fenómeno químico em que o gás carbónico (anidrido carbónico) e a humidade se libertam da pedra, ficando como resíduo a cal (FIGUEIREDO, 1905: 40-41). Com esta decomposição, a pedra calcária, agora cal, perde cerca de 44% do seu volume. A fórmula química que representa a decomposição é $\text{CaCO}_3 + \text{calor} = \text{CaO} + \text{CO}_2$ (SOARES & FERREIRA, 1998: 1118).

A cal divide-se em três grupos:

- Cal gorda
 - Cal magra
 - Cal hidráulica
- } cal aérea

Denominam-se por calis aéreas as pastas que endurecem em contacto com o ar e que, debaixo de água, se conservam em estado mole ou pastoso (MELO, 1917: 10-11). A cal aérea divide-se em calis gordas e calis magras consoante as impurezas de argila na pedra calcária. A percentagem de argila para a sua classificação varia de autor para autor considerando-se, neste caso, as percentagens apresentadas por FIGUEIREDO (1905, 43-45):

Cal gorda – Deriva de calcários quase puros, com teores de carbonato muito elevados e com uma baixa percentagem de argila (inferior a 1%). A sua cor é branca e bastante macia e com propriedades plásticas. Difere igualmente dos restantes tipos de cal pelo seu aumento de volume e de temperatura em contacto com a água.

Cal magra – Deriva de calcários impuros e com uma percentagem superior de argilas e de outros componentes como o magnésio, a sílica e matérias orgânicas. A sua cor é acinzentada e, contrariamente à cal gorda, não é tão macia, não aumenta de volume e não atinge temperaturas elevadas em contacto com a água. A percentagem de argila para a produção de cal magra varia entre 1 e 10%.

Cal hidráulica – Provem de calcários cuja percentagem de argila varia entre os 10 e 30%. Ao contrário da cal aérea, a cal hidráulica endurece debaixo de água e a sua cor é cinzenta. As pedreiras onde haverá mais probabilidades de encontrar calcários próprios para calis hidráulicas são aquelas onde os bancos de pedra alternam com os de argila. A cal

hidráulica pode ainda dividir-se em várias categorias de acordo com percentagem de argila: francamente hidráulica, mediamente hidráulica, hidráulica, eminentemente hidráulica e cal limite.

A cal, ao sair do forno, tem o nome de cal viva ou cal virgem. Contudo existe também a cal extinta, apagada ou hidratada. A cal extinta obtém-se através de um processo denominado “matar a cal” que consiste em colocar a cal viva dentro de água, desenvolvendo-se uma grande quantidade de calor que vaporiza uma parte da água, formando-se o hidrato de cálcio (NOVA, 1922a: 11-12). A temperatura da água pode atingir os 300 graus, consoante a quantidade de cal viva e de água. A cal extinta reduz-se a uma pasta designada por “leite de cal” (FIGUEIREDO, 1905: 40). A cal que não é consumida e vendida quando sai do forno deve ser armazenada em locais apropriados, como barricas ou tulhas, de forma a impedir a circulação de ar, uma vez que, desta forma, a cal absorve da humidade extinguindo-se a pouco e pouco perdendo a sua plasticidade e qualidade.

Ainda dentro dos tipos de cais, importa referir o **cimento romano**, ou natural, que apresenta um teor de argila superior a 30% e se pode considerar como uma derivação da cal hidráulica. Ao contrário do cimento artificial Portland, de presa lenta¹, o cimento romano apresenta um endurecimento mais rápido em contacto com a água (FIGUEIREDO, 1905: 47). Segundo a Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira, foi o inglês Parker que descobriu, em 1796, as propriedades hidráulicas de um calcário que continha cerca de 35% de argila e que, cozido a baixa temperatura, endurecia rapidamente debaixo de água. Devido à sua resistência, em comparação com as argamassas utilizadas pelos romanos, Parker denominou este tipo de cal por cimento romano (FONSECA, 1937: 776). No caso Português, sabe-se que, pelo menos desde 1849, se utilizava cimento romano, provavelmente importado (DG, 2.8.1850: 948).

No caso da freguesia de Pataias, produzia-se cal gorda nos fornos de Pataias e cal hidráulica e cimento romano no litoral da freguesia, entre a Mina do Azeche e a praia da Pedra do Ouro, onde atualmente se observam, nesta última localidade, ruínas do complexo industrial de produção de cimento e cal hidráulica.

¹ Fenómeno na qual se dá o endurecimento do cimento com a água.

1.3 Utilização

Apesar da cal ter perdido, nas últimas décadas, várias das suas utilizações, a cal era utilizada na preparação de argamassas para a construção civil, na caiação de paredes, na preparação de peles, nas refinarias de açúcar, nas fábricas de gás para iluminação, na produção de vidro, nas siderurgias, nas fundições e na fertilização de campos agrícolas, principalmente destinados às vinhas (MELO, 1917: 10) para regularização e estabilização da acidez do solo. Relativo à utilização da cal para a fertilização dos campos agrícolas, RIBEIRO (2018) refere que “vinham camionetas carregar cal em pó ou em cascalho. Depois quando chegavam às terras com vinhas, abriam os taipais e a cal caia e distribuíam pela terra para azotar a vinha”.

Coutinho (2002) refere que atualmente a cal aérea aplica-se na produção de blocos sílicos-calcários, no fabrico de estuques (em mistura com gesso), misturada com pozolanas (constituindo ligantes hidráulicos), misturada com cimento ou cal hidráulica em argamassas para reboco. Sob a sua forma leitada, é utilizada na caiação de muros, principalmente nos meios rurais.

A cal hidráulica é utilizada em aplicações idênticas ao cimento, que não exijam resistências mecânicas elevadas: argamassas de revestimento, reboco de paredes, alvenaria, ligante complementar no fabrico de produtos pré-fabricados de cimento, mistura com os pavimentos betuminosos e estabilização de solos (COUTINHO, 2002).

A fabricação e consumo de cimento romano em Portugal caiu em desuso há largas décadas em detrimento do cimento artificial Portland. No entanto, algumas empresas em Espanha e França ainda produzem cimento natural por processos industriais (ROCHA, 2015: 24).

- CAPÍTULO II -
LEVANTAMIENTO GEOGRÁFICO

2.1 Localização dos fornos

Na primeira metade do século XX os fornos de Pataias encontravam-se dispersos numa área superior à atual. Nessa época existiam já dois grandes núcleos denominados Brejoeira e Ratoíinha / Olhos de Água, e alguns fornos dispersos pelo Clérigo, próximo do atual Apeadeiro; na mata de Pataias, próximos da pedreira pública; no Carapuço, a sul dos Olhos de Água; e no Olhinho de Água que corresponde à atual lagoa dos Olhos de Água. A instalação da fábrica de cimento Cibra, inaugurada em 1950, conduziu inevitavelmente à delimitação e concentração da indústria de cal nos dois grandes núcleos e ao desaparecimento de muitos dos fornos dispersos, registando-se apenas algumas exceções.

Atualmente os fornos artesanais de cal de Pataias, ainda existentes, concentram-se nos dois núcleos referidos, delimitados a norte pelo caminho da mata, a sul com a Secil – Cibra, a leste com a rua da Estação e a Oeste com a estrada nacional 242-4. Apenas um forno se encontra fora dos limites mencionados, mas próximo da Rua da Estação. A figura 2.1 apresenta, a vermelho, a delimitação da zona dos núcleos e das pedreiras, que ocupa uma área aproximada de 45 hectares, a azul o núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água e a Amarelo o núcleo da Brejoeira.

Depois do primeiro levantamento geográfico e arqueológico realizado em 2015 pela União de Freguesias de Pataias e Martingança (PL, 16.6.2015: 8) e revisto entre 2017 e 2019, encontram-se, atualmente, 12 fornos no núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água, dispersos numa área aproximada de três hectares (figura 2.2) e 19 fornos no núcleo da Brejoeira, dispersos numa área aproximada de quatro hectares (figura 2.3). Com recurso a uma fotografia aérea de Pataias de 1958, disponibilizada pela Direção-Geral do Território foi possível identificar os fornos existentes nessa época e atualmente desaparecidos. Desta forma, nos mapas apresentados nas figuras 2.2 e 2.3, surgem os fornos que existiam em 1958: a amarelo os que mantêm ainda a sua existência e a azul os fornos já demolidos. Como se pode observar, dos 26 fornos existentes em 1958 no núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água, 14 já foram demolidos. No caso da Brejoeira, dos 21 existentes apenas dois foram demolidos. No entanto, cerca de metade encontram-se já em avançado estado de degradação.

Por opção, mantiveram-se os identificadores dos fornos do primeiro levantamento de 2015. Desta forma, ao longo dos próximos capítulos, os fornos assinalados nos mapas 2.2 e 2.3 serão identificados da seguinte forma: “B” identifica o núcleo da Brejeira, “RO” o núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água, seguindo-se o número do forno que consta no mapa. No caso do forno constar na lista dos desaparecidos, surge em seguida essa referência. Como exemplo: RO 6 e 7, refere-se aos fornos de Joaquim Vieira Grilo. No entanto, se constar RO 6 e 7 desaparecidos, refere-se aos fornos de António Feliciano Custódio. Desta forma, é possível ao leitor identificar determinados fornos abordados nos capítulos seguintes, com recurso aos mapas apresentados.

Figura 2.1 - Localização dos núcleos da Brejeira e Ratoíinha / Olhos de Água



Fonte: Tiago Inácio, Google Earth, 2020

Figura 2.2 – Fornos de cal da Ratoíinha / Olhos de Água



Fonte: Tiago Inácio, 2019

Figura 2.3 – Fornos de cal da Brejoeira



Fonte: Tiago Inácio, 2019

- CAPÍTULO III -

HISTORIAL DOS FORNOS DE CAL DE PATAIAS

3.1 Dos primórdios ao final do século XIX

A escassa documentação existente não permite saber exatamente a data de construção dos primeiros fornos em Pataias. No entanto, através da documentação que foi possível consultar, e que se analisa de seguida, pode-se afirmar que o crescimento abrupto do número de fornos de cal em Pataias é um fenómeno da segunda metade do século XIX.

A referência mais antiga que se encontra sobre os fornos de cal em Pataias surge numa escritura de emprazamento de 12 de dezembro de 1721. A escritura, celebrada entre Francisco Soares de Sousa Evangelho e João Pereira dos Ramos e Jorge Fernandes, refere “...um pedaço de vinha e um forno de cal e olival que está onde chamam os Amores” (PINHEIRO, 1721: 130f). A 19 de Julho de 1729, encontra-se uma escritura de juro de 40 000 reis que fez o padre António de Coito Maio, cura na vila de Alfeizerão, a José Pereira e sua esposa, moradores na Boubã, que refere: “uma terra logo por baixo do forno de Pataias (...) mais uma vinha, por cima do forno” (FREITAS, 1729). Pela análise das escrituras, e tendo em conta que o atual casal de Amores se localiza próximo da Brejoeira e das Pedreiras², verifica-se que, provavelmente, se refere ao mesmo forno de cal³ e que se localizava, provavelmente, na pedreira da Mata⁴.

Em 1803 encontra-se, também numa escritura, a primeira referência à toponímia Brejoeira, atualmente utilizada para designar um dos núcleos de fornos de cal. O documento refere “hum pinhal e agoa que vem da parte do norte chamada a bregieira da parte de Pataias” (CARIA, 1803: 32f). No entanto, importa referir que no final do século e ao longo do século XX, surge também a toponímia “Virgieira”, para designar a mesma zona. Contudo, o termo original é Brejoeira, que provém de Brejo, que se refere a uma zona húmida ou pantanosa. Segundo RIBEIRO (2019), até ao rompimento das nascentes na pedreira da Cibra, na década de 1950, que resultou na atual lagoa dos Olhos de Água, existiam, pelo menos, duas nascentes de água na Brejoeira: uma próxima do forno B 5 e outra perto do forno de B 8 e 9.

² Cerca de 1,5 km a sul, do lado direito da estrada Pataias – Casal da Areia.

³ A ambiguidade em relação aos limites entre as zonas e a inexistência, à época, de outras toponímias, terá conduzido, provavelmente, à atribuição, na escritura de 1721, da toponímia Amores à atual zona da Brejoeira e da Mata.

⁴ Em 1981, Joaquim Vieira Grilo referia “o aparecimento de um forno antiquíssimo” (JP, mar.1981: 7), no início da década de 70 na pedreira da Mata, da qual não existia qualquer memória, podendo, eventualmente, tratar-se do forno referido nas escrituras de 1721 e 1729.

Será em 1807 que se encontra um dos mais interessantes e detalhados documentos sobre dois fornos de cal em Pataias da primeira metade do século XIX. O registo encontra-se no inventário orfanológico de José Joaquim Rato e refere, além dos fornos, também as ferramentas e uma dívida a Jacinto da Costa Barros da Marinha Grande:

Hum forno de cal no sitio da Matta com seu bocado de pinhal, que parte do norte com matos Baldios Nascente com fazenda do Monte⁵, Sul com Baldios, e Poente com Baldios, avaliado tudo em oito mil reis [...]

Outro forno de cal no mesmo sitio ali o que parte do norte com Matos Baldios, Nascente com fazenda do Monte Sul e Poente com Baldios [...] avaliado em oito mil reis [...]

Huma Marreta de ferro avaliada em dozentos e quarenta reis

tres alavancas de ferro avaliadas em mil e oitocentos reis

Tres picoens de ferro avaliados em trezentos reis

Duas brocas avaliadas em dozentos e quarenta reis

Quatro cunhas de Ferro avaliadas em dozentos e quarenta reis [...]

Dois forcados de Ferro dos Fornos de Cal avaliados em dozentos reis [...]

A Testo em verdade e Juro se necesario for que Jose Joaquim Ratto do lugar de Pataias por seu falecimento me ficou devendo de emprestimo para coser hum forno de Cal a quantia de quarenta mil trezentos e vinte reis. Marinha Grande 19 de Dezembro de 1807.

(MARIA, 1807)

Os dois fornos foram herdados por Teotónia Maria, viúva de José Rato. No entanto, no princípio do mês de novembro de 1810, Teotónia faleceu (*REGISTO DE ÓBITOS 1*, 1808: 11f), realizando-se um novo inventário em 1812. Neste inventário, os dois fornos surgem agora avaliados em quatro mil reis cada um, metade do valor que consta no inventário do seu marido (MARIA, 1812). A terceira invasão francesa, que assolou em região desde o final de 1810 até março de 1811, poderá, eventualmente, ter destruído parcialmente ou danificado os fornos, motivo pela qual se justificaria a redução do seu valor para metade. Os fornos foram herdados pela filha Maria Joaquina, casada com Joaquim Manuel, natural da Póvoa (Alcobaça). Segundo SANTOS (2018b), os conjugues viveram em Pataias nos primeiros anos de casados, mudando-se a residência para a Póvoa de Coz, depois das invasões francesas.

Em 1827, surge no inventário orfanológico de Caetano André referência relativa a uma dívida de cal: “Deve mais este monte a Vicente de Sousa de Pataias a quantia de quatro mil reis procedidos de cal” (ANGÉLICA, 1827). Importa referir que Vicente de Sousa era sobrinho de José Joaquim Rato e irmão do padre José Ribeiro de Sousa (SANTOS, 2018b). Verifica-se, assim, que a família manteve o negócio depois das invasões francesas.

⁵ Entende-se por “fazenda do monte”, dois ou mais terrenos contíguos do mesmo proprietário.

Em 1856, José de Cupertino Ribeiro, regedor de Pataias, informou a Câmara Municipal dos industriais de cal de Pataias: José Cupertino Ribeiro, José Coutinho, Florêncio José Ribeiro, António José Ribeiro, Joaquim Sebastião, António de Sousa Luz, Vicente Ralo Moço e Joaquim Marujo. A carta termina referindo que “estes indivíduos são todos residentes em Pataias” (RIBEIRO, 1856). Desta forma, confirma-se que existiam, em 1856, oito industriais de cal que exploravam cerca de uma dúzia de fornos.

Em 1861, Fernando Mouzinho de Albuquerque, chefe da repartição de pesos e medidas do distrito de Leiria, e Gregório Colaço procederam a uma recolha dos dados estatísticos do distrito de Leiria (AZEVEDO, 2016: 453). No primeiro relatório, publicado em 1862, encontra-se uma breve a descrição dos fornos de cal de Pataias (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Industriais de cal de Pataias em 1861

Nome dos Proprietários	Nº de Fornos	Fundaç.	Cozedura em Hectolitros		
			Cada forno em uma fornada	Cada forno por ano	Total por ano
António Angélico⁶	2	1851	1656	1656	10 219
António Ribeiro	1	1853	497	497	
António Sil. Ferreira	1	1854	828	828	
Joaquim J. Sebastião	3 a)	1820	1656	1656	
José Angélico	1	1851	414	414	
José Castanheiro	1	1858	497	497	
José Coutinho	3 b)	1851	828	828	
José Cupertino	1c)	1846	1856	1856	
José Ribeiro	2 d)	1814	828	1656	
Vicente Ralo	1	1851	331	331	
Notas:					
a) Dois dos fornos estão inúteis.					
b) Só um dos fornos está em estado de servir.					
c)Coze o forno duas fornadas por anno.					
d)Coze por anno uma fornada só em cada forno.					

Fonte: ALBUQUERQUE & COLAÇO, 1862: 37

Analisando os dados aqui transcritos e confrontando com dados expostos anteriormente importa elaborar alguns comentários e conclusões.

A tabela indica-nos que José Ribeiro⁷ (ou padre José Ribeiro de Sousa) foi o primeiro industrial de cal em Pataias, cujos fornos datam de 1814. Na realidade deve-se ter conta

⁶ Apesar de referir apenas António Angélico, refere-se a António de Sousa Luz, referido em 1856.

⁷ José Ribeiro nasceu a 10 de janeiro de 1779 em Pataias, filho de Clemente de Sousa e Escolástica Maria Ribeiro. Por volta de 1799 /1800, obteve o grau de clérigo menor. Durante cerca de 6 anos exerceu o cargo de auxiliar do padre na Paróquia de Pataias. Em 1807, casou com Teotónia Maria e desta união nasceram 9 filhos. É uma das famílias mais influentes no século XIX em Pataias. Apesar de renunciar aos votos de clérigo, ficou para sempre conhecido como o padre José Ribeiro de Sousa. (SANTOS, 2012).

que a data de fundação se refere ao início da atividade dos industriais e não à construção dos fornos. José Ribeiro de Sousa era sobrinho de José Joaquim Rato⁸ e primo de Maria Joaquina e irmão de Vicente de Sousa, todos referenciados anteriormente (SANTOS, 2018b). Desta forma, tendo em conta a data de fundação e as ligações familiares, José Ribeiro deverá ter adquirido, por volta de 1814, os fornos que eram do seu tio.

O segundo industrial a iniciar atividade foi Joaquim José Sebastião em 1820. Foi apenas nos anos 40 e 50 que começaram a surgir novos industriais: José Cupertino (filho de José Ribeiro) em 1846, Vicente Ralo, José Coutinho, José Angélico e António Angélico em 1851, António Ribeiro em 1853, António da Silva Ferreira em 1854 e José Castanheiro em 1858. Desta forma, existiam, em 1861, 10 industriais que exploravam 16 fornos de cal, sendo que apenas 12 se encontravam operacionais e em laboração. Todavia, importa referir que os dados estatísticos gerais da pequena indústria, que se encontram explícitos no mesmo documento, referem a existência de 19 fornos em Pataias e não 16. Os restantes três referem-se aos fornos de cal hidráulica construídos no litoral da freguesia.

A publicação refere ainda a produção de cada forno. Todavia, ao analisar a coluna “cada forno em uma fornada”, verifica-se, por exemplo, que António Angélico produziu 1656 hectolitros (165,6 m³) por fornada, que corresponde aproximadamente a 190 toneladas de cal (PESOS, 2019). Tendo em conta o tamanho dos fornos mais antigos, é possível afirmar que cada forno, no século XIX, produzia uma média de 40 toneladas⁹, portanto, um valor muito longe dos 190 referidos. Os 1656 hectolitros referem-se, evidentemente, à produção anual total aproximada de ambos os fornos. Desta forma, sugere-se alguma prudência na análise dos dados relativo às cozeduras. No entanto, considerando a produção total, 10219 hectolitros que corresponde a 1021,9 m³ ou aproximadamente 1178 toneladas, é possível afirmar que os 12 fornos realizavam entre 25 a 30 fornadas de cal anualmente. Assim, o número de cozeduras de cada forno variava entre uma e três fornadas anuais.

⁸ Irmão da sua mãe, Escolástica Maria.

⁹ Deve-se ter em conta que no século XX, a produção média de cada forno variava entre as 45 e as 50 toneladas.

3.2 O final do século XIX

Em 1881, a Repartição de Fazenda de Alcobaça enviou ao Governador Civil de Leiria um manuscrito onde constavam os nomes dos industriais do concelho que pagaram contribuições. Com base neste documento (Tabela 3.2), é possível, com recurso à genealogia, compreender as relações de compra/ venda e partilhas ao longo do século XX.

Tabela 3.2 – Industriais de cal de Pataias em 1881¹⁰

Nº	Nome	Observações
211	António Jacinto Sousa	Casado com Maria da Esperança, pagou 6400 reis de exploração do seu forno de cal e por exercer a atividade de singeleiro.
274	António Vieira	Casado com Maria Ribeiro Coutinho, filha de Feliciano Ribeiro de Sousa . Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
344	António Vaz Pereira	Casado com Maria Vieira Monteiro. Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
418	António José Ribeiro	Casado com Maria Benta, filho do padre José Ribeiro de Sousa . Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
526	Florêncio José Ribeiro	Casado com Maria Rosa Raimundo e filho do padre José Ribeiro de Sousa . Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
825	João Silva Ferreira	Casado com Mariana de Jesus Monteiro. Pagou contribuições pela exploração de um forno de cal e outras atividades.
952	Joaquim José Ribeiro	Casado com Maria Angélica André e filho do padre José Ribeiro de Sousa . Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
954	Joaquina Cout. Ribeiro	Viúva de Joaquim José Sebastião e filha de Feliciano Ribeiro de Sousa . Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
1091	Joaquim Vieira	Casado com Maria Rosa do Rocio. Pagou 5236 reis de exploração de um forno de cal.
1221	José Silva Ferreira	Casado com Joana Maria Ribeiro, neta do padre José Ribeiro de Sousa . Pagou 5231 Reis pela exploração de um forno de cal.
1259	José H. Bogalho	Casado com Luísa da Encarnação Vieira. Pagou 5236 reis pela exploração de um forno de cal.
1352	José Pereira Luz	Casado com Joaquina Maria Pereira. Pagou 5236 reis pela exploração de um forno de cal.
1375	José Rodr. Ganrana	Casado com Joaquina de Sousa Grilo. Pagou 5236 reis pela exploração de um forno de cal.
1444	José de Sousa Luz J.	Casado com Maria Josefa Marujo. Pagou 5236 reis pela exploração de um forno de cal.
1612	Manuel Mariano J.	Casado com Joana Maria Vieira. Pagou 5236 reis pela exploração de um forno de cal.

Fonte: *NOTA*, 1881; SANTOS, 2018b

¹⁰ O número que consta na primeira coluna, refere-se ao número sequencial indicado no manuscrito. O nome dos conjugue e filiação foi gentilmente disponibilizado por Santos (2018b).

O manuscrito indica que, em 1881, existiam 15 industriais de cal. Considerando que alguns possuíam dois fornos de cal, o número de fornos ativos rondaria as duas dezenas.

Pela análise das contribuições, verifica-se que seis dos industriais eram descendentes do padre José Ribeiro de Sousa e do seu irmão, Feliciano Ribeiro de Sousa. Desta forma, verifica-se que existiu uma forte tradição da indústria de cal na família dos Ribeiros e que, de alguma forma, possa ter sido esta família a introduzir ou a reintroduzir a indústria de cal em Pataias no final do século XVIII ou início do século XIX. Esta tradição familiar terminou com Joaquim Filipe Ribeiro em 1989.

Em 1889, numa escritura de venda que faz Manuel Custódio ao seu irmão, é referida “uma terra no sítio da Bregieira, que parte do norte com José de Leiria, do sul e nascente com charneca do baldio público e do poente com os fornos de cal” (JÚNIOR, 1889: 30f). Comprova-se, portanto, que em 1889, já existia um núcleo de fornos na Brejoeira.

A 16 de setembro de 1890, António Florêncio Ribeiro herdou os fornos do seu pai Florêncio José Ribeiro. A escritura refere: “dois fornos de coser cal no sítio chamado *Os fornos* [...]” (JÚNIOR, 1890: 10f). Pela análise das contribuições, escrituras, alvarás de 1899 e com recurso à genealogia das famílias é possível afirmar que José Ribeiro possuía uma grande propriedade nos Olhos de Água, onde ele e os seus descendentes construíram, pelo menos, seis fornos de cal, ficando a zona conhecida como “os fornos”¹¹.

No ano seguinte, a 15 de julho, encontra-se uma nova referência a fornos de cal na escritura de partilhas de José Ribeiro Coutinho. Na escritura são referidos vários fornos:

uma propriedade onde consta pinhal, uma casa e fornos de coser cal no sitio da congosta¹², limite da freguesia de Pataias, que todo parte do norte com Joaquim de Sousa Rodrigues, do sul e do nascente com caminho publico e do poente com Madalena Coutinho [...] um talho de terra com fornos de coser cal, no sítio da Bregieira, limite de Pataias, que parte do norte com José Mariano das Neves, do sul com José de Sousa Luz, do nascente com Joaquim Vieira e do poente com baldio do povo.

(Júnior, 1891: 12f e 13f)

Também em 1893, a 5 de abril, encontra-se na escritura de partilhas de António da Silva Ferreira, a descrição de um “forno de coser cal com seus logradouros, no sítio dos fornos à matta” (JACOBETY, 1893: 54f). Pela análise da escritura e das contribuições de

¹¹ Corresponde atualmente à zona onde se encontram os fornos RO 10, 11 e 12 | 5, 6 e 7 desaparecidos.

¹² A Congosta é a zona a norte da Ratoíña. Pela análise das confrontações, é possível que se refira ao forno RO 1, tendo em conta que o seu último proprietário, Hermínio Mota era familiar, por via materna, de José Ribeiro Coutinho (SANTOS, 2018a; RIBEIRO, 2019).

1881, conclui-se que o forno foi explorado pelo seu filho João da Silva Ferreira. O forno foi herdado por Lúcia da Piedade Ferreira. Importa referir que João era proprietário dos fornos de cimento da Pentelheira, atual Pedra do Ouro.

A partir de 1899, surgem vários processos para a concessão de alvará. O objetivo era licenciar os fornos de acordo com o decreto de 1863, que estabelecia a obrigatoriedade de licenciamento das indústrias perigosas e insalubres¹³. Desta forma, apesar dos fornos pagarem contribuição industrial, mantiveram-se ilegais entre 1863 e 1899, provavelmente devido à falta de fiscalização. Como se pode observar na tabela 3.3, os fornos já existiam antes de 1899.

Tabela 3.3 – Registo de alvarás em 1899

Nº	Data	Nome	Alvará	Observações
187	24 fev.	Ventura Ribeiro	Dois fornos, na mata da Bregieira. (B 13 e 14)	Filho de Joaquim José Ribeiro (referido em 1881)
188	24 fev.	Joaquim Florêncio Ribeiro	Quatro fornos nos Olhos de Água. (RO 10, 11; 3 e 4 desaparecidos).	Filho de Florêncio José Ribeiro (referido em 1881)
197	29 mar.	António Rosálio Vieira	Um forno na mata à Bregieira (B 8)	Filho de Joaquim Vieira (referido em 1881)
198	29 mar.	Joaquim Sebastião Calaxa	Dois fornos na mata à Bregieira (B 1 e 2)	
199	29 mar.	José Pereira Luz	Dois fornos na mata à Bregieira (B 7 e 10)	Referido nas contribuições de 1881

Fonte: *REGISTO DE ALVARÁS, 1895-1909*

Numa breve análise à tabela, importa referir que Joaquim Florêncio Ribeiro era irmão de António Florêncio Ribeiro, industrial que herdou dois fornos do seu pai em 1890 e netos do padre José Ribeiro. Pelo cruzamento de dados entre a escritura de 1890 e o processo de licenciamento de 1899 (*PROCESSO, 1899a*), conclui-se que o António terá vendido ou permutado os fornos ao seu irmão Joaquim entre 1890 e 1899, tendo em conta que Joaquim licencia quatro fornos: dois (RO 10 e 11) que eram do seu pai e dois (RO 3 e

¹³As indústrias foram divididas em três classes (consoante o nível de insalubridade), sendo os fornos de cal classificados como 2ª classe devido ao “muito fumo e risco de incêndio pela acumulação de combustível”. Seria responsabilidade aos Governos Civis conceder licença às indústrias de 1ª e 2ª classe e ao Administrador do Concelho para as da 3ª classe (VASCONCELOS, 1864: 538-539).

4 desaparecidos) que comprou em 1895 a António Sebastião Coutinho (RIBEIRO, 1895: 15v).

Apesar da clandestinidade em que se mantinham alguns fornos, existiriam, no final de século, entre 20 a 25 fornos. Neste período, o número de fornadas rondaria as 4 ou 5 por ano, realizadas maioritariamente no verão, dado que não existiam depósitos para o armazenamento da cal e barracões para o combustível. A atividade dos industriais era complementada com a atividade agrícola.

Os vestígios arqueológicos encontrados, demonstram que os fornos do núcleo da Brejeira possam ser os mais antigos, apesar dos dois fornos do padre José Ribeiro localizarem-se, possivelmente, nos Olhos de Água. A construção da estrada de Pataias para Pataias-Gare (atual rua da Estação) contribuiu significativamente para o desenvolvimento do núcleo dos Olhos de Água, chegando a atingir os 30 fornos (entre ruínas e fornos em laboração). Apesar da maioria dos fornos atuais existissem já no século XIX é difícil, mesmo com recurso à genealogia, relacioná-los com os industriais desse período.

3.3 A primeira metade do século XX

Nos primeiros anos do século XX, encontram-se mais alguns licenciamentos. Em 1905, Joaquim Monteiro Vaz Pereira, filho de António Vaz Pereira (industrial que surge nas contribuições de 1881), requereu autorização para a laboração de dois fornos de cal na Brejeira que, provavelmente, teria herdado do pai (*PROCESSO*, 1905a). A propriedade foi vendida a Joaquim Mateus em 1911 e a escritura refere apenas um forno: “um pinhal, no sítio da Brejeira e onde se acha construído um forno” (PELAIO, 1911: 48f).

Ainda em 1905, em abril, Joaquim da Silva Bagagem requereu autorização para a laboração de dois fornos na Brejeira¹⁴ (*PROCESSO*, 1905b). Relativo a este industrial sabe-se, através das ordens de pagamento que constam nas atas da Câmara Municipal de Alcobaça, que foi fornecedor de cal à Câmara entre 1906 e 1908 (*ATAS CMA 27, 1906-1909*). Ainda no mesmo ano, em junho, António Rosálio Vieira (filho de Joaquim Vieira, que

¹⁴ Pela análise das confrontações que constam no processo de licenciamento, é provável que se refira ao forno B 16, desconhecendo-se, no entanto, o segundo forno.

surge nas contribuições de 1881) que já possuía alvará para um forno, requereu ao Governo Civil licença para três fornos de cal na Mata¹⁵ (*PROCESSO*, 1905c).

Em março de 1908, António Ribeiro Marques e Joaquim Rodrigues Vaz, em sociedade, requereram licença para a laboração de dois fornos na Brejoeira¹⁶ (*PROCESSO*, 1908). Devemos ter em conta que António Marques era neto materno de António José Ribeiro, industrial que surge nas contribuições de 1881.

No ano seguinte, em 1909, encontra-se o processo de licenciamento de Manuel Serrano de Figueiredo para a construção de um forno duplo de cal em Paio de Cima, na Martingança, a cerca de quatro quilómetros a norte dos fornos de Pataias (*PROCESSO*, 1909). No entanto, Manuel acabou por construir aos seus fornos em Pataias, próximo do Apeadeiro de Pataias. Pela importância que a família Serrano teve para o desenvolvimento da indústria de cal em Pataias e para a própria freguesia, aborda-se a atividade dos Serranos no próximo capítulo.

Em maio de 1910, encontra-se um pedido de licenciamento para três fornos de cal em nome de Silvério Taibner de Moraes Ribeiro. O processo refere que seriam construídos na propriedade do seu avô¹⁷, denominada “Pinhal dos fornos de cal e Olho de Água” (*PROCESSO*, 1910). Esta propriedade localizava-se onde hoje existe a lagoa da pedreira dos Olhos de a Água da cimenteira. Ainda no mesmo ano encontra-se o pedido de licença para a construção de um forno em nome de Joaquim Vieira Rosálio e António Coelho da Silva (BTI 68, 1910: 14).

Em 1911, José Pereira Luz doou os dois fornos (B 7 e 10) aos seus filhos. O forno B 7 foi doado a Matias Pereira Luz e o B 10 a Augusto Pereira Luz (PELAIO, 1911: 17v a 23f).

¹⁵ Estes três fornos referem-se ao B 8, 9 e 12. Apesar dos três fornos serem licenciados em nome de António Rosálio Vieira, certamente que todos os irmãos se dedicavam à industrial de cal, motivo pela qual os fornos 9 e 12 surgem mais tarde na posse dos irmãos Joaquim Rosálio Vieira (B 12) e de José Rosálio Vieira (B 9). Em 1928 o forno B 9 foi doado pela viúva de José Rosálio Vieira, Maria Rita Rosa, à sua filha Maria Rosa Rita (PINTO, 1928: 9f), vendendo-o, alguns anos mais tarde, ao seu primo António Rosálio Vieira, vulgo Botas. O B 12 foi vendido pela viúva de Joaquim, Maria da Vicência da Encarnação, a Abílio Francisco, em 1950 (PONTES, 1950: 3v a 5f). O forno B 8 foi herdado por António Rosálio Vieira (mesmo nome do pai).

¹⁶ Pela análise das confrontações que constam no processo de licenciamento, refere-se ao forno B 17 e, provavelmente, também ao forno B 11.

¹⁷ Silvério era neto de José de Cupertino Ribeiro e bisneto do padre José Ribeiro de Sousa. José de Cupertino Ribeiro faleceu em 1888, mas os seus bens apenas foram divididos em 1916. A propriedade onde se encontravam os fornos foi herdada por Silvério e, no inventário, refere: “Uma propriedade de terreno inculto com alguns pinheiros e fornos de cal, nos Fornos” (RIBEIRO, 1916).

Em 1916, devido a uma dívida de Matias, a propriedade foi hipotecada por António da Silva Barreiros, da Boubã. Desta forma, António aproveitou o facto do forno da propriedade se encontrar temporariamente inscrita em seu nome para construir fornos de cal. Em abril de 1917 António, em sociedade com José Feliciano Ferreira (também conhecido por José Ferreira Mota, adiante apenas designado por Zé Mota), requereram autorização à Câmara Municipal para construir dois fornos na Brejoeira (*ATAS CEMA 3*, 4.4.1917). Em janeiro de 1919, António cancelou a hipoteca, sendo a propriedade novamente restituída a Matias. Logo em fevereiro do mesmo ano, Zé Mota comprou 1/3 da propriedade a Matias (JÚNIOR, 1919: 49v), onde existiam agora os fornos (B 4 e 5) construídos por António e por Zé Mota¹⁸. Em maio de 1932, Artur Inácio Castanheiro, em sociedade com António d’Aquino, comprou o forno B 4 a Zé Mota (*NOVA*, 1932a: 26v) e em agosto de 1942, Joaquim Rodrigues Romão comprou o forno B 5 (*ALMEIDA*, 1942: 39v). O forno de Matias (B 7) foi vendido a António Ascenso Ribeiro em julho de 1932 (*LEMOS*, 1932: 15f a 16v).

No entanto, não foi apenas Matias que viu a sua propriedade hipotecada. Em 1916, António Barreiros hipotecou também o forno (B 10) de Augusto Pereira Luz (irmão de Matias) que acabou vendido em hasta pública em 1917 (*BARREIROS*, 1916). O forno foi adquirido por Francisco Antunes Penedo, natural de Montelavar, concelho de Sintra. Em 1919, Francisco requereu à Câmara Municipal de Alcobaça o licenciamento de um outro forno (*ATAS CEMA 3*, 25.8.1919), passando, assim, a ser proprietário de dois fornos (B 10 e 16). Desconhecem-se os motivos pelos quais Francisco Penedo se estabeleceu em Pataias para explorar a indústria de cal. No entanto tendo em conta que Manuel Serrano mantinha relações comerciais em todo o país, pode-se encontrar aí uma possível justificação.

Em 1917 encontram-se vários pedidos de construção e licenciamento de fornos de cal, nomeadamente José Mariano das Neves e Manuel Ramalho para um forno de cal na mata do Penedo (próximo do forno RO 5 desaparecido) e Feliciano Custódio e António Felicidade, sem referir a quantidade e a localização (*ATAS CEMA 2*, 7.3.1917 e 1.10.1917). Com exceção do forno de José Mariano das Neves, desconhece-se se foram todos construídos. Em 1921 encontra-se o pedido de licenciamento para a construção de um

¹⁸ Na realidade, a escritura de 1919 menciona apenas um forno. No entanto, na descrição predial de 1925, referem-se a dois fornos (*LIVRO DAS DESCRICÕES*: 149f).

forno em nome de António Feliciano Raimundo¹⁹ (*ATAS CEMA 4*, 12.9.1921) e em 1924, o pedido de construção de dois fornos (RO 8 e 9 desaparecidos) em nome de António Mateus Castanheiro, vulgo Anito (*ATAS CEMA 6*, 4.4.1924).

Em novembro de 1926, Joaquim de Sousa Luz comprou a António Ferreira Júnior um terreno na mata, provavelmente com uma pedreira, e um forno de cal na Brejoeira (B 15) (OLIVEIRA, 1926: 85v a 86v) vendendo, logo em fevereiro do ano seguinte, estas duas propriedades a Artur Inácio Castanheiro, em sociedade com José Mota (PINTO, 1927a: 11v). Desta forma, Artur Inácio Castanheiro passou a explorar dois fornos (B 4 e 15). Também em 1926 João Rosa, morador em Alcobaça, comprou um forno (RO 13 desaparecido) a José Maria Pereira Bernardo (PINTO, 1926: 32f), vendendo, logo em dezembro do ano seguinte, a Feliciano Pereira Vaz (PINTO, 1927b: 37f).

Em 1930, encontra-se um acontecimento singular envolvendo um forno de cal. Nesse ano, José Florêncio Ribeiro (Matreiro) processou judicialmente Joaquim Mateus Castanheiro pela dívida de 1894\$10 contraída na sua taberna. Desta forma, Joaquim Castanheiro viu alguns dos seus bens arrestados e vendidos em hasta pública, onde se inclui “um pinhal no sitio da brejeira, onde está construído um forno de cal, confrontando do norte com José Vaz Pereira”²⁰ (RIBEIRO, 1930). Esta propriedade foi adquirida por José Vaz Pereira a 20 de julho de 1930. PESQUEIRA e RIBEIRO (2018), referem que José Vaz Pereira nunca se dedicou ao negócio de cal e que o forno demolido por volta de 1958 para a construção da estrada 242-4.

Em 1930, José Florêncio Ribeiro, vulgo Matreiro, comprou o forno de José Mariano das Neves (PINTO, 1930: 7v) e por volta de 1935, José construiu um segundo forno (RO 14 desaparecido) na zona denominada “Carapuço”, a sul dos Olhos de Água (RIBEIRO, 2019).

Entretanto, em 1933, alguns fabricantes de cal pediram ao executivo Municipal de Alcobaça que intercedesse junto do Estado para a cal de Pataias ser contemplada nos fornecimentos das obras e construções do Estado (*ATAS CMA 38*, 2.6.1933). Não se sabe, no entanto, se o pedido teve seguimento.

¹⁹ Como António não teve descendência, o forno foi herdado em 1952 pela sobrinha Joaquina Feliciano (CATARINO, 1952 :29v). No entanto, o marido de Joaquina, António da Silva Santos, vulgo Toino Umbelino, já explorava o forno na década de 40. Refere-se ao Forno RO 2 desaparecido.

²⁰ Este forno foi adquirido por Joaquim Mateus Castanheiro e Joaquim Monteiro Vaz Pereira em 1911.

Em 1935, Silvino Feliciano Ferreira, vulgo Silvino China, adquiriu os dois fornos (B 10 e 16) de Francisco Antunes Penedo (NOVA, 1935: 45v). Durante cerca de 45 anos, Silvino tornou-se num dos maiores produtores de cal de Pataias cozendo²¹, também, em fornos arrendados, nomeadamente no forno de Abílio Romão de Figueiredo (RO 5).

Durante as décadas de 30 e 40 assistiu-se à construção de um conjunto de seis fornos de cal numa propriedade na Ratoíinha pelos filhos e genros de António Vieira Grilo: José Vieira Grilo (RO 3); Joaquim Manuel (RO 4), casado com Inácia Maria, filha de António; Joaquim Vieira Grilo, vulgo Ronceiro (RO 6), António Coelho Pereira Vaz, vulgo Leão (RO 7), casado com Joaquina da Encarnação Vieira Grilo, filha de António; Joaquim Pereira Vaz Coelho, vulgo Governo (RO 8 e 9), casado com Maria do Rosário, filha de António. A escritura de partilhas, depois do falecimento de António Vieira Grilo em 1935, datada de março de 1944, refere apenas “três fornos de cal e pinhal, à Ratoíinha” (ALMEIDA, 1944: 26v). Os três fornos referidos tratam-se, provavelmente, dos fornos existentes à data do falecimento de António Vieira Grilo e não à data das partilhas.

PINTO (1939: 362) refere que existiam 25 fornos ativos em Pataias na década de 30. No entanto, sabe-se que esse número se encontra desenquadrado do número real de fornos ativos, que ultrapassava, neste período, as três dezenas.

Em 1939, encontra-se a referência a mais um forno no inventário orfanológico de Maria de Sousa Veríssimo²², casada com Florêncio da Cruz Mota. O Inventário refere: “Um forno de cozer cal e seus logradouros, no sítio do Clérigo²³ a partir do [...] nascente estrada [rua da Estação] e poente caminho público [rua da Brejoeira] (...)” (MOTA, 1939). O forno foi herdado por Florêncio Mota e ficou desativo em dezembro de 1960, depois de um incêndio que destruiu o barracão (VP 87, 1961: 6).

Em 1941, os irmãos António Mota e Hermínio Mota requereram licença para a construção de dois fornos (ATAS CMA 43, 11.1.1941). No entanto, devido a desentendimentos, os fornos foram divididos, ficando António com um forno (RO 1

²¹ Foi dos poucos industriais que conseguiu ter dois fornos a cozer ao mesmo tempo (RIBEIRO, 2018).

²² Maria era descendente do padre José Ribeiro de Sousa.

²³ Zona a sul dos Olhos de Água. O forno encontrava-se junto do cruzamento da Rua da Estação com a Rua da Brejoeira, atualmente demolido.

desaparecido) e o Hermínio com o outro (RO 2). Importa referir que Hermínio Mota já detinha um forno (RO 1), que provavelmente teria herdado.

No mesmo ano, num artigo publicado no periódico “Região de Leiria” sobre Pataias, informava que “Pataias tem a indústria de cal muito desenvolvida, exportando este produto em larga escala, que é fabricado em 15 fornos” (RL, 5.6.1941: 8). O número de fornos seria, no entanto, muito superior ao mencionado no artigo, que nesta década aproximava-se já das quatro dezenas. No ano seguinte, o periódico “O Século”, numa reportagem sobre Pataias, enumerava 24 industriais²⁴, destacando Luís Serrano como “o grande industrial de cal” (SC, 30.8.1942: 6). Em 1943, a agenda profissional do Concelho de Alcobaça (1943: 265-267) refere a existência de 17 industriais²⁵. Todavia, na listagem, verifica-se a ausência de alguns industriais de cal, como Joaquim Vieira Grilo, Joaquim Pereira Vaz Coelho, António Coelho Pereira Vaz. Provavelmente esta ausência justifica-se porque alguns dos industriais dependiam diretamente dos Serranos para a qual vendiam toda a produção, como o caso de Joaquim Vieira Grilo que se manteve totalmente dependente dos Serranos até cerca de 1945, ano em que construiu o seu depósito de cal (GRILO, 2018). No caso de Abílio Romão, seria, provavelmente, intermediário e comerciante de cal, uma vez que apenas requereu licença para construir um forno (RO 5) em dezembro de 1944 (ATAS CMA 44, 2.12.1944).

Através de cálculos estimativos, existiam, em 1944, 40 a 41 fornos ativos²⁶. Contabilizando-se os fornos sem laboração e alguns já em ruínas, o número de fornos existentes ultrapassava já as cinco dezenas. É difícil saber ao certo o número de operários

²⁴ Luís Serrano, Artur Castanheira, Silvério Feliciano Ferreira, António Ribeiro Marques, José Ribeiro Marques, José Maria Sousa Coutinho, José Rosário Vieira, Joaquim Vieira Grilo, António Rosário Vieira, António Mateus Castanheira, José Ascenso Ribeiro, Joaquim Ribeiro Tomás, António Ascenso Ribeiro, José Florêncio Ribeiro, Feliciano Pereira Vaz, Abílio Romão de Figueiredo, António Feliciano Raimundo, António Feliciano Custódio, António Henriques Vieira Sobrinho, Feliciano Lúcio Sobrinho, Florêncio Mota, Joaquim Francisco Custódio, Alexandre Ferreira e Manuel dos Santos. A listagem termina com *etc*, indiciando que existiam mais industriais além dos enumerados.

²⁵ Abílio Romão de Figueiredo, António Feliciano Custódio, António Feliciano Raimundo, António Francisco Custódio, António Henriques Vieira, António Mateus Castanheira, António Rosário Vieira, António Ribeiro Marques, Feliciano dos Anjos Coutinho, Feliciano Pereira Vaz, Florêncio da Cruz Mota, José António Marques, José Ascenso Ribeiro, José Florêncio Ribeiro, José Maria de Sousa Coutinho, José Vieira Rosário, Silvino Feliciano Ferreira e Luís Serrano.

²⁶ O número apresentado tem por base uma fotografia aérea de 1958, adição do número de fornos que a Cibra adquiriu e subtraindo o número de fornos que se sabe que foram construídos no final da década de 40 e durante a década de 50.

que trabalhavam nos fornos na década de 40. No entanto, com base no número de fornos em laboração e tendo em conta os métodos arcaicos utilizados, pode-se afirmar que o número de postos de trabalho diretos e indiretos possa ter ultrapassado os 400, que corresponde a cerca de 60 a 70% da população masculina ativa de Pataias.

Em 1946, depois do falecimento de Joaquim Florêncio Ribeiro, em maio de 1939, a propriedade onde se encontravam os quatro fornos foi dividida pelos seus filhos, ficando três fornos (RO 10 e 11 | RO 4 desaparecido) para Joaquina Coutinho, casada desde 1923 com António Henriques Vieira (que já explorava os fornos do sogro desde, pelo menos, 1926) e o outro forno (RO 3 desaparecido) na posse de Maria Esperança, viúva de José Machado²⁷ (VIEIRA, 1946). O forno 4 (RO 4 desaparecido) não há memória do seu funcionamento. Já o forno 10 foi explorado por Silvério Bagagem, genro de António Henriques Vieira.

3.4 A venda de fornos à Cibra

A Cibra – Companhia Portuguesa de Cimento Branco, constituída em 1944, modificou radicalmente o panorama industrial de Pataias. Na primeira reunião com a Junta de Freguesia, realizada a 3 de dezembro de 1944, o executivo da Junta manifestou preocupação pela preservação da indústria de cal:

[...] foi presente, do sr. dr. Rui Rosa, digno advogado da Nazaré, representante da Companhia Portuguesa de Cimento Branco – Cibra – e que declara que a companhia que representa pretende adquirir uma área de terrenos para instalação de uma fábrica que abrange os fornos de cal [...] e mata pública, além de várias propriedades particulares.

Depois de ouvir varias opiniões dos presentes, foi deliberado por unanimidade, que se fizessem diligências junto do representante da citada companhia para que fosse afastado para sul o limite da área a ocupar, de maneira a deixar na posse particular os fornos referidos e a mata pública para o abastecimento de pedras às industrias caleiras, fabricas de vidro e construções particulares da freguesia, embora sejam atingidos os outros fornos da Brejoeira, com quem a companhia fará os seus contactos e que poderiam ser transferidos e instalados na zona dos outros fornos referidos.

(*ATAS JFP 4, 3.12.1944*)

A necessidade de adquirir terrenos para a construção das instalações fabris, habitações sociais e pedreiras, obrigou a Cibra a adquirir alguns fornos. Só no ano de 1945 a cimenteira adquiriu oito fornos de cal: a 22 de fevereiro de 1945, um dos fornos de José

²⁷ Este foi explorado pelo seu filho José da Encarnação Machado, proprietário do forno RO 5 desaparecido.

Florêncio Ribeiro²⁸ (ROSA, 1945: 13f), a 1 de março os dois fornos a Artur Inácio Castanheiro (ROSA, 1945: 29f) e a 15 do mesmo mês, os cinco fornos dos Serranos (SOUSA, 1945: 72f a 73f). A 14 de abril de 1954, a Cibra adquiriu ainda um forno a Silvério Domingos Pesqueira (FARIA, 1954: 46f a 47v) e a 30 de julho do mesmo ano um forno a António Rosálio da Silva²⁹ (CATARINO, 1954: 57f).

Em 1959, a Cibra adquiriu o forno (RO 5 desaparecido) de José da Encarnação Machado (RUA, 1959: 55). Nesta década ocorreram duas permutas com fornos de cal. Em 1954, António Francisco, que cozia em sociedade com o irmão José Francisco da Serradas em fornos arrendados (PESQUEIRA, 2018), permutaram um terreno na zona dos Olhos de Água por um dos fornos (B 15) que a Cibra adquiriu a Artur Inácio Castanheiro em 1945 (CATARINO, 1954: 19v). Em 1955, Feliciano dos Anjos Coutinho, vulgo Pechim, permutou o seu forno (B 19), próximo da pedreira da Cibra (*ÍNDICE*, 1955: 4), por outro forno que foi de Artur Inácio Castanheiro (B 4). Desta forma, os dois fornos que foram de Artur Inácio Castanheiro foram permutados em 1954 e 1955.

Em 1961 a Cibra adquiriu o forno de António Francisco Custódio (RUA, 1961b: 61f a 63f) e, dois anos depois, o forno (B 1 desaparecido) de Maria Bernarda da Costa Noro (RUA, 1963b: 60f a 62f), viúva de José Ribeiro Marques. Assim, até 1963 a Cibra adquiriu mais de uma dezena de fornos e permutou 2. Neste período, a maior parte dos fornos da Cibra foram demolidos para a construção das instalações fabris e ampliação da pedreira.

3.5 A 2ª metade do século XX

Em 1953, encontra-se uma referência a outro forno numa escritura de partilhas por óbito de Francisco Pereira Vaz: “um oitavo indiviso de um terreno onde existe um forno de coser cal, na bregieira” (PONTES, 1953a: 76f). O forno foi herdado pelo seu filho António Pereira Vaz e posteriormente vendido à Cibra³⁰. Relativo a este forno, sabe-se que foi herança de Matilde Coutinho (COUTINHO, 1944), sogra de Francisco. No mesmo ano

²⁸ O forno que Joaquim adquiriu a José Mariano das Neves em 1930. Próximo do forno RO 5 desaparecido.

²⁹ Apesar das escrituras referirem apenas um terreno no sítio dos fornos e na mata dos fornos, respetivamente, Pesqueira (2018) refere que existiam fornos de cal nestas duas propriedades.

³⁰ Supõe-se que se trata do forno B 2 desaparecido, apesar de suscitar algumas dúvidas quanto às confrontações do terreno onde se encontra.

António Rosálio da Silva, vulgo Migalhica, comprou um forno (B 12) a Abílio Francisco³¹ (PONTES, 1953b: 62v).

Em abril de 1954, José Rosálio Vieira adquiriu um forno a Maria Teresa (FARIA, 1954: 24v a 25f). Este forno (B 14) foi herança do pai de Maria, Joaquim Ruivo Tomás, falecido em 1947. Na escritura de partilhas, refere-se “um forno de cal, no sítio da bregieira” (PONTES, 1948: 79v). Apesar de existir apenas a referência a um forno, sabe-se que existem, na mesma propriedade, as ruínas de um outro forno (B 13). Em 1960, José vendeu o forno a Joaquim da Encarnação Henriques (COUTINHO, 1960: 72f) e, em 1975, depois do falecimento de Joaquim, o forno foi herdado pela viúva Natália Franco (FRANCO, 1975).

Em meados da década de 50, foi construído o forno de António Coutinho Henriques Vieira (RO 12), na propriedade onde se encontravam os fornos (RO 10 e 11) do seu pai António Henriques Vieira (RIBEIRO, 2018).

Apenas a partir de 1958 é possível, com recurso a uma fotografia aérea de Pataias da Direção-Geral do Território, identificar praticamente todos os fornos em laboração. Nesse ano existiam 14 fornos ativos na Brejoeira e 24 na Ratoíinha e Olhos de Água totalizando 38 fornos ativos. Somando as ruínas existentes e fornos sem laboração, obtém-se um total aproximado de 46 fornos.

A 26 de dezembro de 1959, Joaquim Vieira Grilo comprou o forno (RO 7) do seu cunhado António Coelho Pereira Vaz, vulgo leão (CARDOSO, 1959: 57f a 58v), ficando, desta forma, com dois fornos (RO 6 e 7).

A 30 de setembro do ano seguinte, Joaquim Vaz Pereira³², que fabricava cal em dois fornos de aluguer nos Olhos de Água (RO 8 e 9 desaparecidos), foi autorizado a construir dois fornos na sua propriedade, no Carapuço (ATAS CMA 59, 30.9.1960), sendo os últimos dois fornos construídos em Pataias (RIBEIRO, 2018). Todavia, como se localizavam próximos de uma zona habitacional e perante as reclamações dos vizinhos devido à poluição, Joaquim foi obrigado a cessar a exploração e a demoli-los³³.

³¹ António terá adquirido este forno na Brejoeira com o objetivo de vender o seu forno, próximo da Ratoíinha, à Cibra. Este forno havia sido adquirido por Abílio Francisco em 1950 à viúva de Joaquim Vieira Rosálio, Maria Vicência da Encarnação (PONTES, 1950: 3v a 5f).

³² Joaquim Vaz Pereira foi sucessor dos Serranos de Figueiredo, tornando-se no mais importante comerciante de cal e num dos maiores produtores na segunda metade do século XX. Além de comercializar a cal que produzia, comprava parte da produção a alguns dos industriais.

³³ Verifica-se, no entanto, que na fotografia aérea de Pataias de 1965, os fornos ainda existiam.

No ano seguinte, a 18 de agosto de 1961, foi constituída a sociedade “Coutinhos & Salgueiro, limitada”, por Joaquim da Silva Ribeiro Coutinho, António de Sousa Coutinho, Euclides dos Santos Salgueiro e Maria Gisela da Silva Ribeiro. O objetivo da sociedade era “o exercício da indústria de fabrico de cal gorda e demais materiais de construção, transporte de mercadorias e o comércio de produtos do seu fabrico” (DUARTE, 1961: 85f). O capital social, de 50 mil escudos, era dividido em quatro quotas de 12 500\$00. António Ribeiro Coutinho foi o gerente da firma, apesar da escritura atribuir a gerência aos quatro sócios. A empresa produzia cal em três fornos: dois na Brejoeira (B 1 e 2) e outro nos Olhos de Água (RO 12 desaparecido). Os fornos eram propriedade de Maria Neta Coutinho, familiar dos associados. A 20 de Março de 1963 foi celebrado um contrato de arrendamento dos fornos entre Maria Neta e António Coutinho. O contrato refere: “Primeiro – prédio urbano, sito nos Olhos de água que se compõem de forno para o fabrico de cal [...] Segundo – prédio urbano, sito na Bregieira, que se compõe de dois fornos para fabrico de cal” (CASTRO, 1963: 77v a 79f). O contrato refere ainda que o arrendamento será pelo prazo de um ano a contar a partir de abril, com uma renda anual de mil e duzentos escudos. Todavia, deve-se ter em conta que este contrato foi elaborado por motivos meramente formais e legais, não tendo, na prática, o devido efeito (COUTINHO, 2018). Os fornos acabaram por ser doados aos associados a 9 de julho de 1969. Na mesma escritura, surge também “casa de arrecadação de cal [...], pedreira com instalações acessórias, na mata da Brejoeira” (CASTRO, 1969: 36f).

A 27 de Novembro de 1961, Silvino Xavier de Almeida, vulgo Taranta, adquiriu um forno de cal a Maria da Esperança, filha de Joaquim Florêncio Ribeiro (RO 3 desaparecido). A escritura refere “que vende ao segundo, cinco vinte avos indivisos que possuiu no prédio constituído por terreno com oliveiras, vinha, pinhal e forno de cal” (RUA, 1961a: 85f)

No ano seguinte, a 1 de dezembro de 1962, faleceu José Florêncio Ribeiro, vulgo Matreiro. Na escritura de partilhas, de 28 de junho de 1963, a propriedade onde se encontrava o forno (RO 14 desaparecido) e as restantes dependências ficaram na posse de Joaquim Filipe Ribeiro e José Filipe Ribeiro (RUA, 1963a: 88f a 99f) e a firma ficou em nome de José Filipe Ribeiro. Por volta de 1966, por motivos de saúde, José trespassou o negócio ao seu irmão Joaquim. No entanto, foi apenas em 1979 que a firma foi transferida,

oficialmente, para o nome de Joaquim e a propriedade dividida em dois lotes, ficando Joaquim com o forno e o barracão e José com o depósito de cal. Joaquim pagava uma renda ao irmão pela utilização do depósito, até construir um novo, dentro do próprio barracão, em 1980 (RIBEIRO, 2018).

Na década de 60 a indústria de cal de Pataias, atingiu o auge da produção. A utilização crescente de veículos motorizados, nomeadamente a camioneta, permitiu aumentar o número de fornadas anuais. Note-se o caso de Joaquim Ribeiro que só em 1968 realizou 17 fornadas (RIBEIRO, 1968). Um número elevado comprando com as 7 ou 8 fornadas realizadas por Joaquim Vieira Grilo no início da década de 1940 (GRILLO, 1941).

Na fotografia aérea de Pataias de 1965, verifica-se que já se encontravam inativos mais alguns fornos. Desta forma, comparando as fotografias de 1958 e 1965, identificam-se 20 fornos ativos na Ratoíinha / Olhos de Água e 11 na Brejoeira, totalizando, desta forma, 31 fornos. Em 1972 existiam 10 industriais que exploravam 13 fornos nos Olhos de Água / Ratoíinha e 6 na Brejoeira, totalizando 19 (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 – Industriais e fornos ativos em 1972

Núcleo	Quant.	Industrial	Forno
Brejoeira	2	António Rosálio Vieira	8 e 9
	1	António de Sousa Marques	17
	2	Silvino Ferreira	10 e 16
	1	Coutinhos & Salgueiro, Ida	2
Olhos de Água Ratoíinha	2	Hermínio Mota	1 e 2
	2	Joaquim Vieira Grilo	6 e 7
	2	Joaquim Vaz Pereira	8 e 9 desaparecidos
	2	Coutinhos & Salgueiro, Lda	12 desaparecido e 8 (aluguer)
	1	António Vieira Vaz	13 desaparecido
	2	Joaquim Filipe Ribeiro	14 desaparecido e 6 (aluguer)
	2	António H. V. Sobrinho (Bogalhico)	10 e 11 desaparecidos

Fonte: *FOTOGRAFIA*, 1972; *GUIAS*, 1972

A 19 de Junho de 1973, os sócios da sociedade “Coutinhos & Salgueiro” cederam as suas quotas a Vítor Manuel Vieira Matias e sua mulher Odete Matias, naturais de

Alcanhões, Concelho de Santarém (ZARRO, 1973: 33f), exercendo apenas a atividade de transporte de mercadorias. Os fornos faziam parte do património dos antigos sócios e não da sociedade. As quotas foram posteriormente cedidas a Silvino Xavier de Almeida, José Manuel Raimundo de Almeida e Maria Otilia Raimundo de Almeida, sendo uma das empresas que deu origem à atual Transpataiense. António de Sousa Coutinho continuou o negócio de cal em nome individual até falecer em 1979 com apenas 49 anos.

3.6 Decadência e encerramento

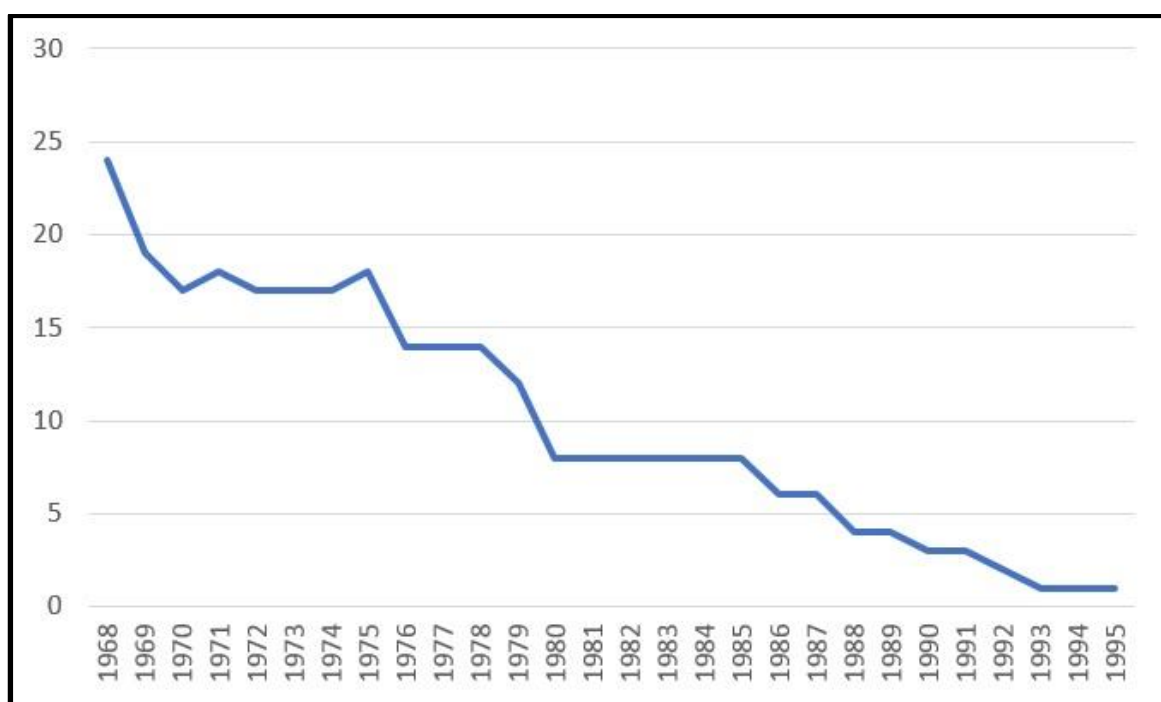
Com recurso às guias de receita da exploração da Pedreira pública, propriedade da Junta de Freguesia, verifica-se uma diminuição acentuada do número de fornos ativos a partir de meados da década de 60 (Gráfico 3.1). Desta forma, sabe-se que Feliciano dos Anjos Coutinho (B 4), Joaquim Manuel (RO 4) e Joaquim Pereira Vaz Coelho (RO 8 e 9) realizaram a última fornada em 1968, António Francisco / José Serradas (B 15) e António Rosálio da Silva em 1969 (B 12), António Sousa Marques (B 17) e António Rosálio Vieira (B 8 e 9) em 1975, António de Sousa Coutinho (B 2 e RO 12 desaparecido) em 1979, Silvino Ferreira (B 10 e 16) provavelmente também nesse ano³⁴ e António Henriques Vieira Sobrinho (RO 10 e 11 desaparecidos) em 1980.

No entanto, o abandono da atividade pelos industriais, nem sempre conduzia à paralisação definitiva dos fornos. Durante os períodos de reparação do forno, que conduzia, inevitavelmente, à interrupção da laboração durante algumas semanas ou meses, era comum os industriais arrendarem fornos, normalmente já sem laboração, para continuar a sua atividade. Desta forma as *GUIAS* (1964-1979), além de referirem o nome do industrial, mencionam para que forno se destinava a pedra. Por exemplo, sabe-se que em 1966 António de Sousa Marques (Ferramenteiro) fez duas fornadas no forno de António da Silva Santos (RO 2 desaparecido) e António de Sousa Coutinho fez duas fornadas no forno de Joaquim Henrique (B 14). Em 1976 Joaquim Filipe Ribeiro (Matreiro) fez duas fornadas no forno de António Rosálio Vieira (B 8 ou 9). Desta forma, apesar dos industriais cessarem atividade, o aluguer de fornos permitiu que estes se mantivessem durante mais

³⁴ O facto de Silvino Feliciano Ferreira deter a sua própria pedreira, não recorrendo, desta forma, à pedreira da Mata, impossibilita saber o ano exato da última fornada. No entanto, alguns industriais referem que Silvino abandonou o negócio de produção de cal no final da década de 70.

algum tempo no ativo. Esporadicamente surgiram alguns indivíduos que tentavam a sua sorte na indústria de cal, sem grande sucesso. Foi o caso de Anselmo Ferreira que fez duas fornadas de cal no forno de Joaquim Henriques em 1971 e Gonçalo Lemos num dos fornos de António Feliciano Custódio (RO 6 ou 7 desaparecidos) em 1985.

Gráfico 3.1 – Fornos em atividade 1968-1995



Fonte: GUIAS, 1968-1979; GRILLO, VAZ, RIBEIRO, 2018

Em 1981, numa entrevista a Joaquim Vieira Grilo, António Vieira Vaz e Joaquim Filipe Ribeiro ao Jornal de Pataias, referem que nesse ano, para além deles próprios, mantinham-se ainda em atividade Hermínio Mota, Joaquim Vaz Pereira e António Henriques Vieira Sobrinho. No entanto, sabe-se, pelas Guias de receita da Junta de freguesia, que este último industrial já não exercia atividade nesse ano. Desta forma, em 1981, existiam cinco industriais de cal que exploravam 8 fornos, todos situados na Ratoínha / Olhos de Água. Uma redução para menos de metade no espaço de 10 anos. A entrevista concluía que:

[...] não temos qualquer relutância em afirmar que, efectivamente, estamos em vias de perdermos qualquer coisa que de uma maneira ou de outra nos diz respeito. Não no sentido meramente económico, mas até e principalmente pelo que os fornos de cal representam em termos de património cultural e industrial.

(JP, mar. 1981: 7)

Entretanto a Cibra, agora Cimpor, comprou algumas propriedades na Brejoeira onde se encontravam diversos fornos (Tabela 3.5), já sem laboração³⁵, justificando a aquisição pelo “facto de ser uma boca zona de pedra e destina-se à reconstituição de reservas de calcário da Pedreira 1” (DIRECTOR CIBRA, 1984).

Tabela 3.5 – Aquisição de fornos pela Cibra

Nome	Data	Nº do Forno
Herdeiros de Maria Neta	13.7.1983	1,2 e 3
M. Natália Franco	24.4.1984	14
Silvino Feliciano Ferreira	29.5.1984	10 e 16
Maria Emília Ascenso	9.8.1985	7

Fonte: *ÍNDICE*, 1983 – 1985: 11

De acordo com as guias de receita de exploração da pedreira, Hermínio Mota realizou a última fornada em 1985 e, em 1987, foi a vez de Joaquim Vaz Pereira cessar a produção, mantendo apenas o comércio de cal até 1988. Em junho 1989 Joaquim Filipe Ribeiro realizou última fornada e encerrou atividade em setembro de 1989 (RIBEIRO, 2018). Em 1990 apenas o forno de António Vieira Vaz, vulgo Leão, e os dois fornos de Joaquim Vieira Grilo laboravam. António Vaz abandonou o negócio em 1991 (VAZ, 2018). Em agosto de 1992, depois de um incêndio que destruiu o barracão de um dos fornos de Joaquim Vieira Grilo (RO 7), agora explorado pelo seu filho António Sebastião Grilo (JP, 31.8.1992: 3), manteve em laboração apenas um forno (Figura 3.1). Em junho de 1995, António cessou definitivamente atividade, depois da venda a última fornada realizada em maio (GRILO, 2018). O Jornal de Pataias noticiou o acontecimento:

Fechou último forno de cal. Depois de em tempos passados Pataias ter ganho um lugar de destaque na produção de cal, chegou a vez do retorno completo, tendo o último dos fornos ainda a laborar fechado no passado dia 30 de junho. Propriedade de Joaquim Vieira Grilo e dirigido pelo seu filho António Sebastião Grilo, este disse ao Jornal que uma das razões se deveu à falta de pessoal para fazer este tipo de trabalho e também à quebra acentuada na venda do produto. O início da decadência deu-se acerca de 15 anos atrás e terminou agora com a extinção completa deste tipo de indústria que tão grandes tradições teve em Pataias.

(JP, 31.8.1995: 1)

³⁵ Dos fornos atualmente existentes, apenas os fornos 4, 8 e 9 do núcleo da Brejoeira ainda se mantêm nas mãos de particulares, ao contrário do que sucede no núcleo da Ratoínha / Olhos de Água em que apenas o forno 12 é propriedade da Cibra.

As razões invocadas pelos industriais para o encerramento da sua atividade fabril prendem-se, sobretudo, com a falta de mão-de-obra disponível, o horário, a dureza do trabalho e as remunerações que os trabalhadores exigiam³⁶. Também se verificava uma quebra nas vendas uma vez que as grandes firmas, como a Siderurgia Nacional, instalaram fornos elétricos para a produção de cal. Na fertilização dos campos verifica-se substituição da cal por produtos químicos.

A partir da década de 50, Pataias tornou-se num grande polo industrial com dezenas de fábricas, principalmente de vidro, madeira, cimento, mobiliário, cerâmica e, mais tarde, também de moldes e plásticos. Na década de 80, António Vieira Vaz, em entrevista ao *Jornal de Pataias* (1981: 7), referia que os trabalhadores dos fornos da cal eram reformados, agricultores em part-time, trabalhadores que trabalham noutras fábricas e necessitam de aumentar o seu rendimento e os tradicionais trabalhadores da cal, que na sua maioria sempre aí trabalharam.

Figura 3.1 – Forno de Joaquim Vieira Grilo (RO6)



Fonte: Antero Coutinho, 2000

³⁶ c.f. Volume II, anexo IV.V – Entrevista aos industriais de cal, 1981.

- CAPÍTULO IV -
A ATIVIDADE INDUSTRIAL DOS SERRANOS DE
FIGUEIREDO

4.1 Os primórdios da atividade industrial de Manuel Serrano de Figueiredo

Os irmãos Serranos de Figueiredo marcaram profundamente a economia pataiense no início do século XX. Apesar de já existir um núcleo considerável de fornos em Pataias na primeira década do séc. XX foi com Manuel Serrano de Figueiredo, a partir de 1909, que a indústria de cal atingiu um notável desenvolvimento. Manuel foi um visionário industrial sem precedentes em Pataias, fazendo chegar a cal de Pataias a todo o país.

Manuel Serrano de Figueiredo nasceu em 1867 no lugar de Mosteiros, freguesia de Alcanede. Radicou-se em Alcobaça³⁷, onde abriu ao público uma mercearia, negócio que trespassou depois da sua mudança para Pataias (SERRANO, 2005: 5). Manuel era republicano, foi vereador da Câmara Municipal de Alcobaça em 1903 e 1904 e presidente da Comissão Paroquial Republicana de Alcobaça (SA, 4.7.1909: 3). Depois da Implantação da República em 1910, foi novamente convidado para Vereador, cargo que rejeitou “devido a ser fiador d’alguns contratos com o município” (ATAS CMA 28, 8.10.1910).

A partir de 1902, Manuel e o seu irmão Joaquim iniciaram-se na indústria de cal, constituindo a sociedade “Serrano & Irmão”. O alvará, datado de 24 de maio de 1902, refere o pedido de licença “para estabelecer dois fornos de coser cal [...] no local denominado a Piedade, freguesia da Vestiaria” (REGISTO DE ALVARÁS, 1902). A 19 de novembro do mesmo ano celebraram uma escritura de arrendamento de uma propriedade na Vestiaria, concelho de Alcobaça, onde construíram os fornos³⁸. A escritura refere que:

[...] é senhor possuidor [João Mendes] de uma propriedade que se compõe de Olival e mata de carvalhos, sita na Piedade [...] e que dá de arrendamento aos segundos outorgantes [Manuel e Joaquim], pelo tempo, renda e condições seguintes:

Primeiro – Que o arrendamento é feito pelo tempo de dezanove anos [...];

Segundo – Que os rendeiros pagarão em cada um dos anos, [...] vinte e quatro mil reis;

Terceiro – Que os rendeiros ficam autorizados a explorar pedreiras e fabricar cal [...].

(RIBEIRO, 1902: 26v a 27f)

³⁷ No final do século XIX, princípios do século XX, a maior parte dos seus irmãos radicaram-se em Alcobaça.

³⁸ O desconhecimento geral da população local sobre os fornos da Piedade (Fervença – Vestiaria), não permitiu saber a localização exata dos fornos. No entanto, em novembro de 1902, o periódico “Semana Alcobacense” anunciava: “Joaquim e Manoel Serrano de Figueiredo vão explorar dois fornos de cal n’uma propriedade próximo aos banhos da Piedade”. Desta forma, pela análise das confrontações que constam na escritura de arrendamento, que menciona um ribeiro a poente (não confundir com o rio Alcobaça ou rio da Fervença) e uma estrada a norte, e pelo trabalho de campo realizado, verificou-se a existência de uma pedreira a cerca de 600 metros a leste das termas da Piedade, onde existiriam, provavelmente, os fornos de cal. Importa referir que, numa escritura de 1906 (RIBEIRO, 1906), apenas é mencionado um forno de cal, apesar das notícias e publicidades mencionarem sempre fornos, no plural.

A 15 de fevereiro do ano seguinte, a sociedade anunciava que “Sae amanhã a primeira fornada. Os proprietários garantem a sua boa qualidade” (SA, 15.2.1903: 3). Em 1903 a sociedade exportava para todo o país pelo caminho de ferro³⁹ em vagões completos e ainda para Brasil e África em barris de 150 ou 200 quilos. (SA, 18.11.1903: 4).

Entretanto, em janeiro de 1904, os irmãos publicaram uma nota de esclarecimento no jornal “Semana Alcobacense”, sobre alguns desentendimentos com outros industriais:

Os abaixo assignados previnem por este meio os srs. Proprietários, de que alguns individuos mal intencionados, unicamente na mira de algum interesse, teem pretendido por todos os modos desviar-lhe a sua freguezia para outros fornos, empregando para tal fim argumentos de mentira, para nos desacreditar o nosso producto industrial. A fim de que os srs. Proprietários se não deixem iludir, nós fazemos esta prevenção, e para provarmos que são falsos os argumentos de taes individuos, nós temos em nosso poder documentos de muitos nossos freguezes de Lisboa e Porto, com que provamos a excelente qualidade da nossa cal, os quaes, os quaes podemos mostrar a quem desejar. Também poderão certificar-se, verificando diversas obras já feitas com a nossa cal, em Alcobaça e n’outras povoações. Finalmente dizemos que em 9 mezes fabricámos 8 fornadas de cal, que toda se vendeu e ainda deixámos de satisfazer algumas encomendas.

(SA, 24.1.1904: 3)

A 30 de Maio de 1905, a sociedade requereu ao Governo Civil de Leiria autorização para a construção de quatro fornos de cal no Monte de Santa Rita em Cós⁴⁰ (*PROCESSO*, 1905d). Em julho a *Semana Alcobacense* noticiava que:

Já começaram a laborar os fornos de cal que os srs Serrano & Irmão acabaram de construir no Monte de Cós [...]. Os srs Serrano & Irmão vão assim alargando a esphera da sua industria, e dando maior saída a esse producto, já com vasto consumo e também acreditado e preferido pelos bons resultados do seu emprego.

(SA, 23.7.1905:3)

A 10 de Janeiro de 1906 a sociedade foi dissolvida ficando Manuel com todo o ativo e passivo da sociedade. A escritura refere apenas a existência de dois fornos: “que tem andado em laboração tanto no forno sito na propriedade [...] no sítio da Piedade, como outro forno situado na freguesia de Cóz em terreno baldio”. (RIBEIRO, 1906: 36v a 38v).

Em janeiro do ano seguinte, Manuel requereu ao executivo Municipal a cedência de terreno público para ampliar o logradouro do forno do Monte de Santa Rita em Coz. No entanto, em maio, o pedido foi rejeitado (*ATAS CMA 27*, 13.5.1907).

³⁹ Provavelmente a cal era expedida da Estação do Valado, a cerca de 2,5 km da Piedade.

⁴⁰ Apesar do pedido referir quatro fornos, provavelmente apenas um forno foi construído. O forno localizava-se próximo da segunda curva na estrada do Monte de Santa Rita (Cós – Montes). Álvaro Santo, presidente da União de Freguesias de Coz, Montes e Alpedriz, confirmou a existência das ruínas de um forno de cal, naquele exato local e que foi aterrado há muitos anos.

Em maio de 1908, a “Semana Alcobacense” noticiava: “Acham-se em laboração os fornos de cal de Santa Rita e da Fervença, pertencentes a Manuel Serrano de Figueiredo” (SA, 17.5.1908: 4). Confirma-se, portanto, que Manuel Serrano continuou a indústria de cal em nome pessoal, pelo menos mais dois anos.

Manuel Serrano chegou à freguesia de Pataias em 1909, na altura com 42 anos, com o objetivo de contruir fornos e explorar a indústria de cal. No entanto, ao contrário do que seria de esperar, as suas atenções concentraram-se em Paio de Cima⁴¹, na Martingança, e não em Pataias. A 13 de março de 1909, Manuel celebrou uma escritura de arrendamento para a exploração de uma propriedade em Paio. A escritura refere:

[António Francisco Moleiro] é senhor possuidor de uma propriedade denominada Payo de Cima, limite da Martingança, freguesia de Pataias, que se compõe de terra de sementeira, pinhal e alguma vinha (...). Nesta propriedade há a descoberto uma pedreira cuja exploração por esta escritura cede ao segundo outorgante rendeiro Manuel Serrano de Figueiredo a contar do primeiro de Abril próximo e a terminar em igual dia e mês do ano de mil novecentos e vinte e oito, pagando-lhe por esse exploração a quantia de oitenta reis por cada tonelada de cal fabricada com a pedra que d’ahi extrahir. Nessa mesma propriedade cede ao segundo outorgante, do lado norte, um traço de terreno medindo do norte ao sul vinte metros e trinta de nascente a poente, para ahi edificar fornos de cal mais as acomodações que este necessite para a sua indústria, ficando a pagar-lhe (...) a renda anual de cinco mil reis.

(RIBEIRO, 1909: 32v a 33v)

Em julho requereu autorização para a construção e em novembro foi concedida a respetiva licença (PROCESSO, 1909). Nada mais se sabe sobre a atividade de Manuel em Paio. Contudo, a transferência da sua indústria da Piedade e do Monte de Santa Rita para Paio, apresentava um objetivo definido: a exportação de cal através da Estação Ferroviária da Martingança, situada a cerca de 900 metros da propriedade. Atualmente existe um forno de cal na referida propriedade, que terá sido construído por Manuel Serrano, em 1909, uma vez que a escritura não menciona a existência de qualquer forno. Elvira Soares, atual proprietária⁴², refere que não existe memória do forno em laboração, nem de “ouvir falar do António Moleiro cozer cal” (SOARES, 2018). Pela análise *in loco* do interior do forno, pode-se afirmar que pouco ou nada laborou (Figura 4.1 e 4.2).

⁴¹ A cerca de 4 quilómetros a norte de Pataias.

⁴² Viúva de José Soares Dinis, neto de António Francisco Moleiro.

Figura 4.1 – Forno de Paio

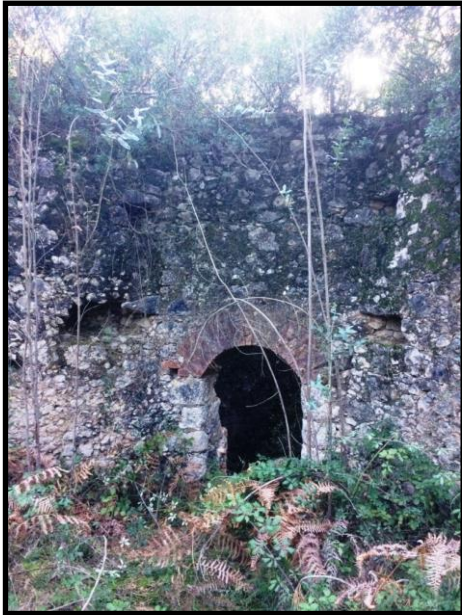


Figura 4.2 – Interior do forno



Fonte: Tiago Inácio, 2018

4.2 A atividade industrial em Pataias

Como se referiu, Manuel Serrano pretendia, inicialmente, explorar a indústria de cal em Paio. Efetivamente, verifica-se que entre março (mês escritura) e julho (mês do pedido de licenciamento) o seu foco foi Paio de Cima. Todavia, foi em Pataias que acabou por se estabelecer. Desconhecem-se os motivos desta mudança. No entanto, a possibilidade de criação de um ramal ferroviário em Pataias para exportação da cal foi certamente um fator preponderante para a mudança de local. Em outubro, já Manuel pretendia construir os seus fornos e continuar a indústria de cal em Pataias e não em Paio. A 15 desse mês, Manuel associou-se com o seu primo, João Lameiras de Figueiredo, residente em Alcobaça. Os estatutos⁴³ da sociedade referem:

1º A sociedade funcionará sob a firma Serrano e Lameiras;

2º A sua sede e escritório ficam situados nesta vila de Alcobaça;

3º O objecto da sociedade é a exploração da indústria de cal, bem como o comércio de quaisquer outros artigos e a exploração de outra qualquer concepção que a sociedade pretenda; [...]

6º Ao encargo da sociedade fica todo o activo e passivo da extinta firma comercial 'Manuel Serrano de Figueiredo';

7º O capital social é de 8 000\$00 dividido em partes iguais; [...]

(CARDOSO, 1909: 7f a 8f)

⁴³ c.f. Volume II, anexo III.I – Constituição da sociedade "Serrano & Lameiras", 1909.

A 17 de novembro, Manuel celebrou um contrato com a Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses para a construção de um ramal ferroviário em Pataias, paralelo à linha ferroviária existente, para exportação da cal. Ao contrário dos industriais de cal de Pataias, que construíam os seus fornos próximos das pedreiras, Manuel edificou o seu forno duplo próximo da linha de caminho de ferro e instalou uma linha *decauville* entre os fornos e as pedreiras, localizadas cerca de 600 metros a norte. Estes factos provam que, à época, Manuel foi um visionário industrial sem precedentes e o mais importante industrial na freguesia no início do século XX⁴⁴, fazendo chegar a cal de Pataias a todo o país.

A 18 de abril de 1914, a sociedade foi dissolvida⁴⁵ depois do falecimento de João Lameiras. Manuel Serrano ficou com todos os bens imobiliários da extinta sociedade, cabendo à viúva de João, Lídia de Oliveira, o valor de 2676\$19 (CARDOSO, 1914: 10v a 13f).

Três anos depois, em janeiro, Manuel Serrano celebrou um contrato com Silvério Taibner de Morais Ribeiro, para o arrendamento de três fornos de cal. De entre as várias cláusulas, importa destacar:

Primeiro – O Arrendamento durará dezanove anos seguidos [...]

Segundo – O arrendatário pagará a renda anual de duzentos escudos [...]

Terceiro – Este arrendamento é para o fim do arrendatário explorar ahi a indústria da fabricação de cal nos três fornos lá existentes.

Quarto – O arrendatário poderá explorar e arrancar a pedra onde lhe convenha [...]

Quinto – O senhorio reserva o direito de ali retirar qualquer porção de pedra [...]

Sexto – Os pinheiros, lenha e mato ali existentes e que de futuro se crearem pertencerão também ao senhorio ou a seus herdeiros.

(Júnior, 1917: 47v a 48f)

Desta forma, Manuel Serrano passou a explorar cinco fornos de cal: três próximos da pedreira, onde atualmente se encontra a lagoa dos Olhos de Água e um forno duplo próximo da linha férrea.

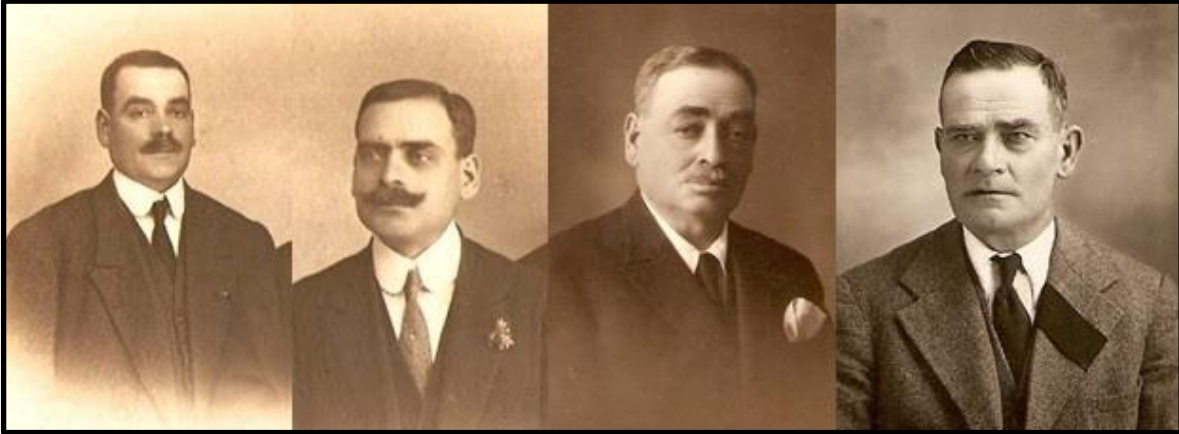
Entretanto, a dois de julho de 1918, faleceu Manuel Serrano, solteiro, com apenas 51 anos. Os seus irmãos foram nomeados herdeiros e seus sucessores. No entanto, a dois de setembro, Joaquim, António, Francisco e Luís Serrano de Figueiredo, compraram aos restantes irmãos o direito à herança do falecido Manuel (NOVA, 1918: 36f a 38v). Em 1919,

⁴⁴ c.f. Volume II, anexo IV.II – Manuel Serrano, 1929.

⁴⁵ c.f. Volume II, anexo III.II – Dissolução da sociedade “Serrano & Lameiras”, 1914.

Joaquim, Francisco e Luís Serrano de Figueiredo⁴⁶ adquiriram, a Silvério Taibner de Moraes Ribeiro, os fornos que Manuel tinha arrendado dois anos antes (NOVA, 1919: 34v).

Figura 4.3 – Os irmãos Serrano de Figueiredo
(da esquerda para a direita: Manuel, Francisco, Joaquim e Luís)



Fonte: Fotografias cedidas por Pedro Serrano

A 24 de janeiro de 1920, os irmãos Joaquim, Francisco e Luís (Figura 4.3), constituíram uma sociedade⁴⁷ com Manuel Pereira⁴⁸, denominada “Serranos & Pereira, Limitada”. Importa destacar duas das cláusulas dos estatutos da sociedade:

Segundo: O objecto da é a exploração da indústria e comércio de pedreiras, cal, lenhas, madeiras, cereais, moagens e do que mais a sociedade resolver [...].

Quarto: O capital social é de 40 000\$00, representado e dividido em quatro quotas de 10 000\$00: constituída cada uma das quotas dos sócios Serranos por 1 700\$00 em propriedades que em comum lhes pertencem, [...] eles trazem para a sociedade e nele põem em comum com o outro outorgante, e por 8 300\$00 em material circulante, utensílios, mercadorias, e dividas activas da firma do falecido Manuel Serrano de Figueiredo [...]; e constituída a do sócio Pereira por 700\$00 em propriedade [...]. Que este sócio entra para a sociedade e nela põe em comum e por 9 300\$00 em mercadorias, material, utensílios e dinheiro.

(NOVA, 1920: 9v a 10v)

A sociedade contava com três gerentes: Manuel Pereira, responsável pela compra, venda e serração das madeiras e lenhas, Luís Serrano de Figueiredo, responsável pelas pedreiras, cal, cereais, moagens, escritório e caixa e ainda Joaquim Serrano de Figueiredo. Francisco⁴⁹ foi o único que não exerceu qualquer cargo de gerência.

⁴⁶ Luís já trabalhava com o irmão Manuel no negócio da cal desde 1912 / 1913 (SERRANO, 2009: 6).

⁴⁷ c.f. Volume II, anexo III.IV – Constituição da sociedade “Serranos & Pereira”, 1920.

⁴⁸ Manuel Pereira detinha, à época, uma serração de madeira, próxima dos fornos dos serranos. Esta sociedade resulta da fusão da serração com o negócio da cal.

⁴⁹ Francisco era proprietário, nas Caldas da Rainha, da firma “Móveis Serrano”.

Esta sociedade foi a base da constituição da “Empresa Vidreira de Pataias”, fundada a 25 de fevereiro de 1921 por Joaquim, Francisco e Luís Serrano de Figueiredo, Manuel Pereira e António Pereira Roldão (INÁCIO, 2018: 15-16).

Figura 4.4 – Publicidade Serranos & Pereira



Fonte: SA, 13.6.2020: 4

A 12 de Janeiro de 1922, Manuel Pereira abandonou a sociedade, ficando como únicos sócios os três irmãos. Desta forma a sociedade alterou a sua designação para “Serranos, Lda”⁵⁰ (NOVA, 1922b: 2f a 3f).

Por mérito de Luís Serrano foi criada, em 1923, uma caixa postal, junto ao Apeadeiro de Pataias, com a denominação de Pataias-Gare “pedindo [à câmara Municipal] para a mesma povoação ser registada com esta última designação.” (ATAS CEMA 6, 16.11.1923). Desta forma, a zona sul de Pataias passou a denominar-se por Pataias-Gare.

Em dezembro de 1931, faleceu Joaquim Serrano de Figueiredo (EA, 1.12.1932: 2) e a 21 de outubro do ano seguinte a sociedade foi dissolvida⁵¹. As propriedades da extinta sociedade, no valor total de 18 759\$20, foram adjudicadas à Maria da Conceição Serrano e Ilda Serrano, respetivamente viúva e filha de Joaquim, e ao irmão Francisco Serrano de Figueiredo tendo Luís Serrano recebido o valor em tornas (NOVA, 1932b: 8f a 12f). Luís manteve o negócio de cal, em nome individual, explorando os fornos que eram agora do seu irmão Francisco, da Maria e Ilda Serrano, pagando, provavelmente uma renda

⁵⁰ c.f. Volume II, anexo III.V – Alteração da sociedade “Serranos & Pereira”, 1922.

⁵¹ c.f. Volume II, anexo III.VI – Dissolução da sociedade “Serranos”, 1932.

simbólica. SERRANO (2005: 8) refere que “a grande prosperidade do negócio da venda de cal, deveu-se ao avô Luís, que chegou a fazer viagens para fomentar o negócio à Madeira e aos Açores. A cal, era embalada em barricas construídas no local”, referindo uma carta datada de 1933, escrita por Luís, a bordo do navio Lima, “numa das suas viagens para visitar clientes das ilhas”.

Em 1937, através de um anúncio, sabe-se que Luís Serrano pretendia arrendar um forno de cal (EA, 24.8.1937: 1), provavelmente um dos três fornos que foram adquiridos a Silvério Morais em 1919.

Figura 4.5 – Fornos de cal dos Serranos



Fonte: Fotografia cedida por Pedro Serrano, década de 1940

4.3 O monopólio e o fim da Era dos Serranos

Desde, pelo menos, a década de 20, que existia uma monopolização do comércio de cal por parte Serranos. A exportação de cal para Portugal continental, ilhas, colónias⁵² e, provavelmente, também para o Brasil, obrigou os Serranos a adquirirem cal aos produtores Pataienses. Efetivamente, numa ata da Câmara Municipal de Alcobaça de 1927,

⁵² c.f. Volume II, anexo IV.IV – Os fornos de cal de Pataias, 1942.

é referida uma fatura de cal fornecida “pela firma Serranos, Lda, da qual constam cinco outros” (ATA CMA 33, 21.2.1927). Desta forma, a maior parte dos industriais, nesta época, dependia diretamente dos Serranos para vender as suas fornadas de cal.

Entretanto, a 28 março de 1935, Luís Serrano celebrou um contrato⁵³ com 17 industriais de cal⁵⁴, na qual se constituía um cartel, regulando-se, desta forma, a venda e produção de cal em Pataias. Para além de se estabelecerem os preços de venda e revenda da cal, acordou-se que Luís Serrano era o único revendedor geral e o único que podia exportar cal pelo caminho de ferro. Este podia cozer uma média de duas fornadas por mês ao contrário dos restantes industriais que coziavam alternadamente e de acordo com as necessidades do momento, sob autorização de Luís Serrano. O documento previa ainda a integração de novos industriais assim como a aplicação de coimas e sanções para quem transgredisse o contrato (NOVA, 1935: 2f a 5f). Desta forma, Luís Serrano monopolizava a indústria de cal de Pataias. RIBEIRO (2018), conta que “os fornos chegavam a estar empedrados um mês à espera de que os Serranos dessem ordem para cozer, porque eles compravam tudo”. Também GRILLO (2018) refere que o pai, Joaquim Vieira Grilo, construiu um pequeno depósito de cal na década de 40, para começar a vender cal por conta própria “porque tinha de estar à espera da autorização dos Serranos para acender o forno. Os primeiros tempos a vender por conta própria foram difíceis, porque os Serranos é que vendiam a maior parte da produção de cal de Pataias”. Nas memórias da família Serrano, refere-se que “Luís organizou com 18 produtores locais [na realidade eram 18 produtores a contar com Luís Serrano] uma espécie de Associação, destinada a fixar os preços de comercialização. Consta que se reuniam todas as quartas-feiras à noite no escritório do avô Luís” (SERRANO, 2005: 8).

A 2 de abril de 1938, foi constituída a sociedade “A Caleira”⁵⁵ com sede em Lisboa, num barracão na Quinta de São João na estrada das Amoreiras, com o objetivo de vender a cal de Pataias e outros materiais de construção, a preço de revenda, em Lisboa. O capital

⁵³ c.f. Volume II, anexo III.VII – Contrato entre Luís Serrano e os industriais de cal, 1935.

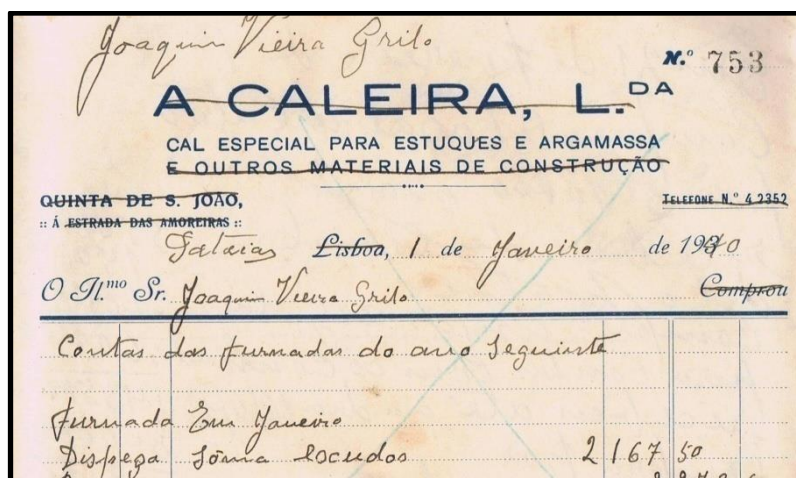
⁵⁴ Assinam o documento: Luís Serrano de Figueiredo, António Francisco Custódio, José Florêncio Ribeiro, Feliciano Pereira Vaz, Silvério da Silva Bagagem, António Feliciano Custódio, António Mateus Castanheiro, António Henriques Bogalho, António Faustino Sobrinho, Joaquim Francisco das Serradas, António Ribeiro Marques, Silvino Feliciano Ferreira, José Ribeiro Marques, António Ascenso Ribeiro, António Inácio Castanheiro, Artur Castanheiro, José Pereira Mota e Joaquim Manuel Raimundo Júnior.

⁵⁵ c.f. Volume II, anexo III.VIII – Constituição “A Caleira”, 1938.

social, de 51 contos, era dividido de 17 quotas de 3 contos cada dos seguintes industriais: António Ascenso Ribeiro, José Ribeiro Marques, Artur Castanheiro, António Henriques Bogalho, Joaquim Francisco das Serradas, Silvério da Silva Bagagem, José Feliciano Ferreira, Feliciano Pereira Vaz, António Francisco Custódio, António Rosálio Vieira, Joaquim Vieira Grilo, António Feliciano Custódio, António Ribeiro Marques, António Castanheiro, Luís Serrano de Figueiredo, António Marques Castanheiro e José Florêncio Ribeiro. A gerência da sociedade ficou a cargo de Luís Serrano e de José Florêncio Ribeiro (NOVA, 1938: 47v a 50f).

Pouco mais se sabe sobre esta sociedade. RIBEIRO (2018), filho de José Ribeiro (sócio-gerente) recorda que “o meu pai andar sempre a discutir com o Luís por causa da sociedade”. No entanto, sabe-se que a sociedade não chegou sequer a 1940. A comprovar este facto surge um livro de registos da Caleira que Joaquim Vieira Grilo utilizou em proveito da sua própria firma, rasurando os dados relativos à sociedade (Figura 4.6).

Figura 4.6 – Recorte da primeira página do livro de registos da Caleira



Fonte: GRILO, 1940-1948

Entretanto, a 28 de dezembro de 1942, uma das filhas de Luís Serrano, Maria Celeste (1923 – 2004), casou com Joaquim Vaz Pereira e mudou-se para Vila Nova de Gaia, onde Joaquim trabalhava. Por volta de 1943, o casal regressou a Pataias (SERRANO, 2018).

No ano seguinte, a 13 de janeiro de 1944, constituiu-se uma sociedade entre Luís e o seu genro Joaquim Vaz Pereira, com a denominação “Luís Serrano & Companhia”⁵⁶, com

⁵⁶ c.f. Volume II, anexo III.IX – Constituição da sociedade “Luís Serrano & cia”, 1944.

o objetivo de fabricar e vender cal e com o capital de 20 contos: 15 contos de Luís Serrano e 5 contos de Joaquim (CORREIA, 1944: 76v a 78v).

No ano seguinte, a 15 de março de 1945, a recentemente fundada Cibra – Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos, comprou todas as propriedades, fornos, casas e linha *decauville* a Francisco Serrano e Maria Serrano, viúva de Joaquim Serrano, à época os únicos proprietários de todos os bens dos Serranos em Pataias⁵⁷. A escritura refere ainda a venda de outros bens como “um cofre, uma máquina de escrever *Monarch*, uma secretária, duas mesas, um armário de madeira, uma prensa, uma báscula [...]” (SOUSA, 1945a: 74v).

No mesmo dia, Luís Serrano cedeu a quota da sociedade “Luís Serrano & companhia” à Cibra⁵⁸ e Joaquim Vaz Pereira prometeu “seder [*sic*] à Companhia [...] aquela sua cota [...] pelo valor de trezentos e setenta e cinco contos e a respetiva escritura será celebrada se à Cibra convir e quando lhe convir” (SOUSA, 1945a: 78v). Desta forma a Cibra detinha 75% do capital e Joaquim Vaz Pereira os restantes 25% (SOUSA, 1945a: 75v a 79f). A 7 de maio do mesmo ano, os Estatutos da sociedade foram alterados, nomeadamente o artigo cinco que referia, agora, que a quota de Joaquim Vaz Pereira estava sujeita ao direito de preferência por parte da Cibra. Na mesma escritura, Luís Serrano prestou o seu consentimento para a firma continuar a utilizar o seu nome na denominação social (SOUSA, 1945b: 60v a 62v). No relatório de contas da Cibra de 1946, verifica-se que a rubrica “Participações em Sociedades”, aumentou de 15 contos em 1945 (DG, 26.8.1946: 2178) para 19,90 contos em 1946 (DG, 30.5.1947: 1504). Com o lançamento da primeira pedra das instalações fabris da Cibra em junho de 1946, esta terá adquirido, provavelmente, parte da quota de Joaquim Vaz Pereira. Desta forma, concluiu-se que a Cibra participou diretamente na indústria de cal em Pataias, antes da inauguração das instalações fabris em

⁵⁷ Em março 1940, Luís Serrano vendeu ao seu irmão Francisco todas as suas propriedades em Pataias (LEMOS, 1940: 38v a 40v). Desconhecem-se, no entanto, os reais motivos da venda, uma vez que Luís continuou a habitar em Pataias-gare e a explorar os fornos de cal, pagando, provavelmente, uma renda simbólica ao seu irmão.

⁵⁸ Com a cedência de quotas à Cibra, Luís mudou-se para Lisboa e, em 1946, para Runa (Torres Vedras). Nesse ano constituiu uma sociedade com o seu filho Manuel Serrano Ferreira de Figueiredo, com a denominação “Serranos, Lda”, com sede em Runa, com o objetivo de comercializar vinhos (e provavelmente também produzir) e com capital social de 100 contos, 75 do Luís e 25 do Manuel (DG, 3.4.1946: 874). No entanto os negócios não decorreram da melhor forma, tendo Luís regressado a Lisboa em 1948 e posteriormente a Pataias, onde faleceu a 11 de dezembro de 1953 (SERRANO, 2018).

1950. Numa fotografia datada de 1948, onde se observa a construção da unidade fabril da Cibra, verifica-se que os fornos ainda laboravam.

Em 1949, para a construção da avenida de acesso às instalações da fábrica, os fornos, depósito, barracões e demais dependências foram demolidas⁵⁹. Com esta demolição terminou definitivamente o ciclo industrial dos Serranos de Figueiredo em Pataias⁶⁰ e iniciou-se um novo com Joaquim Vaz Pereira, sucessor dos negócios de cal de Luís Serrano. Joaquim tornou-se num dos mais importantes comerciantes e produtores de cal, em nome individual, durante a segunda metade do século XX. Além do negócio caleiro, Joaquim era sócio principal da “Industrial de Pataias, limitada”, importante cerâmica (tijolo e telha) constituída em 1945, da “Vencedora Ramos” e da “Santos & Chagas”, que se dedicavam aos transportes de mercadorias.

4.4 A linha *decauville*

A falta de documentação não permite saber exatamente o ano da sua construção da linha. No entanto, ela foi, certamente, construída logo após a construção dos fornos de Manuel Serrano em Pataias. A primeira documentação surge em 1920, quando os fornos eram explorados pela sociedade “Serranos & Pereira”. Numa escritura de arrendamento datada de 7 de setembro desse ano, refere que António Carreira e sua mulher:

[...] dão de arrendamento à referida firma, uma parte de cada um dos dois prédios mencionados, sendo esta parte, aquela que se encontra assente a linha férrea do sistema decauville, pertencente à referida firma, em todo o seu comprimento e com a largura de 6,5 metros, e que esta largura abrange a própria linha com mais uma margem de três metros de cada lado da mesma, ou seja, 3,25 metros para cada lado, a partir do eixo da linha, que é a área que se constituiu arrendada.

(PINTO, 1920: 27f)

Em 1926 a firma “Serranos, Lda” comprou a Joaquim Coelho da Silva e a Joaquim Manuel Raimundo:

[...] uma faixa de terreno [...] com o comprimento de oitenta e cinco metros e a largura de seis metros e meio e que é precisamente a faixa em que dentro do prédio, está assente a linha férrea decauville da sociedade compradora para serviço das suas

⁵⁹ Com exceção da casa de Manuel Serrano, que serviu de residência a alguns dos administradores e técnicos da Cibra. Foi demolida na década de 1970.

⁶⁰ No entanto a sociedade “Luís Serrano de Figueiredo & cia”, nunca foi dissolvida. Em 1999, o tribunal judicial de Alcobça decretou a dissolução e a liquidação da sociedade no prazo de um ano, por não ter efetuado o aumento do capital social para 400 contos (OLIVEIRA, 1998-2000), à época, capital social mínimo para as sociedades. Joaquim Vaz Pereira já havia falecido em 1993, assim como todos os antigos acionistas da Cibra (antes da nacionalização em 1975).

pedreiras. (...) Que os vendedores ficam com serventia permanente de pé e carro sobre a linha decauville acima indicada no extremo poente da faixa vendida.

(NOVA, 1926: 44v a 45f)

As duas escrituras comprovam que a linha já existia e que se tratava, provavelmente, de uma formalização dos acordos com os proprietários dos terrenos que a linha atravessava. A linha principiava junto dos fornos, percorria os terrenos de António Carreira, Joaquim Coelho da Silva, Joaquim Manuel Raimundo e terminava na pedreira dos Serranos, onde existiam outros três fornos de cal.

Figura 4.7 – Foto aérea de Pataias-Gare



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra-Pataias, 1945

Na escritura de venda das propriedades dos Serranos à Cibra em 1945, refere, além da linha assente, “uma linha decauville solta e uma vagoneta, que se encontra depositada no primeiro prédio urbano referido” (SOUSA, 1945: 74v).

RIBEIRO (2018) conta que a linha “possuía uma ligeira inclinação. Não havia bois nem locomotivas para empurrar as vagonas. Como dos fornos para a pedreira a linha era a subir e a vagona estava vazia, não era necessária força. Depois da pedreira para os fornos era a descer e a vagona até tinha um travão para não ganhar velocidade”.

Pedro Serrano, recorda que:

A nossa linha da vagoneta ia de pedreira até meio dos dois fornos e mesmo sem autorização dos pais foi sempre uma tentação mesmo para as crianças (...) O seu funcionamento era muito primitivo: apenas uma alavanca, que na altura de fazer parar se carregava com o pé. Mas nem sempre o processo correu bem e uma ou duas vezes caiu entre os fornos tendo os condutores de saltar para não seguirem o seu rasto.

(SERRANO, 2008)

Entretanto a Cibra utilizou e ampliou parte da linha para transportar a pedra até à fábrica. Em 1954, o comprimento total da linha *decauville* era de 3100 metros, sendo 500 metros “procedentes da primitiva instalação dos fornos de cal” (*RELATÓRIO*, 1956: 10).

A linha foi sucessivamente ampliada à medida que a área de exploração da pedreira aumentava. No início da década de 60, com o início da exploração da pedreira da Alva e a construção do teleférico de transporte da pedra da nova pedreira da Alva para a fábrica, a linha da pedreira dos Olhos de Água foi desativa e desmantelada. Alguns dos vagões que circulavam na linha foram adaptados para circularem no teleférico (SERRADAS, 2018).

Atualmente é possível observar, entre a fábrica e a pedreira dos Olhos de Água, os pequenos vales onde se encontrava assente a linha *decauville*. Um pequeno deslizamento de terras num dos vales colocou a descoberto um segmento de carril.

- CAPÍTULO V -
O COMPLEXO INDUSTRIAL

Não se pode referir apenas a existência de fornos, mas sim de um conjunto de construções que integravam o complexo fabril. Assim, além do forno propriamente dito com o seu pequeno alpendre, integrava, por norma, um barracão para armazenamento do combustível, os depósitos para armazenamento da cal, e os anexos que serviam para resguardo das ferramentas e para abrigo dos forneiros.

5.1 Os fornos

Em território nacional existem quatro tipos de fornos de cal artesanais: o forno de cozedura em camadas, pouco comum do qual não existe atualmente nenhum exemplar, observando-se apenas algumas ruínas desta tipologia no concelho de Bragança; o forno de cozedura mista, pouco vulgar e que cozia simultaneamente pedra e produtos cerâmicos, observando-se alguns exemplares no concelho de Miranda do Corvo; os fornos de grelha e cinzeiro, pouco frequentes, observando-se alguns exemplares musealizados no Casal de Santo Amaro (Penacova); e os fornos do tipo caldeira, de longe a tipologia mais comum em todo o território nacional (GOUVEIA & CARVALHO, 2003: 136) e onde se inserem os fornos artesanais de cal de Pataias⁶¹. Atualmente, a cal nacional é produzida em larga escala, em fornos industriais, rotativos, de produção contínua. Trata-se da adaptação dos fornos *Hoffmann*, de cerâmica, à produção de cal (MENDES, 2013: 89). No entanto, existe pelo menos um forno de cal tradicional ainda em laboração na localidade de Maxieira (Fátima) explorado pela sociedade “Maxical”.

Os primeiros fornos em Pataias eram, normalmente, construídos na própria pedreira. A pedra era extraída, formando-se uma cavidade e construindo-se em seguida uma parede em pedra e barro com portal, no acesso ao seu interior. Não existia, portanto, a construção de um forno propriamente dito. O forno era inserido na própria pedreira. Com exceção do portal, o revestimento interior do forno era a própria pedra calcária rebocada com barro. O problema destes fornos é que esse revestimento interior, sendo em pedra calcária, também cozia. Algumas fornadas depois, o interior do forno ficava demasiado amplo (Ribeiro, 2018). No início década de 70, durante a exploração da pedreira da Mata, Silvério Jorge Bagagem, encarregado de Joaquim Vaz Pereira, ao remover areias e outros

⁶¹ Alguns fornos do tipo de caldeira em território nacional apresentam no topo uma cúpula fixa ou chaminé. No caso dos fornos de Pataias, são de estrutura simples não apresentando qualquer estrutura no topo.

resíduos, descobriu um forno deste tipo. Em 1981, Joaquim Grilo, em entrevista ao Jornal de Pataias, refere essa descoberta: “um facto curioso, que não teve a devida atenção, foi o aparecimento de um forno antiquíssimo há cerca de 10 anos [...]. Posso adiantar que esse forno foi visto por algumas pessoas que se deslocaram propositadamente ao local” (JP, mar. 1981: 7). Este tipo de fornos, utilizados provavelmente nos primórdios da indústria de cal em Pataias, não teriam, portanto, uma continuidade.

Desta forma surgem os fornos de cal de Pataias, construídos de raiz e seguindo uma determinada arquitetura que pouco difere de outros fornos do tipo caldeira.

5.1.1 Os materiais dos fornos

Nos fornos mais antigos, verifica-se que são construídos apenas com pedra e barro. Todos os fornos que apresentam estes materiais arcaicos, serão provenientes, pelo menos do século XIX, sendo o forno B 1 o mais representativo dessa época.

No início do século XX começaram-se a fabricar tijolos de argila, vulgarmente conhecidos como adobe em barro, produzidos numa forma de madeira e secos ao sol⁶². Os adobes, utilizados na construção de um novo forno, acabam por cozer durante a primeira fornada de cal. No entanto, estes não eram fabricados com o vulgo barro vermelho, mas com uma mistura de barro vermelho com o vulgarmente conhecido barro brandura, de cor clara, mais maleável, e capaz de suportar elevadas temperaturas sem diminuir de volume ao contrário do que ocorria com o barro vermelho. Segundo RIBEIRO (2018), “o tijolo fabricado apenas com argila vermelha diminuía muito de volume com o calor e passado algumas fornadas começavam a cair das paredes interiores”. Quando se abriam poços e se descobria este tipo de argila, era comum alguns industriais aproveitarem-no para obras no forno e para produzirem tijolos por conta própria. Esta argila era igualmente utilizada na união entre os tijolos. A maior parte dos fornos existentes encontram-se revestidos com este tipo de material.

A partir da década de 70 começou-se a utilizar o tijolo refratário de sílica. Apesar de ser um material com um custo muito elevado, possui uma durabilidade e capacidade de

⁶² Na segunda metade do século XX, estes tijolos eram fabricados por processos industriais, nas cerâmicas da região e posteriormente substituídos pelos tijolos de burro de dois furos.

retenção de calor muito superior. Os últimos fornos em laboração (RO 6 e 7) encontram-se precisamente revestidos com este tipo de tijolo. RIBEIRO (2018) recorda que no início dos anos 80 “o Joaquim Grilo cozia muito e andava sempre a reparar o forno. Então investiu algum dinheiro, comprou tijolo refratário e reconstruiu o forno. Ele até comprou sacos de sílica para utilizar nas juntas dos tijolos”. Outra solução, mais económica, e adotada por Joaquim Ribeiro, foi comprar tijolo refratário usado, depois da demolição e reconstrução dos fornos de vidro das fábricas da Marinha Grande: “combinava-se com os patrões e quando um forno de vidro fosse demolido eu ia lá comprar o tijolo refratário, ficando muito mais barato do que se comprasse novo” (RIBEIRO, 2018).

5.1.2 A construção do forno

A construção de um forno, de raiz, inicia-se pela abertura de uma cavidade, no solo, que variava entre 1,5 e 2 metros de profundidade, de forma a que o forno seja parcialmente soterrado para não ficar demasiado alto e para facilitar o acesso ao cimo. De seguida assentam-se os primeiros tijolos, em círculo, com duas camadas (interior e exterior), formando uma parede dupla. À medida que a construção cresce em altura, vai-se criando o aterro em torno da construção, sendo um trabalho, por norma, realizado por mulheres que transportavam a terra e outros resíduos⁶³ em gamelas. O aterro possuiu uma dupla finalidade: sustentar a pressão exercida pela pedra, uma vez que a pedra aumenta de volume nas primeiras horas de cozedura, e para permitir o acesso ao topo do forno. A partir dos três ou quatro metros, o forno começa a estreitar: “se a base da caldeia tinha 5 metros, o forno no topo terminava com 3,80 a 4 metros” (RIBEIRO, 2018). A base do forno era em terra e construía-se, por norma, o peal, que rodeada a base da caldeira. Na base era aberto o portal que permitia o acesso ao interior do forno / caldeira. Dependendo da altura e do grau de inclinação do aterro, poderia existir um recorte no topo, que se designava por portal superior (Figura 5.1). Verifica-se que os fornos mais antigos apresentam o topo do portal inferior em forma de V invertido⁶⁴, constituído por duas pedras, ao contrário dos mais recentes que apresentam um arco de volta perfeita em tijolo. Por cima do portal

⁶³ Alguns dos aterros eram parcialmente constituídos pelos resíduos, terras e areias que se extraíam das pedreiras.

⁶⁴ Como o caso do forno B 1 e RO 11.

colocavam-se vigas de madeiras, posteriormente em cimento, que serviam para sustentar a pressão na parede frontal do forno durante as primeiras horas de laboração.

Enquanto o aterro cresce em altura começam-se a construir as paredes laterais ao do portal inferior, em forma de cunha, que servia para sustentar lateralmente o aterro (Figura 5.2). Nessas paredes, denominadas por couraças, assentava um pequeno telheiro em telha canudo ou marselha. Nas laterais inseriam-se, por norma, duas copeiras que serviam para colocar o farnel, garrafa de vinho ou garrafa de aguardente. Próximo do portal observa-se, ainda, uma copeira de reduzidas dimensões, popularizada por cigarreira onde se colocava, por norma, o maço de tabaco.

Na maior parte dos fornos o portal está direcionado a sul “porque as ventanias eram mais a norte e as ventanias transtornavam a queima da lenha porque entrava o vento pela boca do forno” (RIBEIRO, 2018).

Figura 5.1 – Portal superior



Fonte: Tiago Inácio, 2018

Figura 5.2 – Portal inferior, vigas em madeira e couraças



Fonte: Tiago Inácio, 2018

5.2 O barracão

No início do século XX, não existiam barracões para armazenamento do combustível. A produção de cal limitava-se ao verão, não sendo necessário, portanto, um edifício para resguardo do combustível utilizado. Os Serranos deverão ter sido os pioneiros na utilização de barracões com este fim. Desta forma, os barracões começaram a surgir, provavelmente, a partir da década de 20. Com base dos levantamentos aéreos da Direcção-Geral do Território, é possível identificar os barracões existentes em determinados anos. Deve-se ter em conta que nem todos os industriais possuíam barracões, assim como existiam alguns que serviam fornos duplos. Portanto, o número de barracões não corresponde ao número de fornos existentes.

Tabela 5.1 – Barracões existentes /ano

Ano	Brejoira	RO	Total
1958	10	18	28
1965	8	16	24
1983	6	13	19
1989	5	11	16
1995	3	8	11
2014	2	3	5

Fonte: FOTOGRAFIA, 1958, 1695, 1983, 1989, 1995; Google Earth, 2014

Pelas ruínas e barracões atualmente existentes, verifica-se que ocorreu uma evolução na sua construção. Os mais antigos eram constituídos por pilares cilíndricos, construídos com pedra e argamassa de cal. Com a utilização cada vez mais frequente de veículos pesados, a partir do final da década de 40, verifica-se que alguns barracões foram ampliados, em altura, como se pode verificar através dos pilares do forno RO 7, cuja base é redonda e em pedra e o segmento superior é quadrado e em tijolo.

O telhado, por norma, de duas águas, suportado por um vigamento em madeira (asna à Portuguesa), era inicialmente em telha canudo e posteriormente em telha marselha. O número de pilares difere consoante a sua dimensão, encontram-se atualmente vestígios de barracões com 5, 7, 8, 9 e 11 pilares. Em 1976, depois de um incêndio que destruiu o barracão de Joaquim Ribeiro (RO 14 desaparecido), este foi reconstruído com

estrutura de metal e telha de fibrocimento. Nos anos seguintes, outros industriais, como Joaquim Vieira Grilo e António Vieira Vaz, ampliaram e reconstruíram os seus barracões com esses materiais.

No entanto, as ruínas do barracão do forno B 7, apresentam características únicas. Na continuidade do forno, surge uma parede que suporta o morro sobranceiro. As vigas do barracão, de apenas uma água, assentavam no topo do referido muro e, no outro extremo, em dois pilares ovais. Na base do muro verifica-se a existência de 5 aros de pedra, que serviam para prender os animais. No topo observa-se um portal superior, que permitia o acesso ao topo do barracão. Segundo SERRADAS (2018) “uma vez que o barracão era pequeno, quando já estava cheio e não cabia mais mato, iam pelas traseiras do barracão que era um local mais alto e conseguiam colocar mais, até ao limite do telhado”.

Atualmente existem apenas quatro barracões: o de Joaquim Vaz Pereira, o de Joaquim Pereira Vaz Coelho, RO 8 e 9, o de António Sousa Marques, B 17 (Figura 5.3), e o de António Rosálio Vieira (B 8), sendo que este último se encontra em avançado estado de degradação. Excepcionalmente encontram-se dois pequenos telheiros, com estrutura metálica, nos fornos RO 6 e 7, que serviam apenas de ligação entre o forno e o barracão.

Figura 5.3 – Barracão do forno B 17



Fonte: Tiago Inácio, 2019

5.3 Os depósitos

Nos primórdios da indústria de cal em Pataias não existiam depósitos para o seu armazenamento. Como se referiu anteriormente, o fabrico de cal limitava-se ao verão. Segundo RIBEIRO (2018), no fim de cada fornada era colocado no topo do forno um vigamento de madeira e uma cobertura. A cal era retirada do forno conforme se vendia. Portanto, o próprio forno servia como depósito. Por este motivo é que se verifica a existência de alguns fornos duplos e triplos no final do século XIX e início do século XX. Enquanto um forno servia de depósito, era possível cozer cal utilizando o outro.

Manuel Serrano de Figueiredo deverá ter sido o pioneiro na construção do depósito de cal em Pataias. A descrição pouco detalhada da constituição dos prédios não permite comprovar esta teoria. Sabe-se que em 1920 o prédio onde se encontrava o seu forno era descrito como “uma arribana, forno de cal, poço de água...” (NOVA, 1920: 13f).

No início da década de 1940 existiam apenas dois depósitos: o dos Serranos, junto do Apeadeiro de Pataias, e o de Joaquim Francisco Custódio, situado do lado sul da linha, perto da entrada sul da Empresa Vidreira de Pataias (RIBEIRO, 2018).

Com a desagregação do monopólio comercial dos Serranos, na década de 40, começaram a seguir novos depósitos, como o de Joaquim Vieira Grilo, construído entre junho e setembro de 1945 (GRILLO, 1945). António Sebastião Grilo, filho de Joaquim Vieira Grilo, conta que “o Manuel Moleiro, encarregado do Vaz Pereira, fez de tudo para o meu pai desistir, porque já estava a fazer concorrência a eles” (GRILLO, 2018). Deve-se ter em conta que, desta forma, os industriais podiam vender a cal a um valor superior, em vez de vender aos Serranos ao preço de revenda.

Em meados da década de 40, Batista Coelho da Silva⁶⁵ construiu um depósito de cal, que vendeu a Joaquim Vaz Pereira a 8 de abril de 1954 (FARIA, 1954: 33f a 34v). A 30 de julho do mesmo ano, Joaquim vendeu o depósito à Cibra. A escritura refere “um prédio constituído por casa que serve de armazém de cal” (CATARINO, 1954: 54f). Em 1949, também José Florêncio Ribeiro construiu o seu depósito (RIBEIRO, 2018). No final da década de 40 e início da década seguinte, outros depósitos foram construídos, como o de António

⁶⁵ Durante alguns anos dedicou-se apenas ao comércio de cal, não sendo proprietário de nenhum forno.

Rosário Vieira (Botas)⁶⁶, Joaquim Pereira Vaz Coelho (Governo)⁶⁷ e o de António Coelho Pereira Vaz (Leão)⁶⁸. Em 1953, Joaquim Vaz Pereira requereu autorização para construir um depósito, sendo o maior existente em Pataias (ATAS CMA 55, 22.9.1953). Em janeiro de 1957, Joaquim Vieira Grilo foi autorizado a construir um segundo depósito de cal⁶⁹ (ATAS CMA 55, 3.1.1957) e em agosto António Henriques Vieira Sobrinho obteve a mesma autorização (ATAS CMA 55, 20.8. 1957).

Outros depósitos foram construídos na década de 50 dos quais não se encontram licenciamentos. Em 1958 contabilizavam-se 14 depósitos em Pataias-Gare (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Depósitos existentes em 1958

Zona	Nome industrial	Quant.
Brejoeira	António de Sousa Marques (Ferramenteiro)	1
	António Rosário Vieira (Botas)	1
	Hermínio Mota	1
	António Henriques Vieira	1
	Joaquim Vieira Grilo	2
	Joaquim Pereira Vaz Coelho (Governo)	1
Ratoíinha	Joaquim Manuel	1
Olhos	António Henriques Vieira Sobrinho	1
d'Água	Joaquim Vaz Pereira	1
	Joaquim Florêncio Ribeiro (Matreiro)	1
	António Rosário da Silva (Migalhica)	1
	António Coelho Pereira Vaz (leão)	1
	Agostinho Coelho da Silva	1
Total		14

Fonte: FOTOGRAFIA, 1958

⁶⁶ Em 1951, António Rosário Vieira requereu licenciamento para “proceder à ampliação de um depósito de cal” (ATAS CMA 50, 23.10.1951).

⁶⁷ Em 1951 Joaquim Coelho foi autorizado a contruir “uma pequena casa junto do seu depósito de cal na Ratoíinha” (ATAS CMA 49, 16.1.1951).

⁶⁸ Localizado ao lado do forno, foi ampliado em 1955 (ATAS CMA 53, 24.5.1955).

⁶⁹ Joaquim Vieira Grilo passou, desta forma, a ser proprietário de dois depósitos: um ao lado do forno, construído em 1945 e ampliado em 1964 (ATAS CMA 63, 7.2.1964), e outro em 1957, situado a cerca de 150 metros do forno (Figura 5.4).

No entanto, não foi apenas em Pataias-Gare que foram construídos depósitos de cal. Joaquim Ribeiro conta que:

[...] quando começou a haver escassez de clientes e como vinha muita clientela da Marinha Grande, Maceira e Leiria o meu pai construiu um depósito na Ferraria de Pataias⁷⁰ para apanhar esses clientes, porque o Silvino China já tinha construído um depósito perto do cemitério de Pataias onde hoje está a recauchutagem. Depois o Grilo foi mais longe e alugou uma casa na Martingança para servir de depósito.

(RIBEIRO, 2018)

Na Brejoeira apenas foram construídos dois depósitos: o de António Sousa Marques (Ferramenteiro) e o de Feliciano dos Anjos Coutinho (Pechim). Alguns industriais da Brejoeira possuíam os seus depósitos na Ratoíinha ou nos Olhos de Água, como o caso de António Rosálio Vieira (Botas) e do Silvino Ferreira (China) porque “como não havia estrada para a Brejoeira, os fregueses não iam para lá. No fim de cozerem carregavam a camioneta e iam descarregar aos depósitos” (RIBEIRO, 2018).

Em fevereiro de 1961, Maria Neta Coutinho foi autorizada a construir um depósito⁷¹ (ATAS CMA 60, 24.2.1961) e em outubro Joaquim Manuel obteve autorização para “para reconstruir um depósito de cal” (ATAS CMA 61, 6.10.1961).

Por volta de 1964 foi construído o novo depósito de António Coelho Pereira Vaz (Leão), sendo o último construído em Pataias-Gare (RIBEIRO, 2018). Em 1965, o número de depósitos em Pataias ascendia a 18 (FOTOGRAFIA, 1965).

O depósito era constituído no seu interior por várias divisórias ou tulhas (Figura 5.5) para o armazenamento da cal. Cada divisória possuía uma capacidade aproximada de três a quatro toneladas existindo algumas maiores com capacidade aproximada de seis toneladas. O número de divisórias variava entre as cinco⁷² e as 18⁷³. A única exceção era o depósito de Joaquim Vaz Pereira, com mais de duas dezenas de tulhas.

⁷⁰ Construído em 1953 (ATAS CMA 51, 14.4.1953).

⁷¹ Construído para usufruto da sociedade “Coutinhos & Salgueiro”. Ampliado em 1964 (ATAS CMA 63. 1.5.1964).

⁷² Depósito de António Henriques Vieira.

⁷³ Depósito de António Coelho Pereira Vaz, cujo negócio era, à época, gerido pelo seu filho António Vieira Vaz.

Figura 5.4 – Exterior de um dos depósitos de Joaquim Vieira Grilo



Fonte: Tiago Inácio, 2019

Figura 5.5 – Interior de um dos depósitos de Joaquim Vieira Grilo



Fonte: Nuno Alves, 2019

5.4 Os anexos

Associado ainda ao complexo fabril, existem pequenos anexos que serviam de arrecadação de materiais ou de apoio aos forneiros / cabouqueiros. Mas nem todos os industriais possuíam estes anexos. Os que não possuíam estas edificações arrumavam as ferramentas nos anexos dos outros industriais ou escondiam-nas.

Atualmente existem na Brejoeira seis ruínas de arrecadações cuja área varia entre os 9 m² e os 27 m². Todavia será na Ratoínha que se encontra o anexo mais antigo. Próximo dos fornos RO 10 e 11 (de António Henriques Vieira), ergue-se um pequeno anexo de dois pisos: o inferior utilizado como arrecadação de materiais e o superior como quarto para descanso dos forneiros. Possui formato quadrangular, idêntico a uma torre com 3,5 metros de largura e comprimento e quatro metros de altura, coberta com telha canudo.

Figura 5.6 – Anexo de António Henriques Vieira



Fonte: Tiago Inácio, 2019

- CAPÍTULO VI -
O CICLO DE PRODUÇÃO

A produção de cal é um processo moroso e complexo. Na realidade não se pode falar apenas de um processo, mas de um conjunto de processos fundamentais, que inicia com a extração da pedra e termina com a comercialização e a adiafa.

6.1 A extração da pedra

A exploração da pedra era o primeiro passo para a produção de cal. Os industriais que não possuíam as suas próprias pedreiras recorriam à pedreira da Mata, propriedade da Junta de Freguesia. Para a extração utilizava-se um conjunto de ferramentas, tais como brocas, alavancas, marretas, guilhos e, mais tarde, martelos pneumáticos.

Para a exploração da pedra recorria-se à explosão, com a utilização de pólvora. Era feito um furo na pedra, denominado tiro. Antes da utilização de ferramentas modernas, o furo era feito com recurso a uma broca: “batíamos com a broca na pedra até fazer um pequeno furo. Depois metíamos água e continuávamos a rodar, tudo manualmente.” (LUZ, 2018). A água ajudava a amaciar a pedra e a limpar o pó no interior. Contudo, para a água não sair do furo, colocava-se uma anilha em tecido ou em borracha na broca.

Quando o furo já se encontrava concluído, com recurso a um pouco de tecido e um arame, secava-se o interior e preenchia-se com a pólvora. “Se o furo tinha, 80 centímetros, metíamos 20 centímetros de pólvora, depois o rastilho, depois outros 20 centímetros e por fim pó de pedra” (RIBEIRO, 2018). Com recurso a uma calcadeira⁷⁴, e de forma cuidada, o conteúdo do furo era, por fim, comprimido. No fim da explosão a pedra era “marreada”⁷⁵ e colocada em monte, pronta para o transporte.

Durante a exploração era comum encontrar areia, barro e outros resíduos inúteis à fabricação de cal. Esses resíduos eram transportados, por norma, por mulheres com gamelas à cabeça para fora do cabouco. No Inverno era comum o cabouco inundar: “chegávamos a andar a fazer buracos na pedra a ver se encontrávamos um tufão⁷⁶ para a água escoar” (RIBEIRO, 2018).

⁷⁴ Ferramenta em metal com aproximadamente 1 metro de comprimento e 2 centímetros de espessura.

⁷⁵ Expressão utilizada por Joaquim Ribeiro, referindo-se à utilização da marreta para a preparação das pedras.

⁷⁶ Entenda-se por tufão, um filamento de resíduos como areia, terra ou barro que surgia entre as pedras.

Um cabouqueiro conseguia preparar pedra para uma fornada no prazo aproximado de três semanas⁷⁷. No verão era comum iniciarem o trabalho de madrugada até às 11h, regressando às 17h. Em alguns dias o horário de trabalho atingia as 12h. A produção diária variava consoante a rigidez da pedra. Havia dias em que apenas preparavam 300 kg outros em que arrancavam mais de dez toneladas. O número cabouqueiros na exploração variava entre um e três, consoantes as necessidades. Nas épocas de crise na indústria vidreira era comum os vidreiros irem trabalhar para as pedreiras para venderem a pedra aos industriais. Para além da utilização da pedra para a produção de cal, era também vendida para a construção de habitações, poços, calcetamento de ruas e para as fábricas de vidro de Pataias e Marinha Grande, como elemento integrante da composição do vidro.

Durante a exploração era comum ocorrerem alguns acidentes, que resultavam em dedos, pernas e braços partidos. Apenas é conhecido o falecimento de Emílio Rosa Custódio, em 1957, funcionário da Cibra, que morreu soterrado.

6.1.1 A pólvora

Legalmente apenas era permitida a utilização de pólvora bombardeira, fabricada na fábrica de Barcarena. No entanto, como era dispendiosa, os industriais optavam por produzir pólvora artesanal ilegalmente. RIBEIRO (2018), conta que “os cabouqueiros levavam sempre um cartuxo de um ou dois quilos de pólvora de fábrica de Barcarena, porque os fiscais de Lisboa, vestidos à paisana, andavam sempre em cima de nós a fiscalizar”. A pólvora artesanal, vulgarmente designada por pólvora martelo, era fabricada com nitrato (25 %), enxofre (25 %) e carvão (50 %). O carvão “era feito de carrasca de pinheiro ou das videiras, sendo que o carvão das videiras era o melhor. No fim de queimado, com uma garrafa ou um rolo de madeira, tínhamos de fazer o carvão em pó.” (RIBEIRO, 2018). A utilização da pólvora requeria sempre cuidados especiais, não existindo, no entanto, memória de que tenham ocorrido acidentes. Apenas os Serranos dispunham de paiol para armazenamento da pólvora. Nas memórias da família refere-se que “mais para sul, ficava a casa da pólvora e da dinamite” (SERRANO, 2005: 9).

⁷⁷ Tendo em conta uma semana de trabalho de 6 dias e recorrendo a métodos arcaicos.

6.2 O transporte

Inicialmente a pedra era transportada até ao forno por carros de bois. A partir do final da década de 40, começaram a surgir veículos pesados, sendo o primeiro veículo conhecido propriedade de José Florêncio Ribeiro. A utilização destes veículos melhorou consideravelmente a indústria de cal reduzindo consideravelmente o número de cargas de pedra necessárias. Para uma fornada de cal, utilizando o carro de bois, seriam necessárias 60 a 70 carradas de pedra (cerca de 1,5 toneladas por carrada). Com os veículos pesados, o número de carradas necessárias diminuiu para pouco mais de uma dezena (9 a 10 toneladas por carrada). As pedras mais pesadas eram colocadas nos carros com a ajuda de dois madeiros. As pedras de maior dimensão rodeavam as mais pequenas suportando todo o conjunto durante o transporte (MADURO, 2001: 177).

6.3 O empedre

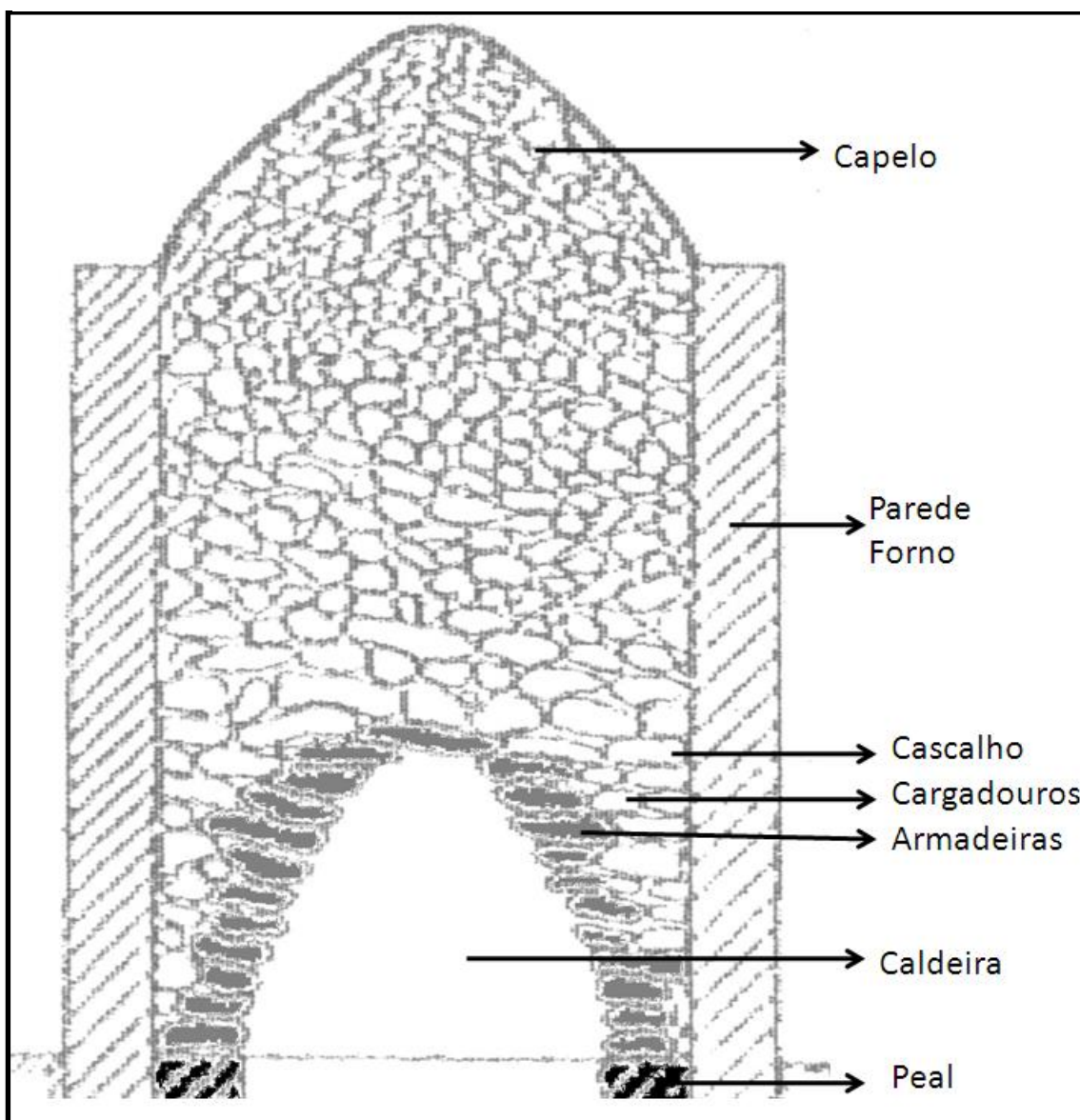
Enquanto a pedra era transportada dos caboucos para junto do forno, iniciava-se o empedre. Este processo era realizado, por norma, por três homens: dois serventes do empedrador, que transportavam a pedra para o interior do forno, e um empedrador no seu interior, a estruturar e a compor a pedra com recurso a um pequeno martelo. As pedras maiores e mais pesadas eram transportadas para o interior do forno com recurso a uma padiola.

O empedre iniciava com a colocação de pedras, com cerca de 25 a 30 centímetros, no peal. Estas pedras que iniciavam no peal e formavam a abóbada eram designadas por “armadeiras”. Enquanto as pedras eram colocadas umas por cima das outras, iam avançando para o interior até se cruzarem os dois lados formando uma abóbada a cerca de 3,5 / 4 metros de altura. Quanto mais se subia na colocação das “armadeiras”, maior tamanho deveriam ter uma vez que seriam as que necessitam de mais calor. Quanto mais afastadas da caldeira, menor era o seu tamanho.

Quando o empedre atingia cerca de 1,5 metros de altura, começava-se a colocar mato na caldeira de forma a elevar o piso, servindo de andaime. Esta técnica era denominada por “desquente” (MADURO, 2001: 178). Quando se atingia o topo do portal inferior, descarregava-se a pedra pelo topo do forno. No topo colocava-se a pedra mais

pequena (cascalho) formando o capelo que possuía uma altura que variava entre 1,5 a 2 metros de altura. No fim, o capelo era revestido no topo com argamassa de cal para o calor bordejar para as laterais do forno (Figura 6.1).

Figura 6.1 – Esquema de um empedre



Fonte: GOUVEIA & CARVALHO, 2003: 138.

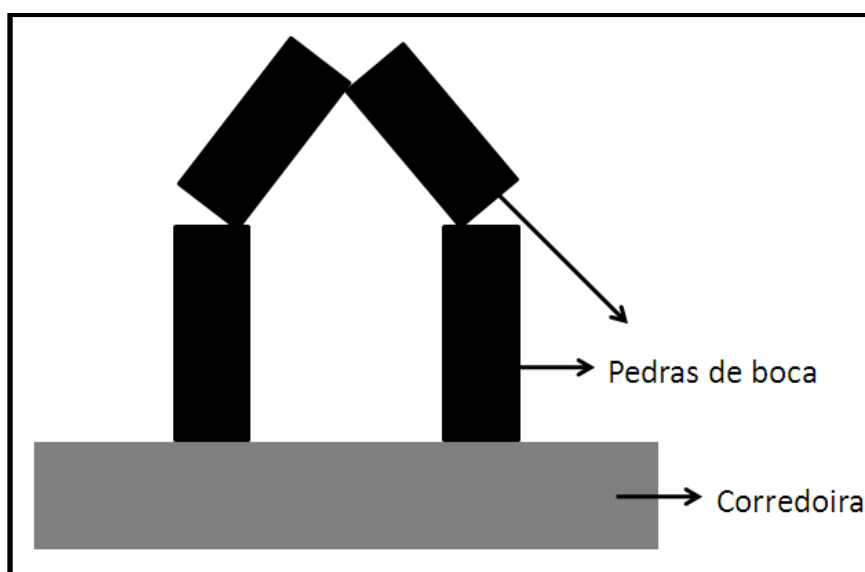
Adaptado pelo autor, 2018.

A construção da boca do forno, por onde era alimentada a caldeira durante a cozedura, exigia cuidados redobrados. O seu incorreto assentamento ou a escolha de pedras impróprias, poderia colocar em risco todo o empedre.

Antes do primeiro “desquente” eram colocadas as primeiras pedras de boca. À entrada do portal, era colocada uma grande pedra na horizontal, denominada “corredoira”⁷⁸, onde eram assentes, na vertical, as duas primeiras pedras de boca⁷⁹. De seguida colocava-se uma rampa (vulgarmente designada por tabulão), assente sobre a boca de forma a permitir o acesso e o transporte da pedra para o interior do forno.

Quando o empedre se encontrava à altura do portal inferior, era retirado o tabulão e colocavam-se as duas últimas pedras de boca formando, formando um V invertido (Figura 6.2). Por cima das pedras de boca eram assentes três grandes “armadeiras” em cunha, com cerca de 80 centímetros de comprimento, denominadas por pedras de fecho que avançavam para o interior do forno. Estas pedras tinham de ser “pedras valentes, pedra sã, para não estalar durante a cozedura. Se essas pedras estalasses e caíssem, o empedre estava sujeito a cair” (RIBEIRO, 2018).

Figura 6.2 – Esquema de boca



Fonte: Esquema do autor, 2019

No fim do empedre e do capelo, o portal inferior era fechado, construindo-se uma parede de pedra e cal rebocada, de forma a impedir a circular de ar e a dissipação do calor durante a cozedura. Na primeira metade do século, o empedre demorava entre 4 a 5 dias. No final da década de 60 demorava cerca de 2 dias.

⁷⁸ O seu tamanho variava entre os 80 cm e 1 metros e 40 a 60 cm de largura.

⁷⁹ O seu tamanho variava entre os 30 e os 40 centímetros de altura.

6.4 A cozedura

A cozedura iniciava, por norma, à segunda-feira de forma a permitir realizar uma fornada a cada três semanas (na década de 60): uma semana para cozer, outra para desenfornar e vender e outra para o novo empedre.

O forno era aceso, normalmente, entre as quatro e seis da manhã. Nos períodos de maior procura de cal, chegou-se a acender o forno logo após concluído o empedre.

O “desquente” era o primeiro combustível a ser consumido. Duas ou três horas depois, quando este já tinha sido consumido, ou seja, por volta das 8 da manhã, entravam ao serviço um ou dois forneiros, conforme a necessidade. Enquanto um forneiro alimentava a caldeira com recurso a um “fôxo”⁸⁰, o outro transportava o mato do barracão para junto do forno utilizando um carro de madeira, vulgarmente designado por carro da lenha.

Os forneiros combinavam entre si o horário de trabalho. O primeiro trabalhava 12 horas, saindo às 8 horas da noite, enquanto o outro trabalhava 18 horas, saindo às duas da manhã, hora em que entrava ao serviço o forneiro que tinha descansado 6 horas. Os horários de descanso eram realizados por um velador ou jornaleiro. O horário de trabalho do forneiro era vulgarmente conhecido por “Meias Noites”. O descanso dos forneiros era geralmente passado num canto do barracão, em pequenos anexos construídos junto do forno ou em casa. A caldeira do forno tinha de ser continuamente alimentada.

Um dos problemas era a acumulação das cinzas, sendo necessário, de forma regular, dissipá-las⁸¹. Com recurso a um rodo de metal, as cinzas eram arrastadas para próximo da boca. De seguida, o forneiro apoiava no ombro um tronco de madeira de pinho, vulgarmente designado por “varredoiro”, com cerca de 15 centímetros de diâmetro, inserindo a extremidade dentro da caldeira, remexendo-a⁸². Por fim, com um pinheiro de menores dimensões, vulgarmente designado por “acabador”, retiravam-se as cinzas dos cantos para o centro da caldeira. Era um trabalho violento e perigoso, e que poderia colocar em risco a fornada, caso o forno “descaísse” (redução da temperatura).

⁸⁰ Idêntico a um forcado, mas com os dentes mais curtos.

⁸¹ O período entre cada dissipação variava entre as 2 e as 3 horas, conforma as necessidades, sendo que, por norma, quando ocorria a transição de turnos entre forneiros, era comum o forno ficar “remexido”.

⁸² Este processo podia demorar até 30 minutos, conforme a quantidade de cinzas da caldeira e a capacidade física do forneiro que limpava o forno.

A cozedura demorava, por norma, entre 5 e 7 dias. Joaquim Vieira Grilo chegou a atingir 12 dias de cozedura (GRILLO, 2018). A partir do final da década de 70, começou-se a utilizar sopradores, que emitiam ar para o interior da caldeira, permitindo, desta forma, acelerar a combustão e reduzir o tempo de cozedura para pouco mais de 4 dias. O tempo de cozedura dependia de vários fatores, nomeadamente o clima e o combustível utilizado. A última fornada de Joaquim Filipe Ribeiro, em 1989, demorou 10 dias a cozer “porque o forno esteve empedrado um ano, entrou água para a caldeira, e o mato estava húmido. Os fornos como eram baixos, quando chovia muito, tínhamos de andar a tirar água que se acumulava perto do forno para não entrar na caldeira” (RIBEIRO, 2018).

Durante as primeiras horas de laboração, a pedra aumenta de volume e o fumo é branco⁸³. Nos dias seguintes, a pedra reduz consideravelmente de volume e o fumo é preto. Com a redução do volume, o capelo descia lentamente e os forneiros, com recurso a um ancinho, consertavam regularmente as pedras (MADURO, 2001: 181). Um dos problemas que podia ocorrer a partir dos três dias, era a queda da abóbada. A fragmentação e queda das pedras de fecho, que suportavam o empedre acima da boca, comprometiam toda a estrutura. RIBEIRO (2018) refere que “quando se partia alguma pedra de fecho e tínhamos de andar a tentar tirar de lá as pedras com uma forquilha era difícil terminar a cozedura”. Este facto poderia ocorrer no caso do forno “descair”⁸⁴, permitindo, desta forma, a fragmentação da pedra: “se um dia de manhã chegasse ao forno e visse muita pedra na caldeira, via logo que o forneiro tinha adormecido ou tido um descuido.” (RIBEIRO, 2018). No caso da queda da abóbada, perdia-se toda produção⁸⁵. Desta forma era comum alguns industriais procederem a um peditório, de forma a serem ajudados financeiramente pelos prejuízos do incidente.

Nas épocas de maior procura de cal, era possível, a quem detinham dois fornos, manter um forno a cozer enquanto empedrava o outro. Alguns dos industriais, como Joaquim Vieira Grilo e Silvino Ferreira, no fim de terminarem a cozedura num dos fornos,

⁸³ Neste primeiro período, que poderia demorar cerca de 48 horas, a pedra libertava a humidade (secagem). O aterro do forno e o vigaço acima do portal, permitiam suportar a pressão nas primeiras horas de cozedura.

⁸⁴ A temperadora ideal para a correta laboração do forno varia de autor para autor. GOUVEIRA & CARVALHO (2003: 121), referem que a temperatura devia oscilar entre os 900 e os 1100 graus celsius.

⁸⁵ No caso do incidente ocorrer nos últimos dias / horas de laboração, era possível recuperar parte produção, tendo em conta que alguma cal já se encontrava cozida e em condições de comercialização.

iniciavam logo a laboração no outro. Silvino Ferreira, foi dos poucos, senão mesmo o único industrial, que, na segunda metade do século XX, teve dois fornos a cozer em simultâneo (RIBEIRO, 2018).

A pedra encontrava-se cozida quando o capelo se encontrava cerca de um metro abaixo do topo do forno, a combustão da caldeira era mais lenta, a labareda era azul e praticamente já não havia fumo. Por vezes, o forneiro colocava uma grande quantidade de mato na caldeira de forma a aumentar a lavareda para conseguir, no capelo, ver a cor da chama. No caso do forneiro verificar que, num dos lados do capelo já não havia fumo, mas no outro mantinha-se o fumo preto, colocava-se pó de cal no local onde a pedra já se encontrava cozida para forçar o calor a desviar-se para o outro lado.

Por fim, o forneiro deixava de alimentar a caldeira e tapava a boca com pedra e argamassa de cal de forma a impedir a circulação de ar. A pedra, agora cal, depois de cozida, perdia entre 40 a 50% do seu volume.

6.5 A eletricidade e os sopradores

A utilização dos sopradores obrigou os industriais a instalarem, junto dos seus fornos, uma rede elétrica trifásica. VAZ (2018) refere que, antes da instalação de um quadro elétrico, instalou um cabo elétrico de ligação a casa do seu pai, permitindo, desta forma, a utilização de lâmpadas elétricas para iluminação. Segundo RIBEIRO (2018), os sopradores surgiram em Pataias por intermédio de Joaquim Vieira Rodrigues Franco⁸⁶. Os primeiros foram comprados em Amiais de Baixo, concelho de Santarém, onde existiam alguns fornos de cal que já utilizavam este equipamento. O primeiro industrial a instalar uma rede elétrica trifásica foi Joaquim Filipe Ribeiro em 1978, seguindo-se Joaquim Vieira Grilo (Figura 6.3), António Vieira Vaz, Hermínio da Cruz Mota e Joaquim Vaz Pereira⁸⁷ (RIBEIRO, 2018). Nenhum industrial dos fornos da Brejoeira instalou rede elétrica, tendo em conta que, à época, praticamente todos os fornos desse núcleo já se encontravam inativos.

Os sopradores permitiram reduzir o tempo de cozedura e a dissipação parcial das cinzas, reduzindo consideravelmente a utilização dos “varredoiros”.

⁸⁶ Proprietário do armazém de vinhos, próximo dos fornos da Ratoíinha / Olhos de Água.

⁸⁷ Que cozia nos fornos de António Mateus Castanheiro (RO 8 e 9 desaparecidos).

Até à instalação dos quadros elétricos, a iluminação era feita por candeeiros e lanternas a petróleo, por norma duas, uma no barracão e outra próxima da entrada do forno. A utilização da energia elétrica permitiu a substituição dos tradicionais equipamentos a petróleo por lâmpadas elétricas.

Figura 6.3 – Forno de Joaquim Vieira Grilo em laboração
No canto inferior direito, observa-se um soprador



Fonte: Fotografia cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

6.6 O combustível

Nos primórdios da indústria de cal utilizava-se apenas o mato para alimentação da caldeira. Entende-se como mato tudo o que se encontrava nos pinhais, como caruma, tojeiros, carqueja, galhos e rama de pinheiro, entre outros. ALBUQUERQUE & COLAÇO (1862: 37) referem que, por volta de 1860, o mato procedia dos pinhais nacionais, dos pinhais da casa de Nossa Senhora da Nazaré e dos pinhais particulares. Os que transportavam o mato para os fornos denominavam-se por “carreiros”.

A partir da década de 40, recorreu-se ao motano⁸⁸. No entanto, apenas era utilizado como último recurso, dado que era produto dispendioso. Uma fornada cozida exclusivamente com motano consumia uma média de 160 talhas (9600 molhos).

Alguns industriais possuíam motano apenas como reserva, caso o mato não fosse suficiente para toda a cozedura. Na década de 80, também se utilizou serradura, proveniente das fábricas de mobiliário.

A recolha de mato era realizada nos pinhais em torno da Freguesia, no pinhal Nossa Senhora da Nazaré ou no Pinhal de Leiria. No caso do Pinhal de Nossa Senhora da Nazaré, RIBEIRO (2018), recorda que “era necessário tirar senha, no escritório mesmo ao lado da Igreja do Sítio. Por exemplo tirávamos cinco senhas que dava direito a trazer cinco carradas e pagávamos um determinado valor por senha”. No caso do Pinhal de Leiria, funcionava de forma idêntica, sendo necessário adquirir as senhas no parque do Engenho, na Marinha Grande. O controlo era realizado pelos respetivos guardas florestais. No caso do Pinhalinho⁸⁹, pagava-se diretamente ao encarregado da propriedade por cada carrada. Nos pinhais particulares os industriais chegavam a pagar para fazer o desbaste e limpeza do pinhal. Alguns proprietários chegavam a juntar o mato do seu pinhal para venderem diretamente aos industriais. RIBEIRO (2018) conta que “chegávamos a ir quase à Vieira buscar mato porque cozia-se tanta cal que o Camarçã e os pinhais à volta de Pataias estavam todos limpos”. O mato era transportado inicialmente nos carros de bois e, a partir do final da década de 40, nos veículos pesados.

6.7 A desenforna

Depois de coberta a boca, aguardavam, por norma, 48 horas para o forno arrefecer. No entanto, no auge da produção na década de 60, tapava-se a boca de manhã e de tarde, ou no dia seguinte, iniciava-se a desenforna. Para arrefecer rapidamente, abriam, por norma, uma cavidade no capelo. RIBEIRO (2018) conta que “a cal chegava a estar ainda tão quente que ateava fogo ao soalho de madeira das camionetas e dos carros de bois”.

⁸⁸ Rama de pinheiro atada com um fio (o seu formato era idêntico a uma vassoura de giesta). Uma talha, corresponde a 60 molhos de motano. Os Motaneiros de Pataias eram provenientes de Torres Vedras, onde se utilizava o motano para as cerâmicas de grés.

⁸⁹ Vasta propriedade florestal privada, localizada a sul do Pinhal do Rei, no Camarçã de Pataias.

A desenforna, realizada pelos forneiros e jornaleiros, demorava, por norma, dois ou três dias, existindo situações em que se iniciava a desenforna de manhã e ao final do dia o processo já se encontrava concluído. Com condições meteorológicas adversas, principalmente no Inverno, colocavam no topo do forno uma viga⁹⁰ e chapas de zinco formando um telhado de duas águas. Para se retirar a cal e iniciar a desenforna, a parede que tapava o portal era quebrada. “Quando se partia a parede, a cal caía logo para fora. Depois ia-se tirando até se conseguir ir lá dentro” (RIBEIRO, 2018). Enquanto se desenfornava, a cal era transportada para os depósitos ou vendida à boca do forno. A maior parte dos depósitos localizavam-se próximos dos fornos. No entanto, alguns industriais, como por exemplo António Rosálio Vieira (Botas), que possuía os fornos na Brejoeira e o depósito na Ratoíinha ou Silvino Ferreira (China) com fornos na Brejoeira e o depósito em Pataias, próximo do cemitério de Pataias.

Durante a desenforna alguns forneiros utilizavam uma faixa de tecido que cobria parte da cara, como proteção contra eventuais queimaduras provocadas pelas elevadas temperaturas no interior do forno e pelo contacto do pó de cal, com o suor.

6.8 A limpeza e reparação do Forno

Depois de concluída a desenforna, era necessário limpar o forno para iniciar novo empedre. Eram retiradas as cinzas e os resíduos da pedra calcinada, vulgarmente designada “borra”. RIBEIRO (2018) refere que “quando arrancávamos a borra por vezes vinham bocados de peal agarrados. Era um trabalho que podia demorar um dia. Mesmo que a limpeza demorasse menos, pagávamos sempre o dia completo porque era um trabalho duro e muito sujo”. A cinza, misturada com o estrume dos animais, era utilizada como fertilizante.

Frequentemente os fornos necessitavam de ser reparados devido ao excessivo desgaste provocado pelas altas temperaturas e pela pressão. Em alguns casos era necessário reconstruir praticamente todo o forno. Foi durante a reconstrução do forno de José Vieira Grilo (RO 3), que ocorreu um acidente. Joaquim Pereira Vaz, vulgo Pirucha,

⁹⁰ No caso do forno ainda se encontrar quente, utilizavam o rodo de metal como viga, caso contrário, utilizavam, por norma, o “varredoiro” de madeira.

encontrava-se a reparar o forno quando este abateu ficando parcialmente soterrado (RIBEIRO, 2018). O acontecimento ficou registado através de uma cruz, ainda hoje observável, construída no topo do forno.

6.9 Comercialização e armazenamento

A cal que não era comercializada à boca do forno, era armazenada nos depósitos. No interior do depósito a cal era colocada dentro das telhas e, no fim de lotada, o acesso à telha era tapado com duas fiadas de tábuas de madeira que se inseriam em duas ranhuras existentes nos pilares laterais. O espaço entre as duas tábuas era preenchido com pó de cal de forma a impedir a circulação do ar.

Caso a cal já estivesse armazenada nas telhas, retiravam-se as tábuas que isolavam a divisória. Alguns industriais faziam entregas com os seus próprios meios de transporte como no caso de Joaquim Vieira Grilo e António Rosário Vieira. Nos primórdios utilizava-se como unidade de medida a fanga⁹¹ (MADURO, 2001: 182), depois a arroba⁹² e, por fim, o atual sistema de medida, o quilograma.

A cal de Pataias chegava a todo o país através do transporte ferroviário ou rodoviário. Os meses de abril a junho eram os de maior procura e venda de cal⁹³.

Apesar de se ter atingido o número máximo de fornos ativos na década de 40, foi na década de 60 que se atingiu o auge de produção e das vendas. Numa carta de Abílio Romão de Figueiredo, vulgo Abílio Tereso, dirigida a António Matos Rosa, da Vidigueira, informava que:

[...] os preços não baixaram, pelo contrário, subiram bastante mesmo antes da altura de maior procura, pois o consumo tem sido bastante também, não sei mesmo se a produção desta época chegará para dar execução a todas as encomendas, quer no meu caso, quer no caso dos meus colegas.

(FIGUEIREDO, 1961)

A cal era vendida, por norma, em bruto. Alguns clientes que se deslocavam a Pataias para comprar cal, traziam consigo sacos ou bidões. Os Serranos vendiam a cal para exportação dentro de barricas de madeira construídas junto do forno. Joaquim Vaz Pereira

⁹¹ Medida que variava entre os 20 e os 25kg.

⁹² Aproximadamente 15 kg por arroba. Na década de 40, Joaquim Vieira Grilo utilizava a arroba e o quilo (GRILLO, 1946), como sistema de medida.

⁹³ Era nestes meses que se fertilizavam as vinhas e se caiavam as habitações.

exportava cal em bidões de metal, cuja capacidade rondava os 200 kg. A cal era colocava no seu interior e a abertura superior era soldada de forma a impedir o contacto com o ar. Joaquim possuía ainda um moinho para reduzir a cal a pó. Inicialmente a cal era britada e de seguida moída e ensacada.

Figura 6.4 – Armazenamento da cal no depósito de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Fotografia cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

6.9.1 Principais clientes

Através da documentação a que se teve acesso e de entrevistas aos três últimos industriais é possível apurar alguns dos principais clientes de alguns dos industriais.

A **Siderurgia Nacional**, com fábrica no Seixal, foi um dos maiores clientes de Pataias na década de 60. A cal é uma das matérias primas utilizadas na refinação da liga do aço. A cal era vendida para a Siderurgia por um intermediário, de apelido Fonseca, proprietário de fornos de cal em Paio Pires: “Como a siderurgia consumia muita cal e ele não conseguia fabricar mais, começou a vir a Pataias negociar. Depois as camionetas do Vaz Pereira, do Silvino China e de outros iam lá levar. A Siderurgia comprava fornadas inteiras a Pataias” (RIBEIRO, 2018). Na chegada à fábrica, a cal era analisada, sendo necessário aguardar uma ou duas horas pelos resultados, antes de se descarregar

A **CP (Comboios de Portugal)** seria, provavelmente, um dos mais antigos clientes de cal de Pataias. Sabe-se que os Serranos forneciam cal à CP, seguindo-se Abílio Romão de Figueiredo, Joaquim Vaz Pereira e, na década de 60, Joaquim Filipe Ribeiro. A CP abria um concurso a nível nacional e quem apresentasse a melhor proposta vencia o concurso. Como exemplo, a 18 de maio de 1971, a CP abriu um concurso para o fornecimento de 60 toneladas de cal em que Joaquim Ribeiro concorreu com o valor de \$59 por quilo (RIBEIRO, 1971a). Depois de vencer o concurso, a cal era requisitada consoante a necessidade até perfazer a quantidade do contrato. A cal era expedida por comboio para diversas estações portuguesas. Em 1977 foram remetidas 8 toneladas de cal destinadas às estações do Entroncamento, Santa Comba Dão, Coimbra, Lisboa, Barreiro e Beja (RIBEIRO, 1977).

A **União de Gessos**, com fábrica em Zibreira (Torres Novas), adquiriu 40 toneladas de cal entre 1967 e 1969 (RIBEIRO, 1966-1969).

Alguns particulares compravam grandes quantidades de cal para venderem posteriormente nos mercados. Júlia Martins Pedroso é um dos casos mais bem documentados nos livros de receitas de Joaquim Filipe Ribeiro. Júlia adquire cal em Pataias e vendia-a em casa e nos mercados de Pataias, Marinha Grande, Porto de Mós e Alcobaça para além de drogeries e particulares da Nazaré, Valado e Maiorga. Entre 1966 e 1968, adquiriu a Joaquim Ribeiro mais de 600 toneladas de cal (RIBEIRO, 1966-1969).

De Pataias destaca-se ainda Alberto Pedro das Neves, que comprava cal e vendia também nos mercados. Joaquim Coelho Cristino, de Casais dos Ledos (Batalha), comprava um pouco a todos os industriais de Pataias e vendia posteriormente a pintores e estucadores. Também José Tourita, proprietário de um depósito de cal na Lourinhã, adquiria fornadas inteiras aos industriais de Pataias. Muitos outros clientes particulares eram provenientes da Vieira de Leiria, A-do-Barbas, Torres Novas, Torres Vedras, Bombarral. RIBEIRO (2018), recorda também “os irmãos Henriques de Seia que quando vinham comprar cimento à Cibra levavam sempre entre 500 a 2000 kg de cal e João Batista Carvalho de Portunhos (Cantanhede) que vinha cá comprar cal e depois vendida para a fábrica de papel em Lavos. Comprava às fornadas inteiras”. Também a indústria Vidreira de Pataias e da Marinha Grande adquiria grande quantidades de cal em Pataias. Sabe-se igualmente que António Rosálio Vieira, vulgo Botas, vendia grandes quantidades de cal

para a Mendes Godinho em Tomar (VIEIRA, 2018). No caso de Joaquim Vaz Pereira, sabe-se que a cal de Pataias chegava à ilha Graciosa e ao Funchal em 1986 (PEREIRA, 1986).

6.10 Os Salários e o preço da cal

A cal e os salários sofreram alterações aos longos das décadas. Joaquim Vieira Grilo, em entrevista ao Jornal de Pataias em 1981, referia que, em 1917, um jornaleiro recebia, ao dia, \$30, um forneiro \$60, sendo as meias noites pagas a \$20. O carreiro com dois bois recebia cerca de 1\$00, dado que cada animal recebia o mesmo valor que o homem. Em 1933, os salários já tinham aumentado consideravelmente. Nesta altura, um jornaleiro recebia 6\$00, o forneiro 13\$00 e o carreiro 18\$00. As meias noites eram pagas a 4\$50. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) verificou-se uma desvalorização monetária que fez disparar os salários. Desta forma, à época, o jornaleiro recebia 35\$00, o forneiro 70\$00, o carreiro 120\$00 e as meias noites eram pagas a 20\$00. Os salários desceram com o fim da Guerra. Por volta de 1952, o jornaleiro recebia 22\$50, o cabouqueiro 25\$00, o forneiro cerca de 60\$00 e o carreiro cerca de 70\$00. Já no final da década de 60, as meias noites eram pagas a 30\$00 e o forneiro recebia 90\$00. Nesta época os salários variavam consideravelmente. O 25 de abril de 1974 fez disparar os salários. Desta forma, sabe-se que em 1981 o forneiro recebia 1350\$00 e o jornaleiro 500\$00. A desenformar, a empedrar e nas pedreiras, os trabalhadores recebiam cerca de 100\$00 por hora. A meia noite era paga a 450\$00 (JP, mar.1981: 7).

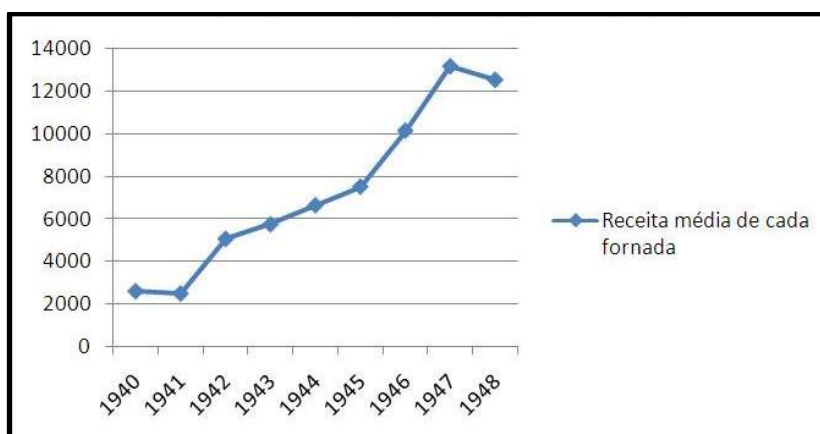
Relativo ao preço da cal, variava conforme a qualidade (pedra, cascalho ou pó). Em 1933, o preço da cal em pedra rondava os \$10 (JP, mar.1981: 7). Em 1966, o preço variava entre os \$28 e os \$46 consoante a qualidade (RIBEIRO, 1966). A inflação que se verifica nos primeiros anos da década de 70 e com o agravamento a partir de janeiro de 1974 fez disparar o preço da cal. Desta forma, nos últimos meses de 1973, o preço rondava os \$70 para a cal de primeira qualidade, aumentando para 1\$20 em março de 1974 atingindo, esporadicamente os 4\$00 em 1975, embora a média desse ano rondasse os 3\$00. Em 1981, o preço da cal de primeira qualidade era de 4\$00 (JP, mar.1981: 7), aumentando para 6\$00 em 1984, 7\$00 em 1986, 8\$ em 1987 e 9\$00 em 1988. Em 1989, atingia já os 11\$00 e 5\$00 para a cal de qualidade inferior (RIBEIRO, 1984 — 1989).

6.10 Receita média de cada fornada

A receita média de cada fornada depende de vários fatores como o período histórico em que se insere, o tamanho do forno e o comércio a grosso ou a retalho. A falta de documentação não permite estabelecer uma linha cronológica contínua ao longo do século XX. Desta forma, com base na escassa documentação a que se teve acesso, conseguiu-se estabelecer as receitas médias de alguns industriais em determinados anos.

Os dados mais antigos referem-se ao forno de António Henriques Vieira da década de 20. Tendo em conta que um dos seus fornos (RO 11) produzia cerca de 40 toneladas de cal e o preço, em 1926, era de 0\$07 / kg, cada fornada rendia, nesse ano, entre 2800\$00 a 3200\$00 (VIEIRA, 1926). Em 1940, Joaquim Vieira Grilo, cuja produção do seu forno variava entre 40 e 45 toneladas, obteve uma receita média por fornada de 2620\$00, descendo para 2515\$00 em 1941. A inflação da década fez aumentar significativamente os preços. Desta forma, a fornada realizada em janeiro de 1942 rendeu 2693\$00, subindo para 4367\$00 em abril, atingindo os 6931\$00 em outubro. Comparando com o ano de 1940, a receita praticamente duplicou (Gráfico 6.1). Em 1946, a receita média atingiu 10146\$40, apresentando, no final do ano, um lucro de 17014\$00. Nesse ano, Joaquim registava no seu livro de contas “ano bom para mim” (GRILO, 1946). Em 1947 atingiu os 13157\$50, descendo para 12526\$00 no ano seguinte.

Gráfico 6.1 – Receita média das fornadas de Joaquim Vieira Grilo

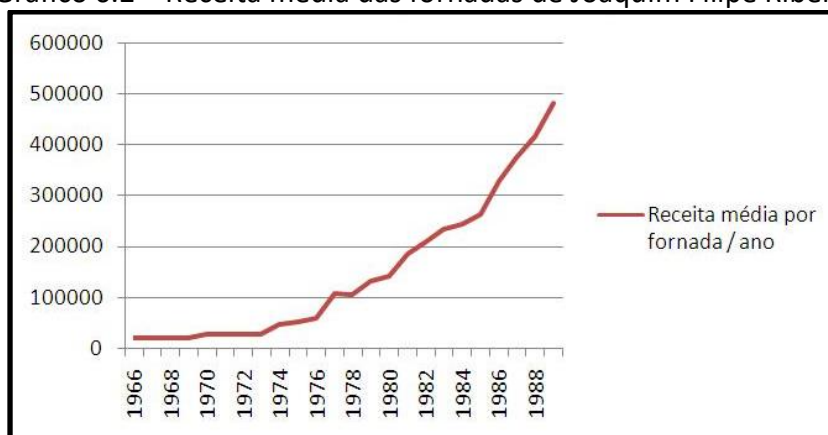


Fonte: Grilo, 1940-1948

Na década de 50, verifica-se uma redução da receita. Em janeiro de 1953, uma das fornadas de António Vieira produziu 48 toneladas e rendeu 7867\$20 (VIEIRA, 1953).

Em 1966, Joaquim Filipe Ribeiro, cuja produção variava entre as 48 e as 50 toneladas por fornada, registava uma média de 19233\$00, aumentando para 25546\$00 em 1970, mantendo-se relativamente estável até 1973. A partir de 1974, a inflação conduziu a um aumento abrupto das receitas. Em 1974 cada fornada rendia uma média de 45558\$00, atingindo 105800\$00 em 1977. No espaço de quatro anos a receita mais do que quadruplicou. Em 1982 atingia já 208948\$00, subindo para os 327627\$00 em 1986. Em 1989 a receita atingia já os 480691\$00 (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 – Receita média das fornadas de Joaquim Filipe Ribeiro



Fonte: Ribeiro (1966-1989)

6.11 As balanças

As Balanças assumiram um papel importante na comercialização da cal. Todos os industriais que vendiam por conta própria possuíam as suas próprias balanças cuja capacidade variava entre os 100 e os 200 kg. Apenas Hermínio Mota possuía uma balança de 500kg, que vendeu a Joaquim Ribeiro, depois de abandonar o negócio da cal na década de 80. Contudo, existiam outras balanças, de grande porte e capacidade, que pesavam também vidro, motano, madeira, pedra, entre outros produtos.

Das grandes balanças que existiram, a mais arcaica situava-se na Vidreira de Pataias de Roldão & Filhos, Lda. Era uma balança apenas para pesar os carros de bois com uma capacidade aproximada de 5 toneladas. O carro ficava em cima da balança e os bois de fora. Também a Empresa Vidreira de Pataias possuía uma grande balança com uma capacidade

aproximada de 20 toneladas (RIBEIRO, 2018). Os Serranos possuíam igualmente uma balança cuja capacidade deveria rondar as 5 toneladas. Nas memórias da família refere-se que “junto aos fornos de cal ficava o armazém da cal, os telheiros para a caruma, a casa da báscula e a garagem.” (SERRANO, 2005: 9). Manuel Pereira, proprietário de uma Serração, possuía igualmente uma balança cuja capacidade máxima se desconhece.

A Cibra construiu uma balança, junto da entrada da fábrica, no final dos anos 40 ou já no início da década de 50, sendo, à época, a maior balança existente. Também Joaquim Vaz Pereira adquire, na década de 50, uma grande balança que acabou por ser substituída por uma de maior capacidade na década de 60. Sabe-se, pela observação *in loco*, que esta balança foi fabricada em 1965, pela empresa José Duarte Rodrigues, Ida, de Braga e a sua capacidade máxima é de 30 toneladas. É a única balança tradicional ainda existente em Pataias-Gare.

Em 1983, Joaquim Ribeiro, António Vieira Vaz, Hermínio da Cruz Mota e Joaquim Vieira Grilo, utilizavam a balança de Joaquim Vaz Pereira, pagando 30 escudos por cada pesagem (PEREIRA, 1983). RIBEIRO (2018), refere que “íamos lá pesar o carro, depois carregávamos com cal e íamos pesar outra vez. Depois era só descontar a tara”.

6.12 As experiências

Ao longo do século XX, fizeram-se algumas experiências que não tiveram, no entanto, continuidade. A primeira experiência conhecida, decorreu na Brejoeira no final da década de 40. RIBEIRO (2018) conta que “Zé Mota afundou um forno, meteu cepos e fez uma grelha como nos fornos de cerâmica. O forno andou a cozer três ou quatro dias e depois tiveram de continuar a pôr lenha”. No entanto, devido ao baixo teor calorífico dos cepos, uma grande parte da cal ficou crua. Também se chegou a colocar cepos de pinheiro no “desquente”. Contudo, a utilização deste combustível nos fornos não teve continuidade.

Outra experiência conhecida decorreu nos Olhos de Água, nas traseiras do armazém de vinhos “Vieira”, no final da década de 70 ou no início da de 80 entre António Vieira Vaz, Joaquim Filipe Ribeiro e Joaquim Vieira Rodrigues Franco:

O Vieira [Joaquim Vieira Rodrigues Franco], como era uma pessoa de fazer muitas experiências, soldou uns bidões para se cozer cal a gás. Havia uma grelha por baixo do bidão onde estavam os maçaricos. Por cima metia-se a pedra e por baixo havia uma abertura para

se tirar a pedra cozida. Ao lado havia um pequeno tanque de água para matar a cal na hora. O objetivo era vender a pasta da cal já morta em sacos

(RIBEIRO, 2018)

Esta experiência acabou, no entanto por não ter continuidade, por indisponibilidade de alguns dos industriais em formar sociedade para explorar este novo método de cozer cal.

6.13 A adiafa

No final de cada fornada era tradição alguns industriais oferecerem uma refeição aos operários, por norma, em sua casa. Na década de 50, BAGAGEM (2018) conta que “o meu avô (Antônio Henriques Vieira), comprava latas de atum de quilo e comprava ou cozia uma ou duas broas. Se houvesse uma galinha já se fazia uma grande festa”. Também RIBEIRO (2008) refere que nos anos 60 ou 70 “era feito um lanche ajantarado aos 2 forneiros e ao jornaleiro. Se acabássemos de cozer de manhã, à tarde fazíamos a adiafa, que podia ser coelho, galinha, sardinhas ou bacalhau acompanhado com vinho ou cerveja”. Alguns industriais ofereciam ainda aos seus trabalhadores um jantar ou almoço no final do ano.

6.14 Os incêndios

Era comum ocorrerem incêndios junto dos fornos de cal, de origem criminosa ou acidental. De origem criminosa pode-se referir as ignições com início dentro dos próprios barracões através de fogo posto. O material lenhoso, altamente inflamável, era praticamente todo consumido. De origem acidental pode-se indicar o descuido dos forneiros depois da limpeza da caldeira. As cinzas, ainda incandescentes, eram depositadas no exterior do forno a escassos metros dos barracões. O vento conduzia as faúlhas para o interior do barracão, ateando fogo ao combustível. A inexistência de uma corporação de bombeiros dificultava a extinção atempada do incêndio: “tocava o sino a rebate e o pessoal ia com baldes de água e forquilhas, mas quando lá chegavam já nada se podia fazer” (RIBEIRO, 2018).

A imprensa local noticiou alguns dos incêndios ocorridos nos fornos. Em fevereiro 1947, o periódico “O Alcôa” noticiava:

No dia 23 pelas 3,30 horas declarou-se um incêndio no barracão de lenha de um forno de cal [RO 5] que é proprietário o nosso assinante sr. Abílio Romão de Figueiredo, e o tem arrendado ao sr. José Ascenso Ribeiro. Supõe-se que o fogo tivesse sido lançado por mão, pelo conhecido vagabundo José Costa e uma mulher sua amante, os quais foram agarrados em fuga.

(AL, 27 fev. 1947: 3)

Em agosto do mesmo ano, o mesmo periódico noticiava:

Pataias, 12 – Manifestou-se incêndio num barracão dum forno de cal pertencente ao industrial sr. Silvino Feliciano Ferreira [B 10]. Os prejuízos são totais e estão avaliados em 30.000\$00. Ignora-se a origem. Com este contam-se já este ano, quatro incêndios em barracões de fornos de cal.

(AL, 16 ago. 1947: 5)

Em janeiro de 1961, também o Voz da Paróquia, noticiava um incêndio que destruiu, no dia 29 de dezembro de 1960, o barracão do forno de Joaquim Mota (VP, jan. 1961: 6).

Na década de 60 encontram-se relatos de dois incêndios. O primeiro ocorreu a 1964, no período do feriado de Corpo de Deus, que destruiu o barracão de António de Sousa Marques (B 17) de origem provavelmente criminosa. Outro ocorreu em setembro de 1969 no forno de António Rosário Vieira (B 8). SERRADAS (2018) conta que “depositaram as cinzas ainda quentes perto do barracão. Acabou por atear fogo ao barracão do Botas e chegou ao barracão do forno do Silvino China”.

A 1 de junho de 1976, ocorreu um incêndio que destruiu o barracão de Joaquim Filipe Ribeiro (RO 14 – desaparecido). O antigo industrial relata o acontecimento:

O forno tinha começado a cozer nesse dia. Por volta das 13h, foram-me chamar a casa a dizer que o meu barracão estava a arder. Vieram os bombeiros de Alcobaça e como viram lume na caldeira começaram a meter água lá para dentro. Puxei logo a mangueira e disse para não me apagarem o forno senão o empedre caía todo. Aproveitámos logo nas primeiras horas as vigas de madeira do barracão que não tinham ardido para combustível do forno. Depois o Joaquim Grilo e o António Henriques Vieira andaram a dar-me lenhas que tinham deles e depois, como eu tinha motano já feito nos pinhais, o Joaquim Grilo andou com a camioneta a acartar esse motano para o forno. Tive um cliente de cal que era o Júlio Henriques da A-do-Barbas que tinha motano que utilizava para cozer pinhão e pevides. Quando ele soube do incêndio, nesse dia à noite apareceu cá com uma carrada de motano. Mas foi descarregar o mato em cima das cinzas que ainda estavam quentes. Perto das duas da manhã o motano ardeu. Eu tinha seguro do barracão mas como tinha ficado um pilar de pé, não me pagaram o valor todo. Depois fui cozer cal para o forno do Furão e em setembro do mesmo ano construí um novo barracão em metal.

(RIBEIRO, 2018)

A 30 de agosto de 1992, um incêndio destruiu o barracão de um dos fornos de Joaquim Vieira Grilo (RO 7) à época explorado pelo seu filho António Sebastião Grilo. O Jornal de Pataias noticiou o acontecimento, referindo a destruição total do barracão e que “demorou cerca de 20 horas a extinguir. Segundo algumas testemunhas oculares, o incêndio poderá ter tido origem criminosa.” (JP, 31 ago. 1992: 3). GRILLO (2018) recorda que

no dia do incêndio tinha ido a Fátima, e recebeu a notícia quando chegou a Pataias. Curiosamente, alguns dias antes, a autoridade tinha-o multado em cem contos, porque durante o transporte de mato, uma das carradas se encontrava demasiado alta. Ironicamente, o antigo industrial refere que “entretanto esses cem contos arderam todos”. António não reconstruiu o barracão, mas manteve a sua atividade no segundo forno (RO 6).

Nem sempre os incêndios ocorriam nos barracões. RIBEIRO (2018), conta que quando os carreiros chegavam tarde a Pataias e para não perderem tempo a levar o mato aos fornos, “chegava-se à porta de casa, tirava-se a junta do carro de bois e depois durante a noite alguém ateava fogo ao monte.”

6.15 A mulher na indústria de cal

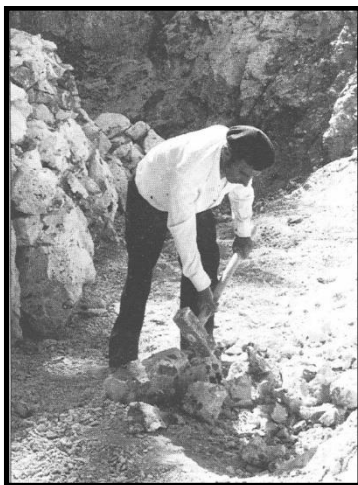
O papel da mulher na indústria da cal, limitava-se ao apoio aos industriais e operários. Competia à mulher preparar e entregar as refeições aos operários. Todavia, em alguns casos a mulher também ajudava nas pedreiras. BAGAGEM (2018), neta de António Henriques Vieira, proprietário dos fornos RO 10 e 11, conta que “como a pedreira do meu avô onde o meu pai tinha o cabouco era estreita e não tinha espaço para o carro ir lá baixo, a minha mãe ia lá baixo acartar as pedras grande à cabeça e eu, como era mais pequena, trazia as pedras mais pequenas”. As mulheres ajudavam igualmente no transporte e limpeza dos resíduos das pedreiras inúteis ao fabrico de cal, como barro, areia e terra. Durante a construção dos fornos estes resíduos eram utilizados para a criação do aterro. A partir da década de 60, a mulher começa a ajudar na recolha de combustível para os fornos, principalmente na recolha de caruma e molhos de motano (RIBEIRO, 2018).

6.16 As profissões associadas à indústria de cal

6.16.1 O cabouqueiro

Os cabouqueiros trabalhavam nas pedreiras e eram uma peça importante da economia Pataias. Por meios arcaicos, extraíam a matéria-prima não só para a indústria de cal, como para as fábricas de vidro e também para a construção civil de toda a região. Era uma atividade que retratava o atraso tecnológico de Pataias. Um trabalho de grande dureza e de luta diária sol a sol para o seu ganha-pão (JP, 30.9.1990: 12).

Figura 6.5 – O cabouqueiro

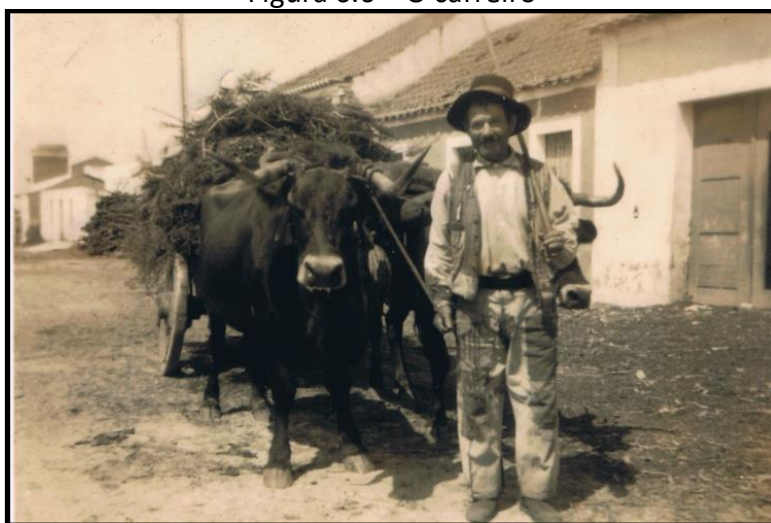


Fonte: JP, 30.9.1990: 12

6.16.2 O carreiro

O carreiro é uma das figuras típicas de Pataias pré-industrial. Era liberal, sem qualquer vínculo contratual com a entidade contratante, que, com os seus bois ou vacas, transportava o mato ou a pedra para os fornos. Os animais utilizados no transporte recebiam igualmente um salário: “um carreiro com duas vacas, o homem podia receber 75 escudos, 25 para cada vaca e 25 para o homem” (RIBEIRO, 2018). Com a utilização crescente dos veículos motorizados, a partir do final da década de 40, foi uma das primeiras profissões associadas à indústria de cal a desaparecer.

Figura 6.6 – O carreiro



Fonte: Fotografia cedida por António Sebastião Grilo

6.16.3 O motaneiro

Os motaneiros trabalhavam nos pinhais, produzindo motano que consiste num molho de rama de pinheiro atado com um fino cordel. Uma talha corresponde a 60 molhos de motano. Era utilizado nas cerâmicas, padarias e nos fornos de cal (JP, 31.3.1991: 16). Entre 1939 e 1945, existiu em Pataias a Sociedade Exploradora de Motano.

Figura 6.7 – O motaneiro



Fonte: JP: 31.3.1991: 16

6.16.4 O forneiro

O forneiro era um dos principais responsáveis pela transformação da pedra em cal. Por norma, o forneiro iniciava o trabalho às 8h da manhã e só saía pelas 2h da manhã da madrugada seguinte. O seu trabalho era alimentar continuamente a caldeira e transportar o combustível do barracão para junto do forno. Estas duas atividades eram realizadas alternadamente entre dois forneiros (JP, 9.1988: 8). Por norma, o forneiro também ajudava na desenfora na cal.

Figura 6.8 – O forneiro



Fonte: Fotografia cedida por Paulo Grilo, 1983/84

6.16.5 O empedrador e servente

O empedrador e o servente construíam o empedre. Enquanto os serventes transportavam a pedra para o interior do forno, o empedrador assentava-as em torno da caldeira. Era um trabalho de responsabilidade, uma vez que um empedre mal feito poderia resultar na queda da abóbada durante a laboração.

6.16.6 O jornaleiro

O jornaleiro trabalhava à jorna, ou seja, trabalhava ao dia, fazendo um pouco de tudo. Podia trabalhar nos pinhais, na cozedura da cal, ou na desenforna. Era, portanto, um trabalho precário.

6.16.7 O vendedor

O trabalho de vendedor de cal estava, por norma, reservado ao próprio patrão ou limitado à sua família.

- CAPÍTULO VII -
AS PEDREIRAS

As pedreiras foram parte importante do ciclo de produção de cal. Os industriais que não possuíam pedra própria, extraíam na pedra da Mata, propriedade da Junta de Freguesia e localizada a norte da Brejoeira. A exploração de pedra para os fornos de cal limitou-se dentro de uma área aproximada de 40 hectares delimitada a sul pela atual rua da Brejoeira, a nascente pela rua da estação, a poente pela estrada nacional 242-4 e a norte pelo caminho da mata. As pedreiras eram designadas por “caboucos”.

7.1 A pedra da Mata

A primeira referência à pedra na Mata remete para 1861: “As pedreiras são no sítio da Mata e são públicas. Não andam tributadas” (ALBUQUERQUE & COLAÇO, 1862: 37). No entanto, a pedra da Mata, seria, provavelmente, explorada desde, pelo menos, o século XVIII, quando surgem as primeiras referências a um forno em Pataias.

Ao longo do século XX surgiram alguns conflitos entre os industriais e a autarquia local, relativamente à ocupação indevida dos terrenos baldios, onde se incluía, naturalmente, a pedra da Mata e uma pequena propriedade na Brejoeira. Em 1911, em reunião de executivo da Junta, referia-se que “se fizesse constar a alguns indivíduos que pretendem uns baldios da parochia à brejeira construir fornos e barracões para guardar objectos e materiais inerentes ao fabrico de cal, que pelas leis da republica Portuguesa é expressamente prohibido qualquer tomadia” (ATAS JFP 2, 12.11.1911).

Em 1944, face ao aumento da exploração de pedra da pedra da Mata com destino, sobretudo, às fábricas de vidro da Marinha Grande, obrigou a Junta de Freguesia a tomar medidas e a cobrar pela exploração. A ata da Junta de Freguesia refere que “tendo esta junta conhecimento que tem saído da mata pública ultimamente grande porção de pedra para o concelho da Marinha Grande, destinada à indústria, foi resolvido que entre em vigor no próximo dia 1 de junho [...]” (ATAS JFP 4, 15.5.1944)⁹⁴.

Desta forma, a Junta de Freguesia passou a cobrar 3\$00 escudos por metro cúbico de pedra destinada às fábricas de vidro da Marinha Grande e 1\$50 para os fornos de cal de

⁹⁴ O assunto já era discutido desde, pelo menos, junho de 1942. Em maio de 1943, deliberaram afixar editais a informar da cobrança a partir de 1 de junho de 1943. Desconhece-se, no entanto, os motivos que conduziram o executivo a aguardar mais um ano para colocar em prática a medida (ATAS JFP 4, 17.5.1943).

Pataias e fábricas da freguesia de Pataias⁹⁵. A pedra extraída pelos proprietários para as suas próprias construções, encontrava-se isenta de pagamento. Em 1944, extraíam pedra da Mata 18 industriais: José Ascenso Ribeiro, Joaquim Vaz Pereira Coelho, António Henriques Vieira, António Ribeiro Marques, Feliciano dos Anjos Vieira Coutinho, Hermínio da Cruz Mota, José Rosálio Vieira, Joaquim Manuel Raimundo, Silvino Feliciano Ferreira, Artur Inácio Castanheiro, Alexandre Ferreira, José Ribeiro Marques, António Rosálio Vieira, António Feliciano Custódio, António Ascenso Ribeiro, Joaquim Francisco Custódio, José Florêncio Ribeiro, António da Silva Santos (*RECIBOS*, 1944).

A pedra destinada às fábricas de vidro da Marinha Grande possuía uma qualidade superior. RIBEIRO (2018) refere que a pedra “não podia levar barro ou areia e por vezes tinha de ser limpa com uma escova de arame”. A pedreira da mata estava sob responsabilidade, vigilância e controlo de José da Encarnação Machado, primeiro encarregado da Junta de Freguesia.

7.2 A fundação da Cibra

A constituição da Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos (CIBRA) em 1944 transformou radicalmente Pataias-Gare. A aquisição de propriedades iniciou-se a 21 de fevereiro de 1945 e, no dia seguinte, adquiriu a primeira pedreira, propriedade de José Florêncio Ribeiro, vulgo Matreiro. No entanto, a escritura mencionava que a venda era feita com a condição da companhia fornecer ao vendedor toda a pedra que necessitasse para o seu forno de cal, pelo valor de um escudo o metro cúbico⁹⁶ (ROSA, 1945: 13f). Joaquim Ribeiro usufruiu desta condição pouco mais de cinco anos porque, no fim de extraírem a pedra, tinham de convocar o encarregado da Cibra para a sua medição. Os atrasos na comparência do encarregado, conduzia, inevitavelmente, ao atraso no ciclo de produção. Desta forma “para não perder tempo começámos a extrair na pedreira da Mata” (RIBEIRO, 2018). De todas as pedreiras adquiridas pela Cibra, esta foi a única que incluía esta condição. A 1 de março a Cibra adquiriu a pedreira de Artur Inácio Castanheiro (ROSA, 1945:

⁹⁵ Nomeadamente para a Empresa Vidreira de Pataias, Vidreira de Pataias de Roldão e filhos e a Fábrica de Garrafas da Martingança. A Empresa Vidreira de Pataias detinha uma seção de moagem de calcário. A partir da década de 60, passou a fornecer às fábricas de vidro da Marinha Grande calcário em pó (RIBEIRO, 2018).

⁹⁶ Esta condição surge igualmente na escritura de partilhas em 1963 depois do falecimento de José Florêncio Ribeiro (RUA, 1963a: 88f).

29f) e a 15 do mesmo mês a pedreira aos Serranos (SOUSA, 1945: 73f). A pedreira de José Ribeiro e dos Serranos localizava-se onde hoje se encontra a lagoa dos Olhos de Água.

A exploração das pedreiras pela Cibra iniciou-se 1949 e orientou-se de sul para norte, iniciando a exploração na pedreira dos Serranos. A condução da pedra era realizada através de uma linha *decauville*, aproveitando, em parte, a primitiva linha dos Serranos. Para a exploração da pedra, a Cibra construiu um paiol próximo da pedreira⁹⁷.

Em 1952 a Cibra referia que era necessário adquirir mais terrenos para garantir as reservas de calcário, uma vez que mais de 30% do volume extraído da pedreira eram compostos estéreis como areia e terra (*RELATÓRIO*, 1952: 5). Entre 1952 e 1958, a Cibra adquiriu mais 45 propriedades, destinadas, principalmente, à ampliação da pedreira (*ÍNDICE*, 1952-1958: 4 - 6).

Um dos problemas identificados logo após o início da exploração, foi o rompimento de nascentes de água. Medições efetuadas em maio de 1952, revelaram que as nascentes debitavam 100 metros cúbicos de água por hora. Este acontecimento conduziu ao “abaixamento geral dos níveis de águas nos poços das imediações” (*RELATÓRIO*, 1952: 8). Para a drenagem das águas, a empresa construiu uma linha de manilhas, dois metros abaixo da cota zero de exploração, concluída em 1954 (CIBRA, 1969a: 12).

Enquanto os industriais e proprietários vendem os seus terrenos à Cibra, verifica-se um aumento significativo das explorações do baldio. A 15 de Maio de 1955, o executivo da Junta de freguesia aprovou o regulamento da exploração da pedreira:

- 1º Manter a taxa já em vigor;
- 2º No futuro, para efeito de abertura de novas pedreiras, os interessados nunca poderão fazer desde que se não salvaguarda cerca de vinte metros distanciados da mais próxima exploração;
- 3º Não poderão os exploradores de pedreiras da mata pública transacionar entre si o trespasses de pedreiras;
- 4º Perde direito à exploração da pedreira aberta todo aquele que durante seis meses seguidos dela não explorar pedra

(*ATAS JFP* 6, 15.5.1955)

Um ano depois, José Filipe Ribeiro criticava, no periódico local, o executivo da Junta de freguesia de Pataias, à época presidida por Baptista Coelho da Silva, o estado em que se encontravam os caminhos que conduziam às pedreiras da mata:

⁹⁷ Uma fotografia do paiol existente no arquivo fotográfico da Cibra, indica que foi construído em 1951 e entrou ao serviço a 13 de fevereiro de 1952.

“Temos em Pataias, desde tempo muito antigos, a Indústria de Cal. Ela é bem conhecida em todo o país e até mesmo nas nossas ilhas. [...] Hoje podemos dizer, está-se a fabricar cal em grandes quantidades em Pataias. Mas!... Por infelicidade, este assunto não está sendo encarado pelas autoridades locais, como devia ser. Nós explicamos. Hoje em dia e em geral, todos os industriais da cal, vão abastecer-se de pedra à mata da Junta. [...] Por causa do grande movimento da cal da Mata da Junta, saem milhares de metros cúbicos de pedra por ano. Por isso daí, a Junta aufere também de bons rendimentos. Ora para haver lucros tem de haver despesas. Compete, portanto, à Junta de Freguesia mandar arranjar o caminho que leva à mata, pois está em péssimo estado. É um contínuo lamaçal. Os animais esbarram e as camionetas patinam e por isso, muitas vezes, podem dar-se acidentes graves e perigosos [...].

(VP 47, 1 mai. 1956: 3)

7.3 A venda de parte da Alva de Pataias à Cibra

Em setembro de 1956 a Cibra foi autorizada a instalar uma segunda linha de fabrico de produção de cimento cinzento, inaugurada em 1961, o que exigia mais matéria prima. Desta forma, a empresa iniciou conversações e negociações com a Câmara Municipal de Alcobaça para a aquisição de 143,45 hectares da Alva de Pataias⁹⁸, a escassas centenas de metros a oeste da fábrica, para a instalação de uma nova pedreira, bairro operário e indústrias subsidiárias (CIBRA, 1969a: 19-20).

Na realidade, desde 31 dezembro de 1948 que a Cibra negociava com a Câmara a aquisição de uma parcela da Alva de Pataias. O terreno foi avaliado em três mil contos, mas a câmara exigia cinco mil⁹⁹. A 2 de maio de 1949, terminaram as negociações sem acordo (ATAS CMA 46, 3.1.1949, 22.4.1949 e 6.5.1949). Em julho de 1953, as negociações foram retomadas, terminando novamente sem acordo em setembro do mesmo ano. Neste período, a parcela da Alva foi avaliada pelos serviços florestais em 2920 contos e pela Direção Geral de Assistência em 2058 contos, valor este que a Cibra estava disposta a pagar. Em setembro a Câmara fez uma última proposta de 2720 contos, valor recusado pela Cibra (ATAS CMA 52, 4.8.19453 e 8.9.1953).

⁹⁸ As Alvas de Pataias (527,48 ha), Mina do Azeche (125,11 ha), Paredes da Vitória (379, 68 ha) e Água de Madeiros (60,49 ha), constituem terrenos baldios, propriedade da Câmara Municipal de Alcobaça, que foram submetidos ao regime florestal parcial em 1917. Desta forma, o terreno é camarário e as árvores do Estado. Em abril de 1919, um novo decreto estabelecia as condições de arborização, os depósitos em caixa, a divisão do rendimento líquido, entre outras condições. Desde, pelo menos, a década de 40, os serviços florestais exploravam abusivamente uma pedreira na Alva de Pataias (CMA, 1956: 1–5). Foi desta pedreira que foi extraída a pedra para a construção da estrada de Pataias às Paredes da Vitória. Apesar da proximidade da Alva com a Pedreira da Mata, os industriais de cal nunca extraíram pedra para os seus fornos na Alva de Pataias (RIBEIRO, 2018).

⁹⁹ Tendo em conta o índice de preços no consumidor, do INE, corresponderia, atualmente, a cerca de 2,5 milhões de euros.

As negociações voltam ao ativo a 16 de janeiro de 1959 (*ATAS CMA 58*, 24.2.1959), depois da aprovação da lei número 2092 de abril de 1958, que previa a concessão de empréstimos às entidades patronais para a construção de habitações económicas para os seus empregados e assalariados. A 9 de Agosto de 1960 foi publicado o decreto que excluía do regime florestal parcial uma parcela da Alva de Pataias e a 6 de abril do ano seguinte a Câmara Municipal comunicava à Cibra a nova avaliação dos peritos: 3300 contos¹⁰⁰, valor que a empresa aceitou (*ATAS CMA 60*, 21.4.1961). A escritura foi celebrada a 12 de julho de 1961 e referia que o valor seria pago em doze prestações, sendo a última prestação liquidada em janeiro de 1967 (*ANDRADE*, 1961: 13v a 14f).

Em maio de 1962, foi extraída em grande escala a primeira pedra da nova pedreira e em novembro de 1964 entrou em funcionamento o transportador aéreo. O lançamento da primeira pedra para a construção do bairro operário ocorreu em outubro de 1967 (*CIBRA*, 1969b: 16-19).

No entanto, a Cibra continuou a explorar a pedreira dos Olhos de Água, porque a qualidade da pedra da Alva revelou-se inferior. Desta forma, a empresa utilizava a pedra dos Olhos de Água para produção de cimento Portland branco e a pedra da Alva para a produção de cimento Portland cinzento. Em 1964, a pedreira dos Olhos de Água, atingia os seus limites com a pedreira da Mata.

Entretanto, a partir de 1 de fevereiro de 1964, a Junta de Freguesia aumentou o valor por cada metro cúbico de pedra extraída da pedreira da Mata. Desta forma a pedra para os fornos de cal e obras na freguesia aumentou para dois escudos e a pedra destinada para fora da freguesia¹⁰¹ aumentou para cinco escudos (*GUIAS*, 1964).

¹⁰⁰ Corresponderia, atualmente, a cerca de 1,46 milhões de euros.

¹⁰¹ Verifica-se, no entanto, que a Junta de Freguesia passou agora a cobrar à Empresa Vidreira de Pataias, 5\$ por metro cúbico. Entre o início da cobrança pela exploração em 1944 e o primeiro aumento em 1964, a Empresa Vidreira de Pataias encontrava-se no mesmo grupo dos industriais de cal, pagando 1\$50. A partir de 1964, a empresa já não se encontrava neste grupo. Este facto deve-se, sobretudo, à alteração na estrutura social da fábrica. Em 1944 os sócios eram pessoas singulares maioritariamente de Pataias. A partir do início da década de 50, as firmas vidreiras da Marinha Grande adquiriram as quotas aos associados. A Vidreira de Pataias de Roldão & Filhos e a Fábrica da Martingança já haviam encerrado (*INÁCIO*, 2018: 40-50).

7.4 A exploração da Cibra na pedreira da Mata

O ano de 1965 foi marcado pela entrada na Cibra na pedreira da Mata. As negociações, entre o presidente da Junta de Freguesia, José Francisco Rino, e o Administrador-Delegado da Cibra, Joaquim Matias, iniciaram-se a 7 de dezembro de 1964. À época, a Cibra justificava a necessidade de exploração na Mata, devido à saturação em que se encontrava a pedreira dos Olhos de Água e porque “o calcário daquele local reúne características que se apresentam de maior utilidade para a composição do fabrico [de cimento branco]” (MATIAS, 1964). A 7 de janeiro de 1965 ocorreu uma nova reunião estabelecendo-se o valor 3\$00 por metro cúbico de pedra que a Cibra deveria pagar à Junta de Freguesia (RINO, 1965). A Cibra iniciou a exploração em março e até ao final do ano, extraiu um total de 7350 toneladas de pedra calcária (*RELATÓRIO*, 1966).

A entrada da Cibra na Mata, causou, inevitavelmente, divergências entre os industriais de cal e a administração da Cibra. À época, a maior parte dos industriais de cal já teria vendido as suas pedreiras particulares. A pedreira da Mata era o último reduto de exploração de pedra para os industriais de cal, comprometendo, desta forma, a própria indústria de cal em Pataias. Alguns dos industriais foram mesmo obrigados a mudar os seus caboucos. Por exemplo, Joaquim Vieira Grilo, que possuía o seu cabouco no centro da Mata, mudou a sua exploração para oeste, próximo da estrada nacional 242-4. A Cibra chegou mesmo a propor à Junta de Freguesia, ainda no final dos anos 50, a compra da pedreira da Mata (DUARTE, 2018). Entre 1965 e 1971, o valor de receita praticamente quadruplicou. Só no ano de 1968 e 1969, metade do valor das receitas totais da Junta de Freguesia, provinham da exploração da Pedreira da Mata¹⁰² (*CONTAS*, 1951-1969).

No início da década de 70, a Cibra pretendia avançar com a exploração no sentido poente onde se encontravam os caboucos dos industriais de cal. Assim, de forma a afastar os referidos industriais da pedreira pública, a Cibra propôs o fornecimento de pedra aos próprios industriais. A proposta foi, no entanto, recusada alegando-se que “a forma como a Cibra extraía o calcário, fragmentava muito a pedra e poderia cair a abóbada durante a cozedura. A pedra para os fornos tinha de ser extraída quase manualmente para não haver fragmentação” (RIBEIRO, 2018). A Junta de Freguesia teve um papel fundamental na

¹⁰² c.f. Volume II, anexo V – A contribuição das pedreiras para as receitas da Junta de Freguesia.

moderação destes conflitos entre os industriais da cal e a Cibra. DUARTE (2018), antigo presidente da Junta de Freguesia, refere que “senão fosse a Junta de Freguesia tinha havia uma rotura e eles [Cibra] tinham ido para fora de Pataias”.

Em junho de 1972, depois de uma visita do executivo da Junta de Freguesia à pedreira da Mata, deliberaram proceder à cubicagem dos fornos de cal em laboração, estabelecer talhões de exploração para os industriais de cal e uniformizar a taxa de pagamento por cada metro cúbico (*ATAS JFP 9, 29.6.1972*). Desta forma, a cobrança pela pedra extraída do baldio público ficou facilitada, não sendo necessário proceder à contagem da pedra extraída, fazendo-se a cobrança de acordo com o forno utilizado. No entanto, desconhece-se se este regulamento teve efeitos práticos.

A 23 de Março de 1978, o executivo da Junta de Freguesia, presidida por Horário Ribeiro, reuniu com os industriais de cal que exploravam na pedreira da Mata¹⁰³ estipulando-se os novos preços (RIBEIRO, 1978a). Assim, os industriais de cal passaram a pagar 650\$00 por fornada, independentemente do tamanho do forno (*GUIAS, 1978*). Relativo à Cibra¹⁰⁴, a partir desse ano, não paga pela pedra extraída. O 25 de Abril de 1974 propiciou um desenvolvimento, de certa forma acelerado, em toda a freguesia, construindo-se inúmeras estradas. Desta forma, a Cibra, agora Cimpor, cedia gratuitamente o *Tout Venant* e resíduos de pedra em troca de explorar, de forma gratuita, a pedreira da Mata (RIBEIRO, 2018).

Em 1981, numa entrevista do Jornal de Pataias a alguns dos industriais de cal, foram questionados se a apropriação da pedreira da Mata pela Cimpor poderia conduzir à extinção da indústria de cal de Pataias. Joaquim Filipe Ribeiro respondeu:

Não acredito que haja uma Junta de Freguesia que autorize. Não só porque acabava com a indústria pioneira de Pataias, como até ofendia os sentimentos dos pataienses, dado a mata ser património do povo da freguesia, que inclusivamente pode, com uma autorização da Junta de Freguesia, extrair pedra para consumo próprio. Além disso, a Cimpor pode dispor para seu consumo de um vasto veio de calcário na direcção de nascente.

(JP, mar. 1981: 7)

¹⁰³ Joaquim Vieira Grilo, António Henriques Vieira Sobrinho, Joaquim Vaz Pereira, Joaquim Filipe Ribeiro, Hermínio Mota, António de Sousa Coutinho e António Coelho Pereira Vaz.

¹⁰⁴ Entretanto, como consequência do 25 de abril e da mudança do regime, a Cibra foi nacionalizada a 9 de maio de 1975 e em 1976 foi criada a Cimpor que reunia as cimenteiras nacionalizadas (*RELATÓRIO E CONTAS, 1976*).

Em maio de 1983, por proposta do presidente da Junta, Turíbio Machado, foi aumentada a taxa de exploração na pedra da Mata para 28\$50 por tonelada ou 40\$00 por metro cúbico (*ATAS AFP 1, 3.5.1983*).

No entanto, logo após a aprovação, alguns industriais demonstraram a sua discordância. O executivo da Junta de freguesia, em reunião com três dos industriais (Joaquim Ribeiro, António Vaz e Hermínio Mota) a 30 de maio, sugeriu que apresentassem uma proposta (*ATAS JFP s/n, 30.5.1983*). No dia 3 de junho, num documento enviado para a Junta de Freguesia e assinado por todos industriais de cal ainda no ativo¹⁰⁵, referiam que “o preço que nos impõem é elevadíssimo no qual não podemos e recusamos pagar. Estamos sim, propostos a pagar o imposto a importância de 1000\$00 por cozedura a partir do mês de junho do corrente ano” (RIBEIRO, 1983a). O assunto foi discutido em Assembleia de Freguesia, no dia 28 de junho, com algumas acusações e ânimos exaltados entre ambas partes. De um lado os forneiros, que acusavam o executivo e membros da Assembleia de Freguesia de não terem consideração pelos industriais de cal, que asseguravam a continuidade da mais antiga indústria de Pataias, do outro o executivo que acusava os forneiros de não terem consideração pelo património da freguesia. O presidente da Mesa da Assembleia, António Ascenso, encerrou o assunto, pedindo ao executivo um novo estudo (*ATAS AFP, 28.6.1983*). A 18 de julho, o executivo reuniu uma vez mais com os industriais de cal, onde se estabeleceu o valor por fornada de 1500\$00, independentemente do tamanho do forno e com efeitos retroativos a partir de fevereiro (*ATAS JFP s/n, 28.7.1983*).

Relativo à Cibra, que passou, a partir de 1983, a pagar pela extração da pedra, suspendeu os pagamentos da exploração a partir de 1985. Efetivamente, nos relatórios de contas da Junta de Freguesia, verifica-se que em 1984, a Cimpor pagou o valor correspondente a esse ano, mas só voltou a pagar em 1987 pela exploração nos anos de 1985 e 1986 (*Conta de Gerência, 1985-1987*), apesar de, em 1985, o presidente da Junta solicitar à Cimpor “o levantamento topográfico da pedra [...] a fim de fazermos o encontro de contas” (MACHADO, 1985). Em 1986, os industriais, sabendo do atraso da Cimpor, recusaram-se a pagar pela pedra extraída. Em julho de 1987, a Junta de Freguesia, agora presidida por António Ascenso, notificou os industriais de cal para procederem à

¹⁰⁵ Joaquim Filipe Ribeiro, Joaquim Vieira Grilo, Joaquim Vaz Pereira, António Vieira Vaz e Hermínio Mota.

regularização das dívidas¹⁰⁶. Joaquim Vaz Pereira respondeu à Junta de Freguesia que “consta de que a CIMPOR não paga qualquer importância referente à mesma exploração. [...] Dado que até esta data ainda não se sabe qual o montante pago pela referida Empresa Pública, é daí o motivo porque ainda não procedi a qualquer pagamento.” (PEREIRA, 1987). Entretanto já a Cimpor havia regularizado, no início do mês de julho, a dívida no valor de 1 357 032\$50 (CIMPOR, 1987). Depois de informados, os industriais procederam à regularização das suas dívidas.

Entretanto, durante os anos 80, com o crescente abandono da exploração da pedreira da Mata e do núcleo dos fornos de cal da Brejoeira (já sem laboração em 1980), estas zonas tornaram-se aterros de resíduos. Em 1983, o presidente da Junta de Freguesia, Turíbio Machado, enviou uma carta ao comandante da GNR solicitando “[...] a V. Exa. Que se digne mandar fiscalizar a referida zona, a fim de serem evitados determinados abusos de despejo de lixo no referido local” (MACHADO, 1983). Apesar do pedido, reforçado nos anos posteriores, estas duas zonas continuaram a servir de lixeira durante largos anos. Paulo Grilo Santos, no Jornal de Pataias em 1996, referia que:

[...] quem passe na estrada juntos aos antigos caboucos não imagina a quantidade de lixo existente. Se dois caboucos, junto à estrada foram já tapados com lixo, outros tantos poderiam ser cheios tal a quantidade de lixo existente na mata. Restos de serrações, de cerâmica e de fábricas de faianças, eletrodomésticos, baterias de automóveis, latas de combustível e de óleo, pneus [...]

(JP, jan. 1996: 12)

Em 2001, António Ascenso, à época presidente da Junta de Freguesia, na Assembleia de Freguesia “lamenta que continuem a ir lá despejar lixos, mas não consegue fazer nada, só colocando lá polícia 24 horas por dias” (ATAS AFP 5, 24.4.2001).

7.5 Abandono e venda da Pedreira da Mata

Em 1992, o executivo da Junta de Freguesia informou a CIMPOR (agora CMP – Cimentos Maceira - Pataias, SA), que pretendia rever os preços da exploração da pedreira. Todavia, o aumento apenas ocorreu em 1994, depois da CMP informar da Junta que iria atualizar o preço dos resíduos de calcário. Desta forma, o executivo deliberou “[...] efetuar

¹⁰⁶ Joaquim Vaz Pereira devia 24 contos (16 fornadas), Joaquim Filipe Ribeiro 19,5 contos (13 fornadas), Joaquim Vieira Grilo 15 contos (10 fornadas) e António Vieira Vaz 12 contos (8 fornadas). Ao valor em dívida acrescia o iva à taxa de 16% (ASCENSO, 1987).

também uma revisão do preço por tonelada de pedra explorada por aquela empresa.” (*ATAS JFP s/n*, 15.3.1994). A 16 de Março de 1994 foi então enviado uma carta ao Diretor da CMP informando da atualização para 60\$00 a tonelada com efeitos reactivos a partir de janeiro de 1994 (*ASCENSO*, 1994a). No mês seguinte, a CMP reclamou pela atualização do preço, na qual o presidente da Junta, informou que “não sendo possível aceitar os nossos preços, mais informamos que no fim do presente ano, daremos por terminada a exploração de pedra nas nossas pedreiras” (*ASCENSO*, 1994b)”. A Cibra acabou por aceitar, em setembro, a atualização do preço (*ATAS JFP s/n*, 6.9.1994).

Esta atualização conduziu a CMP a realizar testes e sondagens nos seus terrenos da Alva. No ano seguinte, a empresa iniciou a exploração de uma nova pedreira com matéria prima de boa qualidade para o fabrico de cimento branco, cessando definitivamente a exploração na pedreira da Mata em outubro de 1995 (*GUIA*, 1995).

Nesse ano, o executivo deliberou aumentar para 50\$00 o preço por tonelada de pedra, para o único industrial de cal ainda em atividade, António Sebastião Grilo (*ATAS JPF s/n*, 23.5.1995). Esta medida acabou por não ser colocada em prática uma vez que António Grilo cessou atividade em agosto desse ano.

Com o encerramento do último forno de cal e a cessão da exploração pela Cibra em 1995, a pedreira da Mata foi completamente abandonada. Na viragem do milénio, parte da pedreira pública foi soterrada com as areias da construção da autoestrada A8 (*RIBEIRO*, 2018). Em 2004, iniciaram-se conversações para a venda da pedreira da Mata à CMP (agora Secil) e a 31 de março de 2005, a Assembleia de Freguesia aprovou a venda (*ATAS AFP 6*, 31.3.2005). O protocolo foi assinado a 10 de maio e a escritura ocorreu no final desse mesmo mês. A venda da totalidade da antiga pedreira, com o total de 8,4 hectares, foi realizada por de 350 mil euros com a contrapartida da Secil compartilhar as futuras Piscinas Municipais em Pataias inauguradas a 23 de novembro de 2008 (*INÁCIO*, 2014: 26). Desta forma, a venda da pedreira da Mata, que sustentou os fornos de cal, a cimenteira e muitas famílias, resultou num equipamento de utilidade pública para toda a população.

Atualmente a Pedreira da Mata e dos Olhos de Água encontram-se abandonadas, mantendo-se em exploração apenas as pedreiras da Alva (Figura 7.1).

Figura 7.1 – As pedreiras a sul de Pataias



Fonte: Google Earth, 2020

7.6 O calcário de Pataias

A região de Pataias está localizada em plena Serra Rasa de Pataias (CHOFFAT, 1891), no anticlinal que se estende de Pataias até S. Martinho do Porto, associado ao Vale Tifónico das Caldas da Rainha. Este anticlinal tem a sua origem em camadas depositadas num fosso, ao longo do litoral centro do país, denominado Bacia Lusitânica¹⁰⁷. Estas condições geológicas, tectónicas e geomorfológicas revelaram-se ideais para a formação de estratos rochosos calcários.

A palavra calcário deriva do latim *calcarius*, significando “o que contém cal”. A rocha calcária é uma rocha sedimentar formada a partir do mineral calcite e que contém, na sua composição, mais de 30% de carbonato de cálcio. Regra geral, os calcários são formados pela acumulação de organismos (fósseis, esqueletos) ou pela precipitação de carbonato de cálcio na forma de bicarbonato, principalmente em meio marinho (LIRA, 2013). Recifes de corais, conchas de moluscos e algas calcárias são alguns dos responsáveis pelos depósitos provenientes de organismos sintetizantes do carbonato dissolvido em meio aquoso,

¹⁰⁷ A bacia Lusitânica está associada à abertura do Atlântico, posteriormente remobilizada por atividade tectónica compressiva (KULLBERG, 2006).

gerados em ambientes marinhos rasos, de águas quentes, calmas e transparentes. Apesar de não existir uma classificação rigorosa para agrupar os diferentes tipos de calcários, eles podem ser divididos em oito grupos: margas, caliche, tufo, conquífero, giz, travertino, dolomito e recifal, que resulta da fixação de carbonato de cálcio, nomeadamente por corais (CALCÁRIO, 2012). Sob determinadas condições geológicas, o calcário pode constituir um importante reservatório petrolífero, não sendo de estranhar, por isso, a existência de reservas de hidrocarbonetos na região, sendo o primeiro exemplo a mina do Canto de Azeche (INÁCIO, 2012).

Os calcários de Pataias estão associados ao Maciço Calcário Estremenho e à denominada mancha de Maceira-Pataias, formação sedimentária pertencente ao período do Jurássico Médio (ou Dogger), representado pelos pisos Bathoniano e Caloviano (168,3-163,5 milhões de anos atrás), aflorando à superfície. Os calcários existentes são microcristalinos com características recifais, calcários brancos, sub litográficos, calcários compactos e calcários margosos (MANUPPELLA & MOREIRA, 1975: 5-6), assentes sobre areias quartzosas com conteúdos variáveis de argila.

A qualidade química da pedra calcária de Pataias é excepcional, apresentando uma percentagem de cal superior aos 55%. Entre as poucas impurezas encontradas, encontram-se baixíssimos valores de sílica (<0,5%), magnésio (<0,4%) ou óxido de ferro (<0,1%), representando no total um teor de Carbonato de Cálcio superior a 99%, permitindo a produção de cimento branco (RELATÓRIO, 1952).

Os afloramentos calcários em Pataias ocupam uma área superior a 100 hectares, estendendo-se toda a zona potencial de exploração de pedra por uma área superior.

- CAPÍTULO VIII -
O APEADEIRO DE PATAIAS

8.1 Do Caminho de Ferro Americano à Linha do Oeste

A inauguração oficial da linha ferroviária do Oeste em 1888 foi um importante marco histórico para o desenvolvimento da indústria de cal em Pataias. Na realidade, já existia anteriormente o Caminho de Ferro Americano construído entre 1859 e 1864¹⁰⁸ (BAROSA, 1993: 79) que ligava Pedreanes (Marinha Grande) a São Martinho do Porto para escoamento das madeiras do Pinhal do Rei e, no retorno, transportava, da Martingança, areia, cal e calcário (GONÇALVES, 2014). Em 1861, no concurso para o fornecimento de gado para o transporte dos vagões, refere-se que “no percurso da estação de Pedreanes (no pinhal de Leiria) para S. Martinho o gado estaciona em Pedreanes para levar o comboio á Martingança (10km); nos Fornos de Pataias para conduzir ao casal do Nicolau (1,5 km) [...]” (DL, 24.10.1861: 2840). Verifica-se, desta forma, que, à época, os fornos já detinham alguma importância a nível regional.

A 15 de Maio de 1885 foi atribuída a concessão para a construção da linha do Oeste, iniciando-se desde logo os trabalhos. O troço de Torres Vedras a Leiria abriu à exploração a 1 de agosto de 1887, aproveitando parte do traçado existente do Caminho de Ferro Americano e em julho de 1888 abriu-se à exploração a última parte da linha do Oeste que ligava Leiria à Figueira da Foz (GCF, 16.1.1958: 61). A linha do Oeste permitiu, desta forma, expedir a cal produzida em Pataias para todo o país.

No entanto, à época, Pataias não foi contemplada com nenhuma Estação ou Apeadeiro. O embarque era feito onde hoje se encontra a zona Industrial das Carvalheiras. Joaquim Ribeiro, recorda do seu pai contar que:

[...] a cal vinha dos fornos em carros de bois e era descarregada em cima da areia e o Toino Manco mandava parar os comboios e pedia para deixar vagões. Enquanto os vagões não estivessem carregados os comboios não podiam passar, porque não existia nenhum ramal. Quando passava novamente o comboio atrelava o vagão e levava a cal. Chegou a acontecer o meu pai carregar um vagão de cal e não haver mais comboio nesse dia. Teve o vagão de ser transportado pela linha por três ou quatro juntas de bois até à estação da Martingança.

(RIBEIRO, 2018)

A expedição de mercadorias a partir de Pataias, encontrava-se dependente da Estação da Martingança, situada a cerca de 5 km de Pataias.

¹⁰⁸ Inicialmente com carris de madeira e, a partir de 1961, substituídos por carris de ferro, importados de Inglaterra (GONÇALVES, 2014).

Em 1907, uma comissão de proprietários, comerciantes e industriais de Pataias, pediram à Companhia de Caminhos de Ferros, a instalação de uma Estação em Pataias. Depois de muitos argumentos, e mediante o pagamento pela comissão de 62 800 reis, construiu-se uma plataforma como Apeadeiro (*ATAS JFP 2*, 3.5.1911). Enquanto as Estações possuem todas as dependências necessárias para o serviço geral, os Apeadeiros pretendem servir localidades com importância e com movimento inferior (PORTUGAL, 1960: 92).

Em maio de 1907 o executivo da Câmara Municipal questionou a Companhia dos Caminhos de Ferro sobre a localização do futuro Apeadeiro de forma a planear a construção de uma estrada de Pataias ao Apeadeiro (*ATAS CMA 27*, 13.5.1907). Em novembro do mesmo ano, a Companhia informava que a plataforma ia ser construída junto da passagem de nível do caminho que ligava Pataias à sede do Concelho, ao quilómetro 139, 507 (SA, 10.11.1907: 2). O Apeadeiro foi inaugurado a 15 de maio de 1908 e passou a contar com a paragem de dois comboios diários: um ascendente, às 14:32h, e outro descendente, às 23:29h (SA, 17.5.1908: 2). Fazia o serviço de transporte de passageiros sem bagagem e os bilhetes eram cobrados pelo revisor do comboio. Pataias não possuiu, inicialmente, uma tarifa própria. “Os preços applicaveis serão os seguintes: Destino de Pataias, os de Martingança no sentido ascendentes; procedências de Pataias, os de Vallado no sentido ascendente, e os de Martingança, no descendente” (NA, 9.5.1908: 2).

Apesar dos esforços ao longo do século XX, o Apeadeiro de Pataias nunca foi elevado a Estação, não obstante o elevado movimento de mercadorias. A Estação da Martingança era, desde a construção do Caminho de Ferro Americano, uma das mais movimentadas e importantes Estações da linha do Oeste.

8.2 O ramal Pataias-Figueiredo

Um ano depois, um novo e significativo melhoramento ocorreu em Pataias. Através de Manuel Serrano de Figueiredo foi celebrado um contrato com a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para a construção de um ramal paralelo à linha para o embarque de mercadorias¹⁰⁹. O contrato, datado de 17 de novembro de 1909, refere que o ramal adotava a designação de Pataias-Figueiredo e que todas as despesas com a sua

¹⁰⁹ c.f. Volume II, anexo III.X – Contrato entre Manuel Serrano e a CP, 1909.

construção e manutenção ficavam a cargo do concessionário (DINIS, 1909: 1-2). Em janeiro de 1910, noticiou-se que “a firma Serrano & Lameiras, d’esta villa, obteve a concessão de um ramal particular entre as estações do Vallado e Martingança [...]. Este ramal recebe e expede todas as mercadorias, e fica subordinado à Estação da Martingança” (SA, 9.1.1910: 3).

Em 1911, o executivo da Junta de Freguesia redigiu uma reclamação ao ministro do Fomento, a pedir a elevação do apeadeiro a Estação, referindo que Manuel Serrano e João Lameiras exportavam muita cal do seu ramal, mas que as condições do contrato eram demasiado onerosas para conseguirem obter lucros. O executivo alegava ainda que o contrato deveria ser rescindido e os seus concessionários indemnizados de todo o capital que investiram na construção do ramal (*ATAS JFP 2*, 3.5.1911). A falta de documentação não permite saber se a reclamação obteve resposta.

Através dos resumos estatísticos da Companhia de Caminhos de Ferro de 1915 a 1918, fica-se a saber a quantidade de cal expedida da Estação da Martingança da qual o desvio Pataias-Figueiredo era dependente:

Tabela 8.1 – Expedição de cal da Estação da Martingança (1915-1918)

Ano	Remessas	Quantidade (Toneladas)
1915	78	736, 698 t.
1916	74	707, 916 t.
1917	48	422, 473 t.
1918	87	882, 698 t.

Fonte: PORTUGAL, 1915-1918

Tendo em conta o número de remessas e a quantidade expedida, pode-se afirmar que a cal era exportada em vagões de dez toneladas. Tendo em conta que um forno produzia entre 40 a 50 toneladas, em 1918, expediram-se entre 15 a 20 fornadas de cal.

8.3 O ramal Pataias-Porto de Mós

Em 1920, foi constituída a Sociedade Mineira do Lena, com o objetivo de explorar as jazidas de carvão na zona de Porto de Mós (BRANDÃO & NUNES, 2014: 163). A sociedade procedeu a estudos para a construção de um ramal ferroviário, que entroncasse na linha do Oeste, em Pataias. No parecer, enviado para o Estado Maior do Exército, datado de 13

de janeiro de 1923, refere que o “Bathoniano e Caloviano perto de Pataias fornecem cal de primeira ordem que tem largo consumo na região e outras” (ABREU, 1923), referindo também o saibro, as areias, as argilas e os produtos cerâmicos das localidades que a linha atravessava. A sociedade considerava, portanto, que o fornecimento regular de cal à sociedade quer para a construção da própria linha, quer para a construção dos edifícios de apoio à exploração mineira, era um dos aspetos positivos a ter em conta.

A linha, com cerca de 16 km, previa a construção de três estações ou apeadeiros em Pataias, Porto Carro e Porto de Mós e permitia o transporte de passageiros e mercadorias.

A construção da linha proporcionava, desta forma, o acesso da população de Pataias e povoações limítrofes a novos mercados e negócios, numa época em que não existiam acessos rodoviários na freguesia de Pataias. Assim, a 5 de março de 1923, foi celebrada uma escritura entre 33 proprietários das localidades onde se previa a passagem da linha e a Sociedade Mineira do Lena, em que os proprietários se comprometiam a entregar à Sociedade as quantias correspondentes às indemnizações pelas expropriações dos terrenos necessários para a instalação da linha. Os outorgantes justificavam o seu interesse pela valorização que a linha traria à região. Dos 33 proprietários, nove eram de Pataias: José Vaz Pereira, José Henriques Cardeira, José Florêncio Ribeiro, Joaquim Tereso de Figueiredo, Carlos Henriques Coutinho, Feliciano da Silva Bagagem, António Feliciano Custódio, Manuel Pereira e José de Figueiredo. Os proprietários de cada freguesia ficariam encarregues de angariar as quantias necessárias para expropriar os terrenos dentro dos limites da sua freguesia. No caso de Pataias, além dos nove já referidos, incluía-se ainda neste grupo Joaquim Serrano de Figueiredo, residente em Alcobaça e sócio da firma “Serranos, Lda”, que explorava fornos de cal em Pataias e José Pereira, residente no Valado (CARDOSO, 1923: 12f a 15v).

Apesar do carvão apresentar um teor calorífico superior ao mato, não se crê que os industriais pretendessem utilizar carvão como combustível nos fornos, em virtude da região ser abundante em material lenhoso (combustível menos dispendioso que o carvão) apesar de, segundo RIBEIRO (2018), ponderar-se a “sua utilização nas épocas de maior escassez de mato”.

Entretanto, nesse ano, a Sociedade Mineira do Lena adquiriu as concessões das Minas de Alcanadas e Chão Preto na Batalha, a que estava associado um ramal ferroviário de 13 km que entroncava na Martingança. Depois de conflitos com os antigos concessionários das Minas, que suspenderam a circulação na linha, esta foi reaberta em junho de 1923. Desta forma, a Sociedade, que detinha agora uma linha férrea da Martingança até à Batalha, abdicou da construção da linha de Pataias, concentrando os seus esforços no prolongamento da linha da Batalha até Porto de Mós, inaugurada apenas em 1930, depois de alterações à bitola (BRANDÃO & NUNES, 2014: 1967-172). Desta forma, caíram por terras as aspirações da população em ver o Apeadeiro de Pataias elevado a Estação.

8.4 O posto de receção de mercadorias

Em setembro de 1928, a Comissão de Iniciativa e Defesa da Freguesia, por proposta de Luís Serrano de Figueiredo, deliberou enviar um ofício à Companhia de Caminhos de Ferro pedindo a construção da Estação de Pataias e oferecendo os terrenos, cal e areia para a sua instalação (NA, 9.9.1928: 1).

Algumas notícias da época referem que o tráfego de mercadorias em Pataias era superior em cerca de dois terços em relação a muitas das estações existentes e “(...) não se explica que por mais tempo a C.P. recuse o benefício público que lhe vem sendo solicitado.” (EA, 25.5.1929: 2). A 17 de Junho a Câmara Municipal de Alcobaça, as Juntas de Freguesia de Pataias, Coz, Alpedriz e a Comissão de Pataias entregaram um ofício ao Governador Civil de Leiria a pedir apoio para a elevação de Pataias a Estação (EA, 22.6.1929: 2). Em julho do mesmo ano o chefe da Estação da Martingança referia que se expediam do Apeadeiro de Pataias cerca de 50 vagões de cal por mês e que o movimento de mercadorias ascendia a mil vagões por ano¹¹⁰ (EA, 13.7.1929: 3). Em 1933 iniciaram-se as obras para a construção de um novo cais e de um posto de receção e expedição de mercadoria (VA, 1.1933: 2), inaugurado a 5 de abril¹¹¹ (GCF, 10.5.1933: 315). Foi um dos acontecimentos mais importantes na freguesia na década de 30. Embora não se tratasse da elevação à categoria

¹¹⁰ c.f. Volume II, anexo IV.I – A necessidade de elevar o Apeadeiro de Pataias a Estação, 1929.

¹¹¹ c.f. Volume II, anexo IV.III – Inauguração do edifício do Apeadeiro de Pataias, 1933.

de Estação, estes melhoramentos permitiam a independência face à Estação da Martingança, servindo igualmente as povoações de Alpedriz, Montes e Coz. Durante a inauguração evocou-se a memória de Manuel Serrano de Figueiredo, como principal impulsionador do Apeadeiro de Pataias (EA, 20.4.1933: 2). Com o falecimento de Manuel Serrano, os seus irmãos, Joaquim, Francisco e, principalmente, Luís Serrano, o único dos irmãos residente no Apeadeiro, continuaram a luta pela elevação do Apeadeiro à categoria de Estação e pela melhoria das condições. Em 1935, Luís Serrano cedeu gratuitamente à Companhia uma parcela de terreno para a ampliação do cais de mercadorias (CARVALHO, 1935: 23f a 25v)

Em 1939, a população de Pataias enviou um abaixo assinado à Companhia de Caminhos de Ferro, pedindo uma vez mais a elevação do Apeadeiro a Estação manifestando ainda o seu desagrado pela falta de uma tarifa própria, obrigando a pagar as suas passagens como se processem ou se destinassem ao Valado ou à Martingança. A criação de uma tarifa própria para as mercadorias, apenas ocorreu no final de 1946 (AL, 30.1.1947: 3).

Em 1942, Joaquim Tereso de Figueiredo, presidente da Junta de Freguesia de Pataias, referia que se expediam toneladas de cal, motano, vidros, lenhas e madeiras, lamentando que o apeadeiro não possuía as condições e dimensões necessárias, obrigando os proprietários a depositar as suas mercadorias nos terrenos particulares na envolvente do Apeadeiro, sujeitas às intempéries, roubos e desvios. À época, o movimento da Estação ascendia já a 2000 vagões por ano (SC, 30.8.1942: 5). No ano de 1941, expediu-se, em regime de pequena velocidade 5013,591 toneladas de cal, aumentando para 5664,417 toneladas em 1944, 5686,020 toneladas em 1945 e 6833,633 toneladas em 1946 (PORTUGAL, 1941, 1944-1946). Tendo em conta a produção média de 45 toneladas de cal por forno, só no ano de 1946 expediram-se do apeadeiro de Pataias, mais de 150 fornadas de cal numa época em que o número de fornadas anuais por forno não ultrapassava as 8. O apeadeiro de Pataias era, portanto, o grande motor económico da região. Nesse ano, 62% da tonelagem total expedida do Apeadeiro era cal.

Na da década de 40, a Empresa Vidreira de Pataias, próxima do apeadeiro construiu um ramal ferroviário que entrava dentro do parque industrial da fábrica¹¹². Os vagões eram colocados sob um disco existente na linha férrea e de seguida rodava-se e o vagão entrava para o ramal da fábrica. Este ramal foi removido no final da década de 60.

8.5 O impulso da Cibra

A fundação da Companhia Portuguesa de Cimento Branco em 1944 deu um novo e importante impulso ao movimento de mercadorias no apeadeiro. Logo após o lançamento da primeira pedra em 1946, próximo do Apeadeiro de Pataias, construiu-se um ramal ferroviário com algumas dezenas de metros que permitia a chegada dos materiais de construção e mecanismos diretamente à fábrica. Em dezembro de 1949, poucas semanas antes da inauguração da fábrica, o ramal foi ampliado e, no final de 1950, a linha contava já com um quilómetro de comprimento. Entre outubro de 1949 e setembro de 1950, entraram na fábrica 228 vagões, dos quais 118 eram cisternas de fuel e foram expedidos 608 vagões de cimento. Comparando com as estatísticas dos anos 40, verifica-se que, com a Cibra, o movimento de mercadorias duplicou. A 12 de junho de 1950, ocorreu um descarrilamento neste ramal, arrancando o contracarril e danificando parte da linha (*RELATÓRIO*, 1949-1950: 111). Dos 14 ramais particulares existentes em Portugal, este ramal era o 9º com maior movimento em 1954 (GCF, 1.10.1955: 343).

Na década de 50, o Apeadeiro começou a designar-se vulgarmente por Estação-Apeadeiro, apesar de, na teoria, continuar como Apeadeiro, mas com movimento de uma Estação. Ao contrário do que sucedia nos Apeadeiros, Pataias tinha serviço de venda de bilhetes (SILVA & ALARCÃO, 1961: 198).

O movimento de mercadorias cresceu nos primeiros anos da década de 50. Em junho de 1956 iniciaram-se obras de ampliação do Apeadeiro (VP, 1.3.1956: 4). No entanto, o padre Franclim Henriques da Cunha referia, no *Voz da Paróquia*, que o Apeadeiro necessitava de ser substituído por uma Estação em local mais acessível e com mais espaço (VP, 1.6.1956: 2).

¹¹² Devido à falta de documentação não foi possível saber o ano exato da construção do ramal. Sabe-se que na planta da fábrica, datada de 1941, não surge qualquer ramal. Nas fotografias aéreas datadas de 1945/46 já se verifica a sua existência. Para a sua construção, foi demolido o antigo depósito de vime da empresa.

Em 1958 O Apeadeiro de Pataias expediu um total de 27 342, 889 toneladas de mercadorias em regime de pequena velocidade em vagão completo, sendo 26 930 toneladas de cimento, 177 toneladas de lenhas e apenas 22 toneladas de cal (SILVA & ALARCÃO, 1961: 204). A diminuição acentuada de expedição de cal por comboio da década de 40 para a década de 50, deve-se, sobretudo, ao aumento significativo do uso dos transportes rodoviários¹¹³.

As expedições da Cibra cresceram ano após ano. O arranque do 2º forno em 1961 e do 3º em 1971, fez crescer ainda mais o movimento de mercadorias:

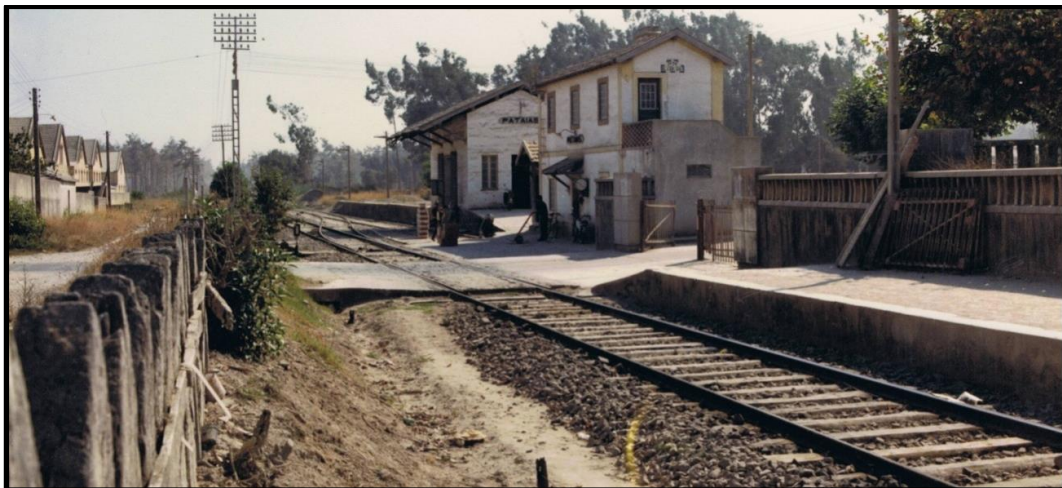
as décadas de 50 a 70 foram os anos de maior movimento “chegávamos a não ter onde por vagões. Todos os desvios e o próprio ramal da Cibra estavam cheios. Nesta altura trabalhavam 2 factores [chefes de categoria baixa], 4 manobreadores e 1 chefe, chegando a trabalhar por turnos de dia e de noite. Nos anos 70 as mercadorias que mais se exportavam eram o cimento, os móveis e ainda a cal”.

(GOMES, 2018)

8.6 Decadência e encerramento

Entretanto, a partir da década de 70, verifica-se uma redução significativa no movimento de mercadorias. Em julho de 1979, a Comissão Promotora do Desenvolvimento de Pataias (CODEPA), referia que a CP pretendia encerrar o Apeadeiro de Pataias (ATAS CODEPA 1, 4.7.1979). No entanto, no final do mesmo mês, a comissão foi informada que a CP havia revogado o encerramento do Apeadeiro.

Figura 8.1 – O Apeadeiro de Pataias em 1983



Fonte: Arquivo UFPM, 1983

¹¹³ Joaquim Vaz Pereira, sucessor do negócio de cal dos Serranos, dedicava-se também ao transporte rodoviário de mercadorias.

Na década de 80, mantem-se a diminuição do movimento de mercadoria. Alguns funcionários do Apeadeiro de Pataias deslocavam-se agora a outras Estações para fazer serviços. O movimento de mercadorias via comboio de, e para a Cibra, diminuiu acentuadamente com a utilização cada vez mais significativa de outros meios de transporte. Em 1981, já se debatia novamente o encerramento do serviço de mercadoria do Apeadeiro. Todavia, o serviço de receção e despacho de mercadorias apenas foi encerrado definitivamente a 29 de junho de 1988, mantendo-se apenas a receção e expedição de mercadorias do ramal da Cibra. O assunto foi debatido na Assembleia de Freguesia de 27 de junho, deliberando-se enviar um telex à direção comercial da CP a protestar contra a decisão (JP, 4.1988:5). O diretor comercial informou que o movimento de mercadorias era diminuto e que a tendência era decrescente. A mesma carta referia ainda que as receções e expedições da estação (sem contar com o ramal da Cibra) em 1985 foram de apenas 78 toneladas, descendo para 51 em 1986 e 53 em 1987 (CP, 1988). Recordar que 40 anos antes, em 1945, o movimento relativo só às expedições foi superior a 9 mil toneladas.

Em 1993 encontravam-se agregados ao Apeadeiro de Pataias dois Fatores e dois manobradores. A venda de bilhetes deixou de se realizar na estação a partir de 1999. Pataias era a única Estação / Apeadeiro Português que possuía uma instrução específica devido ao facto do serviço comercial ser feito fora de agulhas, ou seja, para os passageiros entrarem no comboio, em caso de cruzamento de dois comboios, o que vinha do lado sul aguardava dentro do Apeadeiro (dentro de agulhas) e só entrava para o Apeadeiro depois do outro sair. No final da década de 90 foi construído um novo edifício de apeadeiro e demolido o antigo. Na viragem do milénio o Apeadeiro contava com um fator e um manobrador. Atualmente o Apeadeiro de Pataias não possuiu funcionários, sendo o movimento do ramal da Cibra efetuado por funcionários da Estação da Martingança (SANTOS, 2018a).

- CAPÍTULO IX -
OS FORNOS DE CAL E CIMENTO DO LITORAL DA
FREGUESIA

Não foi apenas em Pataias que se construíram fornos para o fabrico de cal. A partir de meados do século XIX, encontram-se alguns pedidos de licenciamento para a construção de fornos de cal, neste caso hidráulica, no litoral da freguesia de Pataias assim como fornos para produção de cimento Romano.

9.1 A primeira referência no século XVIII

A primeira referência a fornos no litoral surge nas Memórias Paroquiais de Pataias em 1758. O manuscrito refere a existência de fornos na praia de Paredes da Vitória:

Junto a esta ditta Villa para a parte do Sul esta huma Ribeira muy ermosa com dois moinhos com bastante agoa, cujo nascimento principia as nascente de hum extenso vale, chamado Vale de Paredes, muy frondoso, e tem hum Engenho de moer materiaes, e fornos para os apurar os apurar [*sic*], fabricados por estrangeiros.

(MEMÓRIAS, 1758: 582-583)

Analisando os recursos naturais da região, nomeadamente a existência de calcário argiloso na praia da Polvoeira (a norte da praia de Paredes da Vitória), estes fornos poderiam, eventualmente, fabricar cal hidráulica. No entanto, a inexistência de documentação sobre os mesmos impede comprovar esta teoria.

9.2 A produção de cal e cimento na Mina do Azeche

Em 1844, foi constituída uma companhia para explorar betume e asfalto no Canto do Azeche, a algumas centenas de metros a sul da praia de Paredes da Vitória. Em 1848 os trabalhos foram suspensos por falta de venda do mineral, sendo os trabalhos retomados em 1856. Ao contrário do que ocorreu no primeiro período de exploração (1844-1848), a partir de 1856 construiu-se um grande complexo industrial, constituído por vários barracões que albergavam caldeiras e outros aparelhos para destilação do mineral, residências para os operários e fornos (INÁCIO, 2012: 17-33).

A 26 de fevereiro de 1857, Fillipe Calderon, engenheiro civil na Mina do Azeche desde agosto de 1856 (INÁCIO, 2012: 24), registou uma mina com “substâncias próprias para o fabrico de cimento denominado romano [...] na costa do mar desde o valle de Paredes até à rocha de são Pedro de Moel” (REGISTO DAS MINAS, 1856: 5v). Em julho do mesmo ano demitiu-se da Mina (INÁCIO, 2012: 26), provavelmente com o objetivo de

explorar a indústria de cimento e cal hidráulica¹¹⁴. A 18 de novembro, em representação da sociedade “*Hippolite Dubens, Philippe Calderon, et companhie*”, comprou o domínio útil de um foro a António de Sousa Pedro da Burinhosa de que era senhorio António da Silva Grilo de Pataias, de um “moinho com fazenda pegada, sito em Agoa de Madeiros [entre a Pedra do Ouro e São Pedro de Moel], a partir do norte com areal, sul com camarçõ, nascente com Pinhal Real e poente com o Mar” (RIBEIRO, 1957: 82v). Nada mais se sabe sobre a atividade desta sociedade e se, de facto, chegou a produzir cimento romano, apesar da autorização para a extração da pedra e da existência de um moinho para a moagem do cimento.

Em 1858, a administração da Mina do Azeche construiu um forno de cal hidráulica, próximo da exploração mineira, com o objetivo de produzir cal hidráulica para as obras que decorriam na Mina. Firmino Leal de Almeida, à época administrador da Mina, descreveu pormenorizadamente o acontecimento:

Era necessária cal hyraulica para o beton das caldeiras e mais aparelhos que o Sr. Charbonnel queria apresentar. O Sr. Armand disse-lhe que a pedra da polvoeira daria boa cal e lá se foi buscar em carros para coser n’um pequeno forno feito junto às casas de habitação. O tempo estava de muita chuva e o Sr. Charbonnel meteu quantos pedreiros trazia na mina a fazer o forno e a enfornar a pedra; mas como esta se achava muito molhada, assim que se meteu lume o forno começou a estalar e abateu; eis-ahi o sr Charbonnel furioso até ao delírio contra a cal hydraulica e contra os que a empregavam, mas o mau resultado foi somente devido ao sr. Charbonnel que queria um forno feito, a pedra enfornada e a cal cozida com mato verde e molhado, tudo dentro do prazo até 8 a 12 dias! [...] Pretendia depois tirar lucros da venda da cal hydraulica, requereu a exploração das pedreiras desde a Polvoeira até à Pedra do Ouro (1km) para o fabrico da mesma cal, para o que deveria construir alli os fornos necessários.

(ALMEIDA, 1859: 7-8)

Próximo do forno de cal, a administração construiu ainda um pequeno forno para produção de telha, tijolos e tijoleiras. Ao contrário do forno de cal, da qual não existem atualmente quaisquer vestígios, é possível observar as ruínas do forno de cerâmica na atual localidade da Mina. Em abril de 1858, a administração pediu a demarcação de terreno na praia da Polvoeira (3 km a norte da Mina), propriedade do Estado, para a construção de fornos (INÁCIO, 1859: 51). No entanto em 1859, Firmino lamentava que ainda não se

¹¹⁴ Como se referiu, a cal hidráulica e o cimento romano são produtos idênticos, diferenciando-se apenas pelo teor de argila presente na pedra calcária. Desta forma, é comum, na documentação, surgirem várias designações para o mesmo produto. Como exemplo em fevereiro referem-se a “substâncias próprias para o fabrico de cimento denominado romano” (REGISTO DAS MINAS, 1856: 5v). Em março, referem-se a um “jazigo Calcereo hydraulico” (CSOP, 1857: 145f). Portanto, à época, surgiam várias designações para caracterizar a pedra calcária argilosa, do litoral da freguesia. A própria documentação é incongruente, classificando por vezes a exploração como uma mina ou como uma pedreira.

tinham construído os fornos na praia da Polvoeira, referindo que se continuava a transportar pedra daquela praia para o forno da Mina “mas nem isto é exploração nem pode dar senão prejuízo por causa do conserto dos transportes, por causa dos péssimos caminhos e das lenhas n’esta localidade” (ALMEIDA, 1859: 8). Foi necessário aguardar alguns anos para a administração da Mina construir os fornos na Polvoeira. Sabe-se, através do memorial da Mina do Azeche datado de 3 de fevereiro de 1861, que os fornos ainda não tinham sido construídos até 1861 (ALMEIDA, 1861).

A 10 de Junho de 1861, Luís de Sousa Prado Lacerda, registou uma mina de cal hidráulica também na Polvoeira (*REGISTO DAS MINAS*, 1861: 6v). Este registo trouxe alguns conflitos com a administração da Mina. A 27 de Junho de 1861, o Marquês da Bemposta Suberra, um dos associados da Mina, enviou uma carta ao Governador Civil de Leiria, referindo que Luís de Sousa Prado Lacerda “foi para Leiria afim de tirar licença para poder explorar as pedreiras da Polvoeira [...] e começou os trabalhos dentro da concessão hydraulica da Polvoeira bem como da Mina de betume d’Azeche, cujas concessões pertencem a mim” (SUBSERRA, 1861). A 13 de Julho, a Repartição de Minas do Ministério das Obras Públicas informou o Governo Civil que os trabalhos de Luís Lacerda deveriam ser imediatamente suspensos (PÚBLICAS, 1861). Em defesa, respondeu, a 24 de julho, ao Governo Civil de Leiria que “a intriga de um mau vizinho, pelo nome de Almeida, a denuncia dada contra mim por não ter tirado licença; [...] dizendo que lhe usurpava terreno concedido!! Finalmente ameaça de emprego de força contra os meus operários.” (LACERDA, 1861).

Foi certamente neste ano, e de forma a reivindicar a conceção dos terrenos da Polvoeira, que a administração da Mina construiu finalmente os fornos na Polvoeira, precisamente no ano em que a administração suspendeu a lavra da Mina. No entanto, a primeira referência surge apenas em 1867, no inventário da Mina:

2 Fornos no sítio da Polvoeira, 1 para cozer [*sic*] o Cimento e outro Cal Hydraulica, ficando-lhe a pedra da Cal hydraulica em distancia de 300 metros e a do Cimento 1 kilometro. Combustivel perto e com abundância. 1 Outro forno construído de tijolo para auxiliar o cimento
(RIBEIRO, 1867: 6f)

Em 1875, alguns particulares pretendiam arrendar um forno da Polvoeira, mas apenas em 1879 é que foi realmente arrendado (INÁCIO, 2012: 52).

9.3 A atividade industrial de Luís Lacerda na Pentilheira

Devido, provavelmente, aos desentendimentos com a administração da Mina do Azeche em 1861, Luís Lacerda optou por transferir a exploração para a Pentilheira (Pedra do Ouro), a algumas centenas de metros a norte da Polvoeira, registada oficialmente a 8 de julho de 1861 (*REGISTO DAS MINAS*, 1861: 6v). Dias antes, a 2 de julho, Luís celebrou uma escritura de consentimento com António de Sousa Pedro da Burinhosa, para a exploração:

[...] que elle [Luís Lacerda] tendo descoberto uma Mina de pedra de cal Hydraulica na fazenda dos ditos António de Sousa Pedro [...], situada onde chamão Pentilheira [...] que parte do norte com o val de Madeiros sul com penedo chamado do Ouro, junto ao qual é a demarcação da Mina do Asphalto, [...]. Tinha convencionado com estes em lhes darem o seu consentimento para a lavra da dita Mina e estabelecimento das officinas necessárias e dando lhes por indimnização tres alqueires de milho.

(FIGUEIRA, 1861: 63f)

Todavia, esta concessão conduziu a novos desentendimentos, agora com a população de Pataias e a Junta de Paroquia. As várias reclamações apresentadas ao executivo Camarário contra Luís Lacerda e António Pedro eram assinadas por José Ribeiro de Sousa, José Cupertino Ribeiro e Joaquim Bernardino Romão, referindo que o terreno que Luís Lacerda pretendia explorar era “domínio e logradouro commum dos povos” (*ATAS CMA 12*, 11.7.1861). Em defesa, António Pedro informou a Câmara que o terreno “estava de posse d’elle há mais de quatorze annos, tendo sido baldio público” (*ATAS CMA 12*, 26.7.1861). Dois anos depois, a 5 de março de 1863, o assunto continuava a ser debatido nas reuniões do executivo camarário. Os reclamantes de Pataias alegavam que:

António de Sousa Pedra nunca usufruiu n’aquelles sítios terreno algum; só há annos, pretendeo construir um moinho n’um relveiro ao Canto da Pentelheira, o qual foi destruído pelo povo de Pataias, que não consentiu a occupação d’aquelle relveiro, d’onde dimanam aguas, de que os gados nas circunvizinhanças [...] se aproveitam.

(*ATAS CMA 13*, 5.3.1863)

A 12 de agosto de 1862, Luís Lacerda registou, no mesmo local, uma pedreira de cimento romano (*REGISTO DAS MINAS*, 1861: 6v), utilizando, provavelmente, os fornos de produção de cal hidráulica para a produção de cimento. Nesse ano, Firmino Leal de Almeida requereu à Câmara Municipal o aforamento de um terreno baldio na Pentilheira, provavelmente para aí instalar fornos. Este aforamento foi alvo de novos protestos por parte da Junta de Paróquia (*ATAS CMA 12*, 8.11.1863).

Sabe-se que, em 1861, os fornos já se encontravam a laborar. ALBUQUERQUE & COLAÇO (1862: 37), referem a existência de dois fornos (avaliados em 600\$000), oficinas e um barracão (avaliados em 1000\$00) concessionados à sociedade “Mota Lacerca & cia”, pagando anualmente ao senhorio [António Pedro] três alqueires de milho. Os dois fornos produziam por ano 22 074 hectolitros de cal¹¹⁵. O combustível provinha das limpezas do Pinhal de Leiria e do Camarçã, sendo que cada carrada custava 60 reis e o corte e o transporte 340 reis. Um dos fornos consumia cerca de 80 carradas de mato e o outro, mais pequeno, cerca de 40, consumindo-se, anualmente, cerca de 4320 carradas. A sociedade empregava 2 mestres, um para cada forno, a 400 reis por dia e 12 operários (7 para o forno maior e 5 para o menor), a 240 reis por dia.

A cal, depois de sair dos fornos, era colocada em tanques com água, para a reduzir a pó e, por fim, armazenada num depósito no local. A sociedade detinha um armazém em Lisboa onde vendia a cal hidráulica a dois reis o quilo.

Entretanto a sociedade passou, a partir de 1862, a produzir também cimento romano. Em 1862 sabe-se que foram expedidos do porto de São Martinho para Lisboa, 91,134 toneladas de cal hidráulica e 39,251 toneladas de cimento (ALBUQUERQUE & SILVEIRA, 1863: 98-99), materiais produzidos, provavelmente, nos fornos da Pentilheira.

Em 1863, fica-se a saber, através de uma escritura de 25 de setembro, que a sociedade detinha um engenho na Boubã, em Pataias, provavelmente para moer o cimento produzido nos fornos. A escritura refere que:

[...] neste sítio do Ribeiro, freguesia de Pataias e Engenho da fábrica de cimento Romano, foram presentes os senhores, José Xavier Silvino da Mota, da cidade de Lisboa, Luís Sousa Prado Lacerda, d’Aljubarrota e actualmente em Pataias [...] ambos sócios da companhia que gira debaixo da firma de Mota i Lacerda e companhia, isto de uma parte e do outro José Duarte Junior e sua mulher Joana Veríssimo da Boubã [...]. E por eles José Duarte e mulher foi dito que são senhores possuidores de uns terrenos com sua nascente d’água neste mesmo sitio, que são contados pela linha férrea americana que vai da Marinha Grande para São Martinho do Porto [...] E como seus senhorios os dão de arrendamento por 99 anos a contar da data de hoje aos ditos dois sócios já nomeados [...] pela renda em cada ano de três moios de trigo.

(FIGUEIRA, 1863: 65v a 66f)

Desta forma, a sociedade produzia o cimento nos fornos da Pentilheira, transportava até à Boubã (a cerca de 8,5 km em linha reta da Pentilheira), onde reduzia o cimento a pó num engenho a água e expedia para o Porto de São Martinho via comboio Americano.

¹¹⁵ Volume provavelmente desfasado da realidade e muito superior à produção real.

Atente-se que na escritura a sociedade pretendia arrendar uma propriedade que confinava com a linha de caminho de ferro americano e onde existia uma linha de água. Desta forma, a sociedade pretendia, provavelmente, instalar a sua indústria nesta propriedade. A avaliar pelas confrontações e a existência de uma linha de água, não há dúvidas que os terrenos se localizavam na atual Boubã dos Barreiros, a norte da Boubã de Cima e próximos do atual moinho da Ferraria de Pataias.

Pouco mais se sabe sobre a atividade de Luís Prado Lacerda na freguesia de Pataias. Em outubro de 1864, continuavam os protestos da Junta de Paroquia junto da Câmara Municipal pelas “tomadias praticadas em baldios públicos por Luís de Sousa Prado Lacerda, de Lisboa” (ATAS CMA 13, 8.10.1864). Em 1864, Luís registou a descoberta de areias Betuminosas na Granja (Monte Real) e em 1865 uma Mina de Gesso próximo da mesma localidade. Nos anos seguintes registou mais de uma dezena de minas de ferro, carvão, cal, cimento, gesso entre outros, um pouco por todo o distrito de Leiria. A atividade de Luís na Pentilheira, manteve-se, provavelmente, pelo menos até ao final da década de 1860.

9.4 A atividade industrial de Manuel Pinto e João da Silva Ferreira

Entretanto, provavelmente no final dos anos 60 ou já nos anos 70 do século XIX, Manuel da Silva Pinto¹¹⁶ adquiriu os fornos que foram explorados por Luís Lacerda, dedicando-se ao fabrico de cimento romano. Sobre a sua atividade como industrial, apenas se sabe que em 1880 forneceu, por 6800 reis, à Câmara Municipal de Alcobaça, quatro barricas de cimento para a construção dos banhos da Piedade (RECEITAS E DESPESAS DA CMA 9, 13.7.1880). Em agosto de 1891, o Regedor de Pataias, Gabriel Monteiro, informou a Câmara Municipal de Alcobaça que Manuel da Silva Pinto “*está para Lisboa e não sei quando virá*” (MONTEIRO, 1891). Desta forma, admite-se que nesse ano, Manuel Pinto já não exercia qualquer atividade. Na década de 1880, ou já na década de 1890, João da Silva Ferreira (1829-1903), de Pataias, comprou os fornos ao Manuel e uma parte do baldio público à Câmara de Alcobaça (JACOBETY, 1902: 33v). João legalizou os fornos em 1899,

¹¹⁶ Sabe-se que Manuel Pinto era negociante, natural de Estarreja e residente em Pataias, através do registo de Batismo de Bernardino Coutinho (n.1888) na qual Manuel foi padrinho (REGISTO DE BATISMOS 8, 1888: 3f).

onde consta a referência a três fornos para o fabrico de cimento e uma casa de arrecadação (*PROCESSO*, 1899b). O moinho atualmente existente não se encontra descrito no processo.

Em 1902, João doou à sua filha Maria da Graça e genro José Ribeiro Coutinho, toda a propriedade onde se encontravam os fornos. No entanto, a escritura refere agora a existência de “uma casa velha, moinho de vento de moer cimento em ruínas, cinco fornos para o fabrico de cimento, em ruínas e um em bom estado, terra de sementeira e baldio com algumas pedreiras de cimento no sítio da Pentilheira” (*JACOBETY*, 1902: 33v). A escritura refere ainda que os doadores reservavam para si o uso de um dos fornos, mas apenas no caso da exploração ser feita por conta própria. Pela análise da escritura, verifica-se, portanto, que, à época, existiam cinco fornos, sendo dois provavelmente provenientes da época de Luís Lacerda e os restantes três do tempo de Manuel Pinto, tendo em conta que o documento refere que quatro deles se encontravam em ruínas. No caso do moinho é a primeira vez que surge a referência numa escritura, já em estado de ruína, pelo que se supõe que o moinho provinha já do tempo de António Pedro e provavelmente reconstruído por Manuel Pinto, uma vez que, como já se referiu, na época de Luís Lacerda, a sociedade detinha um engenho na Boubã, para moer o cimento. A falta de documentação, sobretudo da época de Manuel Pinto, não permite afirmar com toda a certeza esta teoria.

A 4 de junho de 1917, José Ribeiro registou, na Câmara Municipal de Alcobaça uma mina de cimento (*SA*, 8.7.1917: 3), com o provável objetivo de retomar a explorar dos fornos. No ano seguinte, a 12 de março, José Ribeiro doou ao seu filho, João Ribeiro Coutinho, a propriedade onde se encontravam os fornos e o moinho ainda em ruínas, assim como um alvará datado de 24 de agosto de 1916, para a exploração das pedreiras (*OLIVEIRA*, 1918: 35f a 36v). No mesmo dia (12 de março) foi constituída uma sociedade entre João Ribeiro Coutinho, António Feliciano Raimundo (natural da praia de Paredes da Vitória) e Joaquim Luís de Sousa (natural do Arnal, Maceira). A sociedade adotou o nome de “Joaquim Luís de Sousa & Companhia”¹¹⁷, com sede em Pataias, com o objetivo de explorar a indústria de cimento e com o capital de 300 escudos, dividido em três quotas iguais. A quota do sócio Joaquim e António era constituída por uma propriedade no Vale de Paredes, composta por uma terra de cultura, vinha, mato e as ruínas de uma azenha,

¹¹⁷ c.f. Volume II, anexo III.III – Constituição da sociedade “Luís de Sousa & cia”, 1918.

com o valor de 200 escudos e a quota do sócio João era composta pela propriedade onde se encontravam os fornos, pedreiras e edifícios anexos na Pentilheira, no valor de 100 escudos. A administração da sociedade era exercida pelo sócio António e, na sua ausência, pelo sócio Joaquim (OLIVEIRA, 1918: 37f a 39v). Joaquim Luís de Sousa, à época com apenas com apenas 18 anos era filho de João Luís de Sousa (*REGISTO DE BATISMOS*, 1899: 189v.), industrial do cimento na Maceira¹¹⁸ e sobrinho de António Feliciano Raimundo¹¹⁹. Joaquim detinha, desta forma, os conhecimentos técnicos necessários para a exploração da indústria de cimento. Nada mais se sabe sobre a atividade industrial da sociedade e se chegou a ter atividade na década de 20, uma vez que não existe qualquer memória coletiva da população local sobre o funcionamento dos fornos.

Em suma, no litoral da freguesia de Pataias foram construídos, pelo menos, 8 fornos para o fabrico de cal hidráulica e cimento Romano, existindo, atualmente, apenas os vestígios de três fornos na atual Pedra do Ouro.

Figura 9.1 – Vestígio dos fornos na Pedra do Ouro



Fonte: Nuno Alves, 2012

¹¹⁸ João Luís de Sousa instalou, por volta de 1900, uma fábrica de produção de cimento natural na Maceira, concelho de Leiria (POMBO, 2007: 17). Em 1920, a Empresa de Cimentos de Leiria liderada por Henrique Sommer, comprou as propriedades onde existia um forno de cimento, pedreira e edifícios anexos a João Guedes, sócio de João Luís de Sousa para da sua unidade industrial de cimentos (SANTOS, 2017: 561), a atual fábrica de cimento Maceira-Liz, propriedade do grupo Secil.

¹¹⁹ A esposa de António Feliciano Raimundo, Maria Cândida, era tia materna de Joaquim Luís de Sousa.

- CAPÍTULO X -

OS ÚLTIMOS TRÊS INDUSTRIAIS DE CAL DE PATAIAS

10.1 Joaquim Filipe Marujo Ribeiro

Nasceu a 10 de julho de 1931, em Pataias, é o mais novo de sete irmãos. Desde muito cedo começou a ajudar o seu pai Joaquim Florêncio Ribeiro, no forno de cal cuja capacidade de produção excedia as 50 toneladas. Depois de concluída a quarta classe, trabalhou diretamente para o seu pai, principalmente nos fornos de cal. Em 1960 empregou-se como motorista, profissão que desempenhou até 1965. Após o falecimento de José Florêncio Ribeiro, em dezembro de 1962, o forno ficou na posse de dois dos filhos: Joaquim Filipe Marujo Ribeiro e José Filipe Ribeiro. José manteve-se na gestão do negócio até 1965, sendo obrigado, por motivos de saúde, a ceder a gestão do negócio ao seu irmão Joaquim. Desta forma, em 1965, Joaquim assumiu as rédeas do negócio. A 1 de Junho de 1976, um incêndio destruiu o barracão do seu forno sendo construído um novo, mais moderno e em estrutura metálica. Joaquim Ribeiro manteve o negócio da cal até 1989, ano da última fornada, enquanto explorava o negócio de chumbo que detinha desde 1986.

Figura 10.1 – Joaquim Ribeiro

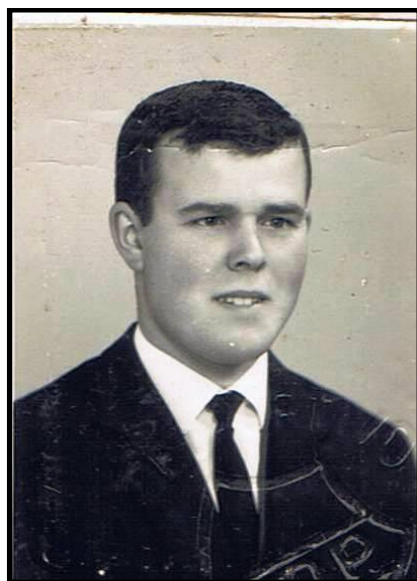


Fonte: Foto cedida pelo próprio

10.2 António Vieira Vaz

Nasceu a 19 de abril de 1946, em Pataias, sendo o segundo mais velho de três irmãos. Começou a ajudar o seu pai, António Coelho Pereira Vaz, nos dois fornos de cal que detinha, ainda antes de completar a 4ª classe, fazendo um pouco de tudo. Concluído o ensino primário continuou a trabalhar com o seu pai. Assumiu a gestão do negócio por volta de 1964, na altura com apenas 15 anos de idade, sob supervisão do pai. Com pouco mais de 20 anos já dominava todo o negócio e processo de fabrico. Em 1959 vendeu um dos dois fornos a Joaquim Vieira Grilo e, em 1966, substituiu o forno por um novo com uma capacidade de produção que excedia as 70 toneladas de cal, sendo o maior forno existente em Pataias. No verão de 1979, construiu um novo e amplo barracão. Desta forma, a firma de António Vieira Vaz possuía as melhores e mais modernas instalações fabris. Cessou atividade em 1991, mantendo o negócio da drogaria e venda de materiais de construção que detinha desde 1989.

10.2 – António Vieira Vaz



Fonte: Foto cedida pelo próprio

10.3 António Sebastião Grilo

Nascido a 6 de setembro de 1939, era o mais novo de três irmãos. Aos 10 anos, depois de concluído o ensino primário, começou a ajudar no forno do seu pai, Joaquim Vieira Grilo (n: 1909 f: 1993). Em 1959, o seu pai comprou um forno a António Vieira Vaz, passando, desta forma, a ser proprietário de dois fornos, com uma produção aproximada de 50 toneladas cada um. Esteve na guerra do ultramar entre 1961 e 1963 onde tirou a carta de pesados. No regresso continuou a trabalhar no forno, fazendo os transportes e vendas de cal aos clientes, principalmente em Torres Novas e Torres Vedras. Devido a complicações de saúde do seu pai, acabou por assumir a gestão do negócio em 1984 contando com a supervisão de Joaquim Vieira Grilo. Com o falecimento do seu pai a 1 de julho de 1993, continuou à frente do negócio, sendo, nesse ano, o único industrial de cal ainda em atividade. A 30 de Junho de 1995, depois de vendida a cal da última fornada realizada um mês antes, acabou por cessar atividade. Faleceu a 23 de outubro de 2021.

Figura 10.3 – António Sebastião Grilo



Fonte: Foto cedida pelo próprio

CONCLUSÃO

Numa breve análise, concluiu-se que Pataias foi o grande centro industrial calcário português. A linha do Oeste, através do Apeadeiro de Pataias, permitiu escoar grande parte da produção, chegando a cal de Pataias a todo o país, ilhas e colónias portuguesas. Desta forma, pode-se dividir o percurso histórico dos fornos de cal de Pataias em três períodos distintos. O primeiro corresponde ao início de atividade de José Ribeiro em 1814 até 1909 e que foi marcado, sobretudo, pela construção de mais de duas dezenas de fornos, com especial foco na década de 1850. A produção de cal neste período destinou-se, principalmente, a satisfazer as necessidades de Pataias e das localidades limítrofes. A inauguração da linha do Oeste em 1888, abriu novos mercados e permitiu escoar a produção por caminho de ferro para todo o país. No entanto, e até 1909, era um mercado ainda pouco expressivo. O segundo período principia em 1909 e termina em 1945 e é marcado pela monopolização da indústria de cal por parte dos Serranos. É em 1945, ano em que a Cibra iniciou a aquisição de terrenos para a instalação da sua indústria, que se atingiu o auge de fornos em laboração. Neste ano terminou a Era dos Serranos com a venda dos fornos e todas as propriedades à Cibra. O último período iniciou em 1945 e terminou em 1995 com o encerramento do último forno e foi marcado por uma redução progressiva do número de fornos em laboração, apesar de ser na década de 60 que se atingiu o auge da produção de cal, devido à utilização de novos meios tecnológicos que permitiu reduzir o tempo do ciclo de produção. Como forma de homenagem, o último capítulo desta dissertação foi dedicado aos três últimos industriais. Sem a sua persistência e empenho, a indústria de cal em Pataias teria, certamente, terminado mais cedo.

Como se pode observar em praticamente todas as temáticas apresentadas ao longo desta dissertação, a Cibra (atual fábrica de cimento branco da Secil em Pataias) teve sempre um papel preponderante em todos os aspetos da indústria de cal em Pataias a partir de 1945, motivo pela qual se abordam constantemente alguns factos da história desta fábrica em vários capítulos.

Os fornos de cal de Pataias, a par com as fábricas de vidro e, mais tarde, a cimenteira, tornaram Pataias-Gare num enorme espaço industrial. Todavia, toda essa dinâmica se perdeu, mantendo-se atualmente apenas em laboração a fábrica de cimento.

No caso de Pataias, não se pode falar apenas em fornos, mas sim num complexo fabril que comporta, por norma, o barracão, para o armazenamento do combustível, os depósitos para o armazenamento da cal e pequenos anexos.

Outro aspeto importante a salientar é a complexidade do ciclo de produção que iniciava com a exploração da pedra e terminava na adiafa. O mais pequeno contratempo numa das fases comprometia as fases seguintes e o sucesso do ciclo produtivo, nomeadamente o aumento do tempo do ciclo ou até mesmo ao encerramento definitivo do forno. Naturalmente que este é um aspeto comum a muitas outras indústrias produtivas e não apenas à indústria de cal. Ainda relacionado com o ciclo produtivo, importa referir a grande variedade de profissões que a indústria de cal reunia desde os cabouqueiros, carreiros, motaneiros, forneiros, empedradores, serventes, jornaleiros, vendedores sem esquecer o apoio da mulher aos operários da indústria de cal pataiense.

Para além dos fornos de cal de Pataias, construíram-se também, na Mina do Azeche, na Polvoeira e na atual Pedra do Ouro, fornos para a produção de cal hidráulica e de cimento romano. Todavia, esta indústria não teve um notável desenvolvimento como os fornos de cal de Pataias.

Dado o exposto e atendendo à importância da indústria de cal de Pataias a nível nacional, é urgente a classificação dos fornos de cal de Pataias de forma a impedir não só a alienação deste importante património, como a preservação da memória. Apesar do conjunto dos fornos de cal artesanais de Pataias surgir no Plano Diretor Municipal de Alcobaça, como imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património (art. 33), não é suficiente para a sua preservação. Só nos últimos seis anos (2015–2021), assistiu-se, passivamente, à demolição de três fornos no núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água. O inventário individual de cada forno que consta no segundo volume desta dissertação pode ajudar os técnicos camarários a garantir a sua preservação. É de salientar ainda que o facto de 17 (16 na Brejoeira e um na Ratoíinha / Olhos de Água) dos 31 fornos de cal ainda existentes, serem propriedade da Secil, impediu, de certa forma, a alienação

precoce dos mesmos. Apesar da empresa não os salvaguardar devidamente, também não os demoliu. É nestes fornos da Secil que a UFPM tem realizado a maior parte das suas intervenções.

É fundamental a preservação de todo o conjunto de fornos atualmente existentes e não apenas de alguns. Só assim se realça a verdadeira importância que os fornos de Pataias tiveram a nível nacional, considerado como maior núcleo de fornos do país. Foi tamanha a importância da indústria de cal em Pataias que no brasão da vila encontra-se precisamente um forno de cal (Figura C.1).

Figura C.1 – Brasão da Vila de Pataias



Fonte: UFPM

Todavia, desde 2018, a União de Freguesias de Pataias e Martingança tem mantido uma equipa que se tem dedicado exaustivamente ao estudo dos fornos de cal de Pataias. Para além da investigação, que resulta no presente trabalho, a UFPM tem realizado algumas escavações e limpezas nos fornos, recolheu algumas ferramentas utilizadas no ciclo de produção de cal, realizou visitas guiadas, exposições e participou em duas

conferências, nomeadamente no Congresso de História e Património da Alta Estremadura e Terras de Sícó que se realizou em setembro de 2019 em Alvaiázere e no IV Encontro de Indústria, História Património, que decorreu em fevereiro de 2021 em São João da Madeira¹²⁰. Nas duas conferências foram abordados os fornos de cal de Pataias em perspetivas e temáticas diferentes.

Recentemente (2020) foi inaugurado o percurso pedestre sinalizado, com o total de 3,2 quilómetros, intitulado “Rota dos Fornos de cal de Pataias”, que, com recurso à APP da União de Freguesias, permite dar a conhecer e aprofundar os conhecimentos sobre os fornos de Pataias, tornando-o num percurso interpretativo. No futuro prevê-se a criação de um espaço museológico e o restauro dos fornos que apresentam danos estruturais graves e que se encontram nas propriedades da fábrica de cimento.

Espera-se, no entanto, que este trabalho permita, além de consolidar o conhecimento dos fornos de cal de Pataias, principal objetivo atingido deste trabalho, alertar as entidades públicas e privadas para a necessidade da sua preservação. No entanto, cabe também a nós, cidadãos, a responsabilidade pela preservação do nosso património local contribuindo, desta forma, para o reforço da nossa identidade e memória coletiva, que vai desaparecendo, ano após ano, com a demolição dos fornos.

¹²⁰ Devido à pandemia COVID-19, o encontro decorreu via web.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Fernando Luís Mouzinho de; COLAÇO, Gregório de Magalhães – *Documentos para a Estatística Industrial do Districto de Leiria*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

ALBUQUERQUE, Fernando Luís Mouzinho de; SILVEIRA, Fernando Luis Mousinho de Albuquerque – *Informações para a estatística industrial: districtos de Leiria e Funchal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

AGENDA profissional do Concelho de Alcobaça. Alcobaça: Representações “Helco”, 1943.

AZEVEDO, Ricardo Charters de – A atividade económica em Leiria em 1864. *Cadernos de Estudos Leirienses 11*. Leiria: Textiverso, 2016.

BAROSA, Joaquim – *Memórias da Marinha Grande*. 3ª edição ampliada, Marinha Grande: CMMG, 1993.

CIBRA – *25 anos Cibra, 1944-1969*. Lisboa: C.P.C.A, 1969a.

CHOFFAT, Paul – Passeio Geológico de Lisboa a Leiria. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa. Vol. VI, nº7 (1891), p. 289-314.

FIGUEIREDO, Augusto – *Construções rurais - Habitações, estábulos, oficinas e arrecadações agrícolas*. Porto: Livraria Chardron, 1905.

FONSECA, João de Sousa (dir. tec.) [et al] – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. VI. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1937.

GOUVEIA, Henrique Coutinho; CARVALHO, Margarida Chorão de – *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego: conjuntos de moinhos de vento da Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro no concelho de Penacova*. Penacova: Município de Penacova, 2003.

INÁCIO, Tiago – *À descoberta de Pataias*. 1ªed. Pataias: UFPM, 2014.

INÁCIO, Tiago – *As Indústrias Vidreiras em Pataias*. 1ªed. Pataias: UFPM, 2018.

INÁCIO, Tiago – *Mina do Azeche – Património à beira-mar esquecido*. Pataias: Edição de autor, 2012.

KULLBERG, J.C. [et al] – A Bacia Lusitaniana: Estratigrafia, Paleogeografia e Tectónica. *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*. Univ. Évora. p. 317-368, 2006.

MELO, Carlos Bandeira de – *Caes, cimentos e gessos*. Lisboa: 1917.

MENDES, J. Amado – *Estudos do Património. Museus e Educação*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

NOVA, Bernardo - *A divisão das indústrias e a indústria da cal*. Lisboa: Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1922a.

MACEDO, António da Costa de Sousa de – *Estatística do districto administrativo de Leiria*. Leiria: Typographia Leiriense, 1855.

MADURO, António Valério – Os fornos de cal de Pataias. *Roteiro Cultural da região de Alcobaça. A Oeste da Serra dos Candeeiros*. Alcobaça: CMA, 2001.

MENDONÇA, Carlos (dir.) – *Espaços ADEPA 1. Revista de Património*. Alcobaça, ADEPA, 1996.

POMBO, António Pedro – *A Indústria social da fábrica Maceira-Liz. Política social e operariado na Indústria do cimento em Maceira*. Museu da fábrica Maceira-Liz, 2007.

PINTO, António Arala – *O Pinhal do Rei Subsídios Vol. II*. Marinha Grande, 1939.

PORTUGAL, Caminhos de ferro de – *Manual prático profissional de caminhos de ferro: Movimento, Tráfego, Estatística, Contabilidade, material Tracção, via, legislação*. Lisboa, 1960.

ROCHA, Diana Vizinho – *Argamassas e cimento romano utilizadas em edifícios do início do século XX*. Aveiro: Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, 2015. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. [consult. 12 jan. 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://ria.ua.pt/handle/10773/16867>>.

SANTOS, Vítor (dir. exe.) – *Maceira 500 anos. Território. História. Património*. Maceira: Junta de Freguesia da Maceira, 2017.

SERRANO, Pedro – *Os Serranos de Figueiredo em Pataias*. Edição de autor, 2005. Monografia divulgada apenas no seio familiar e gentilmente cedida pelo autor.

SILVA, Carlos; ALARCÃO, Alberto; CARDOSO, António – *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

SOARES, Maria Fernanda Martins; FERREIRA, Vitor Wladimiro (Dir.) – *Grande Dicionário Enciclopédico, vol.III*. Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1998.

VASCONCELOS, José – *Collecção Official da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

Webgrafia

ALVAREZ, José; SEQUEIRA, Cristina; COSTA, Marta – *Ensinamentos a retirar do passado Histórico das Argamassas* [em linha]. 2005. [consult. 11 jan. 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.apfac.pt/congresso2005/comunicacoes/paper%2051.pdf>>.

BRANDÃO, José Manuel, NUNES, Maria de Fátima – Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956). *Revista Portuguesa de História* [em linha]. Nº45 (2014), p.159-182. [Consult. 22. mar. 2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/106201?hdl=35366>>.

CALCÁRIO [em linha]. [2012]. [consult. 16 mar. 2021]. Disponível na Internet: URL: http://www.seta.org.pt/ficha_49.pdf >.

COUTINHO, Joana – *Materiais de Construção 2 – 1ª parte*, [em linha]. 2002. [consult. 11 jan. 2021]. Disponível na Internet: < URL: http://civil.fe.up.pt/pub/apoio/ano1/CienciaDosMateriais/apontamentos/teorica_2002_003/JSC_031a043.pdf>.

GONÇALVES, J.M. – *Caminho de Ferro Americano* [em linha]. Marinha Grande: Pinhal do Rei, 2014 [consult. 17 fev. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <https://pinhaldorei.net/historias-personagens/caminho-de-ferro-americano/>>.

ILHOIS – *A cal ao Longo da História* [Em linha]. [Consult. 11. jan. 2021]. Disponível na Internet: < URL: https://www.lhoist.com/pt_pt/cal-ao-longo-da-hist%C3%B3ria>.

LIRA, Belarmino – *Calcário* [em linha]. [Projeção visual]. [2013]. 25 diapositivos. Universidade Federal de Paraíba. [consult. 16 mar. 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://pt.slideshare.net/PublicaTUDO/apresentao-calcario/>>.

MANUPPELLA, G.; MOREIRA, J.C.B. – *Panorama dos Calcários Jurássicos Portugueses* [em linha]. Buenos Aires, Argentina, 1975. Comunicação apresentada ao II Congresso Ibero-Americano de Geologia Económica. 15 a 19 de dezembro de 1975. [consult. 16 mar. 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/2424/1/30262.pdf>>.

PESOS específicos de materiais [em linha]. Atual. [consult. 6 nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://orcamentos.eu/pesos-especificos-de-materiais/>>.

SANTOS, Humberto Sousa – *O padre José Ribeiro de Sousa* [em linha]. Pataias: Sapinho Gelásio, 2012. [consult. 22 set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://sapinhogelasio.blogspot.com/2012/04/o-padre-jose-ribeiro-de-sousa.html> >.

SILVA, Fernando Ricardo – Os fornos de cal Artesanais de Pataias (Alcobaça), resultados de um levantamento arqueológico. *Al-madan online* [em linha]. Nº 22, tomo 4 (jul. 2019), p.14-35. [Consult. 12 jan. 2021]. Disponível na internet: <URL: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_4>.

Notariado

ALMEIDA, Firmo Ferreira (ajudante) – *Livro de Notas para actos e contratos entre vivos nº403* [Manuscrito]. [1942]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça (CNA) – 15º ofício.

ALMEIDA, Firmo Ferreira (ajudante) – *Livro de Notas para actos e contratos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº387* [Manuscrito]. [1944]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

ANDRADE, Manuel – *Certidão da escritura da venda da Alva de Pataias* [Datilografado]. [1961]. 15fls. Acessível no Arquivo Histórico da Fábrica Maceira-Liz, fundo da fábrica de Pataias.

CARIA, Paulo – *Livro de notas nº32* [Manuscrito]. [1803]. Acessível ADL, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré (CNN).

CARDOSO, José Joaquim – *Livro de Notas para escrituras diversas nº9* [Manuscrito]. [1909]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 14º ofício.

CARDOSO, José Joaquim – *Livro de Notas para escrituras diversas nº20* [Manuscrito]. [1914]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 14º ofício.

CARDOSO, José Joaquim – *Livro de Notas para escrituras diversas nº162* [Manuscrito]. [1923]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 14º ofício.

CARDOSO, Adolfo – *Livro de Notas para actos e contratos entre vivos nº208* [Manuscrito]. [1959]. Acessível ADL, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande (CNMG).

CARVALHO, Fernando Tavares de – *Livro de Notas nº120A* [Manuscrito]. [1935]. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa (ANTT), Portugal, fundo do 9º Cartório Notarial de Lisboa (CNL).

CASTRO, Maria Inês – *Livro de escrituras diversas nº7A* [Manuscrito]. [1963]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

CASTRO, Maria Inês – *Livro de escrituras diversas nº26A* [Manuscrito]. [1969]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

CATARINO, Manuel Alves – *Livro de notas para actos e contratos entre vivos de valor indeterminado ou sup. a cinco mil escudos nº472* [Manuscrito]. [1952]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º do CNA.

CATARINO, Manuel Alves – *Livro de notas para actos e contratos entre vivos de valor indeterminado ou sup. a cinco mil escudos nº496* [Manuscrito]. [1954]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º do CNA.

COUTINHO, José – *Livro de atos e contractos entre vivos nº384B* [Manuscrito]. [1960]. Acessível ADL, Portugal, fundo do Cartório Notarial Batalha (CNB).

CORREIA, Próspero – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº385* [Manuscrito]. [1944]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

DUARTE, Jacinto – *Livro de escrituras diversas nº2A* [Manuscrito]. [1961]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

FARIA, Luís Filipe Rodrigues – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 493* [Manuscrito]. [1954]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

FIGUEIRA, Pedro Joaquim – *Livro de Notas nº1* [Manuscrito]. [1861]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 1º ofício.

FIGUEIRA, Pedro Joaquim – *Livro de Notas nº2* [Manuscrito]. [1863]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 1º ofício.

FREITAS, Teodósio – *Livro de Notas nº15* [Manuscrito]. [1729]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 5º ofício.

JACOBETY, Alfredo – *Livro de Notas nº98* [Manuscrito]. [1893]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 1º ofício.

- JACOBETY, Alfredo – *Livro de actos e contractos entre vivos nº7* [Manuscrito]. [1902]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA– 1º ofício.
- JÚNIOR, José – *Livro de Notas nº5* [Manuscrito]. [1889]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNMG.
- JÚNIOR, José – *Livro de Notas nº9* [Manuscrito]. [1890]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNMG.
- JÚNIOR, José – *Livro de Notas nº11* [Manuscrito]. [1891]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande.
- JÚNIOR, José – *Livro de Notas nº81* [Manuscrito]. [1917]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande.
- JÚNIOR, José – *Livro de actos fora de notas nº5* [Manuscrito]. [1919]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande.
- LEMOS, Tetralda – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 225* [Manuscrito]. [1932]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.
- LEMOS, Tetralda – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 356* [Manuscrito]. [1940]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.
- LOPES, Amélia – *Livro de notas para escrituras diversas A45* [Manuscrito]. [1971]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 2º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº72* [Manuscrito]. [1918]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº83* [Manuscrito]. [1919]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº87* [Manuscrito]. [1920]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº114* [Manuscrito]. [1922b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº136* [Manuscrito]. [1926]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor não superior a mil escudos nº3* [Manuscrito]. [1932a]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V. – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº208* [Manuscrito]. [1932b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V. – *Registo de instrumentos e dos documentos que as partes queiram arquivar nº2* [Manuscrito]. [1935]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.
- NOVA, Alberto H. V. – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº312* [Manuscrito]. [1938]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

NOVA, Alberto H. V. – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor não superior a mil escudos nº23* [Manuscrito]. [1935]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

OLIVEIRA, José Estevão d' Abreu – *Livro de Notas para Actos e Contractos entre vivos nº 272* [Manuscrito]. [1926]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA - 10º ofício.

OLIVEIRA, José – *Livro de notas para actos e contractos entre vivos nº211* [Manuscrito]. [1918]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA - 10º ofício.

PELAIO, José – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº170* [Manuscrito]. [1911]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

PINHEIRO, Francisco – *Livro de Notas nº9* [Manuscrito]. [1721]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 20* [Manuscrito]. [1920]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 108* [Manuscrito]. [1926]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 127* [Manuscrito]. [1927a]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 141* [Manuscrito]. [1927b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 155* [Manuscrito]. [1928]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PINTO, João Palha – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 196* [Manuscrito]. [1930]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício.

PONTES, Salvador – *Livro de Notas nº468* [Manuscrito]. [1948]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

PONTES, Salvador – *Livro de Notas nº478* [Manuscrito]. [1950]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

PONTES, Salvador – *Livro de Notas nº489* [Manuscrito]. [1953a]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

PONTES, Salvador – *Livro de Notas nº490* [Manuscrito]. [1953b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

RIBEIRO, Francisco – *Livro de notas nº33* [Manuscrito]. [1857]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

RIBEIRO, Rafael – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº120* [Manuscrito]. [1902]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

RIBEIRO, Rafael – *Livro dos actos praticados fora de notas nº23* [Manuscrito]. [1895]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

RIBEIRO, Rafael – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº133* [Manuscrito]. [1906]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

RIBEIRO, Rafael – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº155* [Manuscrito]. [1909]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício.

ROSA, Rui – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 446A* [Manuscrito]. [1945]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

RUA, Madalena Azevedo – *Livro de notas para actos e contratos entre vivos de valor indeterminado ou sup. a cinco mil escudos nº585A* [Manuscrito]. [1959]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

RUA, Madalena Azevedo – *Livro de notas para escrituras diversas nº A617* [Manuscrito]. [1961a]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

RUA, Madalena Azevedo – *Livro de notas para escrituras diversas nº A618* [Manuscrito]. [1961b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

RUA, Madalena Azevedo – *Livro de notas para escrituras diversas nº A642* [Manuscrito]. [1963a]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

RUA, Madalena Azevedo – *Livro de notas para escrituras diversas nº A644* [Manuscrito]. [1963b]. Acessível ADL, Portugal, fundo do 1º CNA.

SOUSA, Armando – *Livro de notas para Escrituras Diversas nº 134* [Manuscrito]. [1945a]. Acessível no Cartório Notarial de Cascais, Portugal.

SOUSA, Armando – *Livro de notas para Escrituras Diversas nº 136* [Manuscrito]. [1945b]. Acessível no Cartório Notarial de Cascais, Portugal.

ZARRO, João – *Livro de escrituras Diversas nº A40* [Manuscrito]. [1973]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN.

Inventários Orfanológicos

ANGÉLICA, Maria (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Caetano André* [Manuscrito]. [1827]. Acessível ADL, Portugal, fundo Tribunal Judicial de Alcobça (TJA), Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.162, ord.4.

COUTINHO, Feliciano (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Matilde Coutinho* [Manuscrito e datilografado]. [1944]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 1ª Secção, mac.99, ord.1.

FRANCO, Maria Natália (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Joaquim da Encarnação Henriques* [Manuscrito e datilografado]. [1975]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.319, ord.9.

MARIA, Teotónia (inventariante) – *Inventário Orfanológico de José Joaquim Rato* [Manuscrito]. [1807]. O processo encontra-se agregado ao inventário de Teotónia Maria. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.162, ord.1.

MARIA, Violante (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Teotónia Maria* [Manuscrito]. [1812]. O processo encontra-se agregado ao inventário de José Rato. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.162, ord.1.

MOTA, Florêncio da Cruz (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Maria de Sousa veríssimo* [Manuscrito e datilografado]. [1939]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 1ª Secção, mac.22, ord.3.

RIBEIRO, João de Cupertino (inventariante) – *Inventário Orfanológico de José Cupertino Ribeiro* [Manuscrito e datilografado]. [1916]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.163, ord.12.

VIEIRA, António Henriques (inventariante) – *Inventário Orfanológico de Joaquina Coutinho* [Manuscrito e datilografado]. [1946]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac.177, ord.13.

Processos de Licenciamento

PROCESSO de Licenciamento de quatro fornos de cal de Joaquim Florêncio Ribeiro [Manuscrito]. [1899a]. Acessível ADL, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria (GCL), Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de três fornos de cimento de João da Silva Ferreira [Manuscrito]. [1899b]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Ventura Ribeiro [Manuscrito]. [1899c]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de um forno de cal de António Rosálio Vieira [Manuscrito]. [1899d]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Joaquim Sebastião Calaxa [Manuscrito]. [1899e]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de José Pereira Luz [Manuscrito]. [1899f]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Joaquim Monteiro Vaz Pereira [Manuscrito]. [1905a]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Joaquim da Silva Bagagem [Manuscrito]. [1905b]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de três forno de cal e dois de telha e tijolo de António Rosálio Vieira [Manuscrito]. [1905c]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de quatro fornos da sociedade Serrano & irmão [Manuscrito]. [1905d]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de António Ribeiro Marques e Joaquim Rodrigues Vaz [Manuscrito]. [1908]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de um forno duplo de cal de Manuel Serrano de Figueiredo [Manuscrito]. [1909]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

PROCESSO de Licenciamento de três fornos de cal de Silvério Taibner de Morais Ribeiro [Manuscrito]. [1910]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).

Registos Paroquiais

REGISTO DE ÓBITOS nº1 [Manuscrito]. [1808-1831]. Acessível ADL, Portugal, fundo Paróquia de Pataias – Concelho de Alcobaça, óbitos.

REGISTO DE BATISMOS nº8 [Manuscrito]. [1888-1894]. Acessível ADL, Portugal, fundo Paróquia de Pataias – Concelho de Alcobaça, Batismos.

REGISTO DE BATISMOS [Manuscrito]. [1891-1902]. Acessível ADL, Portugal, fundo Paróquia de Maceira – Concelho de Leiria, Batismos.

Livros de Atas de Câmara Municipal de Alcobaça (CMA)

ATAS CMA nº12 [Manuscrito]. [1861-1864]. Disponibilizado pela CMA, Actas / Acordãos, cx.2.

ATAS CMA nº13 [Manuscrito]. [1863-1867]. Disponibilizado pela CMA, Actas / Acordãos, cx.2.

ATAS CMA nº27 [Manuscrito]. [1906-1909]. Disponibilizado pela CMA, Actas / Acordãos, cx.7.

ATAS CMA nº28 [Manuscrito]. [1909-1911]. Disponibilizado pela CMA, Actas / Acordãos, cx.7.

ATAS CMA nº38 [Manuscrito]. [1932-1934]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº43 [Manuscrito]. [1940-1942]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº44 [Manuscrito]. [1942-1945]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº46 [Manuscrito]. [1947-1949]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº49 [Manuscrito]. [1950-1951]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº50 [Manuscrito]. [1951-1952]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº51 [Manuscrito]. [1952-1953]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº52 [Manuscrito]. [1953-1954]. Disponibilizado pela CMA.

ATAS CMA nº53 [Manuscrito]. [1954-1955]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº55 [Manuscrito]. [1956-1957]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº58 [Manuscrito]. [1959-1960]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº59 [Manuscrito]. [1960]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº60 [Manuscrito]. [1960-1961]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº61 [Manuscrito]. [1961-1962]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CMA nº63 [Manuscrito]. [1963-1964]. Disponibilizado pela CMA.

Livros de Atas da Comissão Executiva Municipal de Alcobaça (CEMA)

ATAS CEMA nº2 [Manuscrito]. [1915-1917]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CEMA nº3 [Manuscrito]. [1917-1920]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CEMA nº4 [Manuscrito]. [1920-1921]. Disponibilizado pela CMA.
ATAS CEMA nº6 [Manuscrito]. [1923-1924]. Disponibilizado pela CMA.

Livros de Atas do Executivo da Junta de Freguesia de Pataias e CODEPA

ATAS CODEPA nº1 [Manuscrito]. [1978-1980]. Acessível Arquivo Histórico da União de Freguesias de Pataias e Martingança (AH UFPM), lv.1, nº 123.

ATAS JFP nº2 [Manuscrito]. [1911-1918]. Acessível AH UFPM, lv.2, nº 138.

ATAS JFP nº4 [Manuscrito]. [1943-1946]. Acessível AH UFPM, lv.4, nº 139.

ATAS JFP nº6 [Manuscrito]. [1950-1955]. Acessível AH UFPM, lv.6, nº 141.

ATAS JFP nº9 [Manuscrito]. [1971-1974]. Acessível AH UFPM, lv.9, nº 142.

ATAS JFP s/n [Manuscrito]. [1980-1985]. Acessível AH UFPM, nº 144.

ATAS JFP s/n [Manuscrito]. [1992-1994]. Acessível AH UFPM, nº 147.

ATAS JFP s/n [Manuscrito]. [1995-1997]. Acessível AH UFPM, nº 148.

Livros de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias

ATAS AFP nº1 [Manuscrito]. [1977-1985]. Acessível AH UFPM, lv.1, nº 152.

ATAS AFP nº5 [Manuscrito]. [1988-2002]. Acessível AH UFPM, lv.5, nº 156.

ATAS AFP nº6 [Manuscrito]. [2002-2008]. Acessível AH UFPM, lv.6, nº 157.

Documentos de Contabilidade e Contas de Gerência da Junta de Freguesia de Pataias

CONTAS de Gerência [Manuscrito e Datilografado]. [1951-1969]. 1 past. Acessível AH UFPM, nº 137.

CONTAS de Gerência [Datilografado]. [1985-1999]. 1 doss. Acessível AH UFPM, nº 64.

GUIA de receita JFP [Policopiado]. [1995]. 1 f. Acessível na Biblioteca de Pataias, doss. Pedreiras.

GUIAS de receita JFP [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível AH UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.

RECIBOS JFP [Manuscrito]. [1944-1946]. Acessível na biblioteca de Pataias, fundo ARF, série recibos de exploração de pedreiras, cx. 1.

Relatórios, Pareceres, Memoriais e Inventários

ABREU, João – *Parecer sobre a linha férrea de Pataias a Porto de Mós* [Datilografado]. [1923]. 17 fls. Acessível no Arquivo Histórico Militar, fundo Divisões, Assuntos Militares Gerais, secção Propriedades Instalações Militares – Obras em Geral, unidade de instalação, cx. 29.

ALMEIDA, Firmino Leal de – *Memorial sobre a Mina de Bitume do Azeche* [Manuscrito]. [1859]. 14 p. Acessível ANTT, Lisboa, Portugal, fundo Arquivos Particulares – Condes de Alcáçovas, cx. 73 e 74. Transcrição disponível na Internet: <URL: https://www.academia.edu/41449996/Transcri%C3%A7%C3%A3o_dos_Memoriais_da_Mina_do_Azeche_1859_e_1861>.

ALMEIDA, Firmino Leal de – *Memorial sobre a Mina d'asfalto d'azeche, situada na costa do oceano Atlântico, três legoas a NNO d'Alcobaça, e duas ao NNE da Nazareth* [Manuscrito]. [1861]. 22 p. Acessível ANTT, Lisboa, Portugal, fundo Arquivos Particulares – Condes de Alcáçovas, cx. 73 e 74. Transcrição disponível na Internet: <URL: https://www.academia.edu/41449996/Transcri%C3%A7%C3%A3o_dos_Memoriais_da_Mina_do_Azeche_1859_e_1861>.

RELATÓRIO acerca da necessidade de ampliar a área da pedreira explorada pela Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos SARL por expropriação dos terrenos limítrofes (mai. 1952) [Datilografado]. [1952]. 11 fls. Acessível Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz (AH FML), fundo Fábrica de Pataias.

RELATÓRIO do 1º ano de trabalho da Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos [Datilografado]. [1949-1950]. 1 lv. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

RELATÓRIO dos anos de 1949 a 1955 [Datilografado]. [1956]. 1 lv. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

RELATÓRIO do ano de 1965 [Datilografado]. [1966]. 1 lv. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

RELATÓRIO E CONTAS, exercício de 1975 [Policopiado]. [1976]. 1 lv. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

RIBEIRO, João de Cupertino – *Inventário Sumário dos bens móveis e imóveis da Mina d'Azeche, que ficam debaixo da fiscalização do guarda José André não se responsabilizando ele por as avarias* [Manuscrito]. [1867]. 6fls. Acessível ANTT, Lisboa, Portugal, fundo Arquivos Particulares – Condes de Alcáçovas, cx. 73 e 74.

Correspondência

ASCENSO, António [carta] 8 jul. 1987 [para] Joaquim Pereira, Joaquim Ribeiro, Joaquim Grilo e António Vaz. [Datilografado]. [1987]. 4 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada (1985-1987), nº 37.

ASCENSO, António [carta] 16 mar. 1994 [para] CMP. [Datilografado]. [1994a] 1 p. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada div. (1993-1997), nº 60.

CP [carta] 30 mai. 1988 [para] Junta de Freguesia de Pataias. [Impresso]. [1988] 3 p. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. Rec. div. (1987-1988), nº 44.

CIMPOR [carta] 6 jun. 1987 [para] Junta de Freguesia de Pataias. [Datilografado]. [1987]. 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. recebida (1987), nº 39.

DIRETOR CIBRA [carta] 10 mar. 1984 [para] Presidente do Conselho da CIMPOR. [Datilografado]. [1984]. 2 f. Acessível no AH FML, fundo da fábrica de Pataias.

FIGEIREDO, Abílio [carta] 7 mar. 1961 [para] António Rosa. [Datilografado]. [1961]. 1 f. Acessível Biblioteca de Pataias, fundo ACR, série Adm. Negócios Diversos, doss. 4 (1960-1961).

LACERDA, Luís [carta] 24 jul. 1861 [para] Governo Civil de Leiria. [Manuscrito]. [1861]. 2p. Acessível ADL, fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, cx. registo de minas, pt.3.

MACHADO, Turíbio [carta] 8 jun. 1983 [para] GNR. [Datilografado]. [1983] 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada (1983), nº 29.

MACHADO, Turíbio [carta] 31 dez. 1985 [para] Cimpor. [Datilografado]. [1985] 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada (1985-1987), nº 34.

MATIAS, Joaquim [carta] 7 dez. 1964 [para] José Francisco Rino. [Datilografado]. [1964]. 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada / recebida (1964-1971), nº 1.

MONTEIRO, Gabriel [Carta] 10 ago. 1891 [para] Câmara Municipal de Alcobaça. [Manuscrito]. [1891]. 1 f. Acessível Biblioteca Municipal de Alcobaça, fundo local, cx s/n (correspondências).

PEREIRA, Joaquim Vaz [carta] 18 jul. 1987 [para] Junta de Freguesia de Pataias. [Datilografado]. [1987]. 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. recebida (1987), nº 39.

PÚBLICAS, Ministérios das Obras [carta] 13 jul. 1861 [para] Governo Civil de Leiria. [Manuscrito]. [1861]. 2 p. Acessível ADL, Portugal, fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, cx. registo de minas, pt.3.

RIBEIRO, José [carta] 1856 fev. 2, Pataias [para] Câmara Municipal de Alcobaça [Manuscrito]. [1856]. 1 f. Relação de industriais em Pataias. Acessível Biblioteca Municipal de Alcobaça, fundo local, cx s/n (correspondências).

RIBEIRO, José [carta] 2 jun. 1971a [para] Chefe da divisão de Abastecimentos. [Datilografado]. [1971]. 1 f. Documento disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Horácio [carta] 20 mar. 1978a [para] Industriais de Cal. [Datilografado]. [1978]. 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada div. (1978-1982), nº 19.

RIBEIRO, Joaquim [carta] 3 jun. 1983a [para] Junta de freguesia. [Manuscrito]. [1983]. 1f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. recebida (1983), nº 28.

RINO, José Francisco [carta] fev. 1965 [para] Joaquim Matias. [Datilografado]. [1965] 1 f. Acessível AH UFPM, doss. Corresp. enviada / recebida (1964-1971), nº 1.

SUBSERRA, Marquês da Bemposta [carta] 27 jun. 1861 [para] Governo Civil de Leiria. [Manuscrito]. [1861] 2 p. Acessível no ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, cx. registo de minas, pt.3.

Documentos de produção e contabilidade

GRILO, Joaquim Vieira – Livro de despesas e receitas [Manuscrito]. [1940-1948]. 1 lv. Disponibilizado por António Grilo.

PEREIRA, Joaquim Vaz – *Livro de registo de faturas* [Manuscrito]. [1986]. 1 lv. Disponibilizado por Ema Vaz Pereira.

PEREIRA, Joaquim Vaz – *Registos da Balança, Joaquim Vaz Pereira* [Manuscrito]. [1983]. 1 doss. Disponibilizado por Ema Vaz Pereira.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1966-1969]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1970]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1971b]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1972 – 1974]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1975]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1976]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1977]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1978b]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1979 – 1980]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1981]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1982]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1983b]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1984]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1985]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

RIBEIRO, Joaquim – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1986 – 1989]. 1 lv. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.

VIEIRA, António Henriques – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1926 – 1928]. 1 lv. Acessível na Biblioteca de Pataias, fundo A.H. Vieira, cx. 1

VIEIRA, António Henriques – *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. [1953]. 1 lv. Acessível na Biblioteca de Pataias, fundo A.H. Vieira, cx. 1

Registos fotográficos

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1958 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território (DGT), 1958. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: 58.17.479.

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1965 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território, 1965. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: 32.65_212.

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1972 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território, 1972. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: 16072_175.

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1983 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território, 1983. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: 83.42-1532.

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1989 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território, 1989. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: 89.12-7716.

FOTOGRAFIA aérea de Pataias, 1995 [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território, 1995. p&b, TIFF. Acessível na DGT, ficheiro: o2434.

Documentação diversa

BARREIROS, António da Silva (autor) – *Processo de execução hipotecárias nº87. Réu: Augusto Pereira Luz e mulher Ana de Sousa* [Manuscrito e datilografado]. [1916]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Execuções hipotecárias, 1ª Secção, mac.24, ord.29.

CIBRA – *Os vinte e cinco anos da “Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos, S.A.R.L.”* [Datilografado]. [1969b]. 40 fls. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

CMA – Câmara Municipal de Alcobaça – *Processo 8C, Alvas de Pataias* [Datilografado]. [1956]. 15 fls. Cópia acessível na Biblioteca de Pataias, doss. Pedreiras.

CSOP – *Consultas lv.5, 1856 e 1857* [Manuscrito]. [1856-1857]. 1 lv. Acessível Biblioteca e Arquivo Histórico da Secretaria Geral da Economia, ex-MOP, Lisboa.

DINIS, Pedro – *Expediente 1444. Contrato nº 583* [Manuscrito]. [1909]. 12 fls. Acessível no Arquivo Histórico da CP (AH CP), Lisboa, Portugal.

ÍNDICE de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível AH FML, fundo Fábrica de Pataias.

LIVRO DAS DESCRIÇÕES Prediais nº B88 [Manuscrito]. Disponibilizado pela Conservatória do Registo Predial de Alcobaça. Nota: A Conservatória disponibilizou também todas as informações, desanexações e hipotecas referentes ao artigo 30 445, descrito no livro B 88.

MEMÓRIAS Paroquiais [Manuscrito]. [1758]. 16f. Acessível na Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Fundo Memórias Paroquiais, vol. 28, nº92.

NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881 [Manuscrito]. [1881]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2.

OLIVEIRA, Ana Luísa – *Acção Sumária nº182/98 do 1º Juízo* [Digitalizado]. [1998-2000]. 5 fls. Acessível Conservatória do registo comercial de Alcobaça.

PORTUGAL, Caminhos de ferro de – *Resumos Estatísticos do exercício de 1915 a 1918* [Impresso]. [1915-1918]. 4 lv. Acessível AH CP, Lisboa, Portugal.

PORTUGAL, Caminhos de ferro de – *Resumos Estatísticos do exercício de 1941, 1944 a 1946* [Impresso]. [1941, 1944-1946]. 4 lv. Acessível AH CP, Lisboa, Portugal.

RECEITAS E DESPESAS DA CMA 9 [Manuscrito]. [1879-1880]. 1 lv. Acessível na Biblioteca Municipal de Alcobaça, fundo local, cx.84.

REGISTO DAS MINAS existentes neste Districto. Districto de Leiria [Manuscrito]. [1854-1963]. 1 lv. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, cx. registo de minas.

REGISTO DE ALVARÁS [Manuscrito]. [1895-1909]. Acessível ADL, Portugal, fundo GCL, registo de Alvarás, 2ª e 3ª repartição cx2, Lv. 2 - Registo de Alvarás – 2ª Secção.

RIBEIRO, José Florêncio (autor) – *Processo de acção sumária nº 2288*. Réu: Joaquim Mateus Castanheiro [Manuscrito e datilografado]. [1930]. Acessível ADL, Portugal, fundo TJA, Execuções hipotecárias, 1ª Secção, mac.78, ord.16.

Imprensa

AL – *O Alcôa* (1947).

BTI – *Boletim do Trabalho Industrial* (1910).

DG – *Diário do Governo* (1850) e *Diário do Governo, III série* (1945-1947).

DL – *Diário de Lisboa* (1861).

EA – *Ecos do Alcôa* (1931-1937).

GCF – *Gazeta dos Caminhos de ferro* (1933-1958).

NA – *Notícias de Alcobaça* (1908-1928).

PL – *Pataias à Letra*, nº 67 (jun. 2015).

JP – *Jornal de Pataias* (1981-2003).

RL – *Região de Leiria* (5 jun. 1941).

SA – *Semana Alcobacense* (1902-1920).

SC – *O Século* (1942).

VA – *Voz de Alcobaça* (1933).

VP – *Voz da Paróquia* (1953-1960).

Entrevistas

BAGAGEM, Maria – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

COUTINHO, António – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

DUARTE, Martinho – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

GOMES, José – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

GRILO, António Sebastião – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

PEREIRA, Virgulino – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

PESQUEIRA, Gabriel – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

RIBEIRO, Joaquim Filipe – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018 e 2019.

SANTOS, Carlos – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018a.

SANTOS, Humberto – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018b.

SERRADAS, Eduardo – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

SERRANO, Pedro – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

SOARES, Elvira – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

VAZ, António Vieira – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

VIEIRA, Ália – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

UNIVERSIDADE ABERTA



**Os fornos de cal artesanais de Pataias:
História, Memória e Progresso**

-ANEXOS-

Tiago Filipe Duarte Inácio

Mestrado em Estudos do Património

2021

UNIVERSIDADE ABERTA



**Os fornos de cal artesanais de Pataias:
História, Memória e Progresso**

-ANEXOS-

Tiago Filipe Duarte Inácio

Mestrado em Estudos do Património

**Dissertação de Mestrado orientada pelo
Professor Doutor João Luís Cardoso**

2021

ÍNDICE DE ANEXOS

- ANEXO I -	13
INVENTÁRIO DOS FORNOS DE CAL DE PATAIAS	13
- ANEXO II -	85
INDUSTRIAS DE CAL E FORNOS ATIVOS ENTRE.....	85
1964-1995	85
- ANEXO III -	93
CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES E CONTRATOS	93
III.I Constituição da sociedade “Serrano & Lameiras”, 1909	95
III.II Dissolução da sociedade “Serrano & Lameiras”, 1914	98
III.III Constituição da sociedade “Luís de Sousa & Cia”, 1918	100
III.IV Constituição da sociedade “Serranos & Pereira”, 1920	102
III.V Alteração da sociedade “Serranos & Pereira”, 1922	106
III.VI Dissolução da sociedade “Serranos”, 1932	107
III.VII Contrato entre Luís Serrano e os industriais de cal, 1935	109
III.VIII Constituição da sociedade “A Caleira”, 1938	112
III.IX Escritura de Constituição da sociedade “Luís Serrano & Cia”, 1944	114
III.X Contrato entre Manuel Serrano e a CP, 1909	116
- ANEXO IV -	123
RECORTES DE JORNAIS	123
IV.I A necessidade de elevar o Apeadeiro de Pataias a Estação, 1929	125
IV.II Manuel Serrano, 1929.....	126
IV.III Inauguração do edifício do Apeadeiro de Pataias, 1933	126
IV.IV Os Fornos de Cal de Pataias, 1942	128
IV.V Entrevista aos últimos industriais de cal, 1981	129
- ANEXO V -	133
A CONTRIBUIÇÃO DAS PEDREIRAS PARA AS RECEITAS DA JUNTA DE FREGUESIA	133
V.I Breve nota introdutória para a análise das tabelas	139
V.II Análise dos dados	140
V.II.I Os anos 40 e 50	140
V.II.II Os anos 60 e a entrada da Cibra na pedreira da Mata.....	141

V.II.III O antes e depois do 25 de abril de 1974.....	142
V.III.IV Os anos 80 e 90.....	144
V.III.V Conclusão da análise.....	144
- ANEXO VI -	147
PROJETOS DE FORNOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO.....	147
- ANEXO VII -	163
FOTOGRAFIAS	163
- ANEXO VIII -	193
GALERIA DOS INDUSTRIAIS DE CAL.....	193
- ANEXO IX -	207
CRONOLOGIA.....	207

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receitas da Junta de Freguesia (1951-1976)	145
Gráfico 2 – Evolução das receitas das pedreiras (1964-1976).....	145

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Receitas totais da pedreira e contribuição para a receita total anual	135
Tabela 2 – Contribuição da Cibra para as receitas da pedreira	136
Tabela 3 – Contribuição dos industriais de cal, da Cibra e de outros	137
Tabela 4 – Industriais de cal e outros exploradores da pedreira de 1946 a 1949	138

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Planta dos fornos de cal de Ventura Ribeiro	149
Figura 2 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Florêncio Ribeiro	149
Figura 3 – Planta do forno de cal de António Rosálio Vieira	150
Figura 4 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Sebastião Calaxa.....	150
Figura 5 – Planta dos fornos de cal de José Pereira Luz	151
Figura 6 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Monteiro Vaz Pereira	151
Figura 7 – Planta dos fornos de cal de Joaquim da Silva Bagagem.....	152
Figura 8 – Planta dos fornos de cal de António Rosálio Vieira	152
Figura 9 – Planta dos fornos de cal de António Ribeiro Marques e Joaquim Vaz	153
Figura 10 – Planta dos fornos de cal de Manuel Serrano em Paio	153
Figura 11 – Planta dos fornos de cal de Silvério Taibner de Morais Ribeiro	154
Figura 12 – Planta dos fornos de cimento de João da Silva Ferreira	154
Figura 13 – Alvará de Joaquim Florêncio Ribeiro, 1899	155
Figura 14 – Fatura de António Henriques Vieira da década de 30	156
Figura 15 – Nota de entrada de Luiz Serrano & Cia, 1944	156
Figura 16 – Fatura de José Filipe Ribeiro, 1971	157
Figura 17 – Talão de pesagem na balança de Joaquim Vaz Pereira	157

Figura 18 – Cartão de visita de António Vieira Vaz.....	158
Figura 19 – Cartão de visita de Joaquim Vieira Grilo	158
Figura 20 – Cartão de visita de Joaquim Filipe Ribeiro	158
Figura 21 – Cartão de visita de António Rosálio Vieira	159
Figura 22 – Recibo de exploração da pedreira da Mata, 1944	159
Figura 23 – Recibo de exploração da pedreira da Mata, 1983	159
Figura 24 – Planta da pedreira da Mata, 1964/65.....	160
Figura 25 – Pormenor da planta da Mina do Azeche	160
Figura 26 – Publicidade Serranos, Lda	161
Figura 27 – Publicidade Joaquim Rodrigues Vaz	161
Figura 28 – Publicidade José Florêncio Ribeiro	161
Figura 29 – Publicidade Luíz Serrano	162
Figura 30 – Arrendamento de forno	162
Figura 31 – Fotografia aérea dos fornos da Ratoíinha / Olhos de Água em 1958	165
Figura 32 – Fotografia aérea dos fornos da Brejoeira em 1958.....	165
Figura 33 – Casa de Manuel Serrano em Pataias-Gare, final década de 40	166
Figura 34 – Fornos dos Serranos em laboração, final década de 40	166
Figura 35 – Pormenor do Interior do forno B 1	167
Figura 36 – Tijolo refratário do forno RO 6	167
Figura 37 – Aterro do forno B 5	168
Figura 38 – Base e peal do forno B 17.....	168
Figura 39 – Portal inferior do forno RO 6.....	169
Figura 40 – Portal inferior do forno B 1	169
Figura 41 – Pilares cilíndricos do barracão do forno B 11.....	169
Figura 42 – Pilar quadrangular com base cilíndrica do barracão do forno RO 7.....	170
Figura 43 – Muro de suporte do morro sobranceiro do forno B 7.....	170
Figura 44 – Cruz no forno RO 3.....	171
Figura 45 – Barracão dos fornos desaparecidos de Joaquim Vaz Pereira	171
Figura 46 – Barracão do forno B 8	172
Figura 47 – Depósito de cal de António Rosálio Vieira	172

Figura 48 – Depósito de cal de António Vieira Vaz	172
Figura 49 – Depósito de cal de Joaquim Filipe Ribeiro em Pataias-Gare.....	173
Figura 50 – Depósito de cal de Joaquim Filipe Ribeiro na Ferraria de Pataias.....	173
Figura 51 – Depósito de cal de António de Sousa Coutinho (Coutinhos & Salgueiro)	173
Figura 52 – Depósito de cal de Joaquim Vaz Pereira	174
Figura 53 – Depósito de cal de António Henriques Vieira Sobrinho (Bogalhico)	174
Figura 54 – Depósito de cal 1 de Joaquim Vieira Grilo.....	174
Figura 55 – Ranhuras nas tulhas do depósito para encaixe da madeira.....	175
Figura 56 – Extração de pedra	175
Figura 57 – Extração de pedra	176
Figura 58 – Extração de pedra	176
Figura 59 – Transporte da pedra para o forno de António Vieira Vaz	177
Figura 60 – Capelo do forno antes de iniciar laboração.....	177
Figura 61 – Transporte de serradura para o forno de António Vieira Vaz.....	178
Figura 62 – Forneiros.....	178
Figura 63 – Capelo do forno no terceiro dia de cozedura	179
Figura 64 – Forno de Joaquim Vieira Grilo em laboração	179
Figura 65 – Forno em laboração	180
Figura 66 – António Sebastião Grilo a transportar caruma para o forno	180
Figura 67 – Desenforna na década de 90	181
Figura 68 – Desenforna de cal	181
Figura 69 – Desenforna de cal	182
Figura 70 – Desenforna de cal	182
Figura 71 – Depósito de cal de Joaquim Vaz Pereira	183
Figura 72 – Casas da balança e balança de Joaquim Vaz Pereira	183
Figura 73 – Pilão da balança de Joaquim Vaz Pereira	184
Figura 74 – Vista da pedreira da Mata em 1961.....	184
Figura 75 – Exploração da pedreira dos Olhos de Água pela Cibra	185
Figura 76 – Pedreira da Alva em 1983.....	185
Figura 77 – Lixeira na pedreira da Mata / Brejoeira	186



Figura 78 – Pedreira da Mata	186
Figura 79 – Pedreira dos Olhos de Água	187
Figura 80 – Aspeto do Apeadeiro de Pataias na década de 20	187
Figura 81 – Empresa Vidreira de Pataias onde se observa o ramal da fábrica	188
Figura 82 – Ramal Ferroviário da Cibra	188
Figura 83 – Ruínas do armazém / arrecadação na Pedra do Ouro.....	189
Figura 84 – Moinho da Pedra do Ouro.....	189
Figura 85 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal	190
Figura 86 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal	190
Figura 87 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal	191
Figura 88 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal	191
Figura 89 – Manuel S. de Figueiredo	195
Figura 90 – Francisco S. de Figueiredo.....	195
Figura 91 – Joaquim S. de Figueiredo	195
Figura 92 – Luís Serrano de Figueiredo	195
Figura 93 – Joaquim Vieira Grilo.....	195
Figura 94 – António Rosálio Vieira.....	195
Figura 95 – Abílio Romão de Figueiredo	196
Figura 96 – Silvino Ferreira	196
Figura 97 – José Florêncio Ribeiro	196
Figura 98 – José Filipe Ribeiro	196
Figura 99 – António Rosálio da Silva	196
Figura 100 – Artur Inácio Castanheiro	196
Figura 101 – António Veríssimo Mota	197
Figura 102 – Hermínio da Cruz Mota	197
Figura 103 – Joaquim Manuel	197
Figura 104 – Feliciano dos Anjos Coutinho	197
Figura 105 – Joaquim da Encarnação Henriques.....	197
Figura 106 – António Vieira Vaz.....	197
Figura 107 – José da Encarnação Machado	198

Figura 108 – José Rosa Custódio	198
Figura 109 – Silvério Jorge Bagagem.....	198
Figura 110 – António de Sousa Marques.....	198
Figura 111 – António Ribeiro Marques	198
Figura 112 – José Maria de Sousa Coutinho	198
Figura 113 – Abílio Francisco	199
Figura 114 – Joaquim Pedro das Neves Júnior	199
Figura 115 – Joaquim Mota	199
Figura 116 – Armindo Mota.....	199
Figura 117 – Anselmo Ferreira.....	199
Figura 118 – António da Silva Santos	199
Figura 119 – António Henriques Vieira	200
Figura 120 – José Ferreira Machado	200
Figura 121 – Joaquim Vaz Pereira	200
Figura 122 – José Encarnação Neves.....	200
Figura 123 – Alexandre Ferreira.....	200
Figura 124 – José Francisco das Serradas	200
Figura 125 – António de Sousa Coutinho	201
Figura 126 – Joaquim Ribeiro Coutinho	201
Figura 127 – Euclides dos Santos Salgueiro	201
Figura 128 – Maria Gisela Coutinho	201
Figura 129 – António Sebastião Grilo.....	201
Figura 130 – Joaquim Filipe Ribeiro	201
Figura 131 – António Mateus Castanheiro	202
Figura 132 – José Ribeiro Marques	202
Figura 133 – Joaquim Rodrigues Romão	202
Figura 134 – António Ascenso Ribeiro	202
Figura 135 – José Ascenso Ribeiro	202
Figura 136 – Florêncio da Cruz Mota	202
Figura 137 – Joaquim Francisco Custódio	203




Figura 138 – Joaquim Ruivo Tomás	203
Figura 139 – Joaquim Pereira Vaz Coelho	203
Figura 140 – António Francisco	203
Figura 141 – Silvino Xavier de Almeida	203
Figura 142 – António Coelho Pereira Vaz.....	203
Figura 143 – José Rosálio Vieira.....	204
Figura 144 – António Henriques Vieira Sobrinho	204
Figura 145 – António Feliciano Custódio	204
Figura 146 – António Coutinho Henriques Vieira	204
Figura 147 – Feliciano Pereira Coelho.....	204
Figura 148 – António da Encarnação Neves.....	204
Figura 149 – José da Encarnação Ascenso	205

- ANEXO I -



INVENTÁRIO DOS FORNOS DE CAL DE PATAIAS

Ficha de Inventário do Forno RO 1	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 1
Designação	Forno de cal de Hermínio da Cruz Mota
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'53.81N 8°59'21.54O
Acesso	Rua da Estação – Caminho da Mata
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Portal do forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 e 3 – Vista superior e vista interior do forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.



Descrição	<p>O interior apresenta uma estrutura cilíndrica, com o diâmetro maior na base e menor no cimo. Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças), verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído, na sua maioria, por tijolo de burro e argamassa</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,00 m; diâmetro superior: 3,10 m; altura interior: 5,80 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 1,90 m; profundidade portal: 0,70 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 40 cm largura, 45 cm altura, 40 cm profundidade. Direita: 40 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- Séc. XIX, origem provável do forno.</p> <p>- Década de 80, encerramento.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Valter Ribeiro
Conservação geral	Razoável
Documentação	- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Apresenta em frente do forno quatro pilares do demolido barracão. Inserido no mesmo aterro existe, ao lado, outro forno de cal (RO 2).
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 2	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 2
Designação	Forno de cal de Hermínio da Cruz Mota
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'52.51N 8°59'21.59O
Acesso	Rua da Estação – Caminho da Mata
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1940
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Forno, 2019</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;">   </div> <p style="text-align: center;">Figura 2 e 3 – Portal do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.


Descrição	<p>O interior apresenta uma estrutura cilíndrica, com o diâmetro maior na base e menor no cimo. Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças), verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado) e um quadro elétrico com linha trifásica. Apresenta o portal com o topo em arco semioval em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído, na sua maioria, por tijolo de burro e argamassa.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,20 m; diâmetro superior: 3,90 m; altura interior: 5,00 m; largura portal: 0,90 m; altura portal: 2,00 m; profundidade portal: 1,00 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 40 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade. Direita: 40 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- 1941, construção do Forno. - Década de 80, encerramento.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Valter Ribeiro
Conservação geral	Razoável
Documentação	-Ata de Reunião da Câmara Municipal de Alcobaça de 11.1.1941, que consta no livro de Atas da CMA nº 43 [1940-1942]. - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Apresenta em frente do forno quatro pilares do demolido barracão. Inserido no mesmo aterro existe, ao lado, outro forno de cal (RO 1).
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 3	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 3
Designação	Forno de cal de José Vieira Grilo
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'52.88N 8°59'17.34O
Acesso	Rua da Estação
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1930
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 e 3 – Pormenor de uma cruz no topo do forno e vista interior do portal, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.

Descrição	<p>O interior apresenta uma estrutura cilíndrica, com o diâmetro maior na base e menor no cimo. Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageiras), verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído, na sua maioria, por tijolo de burro e argamassa.</p> <p>No topo do forno observa-se uma cruz, em tijolo (figura 2), que perpetua um acidente que ocorreu durante a reparação do forno. Ao contrário dos restantes fornos de Pataias, este forno apresenta duas características únicas: um portal de reduzidas dimensões (comparando com os restantes fornos de Pataias) e uma base mais profunda em relação ao nível do terreno (cerca de 70 cm).</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,60 m; diâmetro superior: 3,80 m; altura interior: 5,30 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 1,65 m; profundidade portal: 0,70 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 35 cm largura, 50 cm altura, 35cm profundidade. Direita: 40 cm largura, 53 cm altura, 35cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Década de 30, construção do forno
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	-
Conservação geral	Razoável
Observações	Apresenta, ao lado do forno, as ruínas de um anexo.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 4	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 4
Designação	Forno de cal de Joaquim Manuel Raimundo
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'51.77N 8°59'15.99O
Acesso	Rua da Estação
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1930 /40
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Ruínas do forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 e 3 – Vista interior e exterior do portal, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.

Descrição	<p>O interior apresenta uma estrutura cilíndrica, com o diâmetro maior na base e menor no cimo. Numa das paredes laterais à entrada do forno (couraça), verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído, na sua maioria, por tijolo de burro e argamassa. Uma derrocada cobriu parcialmente parte do forno e a copeira que se supõe que existia do lado direito. Encontra-se, portanto, parcialmente destruído.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,70 m; diâmetro superior: 3,60 m; altura interior: 5,70 m; largura portal: 0,75 m; altura portal: 2,30 m; profundidade portal: 1,20 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 45 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Década de 30 /40, construção do forno
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Renato Raimundo
Conservação geral	Má / parcialmente destruído
Documentação	- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Apresenta, ao lado do forno, 4 colunas cilíndricas e as ruínas de um depósito de cal.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 5	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 5
Designação	Forno de cal de Abílio Romão de Figueiredo
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'52.36N 8°59'14.01O
Acesso	Rua da Estação / Rua da cal
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1940
Imagem	
	Figura 1 – Forno, 2019
Enquadramento	Área Rural.
Descrição	O interior apresenta uma estrutura cilíndrica, com o diâmetro maior na base e menor no cimo. Encontra-se em avançado de degradação, não sendo possível o acesso ao seu interior. Apresenta, do lado

	<p>direito, uma copeira. Supõe-se que existia uma copeira do lado esquerdo. No entanto, devido a derrocada, não é possível garantir a sua existência.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro superior: 3,90m; altura interior: 5,20 m.</p> <p>Copeira: Direita: 47 cm largura, 65 cm altura, 35 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- 1944/45, construção do forno
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	-
Conservação geral	Má / parcialmente destruído
Documentação	<p>-Ata de Reunião da Câmara Municipal de Alcobaça de 2.12.1944, que consta no livro de Atas da CMA nº 44 [1942-1945].</p> <p>- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.</p>
Observações	-
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo





Ficha de Inventário do Forno RO 6	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 6
Designação	Forno de cal de Joaquim Vieira Grilo
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'51.14N 8°59'15.58O
Acesso	Rua da Estação
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1930
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Forno e depósito, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 – Barracão, depósito e forno, 2006</p>





Figura 3 – Barracão, depósito e forno, Antero Coutinho, 2000


Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Acima do portal verifica-se a existência de 4 vigas em madeira e 3 em cimento. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo refratário. Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,00 m; diâmetro superior: 4,00 m; altura interior: 5,20 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 2,25 m; profundidade portal: 1,10 m. Copeiras: Esquerda: 42 cm largura, 50cm altura, 40 cm profundidade. Direita: 45 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Década de 30, construção do forno. - Agosto 1995, encerramento.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cristina Grilo
Conservação geral	Razoável
Documentação	-Jornal de Pataias (mar. 1981 e ago. 1995). - GRILLO, Joaquim Vieira – Livro de despesas e receitas [Manuscrito]. [1940-1948]. 1 lv. Disponibilizado por António Grilo. - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Apresenta, ao lado do forno, um depósito de cal, em bom estado de conservação, pilares cilíndricos em pedra e argamassa de suporte do antigo barracão, atualmente inexistente. Entre o forno e as ruínas do antigo barracão existe um telheiro em metal.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 7	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 7
Designação	Forno de cal de Joaquim Vieira Grilo
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'50.77N 8°59'16.03O
Acesso	Rua da Estação
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1930
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 – Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.

Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Acima do portal verifica-se a existência de 3 vigas em cimento. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo refratário.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,10 m; diâmetro superior: 3,60 m; altura interior: 5,90 m; largura portal: 0,90 m; altura portal: 2,20 m; profundidade portal: 1,00 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda e Direita: 45 cm largura, 45 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>-Década de 30, construção do forno, propriedade de António Coelho Pereira Vaz (Leão).</p> <p>- Dezembro de 1959, Joaquim Vieira Grilo compra o forno, ficando, desta forma, proprietário de dois fornos (RO 6 e RO 7).</p> <p>- Agosto 1992, encerramento do forno depois de um incêndio que destruiu o barracão.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cristina Grilo
Conservação geral	Razoável
Documentação	<p>-CARDOSO, Adolfo – <i>Livro de Notas para actos e contratos entre vivos nº208</i> [Manuscrito]. [1959]. 1º Cartório Notarial da Marinha Grande. Fls. 57f. a 58v.</p> <p>-Jornal de Pataias (ago. 1992).</p> <p>- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.</p>
Observações	Próximo do forno observam-se alguns pilares do barracão que ardeu em 1992. Frente do forno observa-se um telheiro em metal, em ruína que possibilitava a ligação entre o barracão e o forno.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 8	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 8
Designação	Forno de cal de Joaquim Pereira Vaz Coelho (Governo)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'50.38N 8°59'16.31O
Acesso	Rua da Estação / serventia
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1940
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Capelo do Forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 – Portal do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido no pátio de uma habitação.

Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras (uma de cada lado). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Acima do portal verifica-se a existência de vigas em madeira. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo de burro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,85 m; diâmetro superior: 3,50 m; altura interior: 5,00 m; largura portal: 0,75 m; altura portal: 2,00 m; profundidade portal: 1,15 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda e Direita: 50 cm largura, 50 cm altura, 50 cm profundidade.</p> <p>O atual proprietário, sr. Arlindo Ribeiro, genro de Joaquim Pereira Vaz Coelho, restaurou o forno e construiu um capelo no topo.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- 2ª metade da década de 40, construção do forno</p> <p>- 1968, última fornada realizada por Joaquim Pereira Vaz Coelho. No entanto, de acordo os recibos de exploração da pedreira, o forno foi por diversas vezes arrendado a outros industriais até 1975.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Arrecadação
Proprietário	Arlindo Ribeiro
Conservação geral	Boa
Documentação	- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Ao lado deste forno existe um outro forno (RO 9), mais antigo. Frente a estes dois fornos existe um barracão em bom estado de conservação. Segundo o atual proprietário, o barracão foi restaurado em 2007. A atual casa de habitação existente na propriedade corresponde ao antigo depósito de cal que foi restaurado e adaptado a residência.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 9	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 9
Designação	Forno de cal de Joaquim Pereira Vaz Coelho (Governo)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'50.16N 8°59'16.58O
Acesso	Rua da Estação / serventia
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1930
Imagem	
	Figura 1 – Portal do forno, 2019
Enquadramento	Área Rural. Inserido no pátio de uma habitação.
Descrição	Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Acima do portal verifica-se a existência

	<p>de vigas em madeira. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo de burro.</p> <p>Dimensões do forno: impossibilidade de aceder ao interior. largura portal: 1,05 m; altura portal: 1,80 m; profundidade portal: 0,85 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 50 cm largura, 50 cm altura, 50 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- Década de 30 – Construção do forno.</p> <p>- 1968 – última fornada realizada por Joaquim Pereira Vaz Coelho. No entanto, de acordo os recibos de exploração da pedreira, o forno foi por diversas vezes arrendado a outros industriais até 1975.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Arlindo Ribeiro
Conservação geral	Razoável
Documentação	- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	Ao lado deste forno existe um outro forno (RO 8), construído posteriormente (na década de 40). Frente a estes dois fornos existe um barracão em bom estado de conservação. Segundo o atual proprietário, o barracão foi restaurado em 2007. A atual casa de habitação existente na propriedade corresponde ao antigo depósito de cal que foi restaurado e adaptado a residência.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo



Ficha de Inventário do Forno RO 10	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 10
Designação	Forno de cal de António Henriques Vieira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'47.34N 8°59'17.40O
Acesso	Rua da Estação / serventia
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	<div style="text-align: center;">  <p>Figura 1 – Portal do forno, 2019</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Figura 2 – Forno RO 11 (esquerda) e RO 10 (direita), 2019</p> </div>



Figura 3 – Vista aéreas dos fornos RO 11 e RO 12 em 1965, já sem laboração

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Acima do portal verifica-se a existência de uma viga de madeira. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo de burro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,45 m; diâmetro superior: 4,30 m; altura interior: 5,80 m; largura portal: 0,90 m; altura portal: 2,25 m; profundidade portal: 0,90 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 56 cm largura, 52 cm altura, 45 cm profundidade. Direita: 40 cm largura, 36 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1890, António Florêncio Ribeiro herda dois fornos de cal (RO 10 e 11). - 1899, Processo de Licenciamento de 4 fornos em nome de Joaquim Florêncio Ribeiro (RO 10, 11 e RO 3, 4 – desaparecidos). - 1926, António Henriques Vieira, casado com uma filha de Joaquim, explora um dos fornos (RO 11 ou 12). - 1946, António Henriques Vieira herda dois dos fornos (RO 10 e 11) que eram do seu sogro. - Na década de 50, o forno RO 10 era explorado pelo seu genro, Silvério Bagagem, e o forno RO 11 era explorado por António Henriques Vieira. - Final da década de 50, encerramento dos fornos.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo



Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Ester Bagagem
Conservação geral	Razoável
Documentação	<p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de quatro fornos de cal de Joaquim Florêncio Ribeiro</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.1 (1899-1901).</p> <p>- <i>NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2.</p> <p>- JÚNIOR, José – <i>Livro de Notas nº9</i> [Manuscrito]. [1890]. Cartório Notarial da Marinha Grande.</p> <p>- VIEIRA, António Henriques – <i>Livro de despesas e receitas do forno</i> [Manuscrito]. [1926 – 1928]. 1 lv. Acessível na Biblioteca de Pataias, fundo A.H. Vieira, cx. 1.</p> <p>- VIEIRA, António Henriques (inventariante) – <i>Inventário Orfanológico de Joaquina Coutinho</i> [Manuscrito e datilografado]. [1946]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo Tribunal Judicial de Alcobaça, Inventários Orfanológicos, 2ª secção, mac. 177, ord.13.</p>
Observações	Ao lado deste forno existe um outro forno (RO 11). Entre os dois fornos observa-se um pilar onde assentava o telheiro dos dois fornos. Próximo dos fornos observa-se um pequeno depósito de cal, um anexo de dois andares utilizado no rés-do-chão, como arrumação de ferramentas e no piso superior como dormitório para os forneiros. Ao lado do anexo, observam-se alguns pilares do antigo barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 11

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 11
Designação	Forno de cal de António Henriques Vieira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'47.01N 8°59'17.18O
Acesso	Rua da Estação / serventia
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Portal do forno, 2019</p>  <p>Figura 2 – Forno RO 11 (esquerda) e RO 10 (direita), 2019</p>

	 <p>Figura 3 – Vista aérea dos fornos RO 10 e RO 11 em 1965, já sem laboração</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal em V invertido. Acima do portal verifica-se a existência de duas vigas de madeira. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo de burro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,80 m; diâmetro superior: 3,30 m; altura interior: 5,30 m; largura portal: 0,90 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 1,00 m.</p> <p>Copeiras: Esquerda: 50 cm largura, 46 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1890, António Florêncio Ribeiro herda dois fornos de cal (RO 10 e 11). - 1899, Processo de Licenciamento de 4 fornos em nome de Joaquim Florêncio Ribeiro (RO 10, 11 e RO 3, 4 –desaparecidos). - 1926, António Henriques Vieira, casado com uma filha de Joaquim, explora um dos fornos (RO 10 ou 11) - 1946, António Henriques Vieira herda dois dos fornos (RO 10 e 11) que eram do seu sogro. - Na década de 50, o forno RO 10 era explorado pelo seu genro, Silvério Bagagem e o forno RO 11 era explorado por António Henriques Vieira. - Final da década de 50, encerramento dos fornos.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal

Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Vitória Lopes Filipe
Conservação geral	Razoável
Documentação	<p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de quatro fornos de cal de Joaquim Florêncio Ribeiro</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.1 (1899-1901).</p> <p>- <i>NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, indústria, cx.2.</p> <p>- JÚNIOR, José – <i>Livro de Notas nº9</i> [Manuscrito]. [1890]. Cartório Notarial da Marinha Grande.</p> <p>- VIEIRA, António Henriques – <i>Livro de despesas e receitas do forno</i> [Manuscrito]. [1926 – 1928]. 1 lv. Acessível na Biblioteca de Pataias, fundo A.H. Vieira, cx. 1.</p> <p>- VIEIRA, António Henriques (inventariante) – <i>Inventário Orfanológico de Joaquina Coutinho</i> [Manuscrito e datilografado]. [1946]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo Tribunal Judicial de Alcobaça, Inventários Orfanológicos, 2ª secção, mac. 177, ord.13.</p>
Observações	Ao lado deste forno existe um outro forno (RO 10). Entre os dois fornos observa-se um pilar onde assentava o telheiro dos dois fornos. Próximo dos fornos observa-se um pequeno depósito de cal, um anexo de dois andares utilizado no rés-do-chão, como arrumação de ferramentas e no piso superior como dormitório para os forneiros. Ao lado do anexo, observam-se alguns pilares do antigo barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno RO 12	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 1 – Fornos da Ratoíinha / Olhos de Água – RO 12
Designação	Forno de cal de António Coutinho Henriques Vieira (velho)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'47.46N 8°59'20.18O
Acesso	Rua da Estação / serventia
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Década de 1950
Imagem	 <p>Figura 1 – Vista da propriedade onde se encontra o forno. Observa-se os pilares do barracão e, do lado esquerdo, a pedreira, 2019</p>  <p>Figura 2 – Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.

Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é revestido, no interior, por tijolo de burro e tijolo de burro de 2 e 3 furos.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,05 m; diâmetro superior: 3,60 m; altura interior: 5,30 m; largura portal: 1,10 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 0,80 m.</p> <p>Copeira: Esquerda: 36 cm largura, 40 cm altura, 33 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- Década de 50, construção do forno.</p> <p>-1964, Feliciano Pereira Coelho fez uma fornada de cal neste forno. Provavelmente a última fornada realizada neste forno.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra - Secil
Conservação geral	Razoável
Documentação	- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.
Observações	<p>António Coutinho Henriques Vieira, proprietário do forno, era filho de António Henriques Vieira (proprietário dos fornos RO 10 e 11). Desta forma, os 4 fornos existente em redor deste forno (RO 10, 11, 12 e RO 2 e 4 – desaparecidos) eram todos da mesma família. Do lado esquerdo existe uma pedreira e, em frente, 5 pilares do antigo barracão. Do lado direito do forno verifica-se a existência de um muro contíguo de suporte ao morro.</p>
Autor	Tiago Inácio
Data	Novembro 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 1	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 1
Designação	Forno de cal de Maria Neta Coutinho
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'23.46N 8°59'36.52O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 e 2 – Exterior e Interior do Forno, 2019</p>



Figura 3 – Pormenor do interior do forno



Figura 4 – Forno B 1 (esquerdo) e B 2 (direito)

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em v invertido. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído, no interior, por pedra e barro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,90 m; diâmetro superior: 4,90 m; altura interior: 5,50 m; largura portal: 1,10 m; altura portal: 2,40 m; profundidade portal: 0,40 m.</p> <p>Copeira: Esquerda e direita: 40 cm largura, 40 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Pela análise da genealogia da família da anterior proprietária, Maria Neta, o forno foi contruído por volta de 1820. Maria Neta era

	<p>bisneta de Joaquim José Sebastião, industrial que se iniciou na atividade como industrial de cal em 1820. É um dos fornos mais antigos atualmente ainda bem preservado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 1861 sabe-se da existência de três fornos (B 1, 2 e 3), propriedade de Joaquim José Sebastião. - Em 1881 os fornos são explorados pelo seu filho Joaquim José Sebastião (mesmo nome que o pai). - 1899, Joaquim Sebastião Calaxa licencia dois fornos (B 1 e 2). - No século XX os fornos eram propriedade de Maria Neta. - Em 1961 constituiu-se a sociedade Coutinhos & Salgueiro. Três dos associados eram sobrinhos de Maria Neta. - Em 1963, Maria Neta arrenda os fornos à referida sociedade. A escritura refere a existência de apenas dois fornos (B 1 e 2). No entanto sabe-se que existiam as ruínas de um outro forno (B 3). - Em 1969 os fornos são doados aos associados, seus sobrinhos. - Em 1973, António Coutinho, sobrinho de Maria Neta e antigo associado da sociedade Coutinhos e Salgueiro, explora os fornos em nome individual. -1979, encerramento dos fornos. - Em 1983 os fornos são vendidos à Cimpor (Cibra). <p>Nota: Do conjunto de três fornos, provavelmente apenas o B 2 laborou na segunda metade do século XX.</p>
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra - Secil
Conservação geral	Razoável
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - ALBUQUERQUE, Fernando Luís Mouzinho de; COLAÇO, Gregório de Magalhães – <i>Documentos para a Estatística Industrial do Districto de Leiria</i>. Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p.37. - CASTRO, Maria Inês – <i>Livro de escrituras diversas nº7A</i> [Manuscrito]. [1963]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 77v e seg. - CASTRO, Maria Inês – <i>Livro de escrituras diversas nº26A</i> [Manuscrito]. [1969]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 36v. e seg. - DUARTE, Jacinto – <i>Livro de escrituras diversas nº2A</i> [Manuscrito]. [1961]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 85f e seg.


	<p>- <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias.</p> <p>- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.</p> <p>- <i>NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2.</p> <p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Joaquim Sebastião Calaxa</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).</p> <p>- ZARRO, João – <i>Livro de escrituras Diversas nº A40</i> [Manuscrito]. [1973]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls 33f e seg.</p>
Observações	Conjunto de três fornos (B 1, 2 e 3). Do forno B 3 observam-se apenas alguns vestígios.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 2	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 2
Designação	Forno de cal de Maria Neta Coutinho
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'23.46N 8°59'36.52O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 e 2 – Exterior e Interior do Forno, 2019</p>



Figura 3 – Topo do forno, 2019

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído por tijolo de burro. O interior apresenta atos de vandalismo e destruição, nomeadamente furto de tijolos.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 4,30 m; diâmetro superior: 3,80 m; altura interior: 5,70 m; largura portal: 0,85 m; altura portal: 2,30 m; profundidade portal: 1,00 m.</p> <p>Copeira: Esquerda e direita: 45 cm largura, 45 cm altura, 30 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	Ver cronologia do inventário do forno B 1
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra - Secil
Conservação geral	Razoável
Documentação	Ver documentação do inventário do forno B 1
Observações	Ver observações do inventário do forno B 1
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 3	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 3
Designação	Forno de cal de Maria Neta Coutinho
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'23.46N 8°59'36.52O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Vestígio do forno</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Observam-se ruínas de uma parte do forno, em tijolo de burro.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	Ver cronologia do inventário do forno B 1
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra - Secil
Conservação geral	Ruína
Documentação	Ver documentação do inventário do forno B 1
Observações	Ver observações do inventário do forno B 1
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 4



Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 4
Designação	Forno de cal de Feliciano dos Anjos Coutinho
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'23.47N 8°59'34.38O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Forno, 2019</p>  <p>Figura 2 – Forno em 2012</p>



Foto 3 – Ruínas do depósito de cal. Ao fundo o forno, 2019

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de uma copeira. Uma derrocada no forno destruiu a segunda copeira existente (lado direito). Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído no interior por tijolo de burro e adobe em barro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,70 m; diâmetro superior: 3,20 m; altura interior: 5,40 m; largura portal: 0,70 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 1,20 m.</p> <p>Copeira: Esquerda: 30 cm largura, 40 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1917, pedido de construção de dois fornos de cal (B 4 e 5) em nome de José Mota e António Barreiros, na propriedade hipotecada de Matias Pereira Luz. - 1919, José Mota compra a Matias parte da propriedade, onde existem os dois fornos (B 4 e 5). - 1932, José Mota vende o forno B 4 a Artur Inácio Castanheiro. - 1945, Artur vende o forno à Cibra. - Cerca de 1955, a Cibra permuta com Feliciano dos Anjos Coutinho este forno em troca do forno B 19 (próximo da pedreira da Cibra) - 1968, data do último registo de laboração do forno.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Joaquim Silva Coutinho


Conservação geral	Má
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>ATAS CEMA nº3</i> [Manuscrito]. [1917-1920]. Disponibilizado pela CMA. Ata de 4.4.1917. - <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias. - JÚNIOR, José – <i>Livro de actos fora de notas nº5</i> [Manuscrito]. [1919]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande. Fl. 49f. - <i>LIVRO DAS DESCRIÇÕES Prediais nº B88</i> [Manuscrito]. Disponibilizado pela Conservatória do Registo Predial de Alcobaça. Nota: A Conservatória disponibilizou também todas as informações, desanexações e hipotecas referentes ao artigo 30 445, descrito no livro B 88. Fl. 149f. - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14. - NOVA, Alberto H. V.– <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor não superior a mil escudos nº3</i> [Manuscrito]. [1932]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 26 e seg. - ROSA, Rui – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 446A</i> [Manuscrito]. [1945]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 29f e seg.
Observações	Observa-se, frente do forno, um depósito de cal.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo


Ficha de Inventário do Forno B 5	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 5
Designação	Forno de cal de Joaquim Rodrigues Romão
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'23.47N 8°59'34.38O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageas) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco de volta perfeita em tijolo de burro. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído no interior por tijolo de burro e adobe em barro. Apresenta, no topo, um portal superior.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,90 m; diâmetro superior: 3,40 m; altura interior: 4,80 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 1,90 m; profundidade portal: 0,55 m.</p> <p>Copeira: Esquerda: 32 cm largura, 35 cm altura, 35 cm profundidade. Direita: 32 cm largura, 35 cm altura, 40 cm profundidade</p>
Construtor	Desconhecido

Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1917, pedido de construção de dois fornos de cal (B 4 e 5) em nome de José Mota e António Barreiros, na propriedade hipotecada de Matias Pereira Luz. - 1919, José Mota compra a Matias parte da propriedade, onde existem os dois fornos (B 4 e 5). - 1942, José Mota vende este forno a Joaquim Rodrigues Romão. - Segundo uma escritura de 1932, este forno era propriedade de José Feliciano Ferreira. - Encerrou provavelmente na década de 40.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Secil – Cibra
Conservação geral	Razoável
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - ALMEIDA, Firmo Ferreira (ajudante) – <i>Livro de Notas para actos e contratos entre vivos nº403</i> [Manuscrito]. [1942]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício. Fls. 39v e seg. - <i>ATAS CEMA nº3</i> [Manuscrito]. [1917-1920]. Disponibilizado pela CMA. Ata de 4.4.1917. - JÚNIOR, José – <i>Livro de actos fora de notas nº5</i> [Manuscrito]. [1919]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande. Fl. 49v. - <i>LIVRO DAS DESCRIÇÕES Prediais nº B88</i> [Manuscrito]. Disponibilizado pela Conservatória do Registo Predial de Alcobaça. Nota: A Conservatória disponibilizou também todas as informações, desanexações e hipotecas referentes ao artigo 30 445, descrito no livro B 88. Fl. 149f.
Observações	
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo



Ficha de Inventário do Forno B 6	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 6
Designação	Forno de cal de Maria Neta Coutinho (?)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'24.53N 8°59'36.86O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Vestígio do forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,90 m; alt. interior: 4,10 m;
Construtor	Desconhecido
Cronologia	-
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Secil – Cibra
Conservação geral	Ruína
Documentação	-
Observações	-
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 7

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 7
Designação	Forno de cal de António Ascenso Ribeiro
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'24.53N 8°59'36.86O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1– Exterior do Forno, 2019</p> 


	 <p data-bbox="651 790 1323 824">Figura 2 e 3 – Muro de suporte e argolas em pedra</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (courageiras) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco e em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O forno é constituído por tijolo de burro e adobe de barro. O interior encontra-se em avançado estado de degradação.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,55 m; diâmetro superior: 3,10 m; altura interior: 5,50 m; largura portal: 0,80 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 0,60 m.</p> <p>Copeira: Direita: 30 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1899, José Pereira Luz licencia dois fornos de cal (B 7 e 10). O forno será, no entanto, muito anterior ao licenciamento, uma vez que José Pereira Luz já surge nas contribuições de 1881. - 1911, Forno é doado ao seu filho Matias Pereira Luz. - 1932, António Ascenso Ribeiro compra o forno a Matias. - Final da década de 50 / princípio de 60, encerramento. - Em 1971 o forno, sem laboração, foi doado por António Ascenso Ribeiro ao seu filho José da Encarnação Ascenso e, posteriormente, vendido à Cibra.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra - Secil
Conservação geral	Má

Documentação	<p>- <i>NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2.</p> <p>- LEMOS, Tetralda – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 225</i> [Manuscrito]. [1932]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício. Fls. 15f a 16v.</p> <p>- LOPES, Amélia – <i>Livro de notas para escrituras diversas A45</i> [Manuscrito]. [1971]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 2º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 53 e seg.</p> <p>- PELAIO, José – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº170</i> [Manuscrito]. [1911]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 10º ofício. Fls. 17v e seg.</p>
Observações	<p>Ao lado da couraça ergue-se um muro com um recorte superior, que suporta o morro sobranceiro. Na base do muro existem 5 argolas de pedra para prender os animais. Em frente ao muro ergue-se um pilar que suportava, numa das extremidades, o barracão.</p>
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 8	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 8
Designação	Forno de cal de António Rosálio Vieira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'25.48N 8°59'34.35O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1– Exterior do Forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 – Barracão do forno</p>


Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco em cimento. Em redor do forno apresenta um aterro. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro. Por cima do portal existem 3 vigas de cimento e duas vigas em madeira. Na década de 70, o forno foi revestido com cimento.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro inferior: 3,90 m; diâmetro superior: 3,20 m; altura interior: 6,50 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 2,20 m; profundidade portal: 1,10 m. Peal: 20 cm largura; 40 cm de altura. Copeira: Esquerda: 55 cm largura, 40 cm altura, 42 cm profundidade. Direita: 55 cm largura, 42 cm altura, 30 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - Construído provavelmente no século XIX, o forno seria, provavelmente, de Joaquim Vieira. - 1899, António Rosário Vieira (filho de Joaquim Vieira) licenciou um forno de cal. -1905, António Rosário Vieira requer licença para construir 3 fornos de cal (B 8, 9 e 12) - 1ª metade século XIX, António Rosário Vieira (filho, vulgo Botas) terá adquirido um forno ao lado do seu a Maria Rita (B 9). - 1975, António Rosário Vieira abandona a atividade de industrial. -1976, Joaquim Filipe Ribeiro, em regime de arrendamento, fez duas fornadas de cal. Encerramento definitivo.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Ália Vieira
Conservação geral	Bom
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14. - <i>NOTA extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2. - <i>PROCESSO de Licenciamento de um forno de cal de António Rosário Vieira</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL,

	<p>Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).</p> <p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de três fornos de cal e dois de telha e tijolo de António Rosálio Vieira</i> [Manuscrito]. [1905]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).</p> <p>- <i>REGISTO DE ALVARÁS</i> [Manuscrito]. [1895-1909]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Governo Civil de Leiria, registo de Alvarás, 2ª e 3ª repartição cx.2, lv. 2 – Registo de Alvarás – 2ª secção.</p>
Observações	<p>Em frente ao forno B 8 ergue-se um barracão parcialmente destruído. Este barracão teria 15 metros de largura, 20 de comprimento e 6 de altura. Próximo do forno existe um pequeno anexo de apoio aos fornos e, ao lado, um tanque de água utilizado para rega da vinha que o proprietário detinha próximo dos fornos.</p>
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 9	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 9
Designação	Forno de cal de António Rosálio Vieira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'25.83N 8°59'33.97O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1– Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O portal encontra-se tapado por uma parede em tijolo, condicionando o acesso ao interior do mesmo.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro superior: 3,80 m; altura interior: 6,30 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 2,40 m; profundidade portal: 0,60 m. Copeira: Esquerda: 50 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	-1905, António Rosálio Vieira requer licença para construir 3 fornos de cal (B 8, 9 e 12).


	-1928, Maria Rita herda-o da sua mãe Maria Rita Rosa (viúva de José Vieira Rosálio). Mais tarde, o forno é vendido a António Vieira Rosálio.
Cronologia	Ver cronologia do forno B 8
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Ália Vieira
Conservação geral	Bom
Documentação	<p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de três fornos de cal e dois de telha e tijolo de António Rosálio Vieira</i> [Manuscrito]. [1905]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).</p> <p>- PINTO, João Palha – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 155</i> [Manuscrito]. [1928]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNA – 15º ofício. Fls. 7v e seg.</p>
Observações	Ver observações do forno B 8
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 10


Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 10
Designação	Forno de cal de Silvino Ferreira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'25.83N 8°59'33.97O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1– Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas duas paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. Por cima do portal observa-se a existência de 3 vigas em cimento. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro interior: 3,60 m; diâmetro superior: 3,30 m; altura interior: 5,60 m; largura portal: 1,10 m; altura portal: 2,05 m; profundidade portal: 0,80 m. Copeira: Esquerda: 40 cm largura, 40 cm altura, 30 cm profundidade. Direita: Esquerda: 35 cm largura, 40 cm altura, 30 cm profundidade</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- Construído na segunda metade do século XIX.</p> <p>- 1881, Forno era propriedade de José Pereira Luz.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - 1899, José Pereira Luz licencia dois fornos. - 1911, Forno herdado pelo seu filho Augusto Pereira Luz. -1916, Devido a uma dívida de Augusto a António da Silva Barreiros, vê alguns dos seus bens arrestados pelo Tribunal Judicial de Alcobaça. Em 1917 o forno foi adquirido, em hasta pública, por Francisco Antunes Penedo, natural do concelho de Sintra. - 1935, Silvino Ferreira compra o forno a Francisco. -Final da década de 70, encerramento do forno. - 1984, Silvino vende o forno à Cibra.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Bom
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - BARREIROS, António da Silva (autor) – <i>Processo de execução hipotecárias nº87. Réu: Augusto Pereira Luz e mulher Ana de Sousa</i> [Manuscrito e datilografado]. [1916]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo tribunal Judicial de Alcobaça, Execuções hipotecárias, 1ª secção, mac. 24, or. 24. - <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias. - NOVA, Alberto H. V. – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor não superior a mil escudos nº23</i> [Manuscrito]. [1935]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 45v e seg. - <i>NOTA extrahída da matriz da contribuição industrial do anno de 1881</i> [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2. - PELAIO, José – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº170</i> [Manuscrito]. [1911]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça – 10º ofício. Fls. 17v e seg. - <i>PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de José Pereira Luz</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das actividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).


	- <i>REGISTO DE ALVARÁS</i> [Manuscrito]. [1895-1909]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Governo Civil de Leiria, registo de Alvarás, 2ª e 3ª repartição cx.2, lv. 2 – Registo de Alvarás – 2ª secção.
Observações	Em 1966, Silvino constrói um barracão frente do forno. Na década de 90 a Cibra demoliu o barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 11	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 11
Designação	Forno de cal de Alexandre Machado
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'26.38N 8°59'31.38O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 e 2 – Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Numa das paredes laterais à entrada do forno (couraça) verifica-se a existência de uma copeira. Apresenta o portal com o topo em arco

	<p>em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro. Devido a uma derrocada, o forno encontra-se parcialmente destruído.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro interior: 4,20 m; diâmetro superior: 4,00 m; altura interior: 4,70 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 1,90 m; profundidade portal: 0,90 m. Copeira: Esquerda: 40 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Em 1944 era propriedade de Alexandre Machado.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Má / parcialmente destruído
Documentação	- <i>RECIBOS JFP</i> [Manuscrito]. [1944-1946]. Acessível na biblioteca de Pataias, fundo ARF, série recibos de exploração de pedreiras, cx. 1.
Observações	Apresenta, frente ao forno, 5 colunas do antigo barracão
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 12	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 12
Designação	Forno de cal de António Rosálio da Silva
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'27.08N 8°59'33.64O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Nas das paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras. Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro interior: 3,70 m; diâmetro superior: 3,00 m; altura interior: 5,60 m; largura portal: 1,00 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 1,10 m. Copeira: Esquerda: 45 cm largura, 40 cm altura, 35 cm profundidade. Direita: 40 cm largura, 50 cm altura, 30 cm profundidade.</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	-1905, António Rosálio Vieira requer licença para construir 3 fornos de cal (B 8, 9 e 12).

	<ul style="list-style-type: none"> - 1950, Abílio Francisco compra o forno de cal a Maria Vicência da Encarnação, viúva de Joaquim Vieira Rosálio. - 1953, António Rosálio da Silva, vulgo Migalhica, compra o forno a Abílio Francisco. - 1969, data da última fornada de cal.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Bom
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14. - PONTES, Salvador – <i>Livro de Notas nº478</i> [Manuscrito]. [1950]. Acessível ADL, Portugal, fundo do CNN. Fls. 3v e seg. - PONTES, Salvador – <i>Livro de Notas nº490</i> [Manuscrito]. [1953b]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 62v e seg. - <i>PROCESSO de Licenciamento de três fornos de cal e dois de telha e tijolo de António Rosálio Vieira</i> [Manuscrito]. [1905]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).
Observações	Apresenta, frente ao forno, 5 colunas do antigo barracão
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 13	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 13
Designação	Forno de cal de Joaquim Ruivo Tomás (?)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'28.25N 8°59'34.22O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Exterior do Forno, 2021</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Nas das paredes laterais à entrada do forno (couraças) verifica-se a existência de duas copeiras. O interior do forno é constituído por pedra e argamassa. Portal destruído. Dimensões do forno: diâmetro interior: 4,60 m; diâmetro superior: 4,60 m; altura interior: 4,10 m; Copeira: Esquerda: 42 cm largura, 38 cm altura, 40 cm profundidade. Direita: 25 cm largura, 25 cm altura, 50 cm profundidade.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- 1899, Ventura Ribeiro licencia dois fornos de cal (B 13 e 14).
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal

Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Má / parcialmente destruído
Documentação	- <i>PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Ventura Ribeiro</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).
Observações	-
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo



Ficha de Inventário do Forno B 14	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 14
Designação	Forno de cal de Joaquim da Encarnação Henriques
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'28.84N 8°59'35.22O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p style="text-align: center;">Figura 1 – Exterior do Forno, 2019</p>  <p style="text-align: center;">Figura 2 – Interior do Forno, 2019</p>




Figura 3 – Portal superior do forno, 2019

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Forno parcialmente destruído e sem acesso ao interior. Dimensões do forno: diâmetro superior: 3,30 m; altura interior: 5,70 m
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1899, Ventura Ribeiro licencia dois fornos de cal (B 13 e 14). - Década de 1940, o forno era propriedade de Joaquim Ruivo Tomás. - 1948, Maria Teresa, casada com Joaquim Coelho da Silva, herda o forno do seu pai Joaquim Ruivo Tomás. - 1954, José Rosálio Vieira compra o forno a Maria Teresa. -1960, Joaquim da Encarnação Henriques compra o forno a José Rosálio Vieira; - 1966, data do último registo de produção de cal por Joaquim Henriques. - 1966 a 1971, Joaquim arrenda o forno a alguns industriais de cal. - 1975, depois do falecimento de Joaquim, o forno é herdado pela viúva, Maria Natália Franco. - 1984, Maria Natália Franco vende o forno à CIBRA.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Mau / parcialmente destruído
Documentação	- COUTINHO, José – <i>Livro de atos e contractos entre vivos nº384B</i> [Manuscrito]. [1960]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial Batalha. Fls. 72f e seg.


	<p>- FARIA, Luís Filipe Rodrigues – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 493</i> [Manuscrito]. [1954]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 24v e seg.</p> <p>- FRANCO, Maria Natália (inventariante) – <i>Inventário Orfanológico de Joaquim da Encarnação Henriques</i> [Manuscrito e datilografado]. [1975]. Acessível no arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo Tribunal Judicial de Alcobaça, Inventários orfanológicos, 2ª Secção, mac. 319, ord. 9.</p> <p>- <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias.</p> <p>- <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.</p> <p>- PONTES, Salvador – <i>Livro de Notas nº468</i> [Manuscrito]. [1948]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 79v e seg.</p> <p>- <i>PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de Ventura Ribeiro</i> [Manuscrito]. [1899]. Acessível ADL, Portugal, Fundo GCL, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.2 (1899-1901).</p>
Observações	Apresenta algumas colunas do antigo barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 15

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 15
Designação	Forno de cal de António Francisco e José Serradas
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'30.69N 8°59'35.62O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Forno parcialmente destruído e sem portal. Interior do forno revestido com tijolo de burro. Frente do forno há algumas colunas do antigo barracão.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - Construído provavelmente no século XIX. - Década de 1920, era propriedade de António Ferreira Júnior. - 1926, Joaquim de Sousa Luz compra o forno a António Ferreira Júnior. - 1927, Artur Inácio Castanheiro compra o forno a Joaquim de Sousa Luz. - 1945, Cibra compra o forno a Artur Inácio Castanheiro.

	<ul style="list-style-type: none"> - 1954, a Cibra permuta este forno com os irmãos António Francisco e José Serradas. - 1969, data da última fornada de cal pelos irmãos António e José. - Década de 70, o forno é arrendado a Silvino Feliciano Ferreira.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Má / parcialmente destruído
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias. - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14. - OLIVEIRA, José Estevão d’ Abreu – <i>Livro de Notas para Actos e Contractos entre vivos nº 272</i> [Manuscrito]. [1926]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça - 10º ofício. Fls. 85v e seg. - PINTO, João Palha – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 127</i> [Manuscrito]. [1927]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça – 15º ofício. Fls. 11v e seg. - ROSA, Rui – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº 446A</i> [Manuscrito]. [1945]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial da Nazaré. Fls. 29f e seg.
Observações	Apresenta algumas colunas do antigo barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 16

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 16
Designação	Forno de cal de Silvino Feliciano Ferreira
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'28.32N 8°59'32.50O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XX (?)
Imagem	 <p>Figura 1 – Exterior do Forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro. Por cima do portal existem três vigas em cimento.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro interior: 3,30 m; diâmetro superior: 3,70 m; altura interior: 6,20 m; largura portal: 0,90 m; altura portal: 2,10 m; profundidade portal: 1,00 m. Peal: largura: 30 cm; altura: 40 cm</p>
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<p>- 1919, data provável da construção do forno por Francisco Antunes Penedo.</p> <p>- 1935, Silvino Ferreira compra o forno a Francisco.</p>

	-Final da década de 70, encerramento do forno. - 1984, Silvino vende o forno à Cibra.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Razoável
Documentação	- <i>ATAS CEMA nº3</i> [Manuscrito]. [1917-1920]. Disponibilizado pela Câmara Municipal de Alcobaça. Ata de 25.8.1919. - <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias. - NOVA, Alberto H. V. – <i>Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor não superior a mil escudos nº23</i> [Manuscrito]. [1935]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 45v e seg.
Observações	Por uma escritura de 1935, sabe-se que Francisco Antunes Penedo era proprietário de dois fornos (B 10 e B 16). O forno B 10 adquiriu em hasta pública em 1917. Em 1919 requereu autorização para a construção de um forno de cal, tratando-se, provavelmente, deste forno (B 16). Apresenta algumas colunas do antigo barracão.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 17

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 17
Designação	Forno de cal de António de Sousa Marques
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'28.15N 8°59'30.62O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XX (?)

Imagem



Figura 1 – Exterior do Forno, 2019



Figura 2 – Barracão do forno, 2019



Figura 3 – Depósito de cal, 2019




Figura 4 – Vista do topo do forno, 2015

Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	<p>Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo. Em redor do forno apresenta um aterro. O interior do forno é constituído por tijolo de burro e adobe em barro. Por cima do portal existem duas vigas em madeira.</p> <p>Dimensões do forno: diâmetro interior: 4,15 m; diâmetro superior: 4,10 m; altura interior: 6,70 m; largura portal: 0,95 m; altura portal: 2,26 m; profundidade portal: 0,70 m. Copeira: Esquerda: 45 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade. Direita: 50 cm largura, 50 cm altura, 40 cm profundidade. Peal: largura: 30 cm; altura: 50 cm</p>
Construtor	Desconhecido

Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - 1908, data provável de construção do forno, tendo em conta que António de Sousa Marques era filho de António Ribeiro Marques, industrial que licencia dois fornos em 1908. - Meados da década de 60 um incêndio destrói o barracão. - Em 1965, segundo uma data inscrita numa das couraças, o forno foi reconstruído nesse ano, juntamente com o novo barracão. - 1975, encerramento do forno.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Cibra-Secil
Conservação geral	Bom
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>GUIAS de receita JFP</i> [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14. - <i>PROCESSO de Licenciamento de dois fornos de cal de António Ribeiro Marques e Joaquim Rodrigues Vaz</i> [Manuscrito]. [1908]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das atividades económicas e de população, autos de concessão, cx.3 (1902-1912).
Observações	Frente do forno ergue-se um barracão com 9 colunas quadrangulares que suportam um telhado de 2 águas. Ao lado do telheiro observam-se as ruínas de um depósito de cal.
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 18	
Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B 18
Designação	Forno de cal de Maria Neta Coutinho (?)
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'29.21N 8°59'32.96O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Vestígio do forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	O interior é constituído por pedra e argamassa.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	- Século XIX.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Secil – Cibra
Conservação geral	Ruína
Documentação	-
Observações	-
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

Ficha de Inventário do Forno B 19

Categoria	Património Industrial
Tipo	Forno Artesanal de cal
Identificador	Núcleo 2 – Fornos da Brejoeira – B19
Designação	Forno de cal de Feliciano dos Anjos Coutinho
Localização	Freg. Pataias, Conc. Alcobaça, Dist. – Leiria Coordenadas: 39°39'36.12N 8°59'29.98O
Acesso	Rua do Clube Desportivo Pataiense / Rua Brejoeira
Proteção	Sem Proteção (No PDM do Concelho de Alcobaça o Conjunto de fornos de cal surge como Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património, art. 33, nº2).
Época construção	Século XIX
Imagem	 <p>Figura 1 – Vestígio do forno, 2019</p>
Enquadramento	Área Rural. Inserido numa zona de pinhal.
Descrição	Forno parcialmente destruído e sem acesso ao interior. Apresenta o portal com o topo em arco em tijolo.
Construtor	Desconhecido
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> - Construído provavelmente no séc. XIX. - Na década de 40 era propriedade de Feliciano dos Anjos Coutinho. - 1955, Feliciano permuta, com a Cibra, este forno, em troca do forno B 4.
Tipologia	Tipo de Energia: Fogo
Utilização inicial	Industrial – Produção de cal
Utilização atual	Devoluto
Proprietário	Secil – Cibra
Conservação geral	Má

Documentação	- <i>ÍNDICE</i> de terrenos adquiridos pela CMP [Datilografado]. [1945-1992]. 11 fls. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, fundo Fábrica de Pataias.
Observações	-
Autor	Tiago Inácio
Data	Julho 2019
Tipo de Registo	Novo registo

- ANEXO II -

**INDUSTRIAIS DE CAL E FORNOS ATIVOS ENTRE
1964-1995**

Os dados a seguir apresentados resultam da análise e comparação de várias fontes documentais, nomeadamente as guias de receita e contas de gerência da Junta de Freguesia de Pataias, entrevistas e fotografias aéreas de Pataias. A comparação dos dados permite calcular aproximadamente o número de fornos ativos num determinado ano.

Ano	Industriais	Quant. de fornos	Total de fornos	Observações
1964	Joaquim Vieira Grilo	2	29	
	António Vieira Vaz	1		
	Joaquim Filipe Ribeiro	1		
	Joaquim Vaz Pereira	2		
	Hermínio Mota	2		
	António H. V. Sobrinho	2		
	Silvino Ferreira	2		
	António Coutinho	2		
	António Rosálio Vieira	2		
	António Sousa Marques	1		
	António Rosálio da Silva	1		
	Joaquim Serradas e irmão	1		
	Joaquim P. V. Coelho	2		
	Joaquim Manuel	1		
	Feliciano dos Anjos Coutinho	1		
	Feliciano Coelho	1		
	António Mota	1		
	Silvino Xavier de Almeida	1		
	Joaquim Henriques	1		
	Joaquim André Júnior	1		
António C. H. Vieira	1			
1965	Joaquim Vieira Grilo	2	28	Apesar de se apresentar um total de 28 fornos ativos, na fotografia aérea de Pataias de 1965 verificam-se 31 fornos em laboração.
	António Vieira Vaz	1		
	Joaquim Filipe Ribeiro	1		
	Joaquim Vaz Pereira	2		
	Hermínio Mota	2		
	António H.V. Sobrinho	2		
	Silvino Ferreira	2		
	António Coutinho	2		
	António Rosálio Vieira	2		
	António Sousa Marques	1		
	António Rosálio da Silva	1		
	Joaquim Serradas e irmão	1		
	Joaquim P. V. Coelho	2		
	Joaquim Manuel	1		
	Feliciano dos Anjos Coutinho	1		
	Feliciano Coelho	1		
	António Mota	1		
	Silvino Xavier de Almeida	1		
	Joaquim Henriques	1		

1966	<p>Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosário Vieira António Sousa Marques António Rosário da Silva Joaquim Serradas e irmão Joaquim P. V. Coelho Joaquim Manuel Feliciano dos Anjos Coutinho Feliciano Coelho António Mota Armindo Mota Silvino Xavier de Almeida Joaquim Henriques Abílio Coelho</p>	<p>2 1 1 2 2 2 2 3 2 2 1 1 2 1 1 1 1 1 1 1 1</p>	<p>29</p>	<p>Abílio Coelho fez uma fornada no forno de Joaquim Henriques (B14) e António Coutinho fez também duas fornadas nesse forno. No entanto, como o proprietário cozeu também no seu próprio forno neste ano, e para se evitarem duplicações, o forno apenas foi contabilizado uma vez.</p> <p>António de Sousa Marques fez uma fornada no forno de António de Sousa Santos (RO2 desaparecido).</p> <p>Armindo Mota cozeu no forno de Silvino Xavier de Almeida (RO3 – desaparecido)</p>
1967	<p>Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosário Vieira António Sousa Marques António Rosário da Silva Joaquim Serradas e irmão Joaquim P. V. Coelho Joaquim Manuel Feliciano dos Anjos Coutinho Feliciano Coelho António Mota</p>	<p>2 1 1 2 2 2 2 3 2 1 1 1 2 1 1 1 1 1</p>	<p>26</p>	<p>António Coutinho fez uma fornada no forno de Joaquim Henriques (B14)</p>

Anexo II – Industriais de cal e Fornos ativos entre 1964 – 1995

1968	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques António Rosálio da Silva Joaquim Serradas e irmão Joaquim P. V. Coelho Joaquim Manuel Feliciano dos Anjos Coutinho	2 1 1 2 2 2 2 3 2 1 1 1 2 1 1	24	António Coutinho fez uma fornada no forno de Joaquim Henriques (B14)
1969	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques António Rosálio da Silva Joaquim Serradas e irmão	2 1 1 2 2 2 2 2 2 1 1 1	19	
1970	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques	2 1 1 2 2 2 2 2 2 1	17	

1971	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques Anselmo Ferreira	2 1 1 2 2 2 2 3 2 1 1	19	António Coutinho fez várias fornadas num dos fornos de Joaquim P. V. Coelho (RO8). Joaquim V. Grilo fez várias fornadas num dos fornos de António Feliciano Custódio (Ro7 – desaparecido). António R. Marques fez várias fornadas no forno de Feliciano dos Anjos Coutinho (B4). Anselmo fez duas fornadas no forno de Joaquim Henriques (B14).
1972	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques	2 1 2 2 2 2 2 3 2 1	19	António Coutinho fez várias fornadas num dos fornos de Joaquim P. V. Coelho (RO8). Joaquim Filipe Ribeiro fez uma fornada no forno de Joaquim Manuel (RO4).
1973	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques	2 1 1 2 2 4 2 2 2 1	19	António Henriques Vieira Sobrinho fez várias fornadas nos dois fornos de Joaquim P. V. Coelho (RO8).
1974	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques	2 1 1 2 2 4 2 2 2 1	19	António Henriques Vieira Sobrinho fez várias fornadas nos dois fornos de Joaquim P. V. Coelho (RO8).

Anexo II – Industriais de cal e Fornos ativos entre 1964 – 1995

1975	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho António Rosálio Vieira António Sousa Marques	2 2 1 2 2 2 2 2 2 1	18	António Vieira Vaz fez duas fornadas num dos fornos de Joaquim P. V. Coelho (RO8).
1976	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho	2 1 2 2 2 2 2 2	15	Joaquim Filipe Ribeiro fez duas fornadas num dos fornos de António Rosálio Vieira (B8).
1977 1978 1979	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho Silvino Ferreira António Coutinho	2 1 1 2 2 2 2 2	14	Tendo em conta que há pouca informação sobre a atividade industrial de Silvino Ferreira, considera-se que este industrial abandonou a atividade em 1979.
1980	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota António H.V. Sobrinho	2 1 1 2 2 2	10	
1981 1982 1983 1984	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota	2 1 1 2 2	8	
1985	Joaquim Vieira Grilo António Vieira Vaz Joaquim Filipe Ribeiro Joaquim Vaz Pereira Hermínio Mota Gonçalo Lemos	2 1 1 2 1 1	8	Hermínio Mota apenas utilizou um dos fornos, provavelmente o B2.

1986	Joaquim Vieira Grilo	2	6	
1987	António Vieira Vaz	1		
	Joaquim Filipe Ribeiro	1		
	Joaquim Vaz Pereira	2		
1988	Joaquim Vieira Grilo	2	4	
1989	António Vieira Vaz	1		
	Joaquim Filipe Ribeiro	1		
1990	Joaquim Vieira Grilo	2	3	
1991	António Vieira Vaz	1		
1992	Joaquim Vieira Grilo	2	2	Depois de um incêndio que destruiu o barracão de um dos fornos (RO7) em 1992, Joaquim passou a cozer apenas num (RO6).
1993	Joaquim Vieira Grilo	1	1	
1994	António Sebastião Grilo	1	1	
1995				

Fontes:

CONTAS de Gerência [Datilografado]. [1985-1999]. 1 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 64.

GUIA de receita JFP [Policopiado]. [1995]. 1 f. Acessível na Biblioteca de Pataias, doss. Pedreiras.

GUIAS de receita JFP [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.

GRILO, António Sebastião – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

RIBEIRO, Joaquim Filipe – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018 e 2019.

VAZ, António Vieira – *Entrevista*. Inácio Tiago, Pataias, 2018.

- ANEXO III -

**CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES E
CONTRATOS**

III.I Constituição da sociedade “Serrano & Lameiras”, 1909

Saibam quantos esta escritura virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e nove, aos quinze de Outubro, nesta villa de Alcobaça e meu escritório, perante mim notário José Joaquim Cardoso, compareceram os outorgantes Manuel Serrano de Figueiredo, solteiro, maior, comerciante e João Lameiras de Figueiredo, casado, proprietário, ambos residentes nesta villa e meus conhecidos e das testemunhas idóneas adiante nomeadas e assignadas, as quais também conheço pelo que dou fé serem todos os próprios. E perante as mesmas testemunhas, pelos referidos outorgantes foi dito: Que pela presente escritura constituem entre si a sociedade comercial em nome colectivo, que será regulada nos termos dos artigos seguintes:

Artigo primeiro: A sociedade girará sob a firma Serrano & Lameiras, da qual ambos os sócios poderão fazer uso

Artigo segundo: A sua sede e escriptório é nesta villa de Alcobaça.

Artigo terceiro: O objecto da sociedade é a exploração da indústria de cal, comissões, consignações, conta própria e alheia, bem como o comércio de quaisquer outros artigos e a exploração de quaisquer concessões que a sociedade resolva tratar.

Artigo quarto: A sociedade data de hoje o seu começo e a sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o ano social desde hoje até igual dia do mês de cada ano que se lhe seguir.

Artigo Quinto: Ambos os sócios são administradores e gerentes da sociedade, independentemente de caução, podendo, por consequência como fica dito, ambos usar da firma social, que só nas operações sociais poderá ser empregada.

Artigo sexto: A cargo da sociedade, fica todo o activo e passivo da extinta firma comercial desta villa Manuel Serrano de Figueiredo.

Artigo sétimo: O capital social é de oito contos de reis, subscrevendo nele cada um dos dois referidos sócios com a quantia de quatro contos reis, por meio de entrada, sem prazo fixo com fazendas, propriedades, dinheiro e dividas activas, mas estas só as que pertencem à extinta e aludida firma Manuel Serrano de Figueiredo.

Artigo oitavo: Os ganhos e perdas serão repartido entre elles sócios em duas partes eguais.

Artigo nono: A sociedade poderá ter sucursais sempre que elles sócios julguem necessário ou conveniente aos interesses da sociedade, digo, dos interesses da mesma.

Artigo décimo: Para representar a sociedade judicial a extra judicialmente, activa e passivamente, e obrigá-la nos termos deste contrato e da lei comercial Portuguesa, bastará um dos seus sócios ou gerentes.

Artigo décimo primeiro: A escrituração da sociedade será feita na sua sede, onde estarão sempre os competentes livros e documentos, sobre a responsabilidade do sócio João Lameiras de Figueiredo.

Artigo décimo segundo: A escrituração de todas as operações ou transacções da sociedade, deverá ser feita com a maior clareza e legalidade, por forma a conhecer-se rápida e precisamente o seu estado financeiro.

Artigo décimo terceiro: Qualquer dos sócios poderá, quando entender, fiscalisar a gerência do outro, e observarão sempre e imediatamente qualquer acto que julgar menos conveniente para os interesses da sociedade.

Artigo Décimo quarto: Anualmente será dado o balanço que se fechará com a data de trinta e um de Dezembro, devendo estar escripto e assignado no livro próprio até trinta e um de Janeiro immediato, e preservando todo o direito de reclamação contra elle no dia quinze de Fevereiro immediato

Artigo décimo quinto: Quando, segundo acordo delles sócios, a caixa social necessitar algum supprimento, poderá este seu feito por ambos os sócios, ou por qualquer delles, concedendo neste caso o juro de seis por cento ao anno.

Artigo décimo sexto: Na vigência desta sociedade de nenhum deles sócios, poderá, sob o seu nome individual, aceitar letras, sacalas de favor, contrahir a abonação de fiador ou abonador, ou qualquer outra responsabilidade de que possa directa ou indirectamente affectar os interesses da sociedade, bem como não poderá também individualmente exercer qualquer ramo de commercio ou indústria que possa directa ou indirectamente lesar a mesma sociedade.

Artigo décimo sétimo: Os sócios receberão, como retribuições da sua gerência e quando os lucros da sociedade derem margem para isso, respectivamente, o sócio Manuel Serrano de Figueiredo trinta mil reis, e o sócio João Lameiras Figueiredo quinze mil reis, retribuições estas que serão levadas na escripturação à conta de despesas geraes, tendo direito, digo, os sócios receberão mensalmente, como retribuição da sua gerência e quando os lucros da sociedade derem igualmente para isso, respectivamente o sócio Manuel Serrano de Figueiredo, trinta mil reis, e o sócio João Lameiras de Figueiredo, quinze mil reis, retribuições que serão lavradas na escripturação à conta das despesas geraes.

Paragrafo único: Quando o sócio João Lameiras de Figueiredo, devido ao desenvolvimento dos negócios da sociedade, tiver de dedicar-se exclusivamente à sua marcha, receberá mais, mensalmente, a titulo de retribuições da sua gerência, a quantia de quinze mil reis, que serão também levadas à conta de despesas geraes.

Artigo décimo oitavo: Fechado que seja o balanço e apurados por eles os lucros líquidos do anno social que lhe resulta, separar-se-hão cinco por cento, pelo menos, dos mesmos lucros, para fundo de reserva da sociedade até que o dito fundo atinja vinte e cinco por cento do capital social e sempre que for preciso reintegra-lo.

Artigo décimo nono: Os lucros, deduzindo a percentagem de que trata o artigo precedente, se a isto houver lugar, serão distribuídos cincoenta por cento por cada sócio, e quanto a perdas serão os dois sócios nellas participantes e solidários na referida proporção de cincoenta por cento.

Artigo vigésimo: os saldos dos lucros que a favor dos sócios se apurarem em cada ano social, serão por eles levantados dentro de seis meses da data de fecho do respectivo balanço.

Artigo vigésimo primeiro: Os gerentes deverão depositar no mais curto prazo de tempo possível, os fundos disponíveis da sociedade em estabelecimento comercial ou bancário de Lisboa, de reconhecido crédito.

Artigo vigésimo segundo: A sociedade dissolve-se pela saída, pelo falecimento ou pela interdição de qualquer dos sócios, por acordo, e pelos outros casos legais. **Parágrafo único:** O sócio que quiser sair da sociedade há de dar-lhe da resolução aviso escrito ao outro sócio com três meses de antecedência, e de modo a que a saída tenha lugar no final do ano social.

Artigo vigésimo terceiro: Dissolvendo-se a sociedade pela saída dum desses sócios, ou por acordo de ambos, serão ambos os liquidatários fazendo a sua partilha como então para ela se concertarem; mas desde já determinado o direito de licitação para o caso de ambos quiserem ficar com o estabelecimento social.

Artigo vigésimo quarto: Dissolvendo-se a sociedade pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito terão os seus direitos regulados pela forma seguinte: quando á conta de capital, pelo ultimo balanço geral, quanto a supprimentos, pelo que constar das respectivas contas, e quanto a ganhos, pela percentagem de cinquenta por cento sobre os lucros do ultimo balanço e em relação só ao tempo decorrido desde o começo do ano social em que o sócio falleça ou seja interdito até ao dia do seu falecimento ou interdição.

Parágrafo único: O pagamento aos herdeiros do sócio falecido e aos representantes do sócio interdito será feito em doze prestações eguais e semestraes, com o juro de seis por cento ao anno, salvo o direito de antecipação.

Artigo vigésimo quinto: Que em tudo o que fica omissa, serão applicadas as respectivas disposições do código comercial Português. E que assim o seu contrato social (...) obrigam nos termos do direito. Assim outorgaram [...].

Fonte: CARDOSO, José Joaquim – *Livro de Notas para escrituras diversas nº9* [Manuscrito]. [1909]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça – 14º ofício. Fls. 7f e seg.

III.II Dissolução da sociedade “Serrano & Lameiras”, 1914

Aos dezoito de abril de mil novecentos e quatorze, nesta vila de Alcobaça e meu cartório situado no Beco do Grilo número oito, perante mim o notário da comarca Alberto Henriques Villa Nova, e as testemunhas idóneas ao diante nomeadas, compareceram: como primeira outorgante Lydia Maria Trindade d’ Oliveira Figueiredo, que também assinada só Lydia Trindade Figueiredo, viúva, maior, proprietária, moradora nesta vila, outorgando por si e na qualidade de tutora de seu filho menor Carlos Alberto d’ Oliveira Figueiredo; solteiro, maior, comerciante, morador nesta vila; como segundo outorgante, Manuel Serrano de Figueiredo, solteiro, maior, comerciante, morador nesta vila; ambos os outorgantes pessoas cujas identidades eu notário reconheço. E pela primeira outorgante foi dito: Que por escritura de quinze de Outubro de mil novecentos e nove, no livro de atos e contratos entre vivos número nove, a folhas sete, do cartório a cargo do notário d’ esta comarca, doutor José Joaquim Cardoso, constituíram-se, seu falecido marido, João Lameiras de Figueiredo, e o segundo outorgante Manuel Serrano de Figueiredo, em sociedade comercial em nome coletivo, com sede nesta vila , e sob a firma Serrano & Lameiras, para a exploração da industria de cal, comissões, consignações, conta própria e alheia atcetera - sociedade que foi registada no tribunal do comercio d’ esta comarca. Que o capital social, segundo a escritura, era de oito mil escudos, nele devendo subscrever cada um dos sócios com a quantia de quatro mil escudos, por meio de entradas, sem praso fixo, com fazendas, propriedades, dinheiro e dividas ativas – entradas que não chegaram a efetuar-se todos por parte d’ ambos os sócios. Que devendo a sociedade dissolver-se, nos termos da aludida escritura, por acordo, interdição ou falecimento de qualquer dos sócios, devia também, consoante a mesma escritura, liquidar-se a sociedade, nas hypoteses de interdição ou morte de qualquer dos sócios, pela seguinte forma: O capital de cada um dos sócios seria determinado pelo que constasse do último balanço geral, os suprimentos autorizados pelo pacto social, seriam os constantes da respectiva conta; os lucros seriam a percentagem de cinquenta por cento sobre os lucros acusados pelo último balanço e em relação ao tempo decorrido desde o começo do ano social em que o sócio falecesse ou fosse interdito até ao dia do seu falecimento ou interdição; e que o pagamento aos herdeiros do sócio falecido ou aos representantes do sócio interdito seria feito em doze prestações eguaes e semestraes com o juro de seis por cento ao ano; ficando contudo salvo o direito de antecipação. Que, d’ armonia com o contrato social, e atesto o falecimento do sócio João Lameiras de Figueiredo, marido d’ ela outorgante, ocorrido nesta vila, na noite de três para quatro de março de mil novecentos e doze verificou-se a dissolução da sociedade. Que o segundo outorgante resolveu, à morte do referido marido d’ ela outorgante, antecipar, como o contrato lhe facultava, todo o pagamento do capital. Que, por isso, nessa data, e pois que nenhum dos sócios tinha chegado a efetuar todas as entradas, se verificou, pelo último balanço geral, combinado com os demais livros da escrituração da sociedade, que quanto pela dissolução da mesma sociedade, e aos termos

do contrato, pertencia ao socio falecido era a quantia de dois mil seiscentos setenta e seis escudos e dezanove centavos – quantia que então ela outorgante recebeu do segundo outorgante Manuel Serrano de Figueiredo, o qual ficou com todos os restantes bens e direitos mobiliários e imobiliários da sociedade, ficando assim dissolvida e liquidada a sociedade. Que pela muita confiança entre os outorgantes subsistente, nunca chegaram a reduzir a escrito a dissolução- que alias se operou pelo falecimento de seu marido – e a liquidação da sociedade, tal como fica dito. Mar que assim foi efetivamente a sociedade liquidada e tanto que a referida quantia de dois mil seiscentos setenta e seis escudos e dezanove centavos a que por este juízo e cartório do segundo officio se procedeu por óbito de seu referido marido, d’ela ficando pertencendo, como se vê do mapa de partilha a folhas quarenta e nove verso: a ela outorgante, mil quatrocentos e vinte e quatro escudos e cinquenta e nove centavos (um conto quatrocentos vinte e quatro mil quinhentos noventa e quatro reis e cinco decimos)); a seu filho menor Carlos Alberto d’ Oliveira Figueiredo, mil duzentos cinquenta e um escudos e sessenta centavos (um conto duzentos cinquenta e um mil quinhentos noventa e quatro reis e cinco decimos). Que pela presente escritura [...], por si, e como representante de seu mencionado filho menor, dissolver para, para todos os efeitos legaes, a mencionada sociedade, declarando-a também liquidada para todos os efeitos legaes, pela sobredita forma, isto é: com o recebimento integral por ela outorgante da mencionada quantia de dois mil seiscentos setenta e seis escudos e dezanove centavos, da qual mil duzentos cinquenta e um escudos e sessenta centavos foram por ela recebidos como representante de seu filho Carlos, e para ele, sendo pertença d’ela, nos termos da partilha, os restantes mil quatrocentos vinte e quatro escudos e conçoenta e nove centavos; e ficando pertencendo ao segundo outorgante Manuel Serrano de Figueiredo, socio que foi da extinta firma, todos os bens e direitos, mobiliários e imobiliários da mesma sociedade. Que os imobiliários que pertenciam à sociedade e pela sua dissolução ficam pertencendo ao segundo outorgante são: Um bocado de terra, no sitio do Ribeiro Seco, freguesia de Pataias, a confrontar do norte com Luís Augusto Henriques, sul e poente com Francisco Bispo Júnior (hoje o segundo outorgante) e nascente com a Companhia dos Caminhos de Ferro [...]; um bocado de terra no mesmo sitio do Ribeiro Seco ou Ribeira do Rio Seco, mencionada freguesia, a confrontar do norte, sul e nascente com Francisco Bispo Júnior (hoje o segundo outorgante) e poente com a extinta firma Serrano & Lameiras [...]. Que estes prédios os houve a firma a firma Serrano & Lameiras, aqui referida, por compra a Francisco Bispo Júnior e mulher, do moinho da Quinta [...]. E porque, pela dissolução, o segundo outorgante adquiriu a metade de cada um destes prédios [...]. Pelo segundo outorgante doi dito que aceita a presente dissolução [...].

Fonte: CARDOSO, José Joaquim – *Livro de Notas para escrituras diversas nº20* [Manuscrito]. [1914]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça – 14º officio. Fls. 10v e seg.

III.III Constituição da sociedade “Luís de Sousa & Cia”, 1918

Saibam quantos esta escriptura virem que no ano de mil novecentos e dezoito, aos doze dias do mez de março, nesta vila de Alcobaça, digo, neste lugar e freguesia de Pataias, casas de residência de José Ribeiro Coutinho, aonde eu notário, José Estevam d’Abreu e Oliveira, vim chamado para celebrar uma escriptura que antecede, aqui, perante mim, compareceram como outorgantes, António Feliciano Raimundo, casado, proprietário, João Ribeiro Coutinho, solteiro, maior, proprietário, d’este lugar e freguesia de Pataias e Joaquim Luís de Sousa, solteiro, do Arnal, comarca de Leiria e emancipado, como me fez certo, pelo alvará respectivo que este acto me apresentou e que vae devidamente archivado, no maço dos documentos respeitantes a este livro de notas, para os fins legaes [...]. E perante mim notário e as referidas testemunhas, pelos referidos outorgantes, foi dito: Que, pela presente escriptura constituem entre si uma sociedade comercial nos termos e sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes: PRIMEIRO: A sociedade é em nome colectivo, adopta a firma, “Joaquim Luis de Sousa & Companhia”, tem a sua sede e escriptorio em Pataias. SEGUNDO: O seu objetivo é o comércio de cimento. TERCEIRO: A sua duração é por tempo indeterminado a contar da data d’esta escriptura. QUARTO: O capital social é de trezentos escudos, pertencente em partes iguaes aos dos sócios e que consta do seguinte: digo, e que é constituído pelos seguintes prédios: Uma terra de cultura, vinha, mato e baldio, com uma azenha arruinada, tudo situado em Vale de Paredes, freguesia de Pataias, a confrontar do norte e sul com terrenos, denominados “ O Camarçãõ”, nascente e poente com Feliciano da Costa Raimundo e cujo prédio tem o valor de duzentos escudos e com este valor a quota parte, dos sócios, António Feliciano Raimundo e Joaquim Luís de Sousa, metade de cada um d’eles no valor casa metade, de cem escudos quota com que entra o sócio, João Ribeiro Coutinho, uma casa velha, moinho de vento de moer cimento em ruínas, uma em bom estado¹, terra de sementeira e baldio com algumas pedreiras de cimento tudo no sitio de Pentilheira, da freguesia de Pataias, a confrontar do norte, sul e nascente com baldio e poente com Praia do Oceano Atlântico, e o direito da exploração das pedreiras de cimentos, tudo valor de cem escudos; Estes prédios, são livres de foro de ou d’outro qualquer encargo e ainda se não acham descriptos na Conservatória d’esta comarca como consta da respectiva certidão d’alli extrahida hoje [...]. QUINTO: A administração da sociedade será exercida pelo sócio António Feliciano Raimundo e, nas suas ausências pelo sócio Joaquim Luís de Sousa. SEXTO: O uso da forma ficam pois, pertencendo a todos os sócios, mas nenhum d’elles poderá entrega-las em letras de favor, fianças e mais actos e obrigações ou responsabilidade alheia. O sócio que transgredir esta clausula pagará à sociedade como pena convencional, a importância de cada obrigação ou responsabilidade que tomar, ainda que a mesma sociedade não seja exigido o cumprimento d’essa obrigação ou responsabilidade. SÉTIMO: A escripturação,

¹ Provavelmente por lapso do Notário, não foram mencionados os fornos.

que está sempre no domicílio social, e bem assim a Caixa, ficam a cargo do sócio António Feliciano Raimundo e nas suas ausências ao sócio Joaquim Luís de Sousa. OITAVO: Os sócios poderão [...], verificar a caixa, examinar os livros e documentos da escripturação e exercer amplamente o seu direito ou fiscalização [...]. NONO: Os ganhos que se apresentarem em cada balanço serão divididos em partes iguais pelos três sócios [...]. DÉCIMO PRIMEIRO: Por falecimento de qualquer dos sócios, os herdeiros d'este poderão vender a sua quota sendo para isso preferidos os outros sócios. DÉCIMO SEGUNDO: Dissolvendo-se a sociedade, por qualquer motivo, os sócios receberão nas suas quotas os prédios como que entraram na sociedade [...]. DÉCIMO TERCEIRO: Se qualquer dos sócios quiser sair da sociedade poderá fazê-lo vendendo a sua quota à qual terão direito de opção os outros sócios para o efeito da continuação da mesma. DÉCIMO QUARTO: Finalmente e, todo o omissis, regularão as disposições legais aplicações. Assim disseram e outorgam [...].

Fonte: OLIVEIRA, José – *Livro de notas para actos e contractos entre vivos nº211* [Manuscrito]. [1918]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Cartório Notarial de Alcobaça - 10º ofício. Fls. 37f e seg.

III.IV Constituição da sociedade “Serranos & Pereira”, 1920

Aos vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte, nesta vila de Alcobaça e casa de residência de João Ferreira da Silva, aonde eu notário vim, especialmente chamado para este acto, perante mim, o notário da comarca, Alberto Henriques Villa Nova, e as testemunhas idóneas ao diante nomeadas, compareceram, como outorgantes, Joaquim Serrano de Figueiredo e sua esposa Dona Maria da Conceição Serrano, ele comerciante e ela domestica, moradores em Alcobaça, João Ferreira da Silva, casado, proprietário, nesta vila morador, outorgando na qualidade de procurador de Francisco Serrano de Figueiredo e da esposa de este Dona Maria Leal Ribbas Serrano de Figueiredo, proprietários, moradores nas Caldas da Rainha, como me fez certo com a procuração com data de vinte e nove de Janeiro último, outorgada perante o ajudante do notário Doutor Botelho Moniz, das Caldas da Rainha, a qual arquivo para os efeitos legais, Luís Serrano de Figueiredo, solteiro, maior, comerciante, e Manuel Pereira e sua esposa Dona Maria do Sacramento Pereira, ele comerciante e ela domestica, estes moradores no Apeadeiro da freguesia de Pataias, todos os outorgantes pessoas cujas identidades eu notário reconheço. E por eles outorgantes foi dito: Que entre o constituinte do outorgante Ferreira da Silva e os outorgantes Joaquim e Luís Serrano de Figueiredo e Manuel Pereira fica constituída a sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, nos termos e sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes:

Primeiro: A Sociedade adopta a firma de “Serranos & Pereira, Limitada”, e fica com sede e o estabelecimento na propriedade de que os sócios Serranos trazem para a sociedade, situada junto ao Apeadeiro do Caminho de Ferro de Oeste, freguesia de Pataias, podendo estabelecer-se as sucursais ou agências necessárias.

Segundo: O objecto da sociedade é a exploração da indústria e comércio de pedreiras, cal, lenhas, madeiras, cereais, moagens, e do que mais a sociedade resolver.

Terceiro: A Sociedade será por tempo indeterminado, contando-se o seu começo para todos os efeitos desde o dia primeiro do corrente, e considerando-se como anos sociais, os anos civis.

Quarto: O capital Social é de quarenta mil escudos, representado e dividido em quatro cotas de dez mil escudos: constituída cada uma das cotas dos sócios Serranos por mil e setecentos escudos em propriedades que em comum lhes pertencem e que sendo as que nesta escritura ao diante se especificarão, eles trazem para a sociedade e nela põem em comum com o outro outorgante, e por oito mil e trezentos escudos em material circulante, semoventes, utensílios, mercadorias e dividas activas da firma do falecido Manuel Serrano de Figueiredo, de quem são representantes, e em dinheiro; e constituída a do sócio Pereira por setecentos escudos em propriedade, que ao diante também se especificará, e com que este sócio entra para a sociedade e nela põe em comum e por nove mil e trezentos escudos em mercadorias, material, utensílios e dinheiro. Todas as cotas se acham integralmente realizadas, encontrando-se já todo o mobiliário e semoventes, constantes de um inventário pelos sócios assinado, na sede social, e o dinheiro, também constante do inventário, na respectiva caixa.

Quinto: Os sócios responderão, respectivamente, para com a sociedade, por qualquer das dividas activas com que entraram, e que porventura se não possa cobrar, no todo em parte.

Sexto: Admitir-se-hão suprimentos dos sócios à caixa, quando necessários; e esses suprimentos vencerão juros, na razão de seis por cento ao ano, contados desde a sua entrada na caixa até á sua restituição.

Sétimo: Fica absolutamente proibida a divisão de cotas.

Oitavo: A sociedade reserva-se o direito de preferência na cessão de qualquer cota, e este direito, não querendo ou não podendo ela exercê-lo, pertencerá aos sócios individualmente; desde, porém, que mais de um socio a pretenda, será a cota dividida pelos sócios que a quizerem, na proporção das cotas. **Parágrafo primeiro:** Para o efeito de preferência, o valor da cota será aquele que o último balanço acusar, acrescido da respectiva parte no fundo de reserva e em qualquer reserva especial. **Parágrafo segundo:** O Sócio que pretenda ceder a sua cota terá de notificar a sociedade, por carta registada; e tanto a sociedade como os sócios terão de declarar se pretendem ou não preferir, no prazo de oito dias, a contar da notificação, sob pena da falta de declaração envolver a renúncia ao direito de preferência.

Nono: A Sociedade ficará com três gerentes: os sócios Luiz, Pereira e Joaquim Serrano, qualquer dos quais poderá, portanto, usar a firma social, todos ficando dispensados de caução, e qualquer deles podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente. **Parágrafo primeiro:** Fica expressamente proibido aos gerentes assinar em nome da sociedade letras a favor, fianças, abonações, e quaisquer outros documentos a ela estranhos; e a sociedade ficará com o direito de indemnização pelos prejuízos causados com a infracção deste preceito. **Parágrafo segundo:** Os gerentes Luiz e Pereira terão a remuneração que em assembleia lhe for arbitrada; e o sócio Joaquim Serrano exercerá a gerência sem remuneração alguma. **Parágrafo terceiro:** Ficam especialmente a cargo do gerente Pereira a compra, venda e cerração de madeiras e lenhas; e a cargo do gerente Luiz: pedreiras, cal, cereais, moagens, escritório e caixa, devendo a escrita andar sempre devidamente arrumada e a caixa em dia.

Décimo: Anualmente se dará balanço, sempre referido a trinta e um de Dezembro, e que deverá estar concluído, escriturado e assinado no respectivo livro até ao dia último de Fevereiro do ano seguinte.

Décimo primeiro: Dos lucros líquidos apurados em cada balanço, sairão: cinco por cento, pelo menos, para fundo de reserva, enquanto este não se achar integralmente preenchido e sempre que seja necessário renová-lo; as remunerações pela assembleia votadas aos gerentes. O saldo será dividido pelos sócios em partes iguais, depois de constituídas quaisquer reservas especiais votadas pela assembleia geral. **Parágrafo único:** as perdas serão também suportadas pelos sócios em partes iguais.

Décimo segundo: A Sociedade só se dissolverá em qualquer dos casos previstos no artigo cento e vinte, seus números e parágrafo quarto do código Comercial Português.

Décimo terceiro: Pela dissolução da sociedade, e caso os direitos de terceiro assim permitirem, voltarão os prédios que por esta escritura fazem parte integrante das cotas ao domínio e posse dos sócios que com eles respectivamente entraram, ou de seus herdeiros

ou sucessores; e isto em pagamento parcial das respectivas cotas, e nos valores que então lhe forem atribuídos.

Décimo quarto: Nenhum dos sócios poderá por si, individualmente, por interposta pessoa, ou com outrem associado, exercer qualquer ramo de comércio ou indústria idênticos aos que a sociedade explorar, ressalvada, porém, para o sócio Joaquim Serrano, e plena liberdade de continuar a exercer em Alcobaça todo o ramo de negócio que sempre ali tem exercido.

Décimo quinto: As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com quinze dias de antecedência.

Décimo sexto: As deliberações constarão de actas que serão assinadas por todos os sócios presentes.

Décimo sétimo: O sócio ausente ou impedido que não possa comparecer às reuniões sociais poderá dar o seu parecer em simples declaração escrita e assinada por seu próprio punho.

Décimo oitavo: Para todas as questões emergentes deste contrato, ou das relações entre a sociedade e os seus sócios, herdeiros e representantes destes, fica estipulado o foro da comarca de Alcobaça, com a expressa renúncia a qualquer outro.

Décimo nono: Em todo o omissis regularão as disposições do direito aplicável e as deliberações tomadas nas reuniões dos sócios.

Mais declaram todos os outorgantes: Que as propriedades já referidas como trazidas para a sociedade pelos sócios Serranos e que em comum lhes pertencem, as duas primeiras, por herança de seu falecido irmão Manuel Serrano de Figueiredo e por compra de direitos e acções à mesma herança, e a terceira, por compra em comum a Silvério Taibner de Moraes Ribeiro, são: Uma oitava parte de uma propriedade que no todo consta de casa de habitação, arribana, forno de cal, poço de água, terra de sementeira e oliveiras, pinhal e vinha, no Ribeiro Seco ou Ribeiro do Rio Seco ou ainda Ribeiro do Olho de Água, junto ao apeadeiro da freguesia de Pataias, no todo a confrontar do norte com Luis Augusto Henriques, sul com Inácia Eufrásia, nascente com linha férrea de Oeste e do poente com António Carreira, compreendendo esta oitava parte: a) uma arribana, curral e forno, a confrontar do norte com Luís Augusto Henriques, sul com linha férrea, nascente com estrada e poente com muro do prédio, b) uma facha de terreno com casa de lavoura, compreendida entre a linha ideal norte-sul à distancia de vinte e oito metros da face poente da casa de habitação e o ribeiro, a poente, e a confrontar do norte com António Carreira, sul com linha férrea, nascente com a restante parte do prédio e poente com ribeiro; Uma decima parte de um prédio no sitio do Ribeiro dos Olhos de Água, naquela freguesia, cuja decima parte consta de terra de sementeira e pousio, confronta do norte com caminho de ferro, sul e nascente com herdeiros de Joaquim Gomes Vieira e poente com herdeiros de José Vieira Duarte e se encontra descrita na conservatória da comarca sob numero vinte e quatro mil quatrocentos e vinte e três, a folhas cento e vinte do livro B setenta e três; e uma terra, mato, baldio, e pinhal, pedreira e três fornos de coser cal, próximo ao Olhinho de Água, no limite e freguesia de Pataias, a confrontar do norte com herdeiros de António Ferreira Luz, caminho público, herdeiros de José bravo, José Mariano das Neves e José

Cupertino Ribeiro, sul com baldio público, Feliciano Custódio e herdeiros de José António Marques, nascente com José Romão, António Carreira, António Marques e herdeiros de Joaquim de Sousa Romão e poente com caminho público, os mesmos que confinam pelo norte e ainda baldio público, Feliciano Custódio e herdeiros de José António Marques, descrita na conservatória da comarca sob número vinte e seis mil novecentos e sessenta, a folhas cento e noventa e cinco verso do livro B setenta e nove. Que nas sete oitavas partes, não trazidas para a sociedade, do prédio no todo em primeiro lugar mencionado, e de que os outorgantes Serranos trouxeram para a sociedade uma oitava parte, ficam impostas duas servidões permanentes de carro: uma a nascente e outra a poente da casa de habitação, em ordem a permitirem o serviço e transito entre a arribana, curral e forno da alínea a) e a facha de terra com casa de lavoura da alínea b). Que o prédio já referido como trazido para a sociedade pelo outorgante Pereira e que vem à sua posse por compra a Feliciano Luz e mulher, de Pataias, é uma terça parte de uma terra de sementeira, casa e barracões, no Pinha, do Clérigo, freguesia de Pataias – terra esta que já representa metade de um prédio ali situado, no todo confrontado a mesma terra do norte com linha férrea, sul com herdeiros de Joaquim de Sousa Coutinho, nascente com António Pereira e poente com herdeiros de Joaquim Gomes Vieira e compreendendo esta terça parte: a) um quadrilátero cujo lado norte são trinta e seis metros da linha norte do prédio, contados do extremo nascente da mesma linha norte, cujo lado nascente são dezassete metros contados no extremo da mê alinha nascente do prédio e cujo lado poente mede sessenta e oito metros, e confronta do norte com linha férrea, sul e poente com o outorgante Pereira e nascente com António Pereira; b) um quadrilátero cujo lado norte, que dista três metros e meio da face sul da casa do prédio, mede vinte metros, cujo lado nascente mede quarenta metros e vinte e sete metros e meio, cujo lado poente mede trinta e sete metros, e confronta do norte e sul com o outorgante Pereira, nascente com o terreno referenciado na alínea a) e poente com estrada; c) outro quadrilátero cujo lado norte vinte metros da linha norte do prédio, contados do terreno poente do lado norte do quadrilátero mencionado na alínea a), cujo lado sul, o qual fica à distância de dois metros da face norte da casa, mede dezanove metros e meio, cujo lado nascente mede dez metros e meio, cujo lado poente mede cinco metros, e confronta do norte com linha férrea, sul com o outorgante Pereira, nascente com o terreno referenciado na alínea a) e poente com estrada; d) uma facha de terreno situada para poente da estrada, a confrontar do norte com linha férrea, sul com estrada bem como do nascente e poente com herdeiros de Joaquim Gomes Vieira [...].

Fonte: NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº87* [Manuscrito]. [1920]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 9f e seg.

III.V Alteração da sociedade “Serranos & Pereira”, 1922

Aos doze de Janeiro de mil novecentos e vinte e dois, nesta vila de Alcobaça e meu cartório, situado na Rua Araújo Guimarães, número cinquenta e nove, perante mim, o notário da comarca, Alberto Henriques Villa Nova, e as testemunhas ideoneas ao diante nomeadas, compareceram: como primeiro outorgante, Manuel Pereira, casado, comerciante, morador no Apeadeiro, freguesia de Pataias, e como segundos outorgantes, Joaquim Serrano de Figueiredo, Francisco Serrano de Figueiredo e Luis Serrano de Figueiredo, o primeiro morador em Alcobaça, o segundo nas Caldas da Rainha e o terceiro no referido Apeadeiro, e todos eles casados e comerciantes, outorgando na qualidade de únicos sócios a representantes, digo, de sócios e representantes da sociedade por cotas sob a firma Serranos & Pereira, Limitada, como sede junto ao Apeadeiro do Caminho de Ferro de Oeste na freguesia de Pataias, todos os outorgantes pessoas cujas identidades reconheço. E pelo primeiro outorgante foi dito: Que ele outorgante é sócio, como os segundos outorgantes, da sociedade por cotas Serranos & Pereira, limitada, já referida, a qual foi constituída por escritura, nestas notas, de vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e vinte. Que, nos termos da escritura de constituição de sociedade, é de dez mil escudos a sua cota e acha-se integralmente realizada. Que ajustou fazer à sociedade a cessão da sua cota, pelo preço de dez mil escudos, Que nestas circunstâncias, faz à sociedade Serranos & Pereira, limitada aqui representada pelos segundos outorgantes, a cessão da sua indicada cota, pelo ajustado preço de dez mil escudos, que recebeu e de que dá quitação, a qual cede e transfere à mesma sociedade, com todos os correspondentes direitos e obrigações. Que a cessionária fica assim inteiramente no lugar dele, digo, dele cedente, quando à pedida cota. Pelos segundos outorgantes foi dito: Que para a sociedade que representam, aceitam a presente cessão e quitação de preço. E mais foi dito pelos segundos outorgantes: Que figurando o nome do ex sócio cedente, na firma da sociedade, e não havendo já razão para o seu nome ali figurar, em vista da presente cessão, também por esta escritura, visto ficarem agora os únicos sócios da sociedade, alteram o artigo “Primeiro” do pacto social, já referido, na parte tam somente respeitante à firma, a qual passará a ser d’ora avante “Serranos, Limitada”. Assim outorgam e reciprocamente aceitam, do que dou fé [...].

Fonte: NOVA, Alberto H. V.– *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos nº114* [Manuscrito]. [1922b]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 2f e seg.

III.VI Dissolução da sociedade “Serranos”, 1932

Aos vinte e quatro de Outubro de mil novecentos e trinta e dois, nesta vila de Alcobaça e meu cartório sito na Praça do Município número trinta e oito, primeiro andar, perante mim: Alberto Henrique Vila Nova, notário [...], compareceram como outorgantes: Maria da Conceição Serrano, Viúva, proprietária e sua filha e genro Ilda Serrano Figueiredo Silva, doméstica, e marido José Ferreira da Silva, comerciante, moradores nesta vila; Francisco Serrano de Figueiredo, comerciante, morador nas Caldas da Rainha [...], Luís Serrano de Figueiredo, comerciante, morador que tem sido em Lisboa [...], actualmente em Pataias-Gare [...]. E por eles outorgantes foi dito: Que o falecido Joaquim Serrano de Figueiredo, os outorgantes Francisco e Luís Serrano de Figueiredo, e ainda Manuel Pereira, do Apeadeiro de Pataias, por escritura, nestas notas, de vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e vinte, constituíram entre si uma sociedade por cotas, sob a firma “Serranos & Pereira, limitada”, com sede no Apeadeiro de Pataias, e como o capital de quarenta mil escudos, dividida e representada em quatro quotas de dez mil escudos, uma de cada sócio. Que o sócio Manuel Pereira, por escritura, nestas notas, de doze de Janeiro de mil novecentos e vinte e dois, fez cessão da sua quota à sociedade, tendo sido alterado na mesma escritura a firma de “Serranos & Pereira, limitada” para “Serranos, limitada”. Que tendo falecido o primeiro sócio Joaquim Serrano de Figueiredo [...], tendo deixado uma única filha – a outorgante Ilda [...]. Que eles outorgantes resolveram a dissolução da referida sociedade Serranos, limitada, e por esta escritura a dissolvem de dão por dissolvida de hoje em diante. Que a sociedade não tem passivo, mas os haveres sociais [...] são constituídos, agora e apuras, pelos seguintes prédios rústicos e urbanos, situados na freguesia de Pataias: Primeiro: uma arribana, curral, forno, terreno murado na Ribeira do Rio Seco [...]. Segundo: Uma porção de terreno baldio, no Apeadeiro de Pataias [...]. Terceiro: Uma terra, mato, baldio, pinhal, pedra e três fornos de coser cal próximo ao Olhinho de Água [...]. Quarto: Uma facha de terreno baldio, no Apeadeiro de Pataias, medindo setecentos e trinta e dois metros quadrados [...]. Quinto: Um facto de terreno como o comprimento de oitenta e cinco metros [...]. Que, em liquidação e partilha, estipularam o seguinte: Que as outorgantes Maria da Conceição Serrano, sua filha e genro, Ilda Serrano Ferreira da Silva e marido José Ferreira da Silva são dados adjudicadas e ficam-lhes pertencendo em comum a um pagamento de sua cota social: duas quintas partes do prédio [...] terceiro, constituído pelos três fornos de cal [...]. Dão de tornas ao outorgante Luis quatrocentos setenta e sete escudos dezassete centavos e quatro décimos [...]. Que o outorgante Francisco Serrano de Figueiredo e à constituinte sua esposa [...] em pagamento da sua cota social: O prédio [...] sob número primeiro, [...] o prédio sob o número segundo, [...] duas quintas partes do prédio [...] sob o número terceiro, constituído por metade nascente da pedra, e por baldio, pinhal, mato [...], uma quinta parte [...] do prédio sob número terceiro, constituído por baldio e pinhal [...] o prédio [...] sob número quarto [...] o prédio [...] sob o número quinto. Dão de tornas ao Luís cinco mil setecentos setenta e cinco

escudos e oitenta e nome centavos e quatro décimos [...]. Que o outorgante Luís Serrano de Figueiredo e constituinte sua mulher receberam em pagamento da sua cota social: tornas das outorgantes Maria da Conceição Serrano, sua filha e genro [...]; do outorgante Francisco e mulher [...]. Pelo outorgante Luís [...] foi dito: que dá plena quitação das tornas constantes desta partilha [...].

Fonte: NOVA, Alberto H. V. – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº208* [Manuscrito]. [1932b]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 8f e seg.

III.VII Contrato entre Luís Serrano e os industriais de cal, 1935

Aos vinte e oito dias de Março de mil novecentos trinta e cinco, neste lugar de Pataias-Gare, freguesia de Pataias do meu concelho, e escritório de Luiz Serrano de Figueiredo, aonde vim expressamente rogado para este acto, aqui, perante mim, Alberto Henriques Vila Nova, notário neste concelho de Alcobaça, e as testemunhas ao diante nomeadas e no fim assinadas cuja idoneidade verifiquei e reconheço, pelo conhecimento pessoal que delas tenho, compareceram: como primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo (já referido), casado, industrial, aqui morador, o qual usa a firma individual de Luiz Serrano e como tal outorga; e como segundos outorgantes António Francisco Custódio, casado, José Florêncio Ribeiro, viúvo, Feliciano Pereira Vaz, Silvério da Silva Bagagem, António Feliciano Custódio, António Mateus Castanheiro, António Henriques Bogalho, António Faustino Sobrinho, Joaquim Francisco das Serradas, António Ribeiro Marques, casados, Silvino Feliciano Ferreira, solteiro, maior, José Ribeiro Marques, António Ascenso Ribeiro, António Inácio Castanheiro, Artur Castanheiro, José Pereira Mota, Joaquim Manuel Raimundo Júnior, casados, todos industriais e moradores no lugar sede desta freguesia de Pataias; todos os outorgantes do meu conhecimento e pessoas por isso cujas identidades reconheço. E por eles outorgantes foi dito: Que o primeiro e segundos outorgantes ajustaram e fazem entre si, pelo presente instrumento e contrato constante dos artigos que seguem: **Primeiro:** Toda a cal do fabrico dos segundos outorgantes e que tenha de ser exportada e que digo exportada pelo caminho de ferro, será por eles vendida e entregue ao primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano, que fica sendo o revendedor geral dessa cal e responsável pelo seu pagamento para com os segundos outorgantes, todos estes se comprometendo a não fornecer cal a vagons, senão a ele. **Segundo:** O primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano, compromete-se a fornecer esta e a sua cal aos negociantes dela que, como tais, sejam considerados, em acta, pela maioria de primeiro e segundos outorgantes, com uma diferença no preço de cinco escudos em tonelada, abaixo do preço que seja fixado ao consumidor. **Terceiro:** O preço de venda ao primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano será de sessenta e dois escudos e cinquenta centavos por tonelada sobre vagon; e este Luiz Serrano de Figueiredo venderá aos negociantes a sua e a cal que assim comprar a sessenta e cinco escudos a tonelada, sendo de setenta escudos o preço para o consumidor. **Parágrafo primeiro:** Este preço poderá ser alterado para mais ou para menos, quando a maioria de primeiro e segundos outorgantes assim o entender, por meio d'uma acta assinada pela maioria de todos. **Quarto:** O praso de pagamento para o primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano é de trinta dias. **Quinto:** No acto do carregamento será exercido todo o cuidado na recolha, de forma a evitar pedra crua, sendo da responsabilidade do fabricante, qualquer reclamação que tenha de ser atendida e a importância resultante dessa digo dessa reclamação será liquidada no pagamento do

respectivo vagon. **Sexto:** O fabrico de cal será, porém, regulado da seguinte forma: o primeiro outorgante poderá coser uma media de duas fornadas por mês e todos os outros fabricantes (aqui segundos outorgantes), irão consendo alternadamente e à medida do consumo. **Parágrafo primeiro:** Quando o fabricante a quem couber a vez de acender não esteja habilitado a fazê-lo passará essa vez para o seguinte, mas o primeiro não perde a vez, acendendo a seguir. **Parágrafo segundo:** No começo da execução deste contrato começará a acender os fornos por aqueles que estejam mais adiantados e continuará à medida dos que forem acabando de empedrar até chegar ao último, começando depois pela mesma ordem. **Parágrafo terceiro:** Todos os fabricantes, segundos outorgantes têm de participar ao primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano, quando acabarem de empedrar e que estão habilitados a acender, pois este tem que ter um registo para saber sempre a quem pretende acender. **Sétimo:** A venda da cal a miúdo é regulada pela seguinte forma, entre eles outorgantes: Logo que seja aberto um forno, nenhum outro poderá abrir sem que o primeiro esteja esgotado, podendo, no entanto, quando o movimento assim o exigir, encetar-se outro forno, mas este só continuará a vender quando o primeiro acabar. **Oitavo:** O preço para a cal a miúdo é de um escudo e vinte centavos por arroba (quinze quilos), para a cal para argamassa; e de dois escudos e cinquenta centavos para a cal em pedra, sendo expressamente proibido a qualquer fabricante vender por menos. Também não deve vender por mais. **Nôno:** A cal a vagon, poderá ser retirada na altura em que mais convenha ao primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo ou Luiz Serrano, podendo ser ao abrir do forno ou no meio. **Décimo:** Quando d'um forno tenha sido retirada grande quantidade de cal em pedra e que a restante fique muito desvalorizada e se não consiga a venda a miúdo o fabricante sujeita-se a um desconto selectivo para a venda a vagon. **Décimo primeiro:** Quando um fabricante tenho que servir um freguez seu a miúdo e que não tenha cal sua, poderá mandar ao forno que a esteja a despejar que a fornecerá a sessenta e seis escudos e vinte e cinco centavos a tonelada. Este caso, porém, é só para fregueses a crédito, pois, sendo a dinheiro, compromete-se esse outorgante a mandar ao forno digo comprometendo-se esse fabricante a mandar ao forno quando esteja já a despejar. **Décimo segundo:** A duração deste contrato será pelo praso cinco anos, a contar de hoje, podendo ser renovados sempre em períodos iguais, desde que todos nisso acordem. **Décimo terceiro:** À garantia do cumprimento deste contrato, depositou cada um dos fabricantes, segundos outorgantes, na casa do primeiro outorgante Luiz Serrano de Figueiredo que usa a firma individual de Luiz Serrano, letra aceite do montante de quinhentos escudos, letras estas que têm de ser liquidadas pelo primeiro vagon a fornecer. **Décimo quarto:** Para a fiscalização do cumprimento deste contrato, será nomeada uma comissão de três membros da qual fará parte o primeiro outorgante Luiz Serrano, e dois dos restantes outorgantes digo restantes fabricantes, aqui outorgantes, nomeados por maioria. Dependerá esta comissão a ordem para acender os fornos e a indicação dos que devem ir abrindo, o que se fará por meio de ordem assinada. **Décimo quinto:** O fabricante que transgredir este contrato perderá o direito ao deposito, que reverterá a favor de todos

os outros fabricantes, incluindo o primeiro outorgante, em partes iguais. **Décimo sexto:** Em caso de transgressão, além da perda do depósito, incorrerá o fabricante (incluindo o primeiro outorgante) na obrigação d'uma indemnização de dois mil escudos a favor de todos os demais contratantes em partes iguais. **Décimo sétimo:** A alteração de qualquer dos artigos deste contrato poderá ser feita em acta assinada pela maioria de todos os contratantes, uma vez que todos sejam convocados para esse fim. **Décimo oitavo:** Poderá qualquer outro fabricante ser admitido neste contrato por meio de acta assinada pela maioria dos aqui contratantes, para isso convocados, e assinada também pelo assim admitido, para que a sua assinatura o obrigue às cláusulas deste contrato. Assim disseram outorgam e aceitam, do que dou fé (...).

Fonte: NOVA, Alberto H. V. – *Registo de instrumentos e dos documentos que as partes queiram arquivar nº2* [Manuscrito]. [1935]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 1f e seg.

III.VIII Constituição da sociedade “A Caleira”, 1938

Aos dois de abril de mil novecentos e trinta e oito, neste lugar de Pataias-Gare, e escritório de Luís Serrano de Figueiredo, freguesia de Pataias, da minha comarca, aonde vim expressamente rogado para este acto, perante mim Alberto Henriques Villa Nova [...] compareceram, como outorgantes António Ascenso Ribeiro, José Ribeiro Marques, Artur Castanheiro, António Henriques Bogalho, Joaquim Francisco das Serradas, Silvério da Silva Bagagem, José Feliciano Ferreira, Feliciano Pereira Vaz, António Francisco Custódio, António Rosálio Vieira, Joaquim Vieira Grilo, António Feliciano Custódio, António Ribeiro Marques, António Castanheiro, Luís Serrano de Figueiredo, António Mateus Castanheiro, casados e José Florêncio Ribeiro, viúvo, todos industriais, morador, o outorgante Luís Serrano de Figueiredo, aqui, e moradores os restantes no lugar e freguesia de pataias, todos os outorgantes do meu conhecimento e pessoas por isso cujas identidades reconheço. E por eles outorgante foi dito: Que constituem entre si uma sociedade comercial por cotas, de representação limitada, portanto, nos termos e sob a clausulas constantes dos artigos que seguem: **Primeiro:** A sociedade adopta a denominação de “A Caleira, Limitada” e fica com sede e estabelecimento em Lisboa, num barracão da Quinta de São João à Estrada das Amoreiras, que a sociedade vai tomar de arrendamento, podendo estabelecer-se as sucursais ou agências que se julguem necessárias.

Segundo: A sociedade é por tempo indeterminado e começará a contar-se do dia primeiro de corrente mês de abril. **Terceiro:** O seu objecto é a compra de cal e outros materiaes de construção, para revenda a miúdo, podendo explorar-se qualquer outro ramo que se resolva, excepto o comércio bancário. **Quarto:** O capital social é de cinquenta e um mil escudos, representado e dividido em dezassete cotas de três mil escudos, em dinheiro, uma de cada sócio, já integralmente realizadas, com a sua entrada na caixa social.

Quinto: A sociedade poderá exigir suprimentos dos sócios, até ao limite máximo de dois mil escudos por cada um, desde que a assembleia geral assim o delibere, e esses requerimentos vencerão juro igual ao da taxa do Banco de Portugal. **Sexto:** A gerência fica a cargo dos sócios Luís Serrano de Figueiredo e José Florêncio Ribeiro, qualquer deles podendo representar a sociedade, activa e passivamente, em juízo e fora dele, e qualquer deles podendo usar a firma social. **Parágrafo primeiro:** os gerentes terão a remuneração que a assembleia geral lhes atribuir e ficam dispensados de caução. **Paragrafo segundo:** A assembleia geral poderá substituir os gerentes, logo que assim o entenda, e os sócios gerentes poderão eximir-se da gerência, quando também assim o entendam. **Parágrafo terceiro:** Fica expressamente proibido o uso da firma em actos estranhos à sociedade como fianças, abonações, letras de favor e actos semelhantes. **Sétimo:** A sociedade terá um Conselho Fiscal, constituída por três dos sócios, o qual será eleito em Assembleia geral. **Parágrafo primeiro:** O Conselho Fiscal terá as atribuições da lei e não será remunerado, ficando no entanto com direito às despesas com as deslocações que tenha de fazer. **Parágrafo segundo:** A Assembleia poderá substituir o Conselho Fiscal, no todo ou em parte,

quando assim o entenda, e pode qualquer dos membros do Conselho eximir-se do cargo, logo que assim o deseje. **Oitavo:** A sociedade só se dissolve nos casos da lei. **Parágrafo primeiro:** Os herdeiros do sócio falecido exercerão em comum os direitos referentes à cota indivisa desse sócio, sendo no entanto representados na sociedade por um só dentre eles. **Nono:** Os sócios reservam-se o direito de preferência na cessão de qualquer cota. **Paragrafo primeiro:** O valor da cota, para o efeito de preferência será o que resultar do último balanço, acrescido da respectiva parte no fundo de reserva. **Paragrafo segundo:** O sócio que pretender ceder a cota assim o comunicará em carta registada, a casa um dos outros sócios, indicando o nome do adquirente e terá cada um dos outros sócios de lhe declarar, pela mesma forma e no prazo de oito dias a contar da recepção da comunicação, se pretende ou não preferir. **Paragrafo terceiro:** Uma vez que se não faça a declaração de preferência pela forma e no prazo estipulados no paragrafo anterior, não mais se poderá exercer o direito de preferência. **Parágrafo quarto:** Na Hipótese de mais de um sócio pretender preferir, será a cota dividida pelos preferentes na proporção das suas cotas. **Décimo:** Os exercícios sociais corresponderão aos anos civil, sem embargo de a sociedade ter o seu início no primeiro de Abril corrente e anualmente se dará balanço que será fechado em trinta e um de Dezembro e deverá estar aprovado e assinado até ao fim do mês de Fevereiro seguinte. **Parágrafo único:** O exercício social do ano civil corrente irá de um de Abril a trinta e um de Dezembro. **Décimo Primeiro:** Os lucros líquidos apurados em cada balanço, sairão cinco por cento para fundo de reserva legal, enquanto senão achar preenchido ou sempre que seja preciso reintegra-lo, e o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas cotas. As perdas serão também suportadas na mesma proporção. **Décimo Segundo:** Exceptuados os caos para que a lei exige requisitos especiais de convocação, serão as assembleias gerais convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência. **Décimo Terceiro:** Para todas as questões emergentes desde contrato, das relações da sociedade com os sócios, ou destes entre si, fica estipulada o foro da comarca de Alcobaça, como expressa renuncia a qualquer outro. **Décimo Quarto:** No mais terá o contrato regulado pelas disposições do direito aplicável [...].

Fonte: NOVA, Alberto H. V. – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº312* [Manuscrito]. [1938]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 47v e seg.

III.IX Escritura de Constituição da sociedade “Luís Serrano & Cia”, 1944

No dia treze de Janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro, nesta vila sede da comarca de Alcobaça e na Secretaria Notarial [...], compareceram os outorgantes: Luís Serrano de Figueiredo e Joaquim Vaz Pereira, casados, industriais, moradores em Pataias-Gare [...].

Por eles outorgantes foi dito que pela presente escritura, constituem uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, de que ficam sendo os sócios, e que será regida pelas cláusulas dos artigos seguintes:

Primeiro: A Sociedade adopta a firma “Luis Serrano de Figueiredo e Cia, limitada”, fica tendo a sua sede no referido lugar de Pataias-Gare e o seu estabelecimento será no local que para isso for escolhido. **Segundo:** O seu objecto é o fabrico e comércio de cal e qualquer outro ramo que os sócios resolvam explorar, excepto o comércio bancário. **Terceiro:** A sua duração é por tempo indeterminado e, para todos os efeitos, contar-se-há o seu começo desde um de Janeiro do corrente ano de mil novecentos e quarenta e quatro. **Quarto:** O Capital Social, integralmente realizado já, é de vinte mil escudos em duas quotas, sendo uma de quinze mil escudos subscrita pelo sócio Luís Serrano de Figueiredo e outra de cinco mil escudos subscrita pelo sócio Joaquim Vaz Pereira. **Quinto:** A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual, em todo caso, fica reservado digo, caso, é reservado o direito de preferência. O sócio que quiser ceder a sua quota assim o comunicará à gerência declarando-lhe o nome do adquirente e o preço que lhe é oferecido, o gerente, dentro de três dias, convocará a assembleia dos sócios e estes resolverão se a sociedade consente ou não na cessão e, no caso afirmativo, se deve ou não optar, não usando a sociedade do direito de preferência, este competirá a qualquer dos sócios, e, querendo-o mais de um, a quota será dividida pelos que a quizerem, conforme for legalmente possível. **Parágrafo único:** Fica, porém, autorizado desde já o sócio Luis Serrano de Figueiredo a ceder da sua quota uma de cinco mil escudos a Manuel Serrano Ferreira de Figueiredo (seu filho), para o que poderá operar a sua divisão, ou a admito-lo como novo sócio, com uma quota daquele valor de cinco mil escudos, elevando, assim, o capital social. **Sexto:** É dispensada a autorização especial da sociedade para a cessão de quotas ou de partes de quotas entre associados, bem como para a divisão de quotas por herdeiros destes. **Sétimo:** A gerência, gratuita e sem caução, pertence a ambos os sócios, cada um dos quais poderá usar da firma e representará a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente. **Parágrafo único:** em caso algum a firma será empregada em fianças, letras a favor e mais actos e documentos estranhos aos negócios sociais.

Oitavo: Os balanços, fazer-se-hão em trinta e um de Dezembro de cada ano e os lucros líquidos que se apurarem, depois de retirados cinco por cento para a formação ou reintegração do fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e sua mesma proporção eles suportarão os prejuízos, se os houver.

Nono: Salvo os casos para que a lei exija outros requisitos, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartaz registadas dirigidas aos sócios com a antecedência de pelo menos oito dias. **Décimo:** Esta sociedade não se dissolverá, nem pela vontade nem pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, mas apenas nos casos marcados na lei.

Único: No caso de falecimento os herdeiros do falecido expressarão em comum os direitos do falecido, os quais nomearão entre eles um que represente perante a sociedade, o interdito será representado pelo seu legal representante. **Décimo primeiro:** Em tudo o mais regularão as disposições do direito aplicável e as deliberações tomadas em reunião dos sócios [...].

Fonte: CORREIA, Próspero – *Livro de Notas para actos e contractos entre vivos de valor indeterminado ou superior a mil escudos nº385* [Manuscrito]. [1944]. Acessível Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do 1º Cartório Notarial de Alcobaça. Fls. 76v e seg.

III.X Contrato entre Manuel Serrano e a CP, 1909

Serviços Commerciaes – trefego – Expediente nº1444 – contrato nº583 Companhia Real dos Caminhos de ferro Portugueses

Entre a Companhia Real dos Caminhos de ferro Portugueses representada pela sua Direcção Geral, e designada no presente contrato por Companhia Real d'uma parte e o Snr Manoel Serrano de Figueiredo designado no presente contrato por concessionário d'outra parte, foi ajustado o seguinte:

Artigo 1º

Fins do contracto – A Companhia Real construirá, por conta do concessionário ao kilometro 139,3765 da linha de Oeste, um ramal particular conforme planta annexada ao presente contrato e que d'elle fica fazendo parte integrante.

Artigo 2º

Denominação do Ramal – O Ramal será designado pela denominação de Pataias – Figueiredo.

Artigo 3º

Estação a que fica subordinado - Todo o serviço concernente à exploração do Ramal, que tenha relação com as linhas da Companhia Real, deverá ser requisitado à estação de Martingança, da qual fica dependente.

Artigo 4º

Aplicação exclusiva do Ramal – O Ramal será exclusivamente applicado aos serviços da companhia Real e do concessionário e tão somente explorado durante o tempo em que vigorar este contrato.

Artigo 5º

Construção do Ramal – A) importância a pagar antes de começarem os trabalhos – O Concessionário pagará adeantadamente à Companhia Real, mediante apresentação da competente conta as seguintes importâncias descriptas no respectivo orçamento e relativas:

- 1) terraplanagem ----- 48\$000 reis
- 2) ao valor das travessas-----112\$480
- 3) ao valor do balastro -----84\$000
- 4) ao valor dos feltros e parafusos---- 38\$015
- 5) obras d'arte, correntes, (aquedutos de pequeno vão) ---44\$100
- 6) à mão d'obra do assentamento, transportes de materiaes, estabelecimento de signaes, telephones, telegrapho, etc—412\$935 reis

- 7) à depreciação do restante material empregado a que se refere a alínea B. seguinte, sendo esta importância a correspondente a 2% do valor do mesmo material, 11\$910 reis.
- 8) aos trabalhos necessários para, depois do levantamento do Ramal repor os terrenos e vedações do caminho de ferro no estado primitivo, sendo esta importância fixada em 25\$000 reis

B) importâncias a pagar annualmente – O concessionário pagará annualmente adeantadamente à Companhia Real o titulo de aluguer a importância correspondente a 10% do valor do material empregado na construção e que não foi descripto na alínea A) do presente artigo estando comprehendido n'este pagamento o aluguer dos terrenos pertencentes à Companhia e que serão ocupados pela linha ou linhas do Ramal e suas dependências, importância fixada em 59\$550 reis.

Único – Quando nas condições do presente contrato, seja levantado o Ramal, a Companhia Real poderá receber as travessas retiradas da ou das respectivas linhas, ao preço de 2 reis por cada kilograma.

Artigo 6º

Terrenos fora da vedação do caminho de ferro – os terrenos que forem necessários para assentar o Ramal fora dos limites do Caminho de ferro, deverão ser propriedade do concessionário ou deverão por elle ter sido alugados a terceiros, ficando inteiramente a cargo do mesmo concessionário as consequências das contestações que em qualquer época se possam produzir sobre a occupação d'esses terrenos.

Artigo 7º

Conservação do ramal – Os trabalhos de reparação e conservação da via, agulhas, signaes, etc, serão executados pela Companhia Real sendo a sua importância inteiramente a cargo do concessionário. A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses reserva-se o direito de proceder aos trabalhos d'esta natureza, quando o julgar necessário, devendo sempre ser embolsada da importância dispendida quando seja apresentada a respectiva conta ao concessionário.

Artigo 8º

Fiscalisação do estado e uso do Ramal e material circundante – À Companhia Real assiste o direito de fiscalisar dentro dos terrenos do concessionário o estado de conservação do Ramal, assim como o isso do mesmo Ramal e do material circundante, devendo o concessionário ter sempre convenientemente calcados os wagons que estiverem no Ramal.

Artigo 9º

Manobras de agulhas e signaes – As manobras das agulhas e signaes da linha de resguardo estarão conjugadas por meio de systema que a Companhia julgar mais conveniente adoptar, sob o ponto de vista de segurança da exploração devendo ser rigorosamente cumpridas todas as prescrições da companhia sobre estas manobras.

Artigo 10º

Serviço auctorizado – A) O Ramal só pode expedir e receber remessas de wagon completo. Para este effeito consideram-se wagons completos:

1º aquelles cujo carregamento attingir ou exceder o peso mínimo estabelecido nas Tarifas ou Instruções vigentes para gosar as vantagens concedidas aos wagons completos, ou a que seja applicavel a clausula de pagando como tal.

2º - aquelles cuja capacidade estiver completamente occupada, ainda que o carregamento não esteja nas condições estabelecidas no Nº1.

Embora estes wagons se considerem completos para seguirem, para o Ramal, não aproveitam de nenhuma das vantagens de redução de taxa ou isenção de despesas accessórias as quaes só podem gosar-se quando, além de satisfazer a outros requisitos, se tenha, attingido o mínimo de carga ou se paga como tal.

Excepção – único – Como excepção a esta rega é permitido ao Srn. Manuel Serrano de Figueiredo aproveitar os wagons que tenha que receber ou devolver vazios para camionar desde ou até à estação da Martingança as pequenas remessas que lhe sejam destinadas ou que tenha de expedir pelas linhas da Companhia Real. Neste último caso, cada remessa deve vir bem separada das outras e com marca a tinta de óleos, distinta e bem visível, de maneira que não possa haver confusão no acto da expedição; a descarga d'estas remessas na estação da Martingança será da conta do Sr. Manuel Serrano de Figueiredo.

Transportes não autorizados – B) – Salva esta excepção não é permittido o uso do material da Companhia Real para transportes entre o ramal e a estação de que depende.

É-lhe também prohibido utiliza-lo para transportes entre o Ramal e qualquer outro existente ou que venha a construir-se e seja dependente da mesma estação de Martingança.

Recepção e entrega das remessas – C) A recepção e entrega das mercadorias terá logar na estação da Martingança onde serão feitos os despachos para expedir ou retirar as remessas, segundo as condições geraes que regulam estes actos. Nas notas de expedição das remessas que partam do Ramal, será mencionada a sua designação como nome da estação remetente.

Para que os wagons carregados se considerem destinados ao Ramal, é necessário que o remetente tenha mencionado na nota de expedição o nome do mesmo Ramal, como estação destinatária.

Os wagons carregados, recebidos na estação de Martingança, poderão ser reexpedidos para o Ramal pela forma estabelecida na condição M.

Fornecimento do Material – D) – Os wagons vãos serão requisitados com 48 horas de antecedência, mas se a Companhia Real, por circunstancias especiaes não poder fornecerlos dentro d'este prazo, não poderá exigir-se-lhe nenhuma espécie de indemnização.

Será indicada na requisição a mercadoria que tem de carregar-se. Emrega os wagons vazios serão tareados antes da entrega ao Ramal, sem que contudo, esta operação seja obrigatória para a Companhia Real.

Entrega e restituição do material – E) A Companhia Real conduz e soma os wagons à entrada do Ramal cujo pessoal coadjuvará as manobras que n'essa ocasião seja necessário fazer.

As manobras dentro das agulhas do Ramal e as operações de carga ou descarga que ali tenham de effectuar-se são de conta do Sr. Manuel Serrano de Figueiredo.

Avarias por mau carregamento – F) Em consequência do que estabelece a condição anterior nas expedições do Ramal a Companhia Real declina a responsabilidade pelas varias resultantes da má disposição do carregamento, salvo se o expedidor ou consignatário provar que essas avarias provêm de falta da mesma companhia.

Recusa da declaração de número de volumes – G) A Companhia Real ainda pela mesma razão, não aceita, em relação a remessas carregadas no Ramal, a declaração nas notas d'expedição de número ou quantidade de volumes ou objectos, que não possa verificar sem tocar na carga do wagon.

O peso da mercadoria será indicado pela báscula da estação da Martingança, dedução feita pela tara real dos wagons, que obteve antes da entrega do material vazio.

Conferencia e verificação das remessas – H) Ao Sr. Manoel Serrano de Figueiredo assiste o direito da conferencia e verificação das remessas que lhe forem destinadas, em presença do chefe da estação ou d'um agente delegado por elle no acto da entrega ao Ramal; recebidas as remessas sem observação, cessa a responsabilidade da Companhia Real.

Avarias no material – I) O Sr. Manoel Serrano de Figueiredo será responsável pelas avarias verificadas no material, procedente do Ramal, vazio ou carregado.

Recarga do material – J) O material que tenha transportado mercadorias para o Ramal poderá ali ser utilizado para carregar remessas a expedir, mediante auctorisação da Companhia Real.

Se aquelle material pertencer a outra Companhia, a autorização só pode ser dada quando as remessas a expedir se destinarem a estações situadas no caminho normal da devolução dos wagons ou mais além da linha proprietária.

Wagons Selados – K) Os wagons fechados ou que sejam cobertos com encerados, quando tenham sido carregados no Ramal, deverão ser sellados pelo Sr. Manoel Serrano de Figueiredo.

Taxa pelo fornecimento do material – L) O Sr. Manoel Serrano de Figueiredo pagará à Companhia Real, pelo fornecimento e percurso do material, a taxa de 200 reis por wagon

vasio ou carregado que receber no Ramal além de que corresponda pela demora do material, alínea O.

Esta taxa é devida ainda que os wagons requisitados para carregar sejam devolvidos vasios.

Taxa de reexpedição para o ramal – M) Os wagons carregados que venham à estação de Martingança e cuja descarga senão tenha ainda effectuado, poderão ser reexpedidos para o Ramal, a pedido do Snr. Manoel Serrano de Figueiredo mediante o pagamento de 100 reis por tonelada indivisível, com o mínimo de 500 reis por wagon. Esta taxa será accumulada com o que estabelece a condição anterior.

Único – A taxa de reexpedição não será exigida quando o Snr. Manoel Serrano de Figueiredo tenha pedido por escripto à estação de Martingança que faça seguir para o Ramal todos os wagons que lhe sejam consignados.

Não será igualmente exigido pelas remessas cujo seguimento para o Ramal tenha sido pedido 4 horas, pelo menos, antes da chegada dos wagons.

Prazos para a carga e descarga – N) Quando o número de wagons levados para o Ramal não exceder a 6, o prazo concedido para effectuar a carga, é de 6 horas.

Se o número de wagons for maior, será aquelle prazo augmentado em 1 hora para wagon a mais de 6.

Sendo o material recebido carregado e devolvido também carregado, o prazo concedido eleva-se a 9 horas até 6 wagons, por cada wagon a mais de 6, augmenta o prazo de 1/2 hora.

Para estes prazos não se conta o período que vae das 6 horas da tarde às 6 da manhã.

O material carregado ou vasio considera-se devolvido para o effecto do estacionamento logo que estação da Martingança receba aviso por escripto de que os wagons podem ser retirados do Ramal.

O contractista tem porem a responsabilidade pelo material e mercadoria até à entrega effectiva.

Único – Se os wagons não vierem acompanhados de cordas, calços ou outros utensílios com que foram entregues, a Companhia Real, cobrará a taxa de estacionamento de wagons até que esses objectos sejam restituídos; e sendo extraviados a Companhia Real debitará o seu valor ao Snr. Manoel Serrano de Figueiredo.

Taxa pela demora do material – O) – Se entre a entrega do material no Ramal e a recepção do aviso na estação da Martingança mediar espaço de tempo superior ao que for concedido, segundo a alínea N, o Snr. Manoel Serrano de Figueiredo será a pagar por wagon:

300 reis não excedendo 6 horas a demora

700 reis não excedendo 12 horas a demora

1\$200 reis não excedendo 18 horas a demora

1\$800 reis não excedendo 24 horas a demora
600 reis por período de 6 horas além de 24.

A demora conta-se sem interrupção desde que expirou o prazo concedido até à recepção do aviso, compreendendo-se n'elle portanto as horas durante as quaes está fechado o serviço de pequena velocidade.

Taxas das remessas. Ramal em plena via (via única) – P) O Ramal será considerado como apeadeiro, isto é, as suas expedições pela via ascendente e chegadas pela via descendente pagarão pelas distâncias de applicação correspondente à estação de Vallado e as suas expedições pela via descendente e as chegadas pela via ascendente pagarão pelas distâncias de applicação correspondentes à estação de Martingança.

Esta clausula é applicável não só às remessas de wagons completos que o Ramal recebe e expede normalmente, mas também às pequenas expedições cuja camionagem de ou até à estação é auctorizada por excepção.

Avisos de chegada – Q) O Snr. Manoel Serrano de Figueiredo compromette-se a não fazer uso da faculdade de renunciar ao aviso de chegada nas expedições que realizar ficando entendido que lhe será feito o referido aviso para todas as remessas que lhe venham consignadas e ainda quando os remetentes a elle tenham renunciado.

Obrigações de affectuar todos os seus transportes pelas linhas da Companhia Real – R) Durante a vigência do presente contracto obriga-se o Snr. Manoel Serrano de Figueiredo a effectuar pelas linhas da Companhia Real com exclusão absoluta de quaesquer outras vias, todos e quaesquer transportes entre os pontos que tenham communição pelas linhas férreas da referida Companhia Real de per si ou cumulativamente as suas affluentes ou combinadas, considerando-se, para este effeito, como ponto servido pelas linhas férreas da Companhia contractante a Foz do Tejo seja Lisboa ou outro o destino ou procedência dos transportes que entrem ou saiam por essa via.

Artigo 11º

Validade do Contrato – O contrato será válido por um anno, podendo ser, por accordo, tacito, renovado por períodos successivos de um anno. Quando a qualquer das partes contractantes não convenha a sua renovação, o contrato poderá ser rescindido mediante aviso prévio feito com 3 mezes de anticipação.

Artigo 12º

Levantamento do material empregado no Ramal – A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, reserva-se o direito de levantar todo o material empregado no Ramal logo que o contrato seja rescindido ou quando seja abandonada a sua exploração, sem que o concessionário tenha direito a indemnização de espécie alguma.

Artigo 13º

Transferência do contrato – o Contrato não poderá ser transferido pelo concessionário para outra qualquer entidade sem prévio consentimento da Companhia Real dos Caminhos de ferro Portugueses.

Artigo 14º

Vencimento do empregado do telégrafo e guarda agulha – O vencimento do empregado do telégrapho e guarda agulha da linha de resguardo, agente da Companhia Real, será pago bimestralmente pelo concessionário à mesma Companhia. Em todo o caso esse empregado somente receberá ordens e instruções da Companhia Real. Se porém, o rendimento bruto do resguardo, isto é, a somma da importância dos portes de todas as remessas d'elle expedidas e para elle consignadas, for durante um anno contado da data do presente contracto, superior a quinhentos mil reis (500\$000), o Snr. Manoel Serrano de Figueiredo, serão reembolsadas as importâncias que por este motivo tiver pago durante o ano.

Artigo 15º

Assinatura do contrato – o contrato não será válido sem a assignatura de dois membros da Administração da Companhia Real dos Caminhos de ferro Portugueses.

Feito em duplicado em Lisboa aos 17 de Novembro de 1909.

a) Manuel Serrano de Figueiredo

Pela Companhia Real dos Caminhos de ferro Portugueses
Os membros da Comissão Executiva.

a) R. Bayarh

a) E. Daehnhardt

O engenheiro Director Adjunto

a) A. de Vasconcellos Porto.

Aprovado pela comissão escritura em sessão de 11 de Novembro de 1909

O Secretário Geral

a) Pedro Diniz

Fonte: DINIS, Pedro – *Expediente 1444. Contrato nº 583* [Manuscrito]. [1909]. 12 fls.
Acessível no Arquivo Histórico da CP, Lisboa, Portugal.

- ANEXO IV -

RECORTES DE JORNAIS

IV.I A necessidade de elevar o Apeadeiro de Pataias a Estação, 1929

O movimento ferro-viário

Solicita o «Ecos do Alcoa» a minha colaboração no número especial dedicado à Freguesia de Pataias. Tentei escusar-me a tão honroso convite, mas como o jornal insistia e eu não deseje ser-lhe desagradável, vou então descrever-lhe as minhas impressões acerca da importante e laboriosa freguesia de Pataias. Pataias é incontestavelmente uma terra importante. Tem a indústria de cal, de que exporta 50 wagons por mês aproximadamente. Possui um bom comércio e uma importante fábrica de Garrafas, de fabrico preferido a outras Fábricas do mesmo género e que abastece os principais mercados do País, como Porto, Lisboa e a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal.

Para tão importante comércio e indústria, com um movimento de mais de mil wagons por ano e que se desenvolve dia a dia, possuiu Pataias apenas um apeadeiro e desvio de Caminho de ferro, aonde só se carregam wagons completos e embarcam passageiros sem bagagens.

Reclama Pataias e com muita razão a construção de um edifício para Estação e que o seu apeadeiro seja elevado a esta categoria. É um pedido justíssimo, tanto mais que há e eu conheço, Estações que não teem um tráfego de mercadorias e passageiros como Pataias. Depois de Pataias é Martingança lugar que àquela freguesia pertence, uma terra que a meu ver deve ter um largo futuro. O movimento da sua estação vem aumentando sucessivamente de ano para ano.

Em 1927 entraram mais 1598 wagons que em 1926, e em 1928 mais 1935 que em 1927, para isso contribuindo grandemente o movimento do apeadeiro de Pataias e o Caminho de ferro Mineiro do Lena que tão depressa complete a sua transversal até ao Entroncamento, dará a Martingança uma importante por ora incalculável, mas que tudo faz prever seja de modo a intensificar o seu desenvolvimento.

A próxima abertura deste caminho de ferro ao serviço de passageiros e o movimento crescente de mercadorias obrigará tanto a C.P. como o Caminho de ferro do Lena, a já hoje inadiáveis obras nas respectivas Estações.

Precisa a C.P. de grandes melhoramentos na sua actual estação ou a construção de uma outra que a substituíra, pois, a estética do acanhado edifício está destoando de todas as outras gares. Precisamos mais de ampliações de linhas e construção de novos cais. O actual é só por si pequeno para a Cal Hidráulica que em grande quantidade por aqui é exportada. Sabemos, porém, que a Direcção Geral da Companhia se trabalha activamente para que este magno assunto se resolva com brevidade sendo bem possível que dentro de relativo pouco tempo apareçam totalmente remodeladas as Gares de Martingança.

Tem ainda esta localidade bastante comércio e indústria de resinagem, aqui se encontrando também situada a mais importante Fábrica de Garrafas existente no país.

Martingança, 1929

A. J. Rodrigues
Chefe da Estação da CP

Fonte: *Ecos do Alcoa* (13.7.1929), p.3.

IV.II Manuel Serrano, 1929

Manuel Serrano de Figueiredo

A quem falar de Pataias, não pode ficar indiferente o nome de Manuel Serrano de Figueiredo. O seu espírito paira junto de todos aqueles que se interessam pelo progresso da terra. Sem a sua iniciativa a indústria de Cal, em Pataias, não passaria de rudimentares experiências nem teria alcançado o desenvolvimento que alcançou e que bem se pode avaliar pela actual existência de 20 fábricas.

À sua iniciativa e persistência se devem o desvio e Apeadeiro do Caminho de Ferro, tendo sido ainda sob sua inspiração e num respeito de obediência pela sua última vontade que seus irmãos fundaram em Pataias a indústria vidreira.

Levado pela morte, quando, novo ainda, Pataias mãos tinha a esperar do seu valor e da sua iniciativa, o nosso jornal sairia incompleto se num tributo de homenagem à sua memória não fizesse ressurgir o seu nome, apontando-o aos pataienses como o propulsor do desenvolvimento da Freguesia.

Fonte: *Ecos do Alcôa* (13.7.1929), p.6.

IV.III Inauguração do edifício do Apeadeiro de Pataias, 1933

Pataias Progride

A' freguesias do nosso concelho cujo grau de desenvolvimento se acentua dia a dia, tornando-as de momento a momento, verdadeiros centros de actividade comercial e industrial. Está neste número a progressiva freguesia de Pataias que com as suas fábricas de vidros e de cal e com um largo comércio de lenhas se tornou em pouco tempo merecedora duma Estação de Caminho de Ferro.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, reconhecendo a quanto Pataias contribui para o tráfego e movimento da linha de Oeste acaba de ampliar o seu apeadeiro concedendo-lhe a venda de bilhetes e despacho de mercadorias com a construção de um cais coberto.

Para a inauguração [a 5 de abril] deste importante melhoramento a que assistiram por parte da C.P. os inspectores da zona, sr. Camarinha e Costa, foram convidados a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e vários amigos de Pataias.

Á chegada do comboio em que viajavam os Inspectores da Companhia, tocou a filarmónica de Pataias que, acompanhada de muito povo, dispensou àqueles uma carinhosa recepção. Em seguida todos os convidados procederam a uma demorada visita às instalações da C.P., depois do que na residência do nosso amigo sr Luiz Serrano foi servido um «lanche» primorosamente servido pelos donos da casa que tiveram a auxiliá-los um grupo de distintas senhoras que, diga-se de passagem, foram de uma captivante e inexcédível gentileza para todos os convidados.

Aos brindes que se trocaram durante a realização do finíssimo «copo de água» falou em primeiro lugar, em nome do povo de Pataias, o nosso amigo José Domingues Trindade,

que aqui viveu durante bastante tempo e que durante a sua permanência nesta freguesia e mesmo depois disso muito se tem interessado pelos melhoramentos e aspirações desta parcela do nosso concelho.

Depois de saudar a Companhia dos Caminhos de Ferro e o sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua obra administrativa aqui levada a efeito, evocou a memória de Manuel Serrano de Figueiredo, a quem se deve- disse- tudo quando Pataias hoje é e vale. Focando, em síntese, as suas qualidades de iniciativa e trabalho, honrosamente seguidas por seus irmãos e outros, dirigiu um apelo aos Inspectores da C.P. no sentido da sua Companhia completar as suas instalações aqui e dar a Pataias o que Pataias merece – Uma estação de caminho de ferro.

O sr. Presidente da Câmara, num rápido improviso, congratulou-se por mais um melhoramento para o nosso concelho, saudou a Companhia dos Caminhos de Ferro pela justiça que acabava de prestar a esta terra e manifestou a sua satisfação por ver entre a assistência algumas pessoas que abatendo as suas bandeiras políticas se juntava naquele momento, como sempre desejava que sucedesse, para se associarem ao progresso do concelho.

O nosso particular amigo sr. José Ferreira da Silva, Sobrinho, pronunciou em seguida algumas palavras de agradecimento pelas referências feitas à memória do seu tio Manuel Serrano e dirigindo-se ao sr. Presidente da Câmara prestou homenagens ao seu carácter e inteligência afirmando que, sendo um daqueles que dele se encontra separado por bandeiras políticas, fazia justiça à sua acção em prol do concelho e assistia sempre com muito prazer a todas as manifestações de actividade e progresso como a que se estava realizando, sem se importar saber de onde elas vinham.

Falaram ainda os nossos amigos sr. Francisco Serrano em nome da família homenageada e António Pereira, como Administrador Delegado da Empresa Vidreira, para agradecer a comparência dos convidados.

Ao acto, que decorreu com muita elevação, assistiram ainda os sr.^{es} Presidente da Junta Geral do Distrito, Tenente Carlos Nunes e algumas famílias da Marinha Grande, nas pessoas de quem foi saudado aquele concelho amigo.

Fonte: *Ecos do Alcôa* (20.4.1933), p.2.

IV.IV Os Fornos de Cal de Pataias, 1942

Os Fornos de Cal de Pataias e a grande obra industrial de Manuel Serrano estão hoje ligados a seu irmão Luiz Serrano, que mantém os créditos da sua firma fornecendo este produto para toda a parte do País.

Pataias há 25 anos quase não tinha estabelecimentos; era uma povoação pequena, habitada por gente que vivia do amanho das terras. Como os ganhos eram poucos, os homens abalavam todos os anos para fora, para ganharem uns escudos para o Inverno. Um dia veio instalar-se em Pataias, numa casa por ele construída num pinhal, um homem que vivia em Alcobaça. Esse homem, de nome Manuel Serrano, breve mostrou o que podiam a sua energia e o seu génio empreendedor. Aumentou a sua casa e montou uma moagem, onde logo empregou alguns braços. Pataias nesse tempo tinha um único forno de cal que pouco rendia. Manuel Serrano interessou-se por essa indústria e logo ela se tornou próspera. Construiu a estrada de Pataias, a expensas da Câmara e à sua custa uma linha «Decauville» que, de longe, transportava a pedra em bruto para o apeadeiro. Aqui construiu fornos que entraram em laboração contínua. Meteu-se no negócio das madeiras e conseguiu o desvio da linha férrea Pataias-Figueiredo, de onde expede as suas mercadorias para todo o País.

Já não havia emigrantes de Pataias e Manuel Serrano sentia-se feliz por dar trabalho a todos. Manuel Serrano, estudadas as condições da terra, viu que ali podia estabelecer uma indústria vidreira e adquiriu o terreno anexo à linha férrea, onde hoje está construída a fábrica de vidros de Pataias-Gare. Desse terreno arenoso que Manuel Serrano adquiria, surgiu mais tarde o magnífico estabelecimento fabril que hoje é o orgulho da freguesia.

Um dia a morte leva repentinamente este trabalhador infatigável e ficou a substituí-lo o irmão, sr. Luiz Serrano de Figueiredo, que é o continuador da obra. Mais dois irmãos se lhe vieram juntar e todos três prosseguem hoje o mesmo árduo e espinhoso trabalho.

Luiz Serrano, realizado o desejo de seu defunto irmão, no que se referia à indústria vidreira, deixou aos continuadores a obra e dedicam-se inteiramente ao fabrico de cal.

Pataias tem hoje 33 fornos de cal e a matéria fabricada é a melhor para construção e estuques. Fornece todo o país e as ilhas. Hoje, os homens não fogem de Pataias, antes são os de fora que lá vão encontrar trabalho. Está de pé e em plena actividade a obra de Manuel Serrano de Figueiredo e dos seus continuadores.

Os produtos destes fornos, pela sua excelência e pela honestidade e exemplo com que os dirigentes da indústria põem sempre no seu trato comercial, têm largos mercados no capital e no País. As suas instalações junto da linha férrea, em Pataias-gare, permitem a rápida expedição dos produtos fabricados. O telefone 3-Maceira Liz põe em comunicação este importante núcleo industrial com todas as terras do País. Hoje, os fornos da firma Luiz Serrano são os mais importantes da freguesia e os seus produtos preferidos em todos os mercados do continente, ilhas e colónias, honram a indústria portuguesa e provam quanto pode conseguir a actividade dum trabalhador inteligente e incansável.

Fonte: *O Século* (30.8.1942), p. 5.

IV.V Entrevista aos últimos industriais de cal, 1981

Cal de Pataias que futuro?

Dada a sua antiga importância na vida socio-económica da população de Pataias, mormente até à década de sessenta, em que uma parte significativa da força de trabalho, especialmente de trabalhadores sem qualquer grau de especialização, aí gurava a sua subsistência em condições que se poderiam considerar de precárias, o fabrico de cal, abarcava um elevado número de trabalhadores.

Com o tempo, porém, e dada a evolução sofrida pela sociedade portuguesa nos anos sessenta, o fabrico de cal deixou de ser o que geralmente era: o primeiro emprego das classes mais desfavorecidas, que passaram a voltar a sua preferência pelas fábricas de vidro e moldes na Marinha Grande ou, então, pela indústria de móveis em Pataias, que arrancava em grande escala.

O resultado do êxodo dos jovens do fabrico da cal, foi o sintoma irreversível da sua decadência, constatado facilmente pelo reduzido número de industriais e trabalhadores que se dedicam actualmente a esta actividade.

Dada a sua característica sui-génis, e como a próxima maneira de ser dos pataienses lhe está intrinsecamente ligada, impunha-se um trabalho de fundo sobre o fabrico da cal, ao qual o JORNAL DE PATAIAS, não poderia estar alheio. Para isso ouvimos as pessoas que ainda hoje estão ligadas a esta actividade, a que eles amavelmente acederam.

Assim, e dada a impossibilidade de contactarmos com as pessoas para o que desde já apresentamos as nossas desculpas, ouvimos os seguintes industriais: Joaquim Vieira Grilo (Joaquim Ronceiro), Joaquim Filipe Marujo Ribeiro (Joaquim Matreiro) e António Vieira Vaz (Leão). *Começámos por ouvir Joaquim Grilo, o industrial mais velho:*

JORNAL DE PATAIAS – Quer-nos fazer uma historiografia do fabrico de cal em Pataias e a sua primeira localização?

JOAQUIM GRILLO – (Depois de pensar algum tempo, o nosso entrevistado começou por dizer): O fabrico de cal em Pataias já é bastante antigo e embora ninguém saiba concretamente a data do seu início, este poderia ocorrer entre 200 e 300 anos atrás, mas poderia ter tido o seu início na Antiguidade. Um facto curioso, que não teve a devida atenção, foi o aparecimento de um forno antiquíssimo há cerca de dez anos, junto à Pedreira da Cimpor, aquando de escavações operadas no local. Posso adiantar que este forno foi visto por algumas pessoas que se deslocaram propositadamente ao local. Em relação ao que a cal representava em termos económicos, poderei dizer que há cinquenta anos era o suporte de quase totalidade da população de Pataias. Quanto à localização, tudo leva a crer que os primeiros fornos da cal estavam localizados nos terrenos hoje ocupados pela pedreira da Cimpor. Em 1933, ano em que me iniciei como industrial do sector, a cal era a indústria mais importante, pois não haviam fábricas de cimento, móveis, cerâmicas ou outras e apenas existiam as fábricas de vidro, mas que funcionavam periodicamente.

Seguidamente, mudámos de entrevistado e fizemos a primeira pergunta a Joaquim Filipe:

JORNAL DE PATAIAS – Quais são as etapas do fabrico da cal? Isto é: de uma fornada a outra?

JOAQUIM FILIPE – A primeira etapa poder-se-á dizer que consiste na colocação do calcário junto do forno; a seguir é a chega e armazenamento das lenhas no barracão. Com isto tudo fica preparado para a cozedura, que é a etapa seguinte. Depois da cal cozida, o que acontece sensivelmente uma semana depois do início da cozedura, é desenfundada e armazenada em depósitos adequados, estando pronta para a sua comercialização. A título de informação poderei dizer que o calcário, na sua passagem a cal viva, perde cerca de 50% do seu peso e 30% do volume.

Dada a natureza da pergunta, voltámos novamente a pergunta para Joaquim Grilo:

JORNAL DE PATAIAS – Qual foi o número máximo de industriais e quantos há actualmente.

JOAQUIM GRILO – O número máximo foi cerca de 35. Actualmente há apenas 6 industriais que se dedicam a esta actividade.

JORNAL DE PATAIAS – Pode-nos dizer quem são os industriais ainda em actividade?

JOAQUIM GRILO – Somos nós (Joaquim Grilo, António Vaz e Joaquim Filipe), o Hermínio Mota e, esporadicamente, o Vaz Pereira e o Bogalho (filho).

JORNAL DE PATAIAS – No campo económico, quais as despesas, receitas e lucros de uma fornada de cal? E qual a evolução dos preços e salários (incluindo meias-noites) desde os primórdios do seu fabrico?

JOAQUIM GRILO – Quanto à primeira questão as despesas e lucros diferem bastante de fornada para fornada e apenas te poderei dizer que um industrial ganhava muito pouco em relação aos tempos de hoje, mesmo em valores reais, tendo apenas melhorado a partir de fins de 1973, mas o maior saldo foi em 1975, que foi o ano em que ganhámos mais dinheiro.

O preço /Kg em fins de 1973 era de \$70, em Março de 1974 de 1\$20 e em 1975 chegou a atingir os 4\$00, embora esporadicamente, mas o preço médio do ano foi de 3\$00, que se manteve nos anos de 76 e 77. Estes preços referem-se à cal de 1ª, já que a cal de 3ª era vendida a 1\$00. Hoje [1981] o preço é de 4\$00. Como curiosidade, o facto de em 1917, ano em que comecei a trabalhar na cal, esta era vendida à fanga (medida de cerca de 8 alqueires) até cerca de 1925.

Quanto à evolução dos salários um jornaleiro em 1917 ganhava \$30, um forneiro \$60, uma meia noite era paga a \$20 e um boieiro (transportador da linha com o carro de bois próprio), cerca de 1\$00. Por volta de 1933 (quando a cal era a \$10 o kg), um jornaleiro ganhava 6\$00, o forneiro 13\$00 e o boieiro 18\$00. Como curiosidade, o facto de este salário ser o triplo do jornaleiro, o que significava ser o boi pago como se de um homem se tratasse. As meias noites eram pagas a 4\$50.

Com a II Grande Guerra, os salários subiram substancialmente, e isso talvez porque o dinheiro desvalorizou, o jornaleiro já ganhava 35\$00, o forneiro 70\$00, o boieiro 120\$00 e as meias noites 20\$00 (desceram novamente com o fim da guerra).

Ainda quanto ao pessoal que cozia cal, cada homem tinha direito a 2,5 litros de vinho por dia e à noite os 4 trabalhadores dividiam entre si 0,5 litros de aguardente.

Quanto aos demais vencimentos, hoje um forneiro, que trabalha de sol a sol e ainda faz uma meia noite, ganha 1 350\$00; o jornaleiro ganha a trabalhar no pinhal ou a carregar lenha 500\$00, e a desenfornar, empedrar e nas pedreiras, cerca de 100\$00/h. A meia noite é hoje paga a 450\$00 mas tudo indica que subirá brevemente para 500\$00. Como curiosidade o facto de antigamente pagarmos a um jornaleiro com o produto da venda de 75 kg de cal e hoje necessitamos de 150 kg, isto apesar de hoje estar melhor.

Seguidamente iniciamos a nossa conversa com António Vaz, que propositadamente deixou os seus afazeres para se pôr à nossa disposição.

JORNAL DE PATAIAS – Quais as ocorrências condicionantes do fabrico regular de cal?

ANTÓNIO VAZ – As ocorrências que podem alterar o curso normal do fabrico são: as lenhas molhadas, a falta de pessoal para o trabalho no pinhal (o que levou ao emprego da serradura) e, de uma maneira geral, o mau tempo.

O motivo principal da falta de pessoal é a dureza do trabalho.

JORNAL DE PATAIAS – Quanto a evoluções técnicas, apesar de uma longa estagnação no sector, tem-se no entanto notado nos últimos anos uma relativa melhoria. Essa melhoria foi fruto da vontade do industrial em melhorar o funcionamento das instalações e meios de produção para uma maior produtividade, ou, por outro lado, foi uma reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho?

JOAQUIM FILIPE – As evoluções técnicas foram de livre vontade dos industriais que sentiram que a melhoria das instalações foram benéficas, tanto para os industriais como para os trabalhadores. Inclusivamente tentámos, eu e o Reis, a cozedura através de gás, experiência esse que não teve continuidade, dado os seus elevados custos.

Para mim uma das inovações mais significativas, foi sem dúvida a introdução do motor de derrer, que substituiu os varredouros pesados e de difícil manejo, poupando os trabalhadores a um enorme esforço físico.

Outro importante melhoramento foi a instalação da luz eléctrica em todos os fornos, em lugar das tradicionais lanternas, além de transformações em alguns barracões, e que cabe aqui apontar que antigamente nem sequer havia barracões, o que obrigava penosamente os trabalhadores a trabalhar à chuva.

JORNAL DE PATAIAS – Face à aplicação do cimento na generalidade da construção, em que é que se aplica hoje a cal?

ANTÓNIO VAZ – A cal aplica-se em estuque, rebocos, assentamento de azulejos, fundições de ferro, rações de gado, curtimento de peles, polimento de mármore, medicamentos, compostos químicos, adubos, além de proteger as culturas, impedindo a bicharada de as destruírem.

JORNAL DE PATAIAS – Qual o estrato social em que se situam, na generalidade, os trabalhadores do sector?

ANTÓNIO VAZ – Regra geral o pessoal da cal são: os reformados; agricultores em part-time; trabalhadores que trabalham noutras fábricas e necessitem de aumentar o seu rendimento; eventuais e os tradicionais trabalhadores da cal, que na sua maioria sempre aí trabalharam.

JORNAL DE PATAIAS – Há alguns anos falou-se numa união de todos os industriais, conducente à formação de uma cooperativa de produção. Quanto a si a ideia seria vantajosa para todos? Quais as vantagens e desvantagens do projecto e o porquê da sua não concretização?

JOAQUIM FILIPE – Quanto a mim apenas haveria vantagens, porquanto além de ser o embrião de uma empresa de facto, com as inevitáveis vantagens daí decorrentes, como, por exemplo, a introdução de meios de produção tecnologicamente mais evoluídos.

Acabar-se-ia com o doentio método de concorrência, nem sempre leal, pelo menos utilizado até há uns anos atrás, a fixação de preços com a conseqüente melhoria de rendimentos por parte dos industriais que por sua vez proporcionaria a melhoria das condições dos trabalhadores designadamente férias, previdência e pleno emprego, direitos estes que os trabalhadores da cal não têm e que passariam a ter se fosse criada uma empresa única, da qual todos os actuais industriais seriam sócios.

JORNAL DE PATAIAS – No seu entender, o futuro do sector estará ameaçado? Será que a apropriação total da “Mata” pela Cimpor, conduzirá fatalmente à extinção do fabrico de cal em Pataias?

JOAQUIM FILIPE – Quanto à primeira parte da pergunta, penso que o futuro estará mesmo ameaçado, mas apenas porque o trabalho é duro, não haverá disponibilidade de mão de obra e além disso os nossos filhos não seguirão as nossas pisadas e escolherão outras profissões e porventura outros ramos de actividade.

Quanto à segunda parte da pergunta, não acredito que haja uma Junta de freguesia que autorize. Não só porque acabava com a indústria pioneira de Pataias como até ofendia os sentimentos dos pataienses, dado ser a “Mata” património do povo da freguesia, que inclusivamente pode, com uma autorização da Junta de freguesia, extrair pedra para consumo próprio. Além disso, a Cimpor pode dispor para seu consumo de um vasto veio de calcário na direcção de Nascente para Poente, até ao mar (Sítio da Nazaré).

Face ao exposto nesta entrevista não temos qualquer relutância em afirmar que, efectivamente, estamos em vias de perdermos qualquer coisa que de uma maneira ou de outra nos diz respeito. Não no sentido meramente económico, mas até e principalmente pelo que os fornos da cal representam em termos de património cultural e industrial.

Na Holanda, por exemplo, são preservados todos os meios de produção antigos, donde ressaltam os moinhos de trigos dos séculos XV e XVI que, mesmo depois de deixarem de funcionar em termos produtivos, continuam úteis como polos de atracção turística, além de serem frequentemente alvo de visitas de estudo por parte dos mais diversos graus de ensino, que assim, conhecendo o passado, melhor podem compreender o presente e conjecturar o futuro.

Como conclusão, não serão horas de as autoridades locais se debruçarem sobre a preservação de antigos meios de produção existentes na freguesia, encetando-se a restauração daqueles que deixaram de funcionar, mas para se seguir o exemplo da Holanda? Será pedir muito? Pensamos sinceramente que não.

Fonte: *Jornal de Pataias* (mar. 1981), p.1 e 7.

- ANEXO V -

**A CONTRIBUIÇÃO DAS PEDREIRAS PARA AS
RECEITAS DA JUNTA DE FREGUESIA**

Tabela 1 – Receitas totais da pedreira e contribuição para a receita total anual

Ano	Pedreira		Outras receitas (Cemitério, Câmara, etc.)	Total de receitas do ano	Atualização total para valores de 2018 com base no IPC ²	Contribuição da pedreira para a receita anual (%)
	Receita	Despesa ³				
1951	3 127\$50	2 400\$00	26 065\$00	29 192\$50	14 313,20€	10,71%
1954	8 832\$00	2 600\$00	26 992\$50	35 824\$50	17 616,40€	24,65%
1955	8 210\$50	2 400\$00	32 045\$00	40 255\$50	19 742€	20,40%
1962	13 972\$50	4 800\$00	28 244\$00	42 216\$50	18 178,79€	33,1%
1963	11 920\$50	5 400\$00	27 440\$00	39 360\$50	16 660,74€	30,29%
1964	23 540\$00	6 000\$00	44 120\$50	67 660\$00	27 775,69€	34,79%
1965	22 540\$00	6 000\$00	56 065\$40	78 605\$40	30 805,71€	28,67%
1966	50 597\$70	7 000\$00	59 102\$50	109 700\$20	40 333,86€	46,12%
1967	58 319\$70	7 200\$00	75 959\$20	134 278\$90	47 244,79€	43,43%
1968	86 755\$00	19 920\$50	77 710\$50	164 465\$50	54 698,44€	52,75%
1969	77 497\$20	7 200\$00	72 627\$50	150 124\$70	45 979,45€	51,62%
1970	82 157\$10	7 800\$00	112 321\$00	194 478\$10	57 086,25€	42,24%
1971	96 762\$00	7 200\$00	213 121\$00	309 284\$00	81 811,19€	31,29%
1972	77 151\$90	7 200\$00	231 783\$50	308 935\$40	73 534,58€	24,97%
1973	59 067\$50	7 200\$00	128 989\$80	188 057\$30	39 595,29€	31,41%
1974	60 066\$80	600\$00	303 248\$90	363 315\$70	60 619,53€	16,53%
1975	34 737\$70	-	161 268\$50	196 006\$20	27 892,37€	17,72%
1976	10 382\$30	-	513 573\$60	523 955\$90	62 185,78€	2,02%
1977	18 287\$10	-	924 644\$90	942 932\$00	88 300,48€	1,94%
1978	29 740\$00	-	1 706 911\$70	1 736 651\$70	134 559,02€	1,71%
1979	37 050\$00	-	1 746 021\$60	1 783 071\$60	113 502,89€	2,08%
1980	0	-	3 066 995\$80	3 066 995\$80	168 231,06€	0%
1981	36 950\$00	-	3 255 923\$50	3 292 873\$50	151 514,90€	1,20%
1982	10 400\$00	-	8 977 119\$10	8 987 519\$10	340 420,22€	0,11%
1983	228 996\$50	-	14 033 845\$30	14 262 841\$80	435 672,26€	1,61%
1984	48 000\$00	-	16 495 527\$50	16 543 527\$50	393 320,36€	0,29%
1985	66 000\$00	-	7 242 100\$00	7 308 100\$00	145 336€	0,9%
1986	45 000\$00	-	7 961 555\$50	8 006 555\$50	141 458,93€	0,56%
1987	1 636 224\$00	-	10 469 991\$10	12 106 215\$10	194 889,53€	13,52%
1988	45 000\$00	-	12 669 536\$50	12 714 536\$50	186 159,59€	0,35%
1989	920 428\$50	-	18 655 562\$60	19 875 991\$10	258 701,99€	4,63%
1990	1 290 155\$00	-	20 763 278\$80	22 053 433\$80	252 701,08€	5,85%
1991	676 575\$00	-	21 986 282\$30	22 662 857\$30	232 296,45€	2,99%
1992	2 059 912\$00	-	29 220 808\$50	31 280 720\$50	292 652,77€	6,59%
1993	1 834 731\$00	-	26 323 926\$00	28 158 657\$00	246 716,34€	6,52%
1994	0\$	-	28 262 283\$00	28 262 283\$00	234 893,07€	0%
1995	3 011 042\$00	-	29 947 815\$00	32 958 857\$00	262 835,51€	9,14%

² IPC- Índice de preços no consumidor.

³ As despesas correspondem ao salário do encarregado da pedreira.

Tabela 2 – Contribuição da Cibra para as receitas da pedreira

Ano	Cibra		Restantes Exploradores		Total	Atualização total para valores de 2018 com base no IPC
	Valor	%	Valor	%		
1965	879\$80	3,90%	21 660\$20	96,10%	22 540\$00	8 833,5€
1966	29 216\$70	57,74%	21 381\$20	42,26%	50 597\$70	18 603,44€
1967	38 114\$70	65,35%	20 205\$00	34,65%	58 319\$70	20 519,25€
1968	69 105\$00	79,66%	17 650\$00	20,34%	86 755\$00	28 853,33€
1969	63 855\$20	82,40%	13 642\$00	17,60%	77 497\$20	23 735,46€
1970	68 389\$10	83,24%	13 768\$00	16,76%	82 157\$10	24 116,04€
1971	84 769\$00	88,15%	11 992\$50	11,85%	96 162\$50	25 436,71€
1972	68 081\$90	88,24%	9 070\$00	11,76%	77 151\$90	18 364,14€
1973	46 749\$50	79,15%	12 318\$00	20,85%	59 067\$50	12 436,61€
1974	52 461\$80	87,34%	7 605\$00	12,66%	60 066\$80	10 022,20€
1975	29 597\$70	85,20%	5 140\$00	14,80%	34 737\$70	4 943,30€
1976	6 718\$30	64,71%	3 664\$00	35,29%	10 382\$30	1 232,58€
1977	10 320\$10	56,43%	7 967\$00	43,57%	18 287\$10	1 712,49€
1978	0\$	0%	29 740\$00	100%	29 740\$00	2 304,31€
1979	0\$	0%	37 050\$00	100%	37 050\$00	2 358,45€
1980	0\$	0%	0\$	0%	0\$	0€
1981	0\$	0%	36 950\$00	100%	36 950\$00	1 700,18€
1982	0\$	0%	10 400\$00	100%	10 400\$00	393,92€
1983	191 496\$50	83,62%	37 500\$00	16,38%	228 996\$50	6 994,92€
1984	0\$	0%	48 000\$00	100%	48 000\$00	1 141,19€
1985	0\$	0%	66 000\$00	100%	66 000\$00	1 312,54€
1986	0\$	0%	45 000\$00	100%	45 000\$00	795,05€
1987	Faltam documentos				1 636 224\$00	26 340,43€
1988	0\$	0%	45 000\$00	100%	45 000\$00	658,87€
1989	1 047 066\$00	97,23%	29 835\$00	2,77%	1 076 901\$00 ⁴	14 016,73€
1990	1 274 360\$00	98,78%	15 795\$00	1,22%	1 290 155\$00	14 783,85€
1991	650 250\$00	96,11%	26 325\$00	3,89%	676 575\$00	6 934,96€
1992	2 059 912\$00	100%	0\$	0%	2 059 912\$00	19 271,90€
1993	1 834 731\$00	100%	0\$	0%	1 834 731\$00	16 075,27€
1994	0\$	0%	0\$	0%	0\$	0€
1995	2 994 662\$00	99,46%	16 380\$00	0,54%	3 011 042\$00	24 012,02€

⁴ O valor nas contas de gerência de 1989 refere 920 428\$50. Todavia, a este valor acresce 17% de Iva, perfazendo o valor apresentado nesta tabela.

Tabela 3 – Contribuição dos industriais de cal, da Cibra e de outros

Industriais de cal	1995	1991	1985	1978	1975	1974	1973	1972	1967	1966	1964
Joaquim V. Grilo	16 380\$00	17 550\$00	13 500\$00	7 530\$00	1 160\$00	1 540\$00	1 620\$00	1 270\$00	1360\$00	1 520\$00	1 354\$00
António V. Vaz	-	8 775\$00	15 000\$00	3 350\$00	840\$00	1 100\$00	1 300\$00	900\$00	1000\$00	930\$00	823\$00
Joaquim Ribeiro	-	-	18 000\$00	6 010\$00	720\$00	1 040\$00	1 520\$00	960\$00	1040\$00	980\$00	930\$00
Joaquim V. P.	-	-	15 000\$00	2 020\$00	310\$00	440\$00	580\$00	680\$00	1030\$00	1 090\$00	1 545\$00
Hermínio Mota	-	-	1500\$00	4 060\$00	580\$00	560\$00	1 074\$00	700\$00	1040\$00	700\$00	1 238\$00
Gonçalo Lemos	-	-	3 000\$00	-	-	-	-	-	-	-	-
António Cout.	-	-	-	1 400\$00	280\$00	330\$00	1 000\$00	936\$00	1670\$00	1 322\$00	712\$00
Antó. H. V Sob.	-	-	-	5 370\$00	1050\$00	1720\$00	1894\$00	1428\$00	1692\$00	1792\$00	1877\$50
António R. Vieira	-	-	-	-	160\$00	720\$00	800\$00	560\$00	504\$00	682\$00	633\$00
António Marques	-	-	-	-	40\$00	80\$00	480\$00	380\$00	730\$00	890\$00	788\$00
Joaquim Henri.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99\$00	49\$50
Joaquim Manuel	-	-	-	-	-	-	-	-	850\$00	720\$00	920\$00
Silvino Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72\$00
António R. Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	330\$00	528\$00	429\$00
Feliciano Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	350\$00	420\$00	792\$50
António C. Mota	-	-	-	-	-	-	-	-	210\$00	280\$00	510\$00
Silvino Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52\$50
Joaquim Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	760\$00	720\$00	947\$50
José Serradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135\$00
Feliciano Couti.	-	-	-	-	-	-	-	-	660\$00	700\$00	545\$50
Abílio J. Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110\$00	-
Armindo Mota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70\$00	-
Total ind.	16 380\$00	26 325\$00	66 000\$00	29 740\$00	5 140\$00	7 530\$00	10 268\$00	7 814\$00	13 226\$00	13 553\$00	14 354\$00
Outros expl.	-	-	-	-	-	75\$00	2 050\$00	1 256\$00	6 979\$00	7 828\$00	9 186\$00
Cibra:	2 994 662\$00	650 250\$00	0\$00	0\$00	29 597\$00	52 461\$80	46 749\$50	68 081\$90	38 114\$70	29 216\$70	0
Total	3 011 042\$00	676 575\$00	66 000\$00	29 740\$00	34 737\$70	60 066\$80	59 067\$50	77 151\$90	58 319\$70	50 597\$70	23 540\$00

Tabela 4 - Industriais de cal e outros exploradores da pedreira de 1946 a 1949

Industriais de cal	1946	1947	1948	1949
Álvaro Rodrigues Vaz	67\$50	-	-	-
Baltazar Inácio Castanheiro	-	-	-	172\$50
António V. Vaz	-	232\$50	363\$00	213\$00
José Florêncio Ribeiro	-	-	72\$00	-
Florêncio Cruz Mota	63\$00	-	-	-
Hermínio Mota	409\$50	-	202\$50	198\$00
José Ribeiro Marques	55\$50	-	-	238\$50
José Rosálio Vieira	375\$00	75\$00	210\$00	315\$00
António H. Vieira	180\$00	60\$00	240\$00	-
António H. V. Sobrinho			120\$00	-
Abílio Francisco	231\$25	198\$00	300\$00	120\$00
António Rosálio Vieira	435\$00	120\$00	180\$00	240\$00
António Ribeiro Marques	120\$00	-	288\$50	172\$50
Joaquim Francisco Custódio	144\$00	75\$00	18\$00	-
Joaquim Manuel	15\$00	-	-	-
Silvino Ferreira	330\$00	165\$00	63\$00	127\$50
António Rosálio da Silva	-	18\$00	157\$50	60\$00
Feliciano Coelho	417\$00	262\$50	420\$00	315\$00
António C. Mota	181\$50	171\$00	162\$00	120\$00
Joaquim Coelho	298\$50	93\$00	232\$50	252\$00
José Serradas	660\$00	-	360\$00	240\$00
Feliciano Coutinho	31\$50	-	-	30\$00
Alexandre Ferreira Machado	210\$00	45\$00	262\$50	172\$50
Artur Inácio Castanheiro	247\$50	264\$00	67\$50	-
José Ascenso Ribeiro	360\$00	216\$00	288\$00	288\$00
António Feliciano Custódio	300\$00	240\$00	60\$00	-
António Ascenso Ribeiro	136\$50	15\$00	-	-
António Mateus Castanheiro	-	120\$00	-	-
José Rosa Custódio	-	150\$00	240\$00	-
Joaquim Coelho Calão	-	52\$50	105\$00	-
José Ferreira Mota	-	-	180\$00	-
José Encarnação Machado	-	-	-	85\$50
Joaquim Pedro das Neves	-	-	-	172\$50
Total apurado industriais de cal	5 268\$25	2 571\$50	4 592\$00	3532\$50
Outros expl.	3 206\$50	2 117\$50	1 293\$50	1 313\$00
Total apurado	8 474\$75	4 689\$00	5 885\$50	4 845\$50
Nº total talões	1288	951	687	536
Nº talões em falta	21	80	93	62
Valor médio /talão	6\$70	5\$38	9\$91	10\$22
Total estimativo	8 615\$45	5 119\$40	6 807\$13	5 479\$14
Atualização total estimativo para valores de 2018 com base no IPC	-	-	3 473,45€	2 705,20€

V.I Breve nota introdutória para a análise das tabelas

Antes de se iniciar a análise das tabelas importa referir alguns aspetos importantes. A tabela 1 apresenta as receitas totais da pedreira em comparação com as restantes receitas da Junta de Freguesia de Pataias, apresentando, em percentagem, a contribuição de cada receita para a receita total. Os dados apresentados na tabela têm por base as contas de gerência de cada ano. Todavia, as contas do Parque de Campismo, que abriu ao público em 1985, não entraram nas contas de gerência, sendo elaborado um balanço à parte. Tome-se como exemplo o ano de 1985 que apresenta um total de receitas nas contas de gerência de 7 308 100\$10 e o balanço de receitas do parque de campismo de 3 025 110\$50 o que perfaz um total de 10 333 210\$60. Desta forma, optou-se por não incluir as receitas do parque de campismo nas receitas totais, seguindo apenas as contas de gerência.

A Tabela 2 apresenta a contribuição da Cibra e dos restantes exploradores, onde se encontram os industriais de cal, para a receita total anual da Pedreira. Não existem dados suficientes para estabelecer a divisão das receitas totais da pedreira no ano de 1987. A partir de 1986 iniciou-se a cobrança do Iva, no entanto, apesar de ser cobrado logo a partir desse ano, a receita do Iva apenas surgiu nas contas de gerência a partir de 1989. Por exemplo, em 1988 surgem 45 000\$00 nas contas de gerência, mas na realidade foi cobrado 52 650\$00 (45 000\$00 + 17% de Iva). Os dados apresentados na tabela 2 têm por base as guias de receita e os livros de caixas existentes em arquivo.

A tabela 3 apresenta uma divisão mais detalhada onde se encontram os pagamentos dos industriais de cal, da Cibra e dos restantes exploradores. Os valores apresentados correspondem a uma análise aos recibos associados às guias de receita. Todavia, devido à falta de recibos, apenas foi possível apurar alguns anos. Importa referir que todos os valores de receita da pedreira apresentados num determinado ano podem não corresponder à extração efetuada nesse mesmo ano. Por exemplo, nos anos 60 e 70, o valor pago pelos industriais em dezembro, apenas entraria como receita no mês de janeiro. Por uma questão de facilidade, optou-se por apresentar os valores quando efetivamente entraram em caixa na Junta de Freguesia.

A última tabela apresenta alguns dados da exploração das pedreiras entre 1946 e 1949. No entanto, devido à falta de talões de receita, apresenta-se uma estimativa da

receita total, com base na média. Como exemplo, sabe-se que no ano de 1946 foram emitidos um total de 1288 talões de receita. No entanto faltam 21 talões. Desta forma, apurou-se a média dos 1267 talões existentes, atribuindo o valor médio de cada talão aos talões em falta. Desta forma, atribuiu-se o valor de 140\$70 aos 21 talões em falta.

Por último, importa referir que preferiu-se trabalhar em valores monetários e não em metro cúbicos, uma vez que a quantidade de pedra extraída nem sempre correspondia ao valor pago.

V.II Análise dos dados

V.II.I Os anos 40 e 50

A partir de junho de 1944, a Junta de Freguesia iniciou a cobrança pela exploração na pedreira da Mata. Antes desta data, a pedra era extraída gratuitamente. É curioso verificar que, poucos dias depois, a 20 de julho, foi fundada a CIBRA, sendo uma mera coincidência o facto do início da cobrança corresponde precisamente ao ano de fundação da cimenteira.

Devido à falta de informação nos primeiros anos, apenas se conseguem elaborar alguns cálculos estimativos. Desta forma, no ano de 1946 foram cobrados cerca 8 615\$45, descendo para 5 119\$40 em 1947, aumentando para 6 807\$13 em 1948 e descendo novamente para 5 479\$14 em 1949. Comparando com as contas de gerência do início dos anos 50, estima-se que a pedreira contribuía entre 20 a 30% para o total das receitas da Junta de Freguesia. Mais de 50% da receita da pedreira era referente a pedra para os fornos de cal. O restante valor, que se encontra identificado na tabela 4 por 'outros expl.', corresponde à cobrança da pedra para as fábricas de vidro de Pataias e da Marinha Grande e para obras fora da freguesia. Com base nos talões de recebimento fica-se a saber que existiam 33 industriais de cal que exploravam na pedreira da Mata no final dos anos 40. Todavia, não existe memória de Álvaro Rodrigues Vaz e Baltazar Inácio Castanheiro serem industriais de cal, tendo, provavelmente, fornecido, por conta própria, pedra para algum dos industriais. No entanto, uma vez que a pedra se destinava aos fornos cal, mantiveram-se os dois nomes como industriais. Por fim, importa ainda referir que os 33 industriais

referidos não correspondem ao total de industriais de cal. Sabe-se, por exemplo, que Joaquim Vieira Grilo era, à época, industrial de cal e que possuía pedreira própria.

Será apenas na década de 50 que se possuem valores exatos do rendimento das pedreiras. Desta forma, tendo em conta a receita estimativa de 1949 de 5 479\$14 o valor baixa até aos 3 127\$50, o valor mais baixo alguma vez registado, que corresponde a 10,71% da receita total da Junta de Freguesia nesse ano. Tendo em conta o salário anual do encarregado das Pedreiras (2400\$00), o lucro foi de apenas 727\$50. Em 1954, o valor da receita praticamente triplicou apresentando já uma receita de 8 832\$00, cerca de 25% da receita total da Junta de Freguesia, mantendo-se acima 8 000\$00 no ano seguinte. Este aumento deve-se, sobretudo, a dois fatores: a intensificação da exploração da pedreira da Mata pelos industriais de cal, que, entretanto, haviam vendido as suas pedreiras privadas à Cibra e a crescente utilização dos veículos de motor no transporte da pedra para os fornos, que permitiu reduzir o tempo do ciclo de produção de cal.

Nos anos 40 e 50 a Junta de Freguesia apenas possuía três fontes de receitas: rendimento do cemitério, da pedreira e subsídios camarários.

V.II.II Os anos 60 e a entrada da Cibra na pedreira da Mata

Na década de 60 surge um grande volume de documentação sobre os rendimentos da pedreira. Desta forma é possível, a partir de 1964, detalhar pormenorizadamente a exploração.

Em 1962, as pedreiras tiveram um rendimento de 13 972\$50. Comparando com as contas de gerência de 1955, verifica-se que na segunda metade da década de 50, a tendência foi de crescimento. Apesar de uma ligeira descida no ano de 1963, no ano de 1964 as receitas praticamente duplicaram devido à atualização do preço por m³ de pedra. No entanto, importa referir que entre 1962 e 1964 a contribuição da pedreira para a receita da Junta manteve-se estável, mantendo-se entre os 30 e os 35%.

Em fevereiro de 1964, a Junta atualizou o valor da taxa de exploração. Apesar do aumento pouco significativo para os industriais de cal (de 1\$50 para 2\$00), foi na cobrança à Empresa Vidreira de Pataias que se verificou um acentuado aumento (de 1\$50 para 5\$00). Em 1964, 61% da receita total da pedreira era proveniente dos industriais de cal, 35% dos

exploradores que vendiam para a Empresa Vidreira de Pataias (cerca de 8 175\$00) e 4% relativo a pedra para obras e fábricas da Marinha Grande. Não existe documentação relativa ao ano de 1963 para estabelecer a comparação entre o antes e o após aumento.

Em 1965 a Cibra iniciou a exploração na pedreira da Mata. Em março e abril desse ano, a Cibra extraiu cerca de 482 toneladas de pedra, pagando, em junho, 879\$80. A exploração foi retomada de forma contínua em setembro. Em janeiro de 1966 a Cibra pagou 12 990\$20 pela exploração realizada entre setembro e dezembro de 1965. De 1965 para 1966 o rendimento da pedreira mais do que duplicou, passando de 22 540\$00 para 50 597\$70. Cerca de 27% do rendimento da pedreira provinha dos industriais de cal, 58% da Cibra e 15% de outros exploradores⁵. A exploração da pedreira por parte da Cibra continuou a aumentar em 1968 e 1969. Mais de 50% das receitas totais da Junta de freguesia eram provenientes da pedreira. Em 1971 a contribuição da Cibra atingiu o máximo histórico. Em termos de comparação, em 1966 a Cibra pagou um total de 29 216\$70. Cinco anos depois (1971) atingiu os 84 769\$00. A contribuição dos industriais de cal diminuiu de forma pouco acentuada entre esses anos. Relativo aos “outros exploradores”, estes foram abandonando e reduzindo as suas explorações. Em 1967, contribuíram com 6 979\$00, sendo 4995\$00 (cerca de 72%) referente a pedra destinada à Empresa Vidreira de Pataias. Cinco anos depois (1972) foi de apenas 1 256\$00. Com o fim das campanhas na Empresa Vidreira de Pataias em 1969, a empresa encerrou também a secção de moagem por volta de 1970. Em 1972 já não existia qualquer receita referente à pedra destinada à fábrica de vidros.

V.II.III O antes e depois do 25 de abril de 1974

A partir de 1973 a contribuição das pedreiras (em percentagem) para a receita global da Junta de Freguesia passou de 31,4% nesse ano para 1,4% em 1978. Esta redução drástica deveu-se, sobretudo, à criação de novas fontes de receita, como a cobrança de

⁵ A maior parte das receitas da rubrica “outros exploradores” era proveniente da pedra calcária vendida para as fábricas de vidro da Marinha Grande ou para a Empresa Vidreira de Pataias, que possuía um moinho para moagem de calcário. De entre alguns dos principais “outros exploradores”, em 1964 destacam-se António Canim, Abílio Jesus Coelho, João Carvalho, Joaquim Vicente, Silvério Pereira Coelho, António Ricardo da Silva, António Ferreira Catarino, Baltazar Inácio Castanheiro, José António, entre outros.

terrado do mercado, a exploração de areia na praia das Paredes da Vitória em 1973 e o crescimento abrupto dos subsídios camarários que passou de 42 500\$00 em 1970 para 1 004 400\$00 em 1978. A partir de 1976 as receitas do mercado ultrapassaram as receitas da pedreira. Em 1971, a pedreira rendeu 96 162\$50. Em 1977 apenas 18 897\$10. Esta quebra deveu-se, sobretudo, à redução da exploração da Cibra na pedreira da Mata e à redução do número de fornos de cal em atividade.

Em março 1978, a taxa de exploração na pedreira da Mata por parte dos industriais de cal aumentou, passando de 2\$00 por m³ para 650\$00 por fornada, independentemente da dimensão do forno. Antes do aumento, a capacidade de um forno variava entre os 35m³ (70\$00) e os 50m³ (100\$). Desta forma, o aumento variou entre os 600 e os 900%. No entanto, este aumento deve-se, sobretudo, à inflação que os preços dos produtos sofreram a partir de 1973. Em 1966 o quilo de cal de primeira qualidade era de 0\$46 e o valor por m³ de pedra era de 2\$00. Em 1977 o preço da cal era de 3\$00. Portanto, entre 1966 e 1977 o preço da cal subiu cerca de 650%. Esta atualização aumentou significativamente a receita da pedreira proveniente dos industriais de cal que passou de 7 967\$00 em 1977 para 29 740\$00 em 1978.

Com a redução da exploração da pedreira e o aumento significativo das outras receitas, a contribuição da pedreira para a receita global da Junta de freguesia era praticamente insignificante. A partir de 1978 e até 1983, a Cibra (agora Cimpor) não pagava pela pedra extraída da pedreira da Mata. Em troca, oferecia à Junta de Freguesia *Tout Venant* e resíduos de calcário para a reparação e abertura de estradas.

Antes de encerrar a década de 70, importa referir que, tendo em conta os dados da tabela 3, os industriais de cal que mais exploravam na pedreira de Mata nos anos 60 e 70 eram precisamente aqueles que possuíam dois fornos de cal. Assim, comparando as contribuições de cada industrial dos anos 60 e 70, verifica-se que Joaquim Vieira Grilo, António Henriques Vieira Sobrinho, Joaquim Vaz Pereira, Hermínio Mota e António Coutinho foram os industriais que mais contribuíram para as receitas da pedreira, seguindo-se António Vieira Vaz e Joaquim Filipe Ribeiro que, com um só forno, também contribuíram com somas avultadas. Alguns industriais recorriam às suas pedreiras privadas o que impossibilita realizar um panorama dos industriais que mais cal produziam.

V.III.IV Os anos 80 e 90

Desta forma, entra-se nos últimos anos da vida ativa da pedreira. Pela primeira vez em 36 anos, o ano de 1980 não apresentou qualquer receita. O valor cobrado em 1980 apenas entrou em balanço no ano seguinte.

Em 1983, ocorreu uma nova atualização dos preços e foi celebrado um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Cibra (Cimpor) para a exploração da pedreira, pagando a Cibra 28\$50 por tonelada. Os industriais de cal passaram a pagar 1 500\$00 por fornada, aumento de 230%. Estes aumentos acompanham a tendência inflacionista.

Apesar de no final de 1983 a Cibra liquidar a pedra extraída nesse ano, só voltou a pagar em 1987, pagando os anos transatos (1984 a 1986). Assim, a receita da pedreira de 1987 foi de 1 636 224\$00 que corresponde a 13,52% da receita total da Junta de Freguesia, a percentagem mais alta desde 1975.

Na década de 90 a exploração prosseguiu por parte da Cibra e pelos dois últimos industriais de cal. Em 1995 a Cibra (agora CMP) abandonou definitivamente a Pedreira da Mata após a abertura de uma nova pedreira de boa qualidade na Alva. O último recibo data de novembro de 1995 para liquidação da pedra explorada deste janeiro de 1994 a outubro de 1995. Foi também nesse ano que encerrou o último forno de cal, propriedade de Joaquim Vieira Grilo, explorado pelo seu filho António Sebastião Grilo que pagou, nesse ano, 16 380\$00.

V.III.V Conclusão da análise

Durante 51 anos (1944-1995), a pedreira da Mata contribuiu significativamente para as receitas da Junta de Freguesia. Só nos anos de 1968 e 1969, a contribuição da pedreira para as receitas totais da Junta de Freguesia superou os 50%.

Desta forma, observam-se três tendências: uma crescente, que inicia no final dos anos 40 até 1971, acentuando-se o crescimento a partir de 1965 com a entrada da Cibra na pedreira da Mata; outra decrescente que inicia em 1971 até 1980 (o ano zero) e uma tendência instável e variável entre 1981 e 1995 que é caracterizada pelos pagamentos irregulares da Cibra a partir de 1983.

Gráfico 1 – Receitas da Junta de Freguesia (1951- 1976)

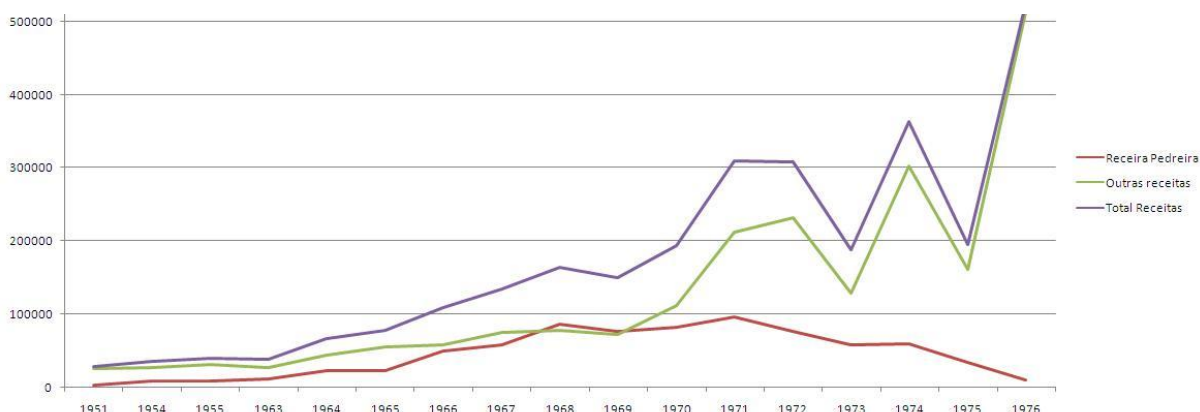
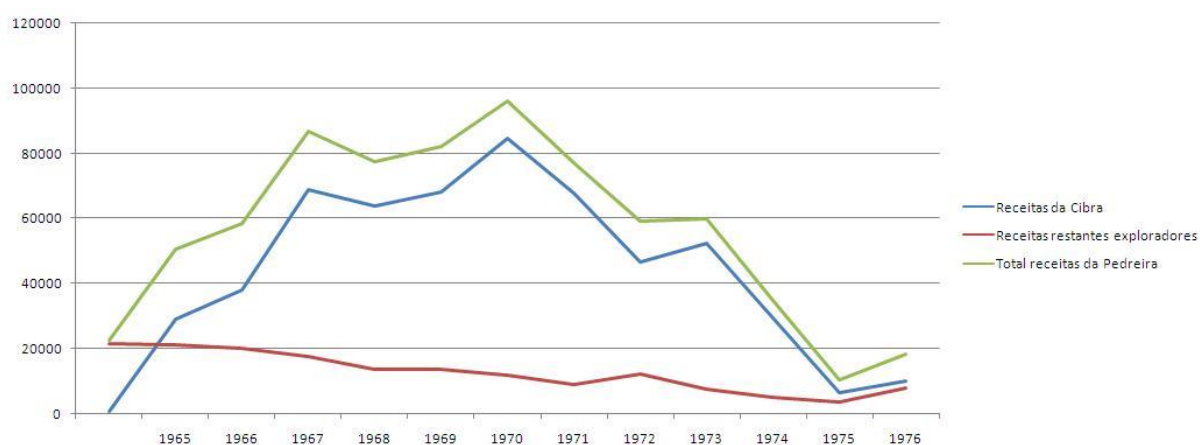


Gráfico 2 – Evolução das receitas das pedreiras (1964-1976)



Fontes:

CONTAS de Gerência [Manuscrito e Datilografado]. [1951-1969]. 1 past. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 137.

CONTAS de Gerência [Datilografado]. [1985-1999]. 1 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 64.

GUIA de receita JFP [Policopiado]. [1995]. 1 f. Acessível na Biblioteca de Pataias, doss. Pedreiras.

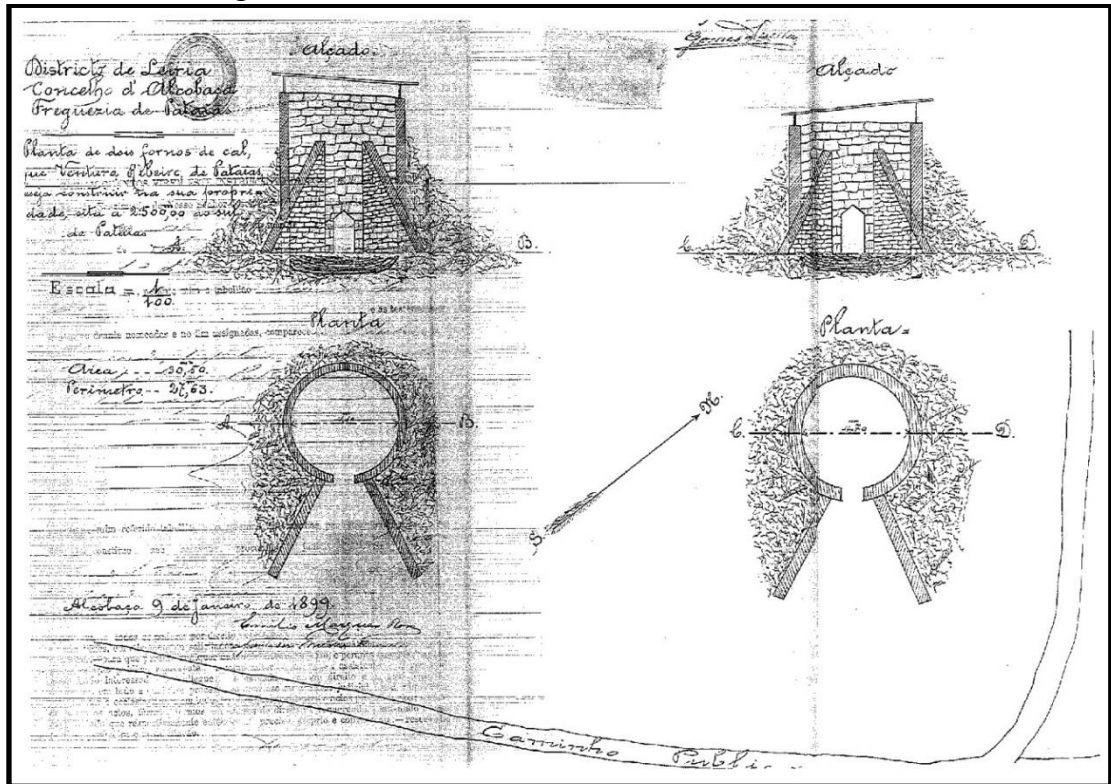
GUIAS de receita JFP [Manuscrito]. [1964-1979]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, nº 6 a 11, 13 e 14.

RECIBOS JFP [Manuscrito]. [1944-1946]. Acessível na biblioteca de Pataias, fundo ARF, série recibos de exploração de pedreiras, cx. 1.

- ANEXO VI -

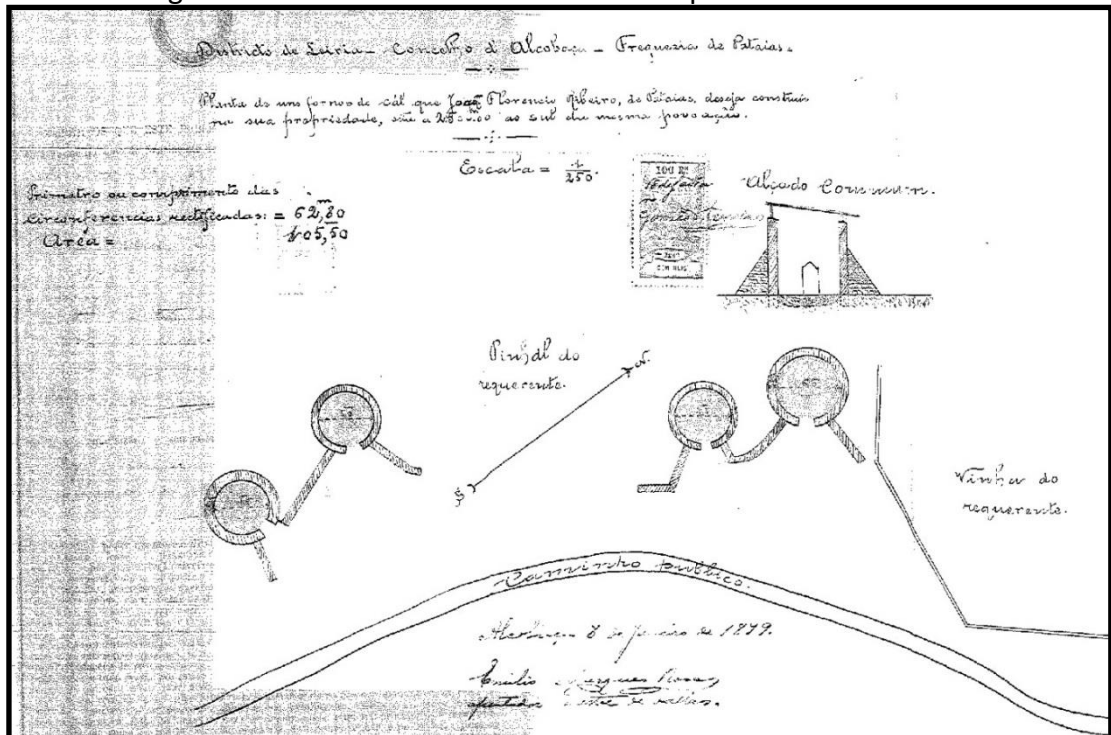
PROJETOS DE FORNOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Figura 1 – Planta dos fornos de cal de Ventura Ribeiro



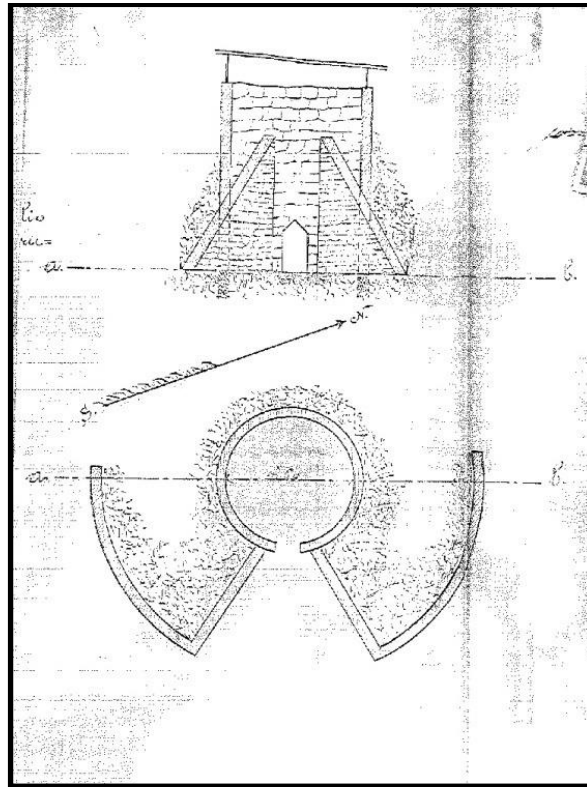
Fonte: Processo, 1899c

Figura 2 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Florêncio Ribeiro



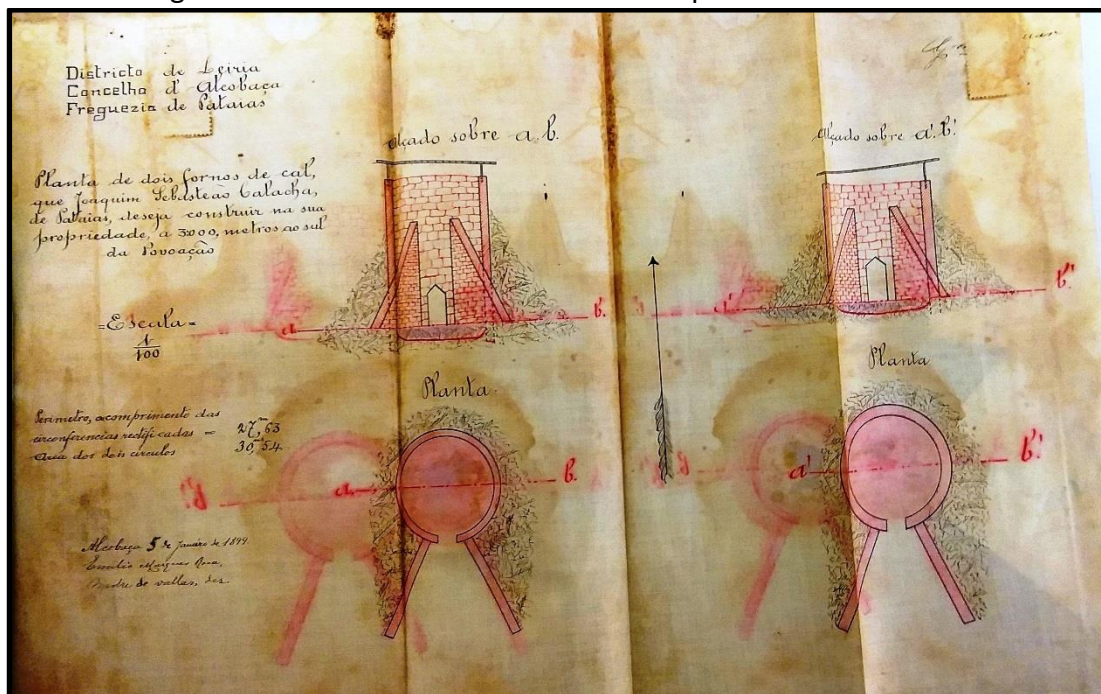
Fonte: Processo, 1899a

Figura 3 – Planta do forno de cal de António Rosálio Vieira



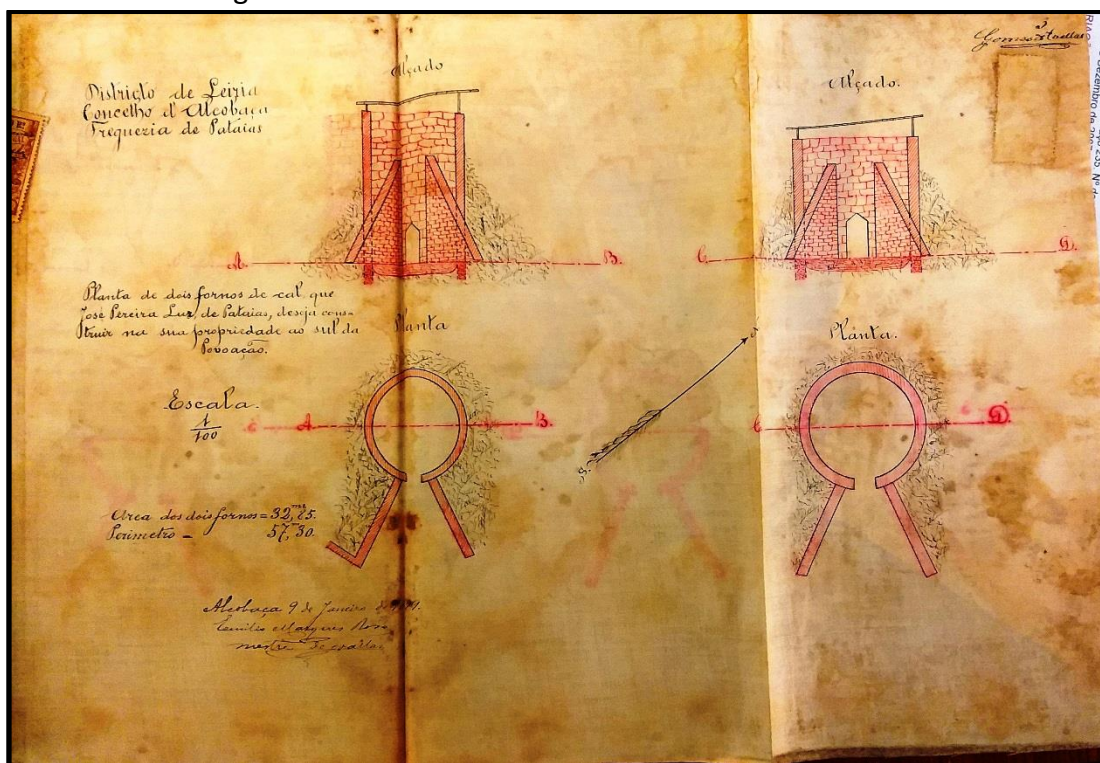
Fonte: Processo, 1899d

Figura 4 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Sebastião Calaxa



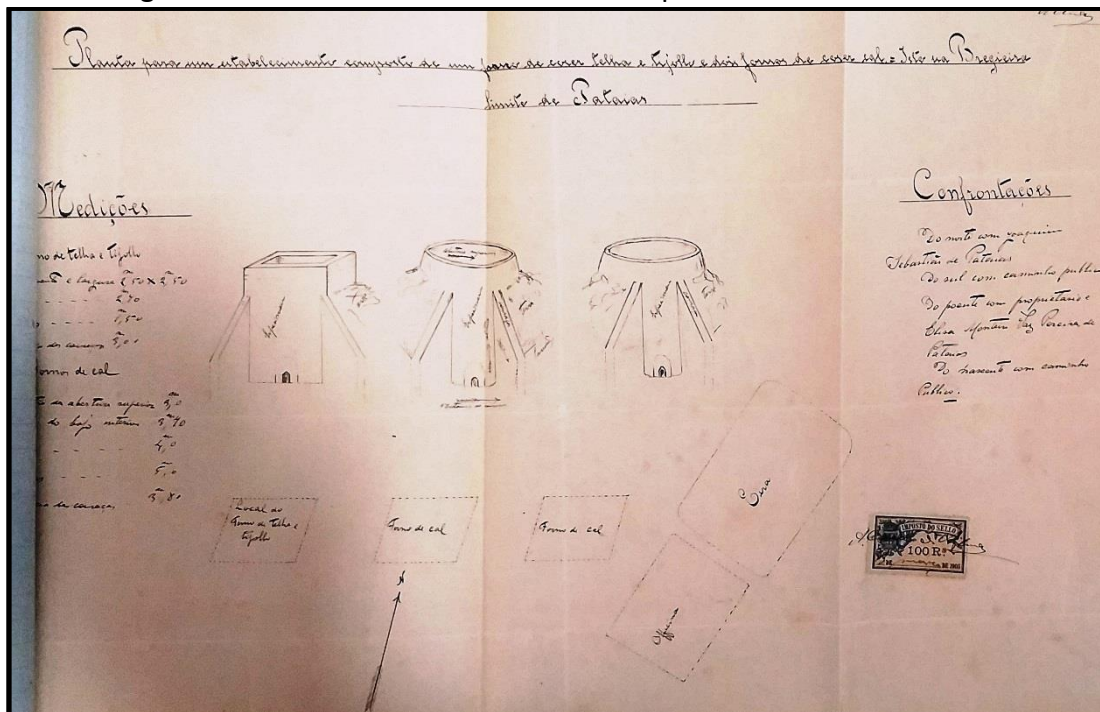
Fonte: Processo, 1899e

Figura 5 – Planta dos fornos de cal de José Pereira Luz



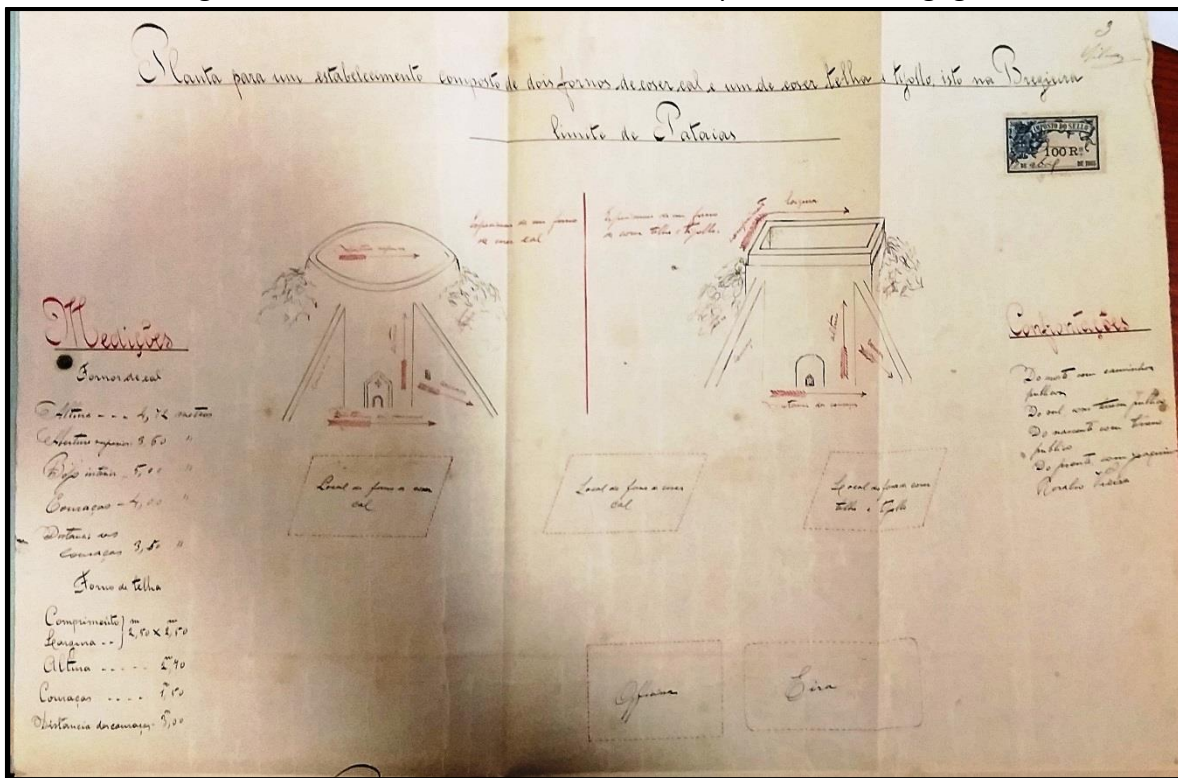
Fonte: Processo, 1899f

Figura 6 – Planta dos fornos de cal de Joaquim Monteiro Vaz Pereira



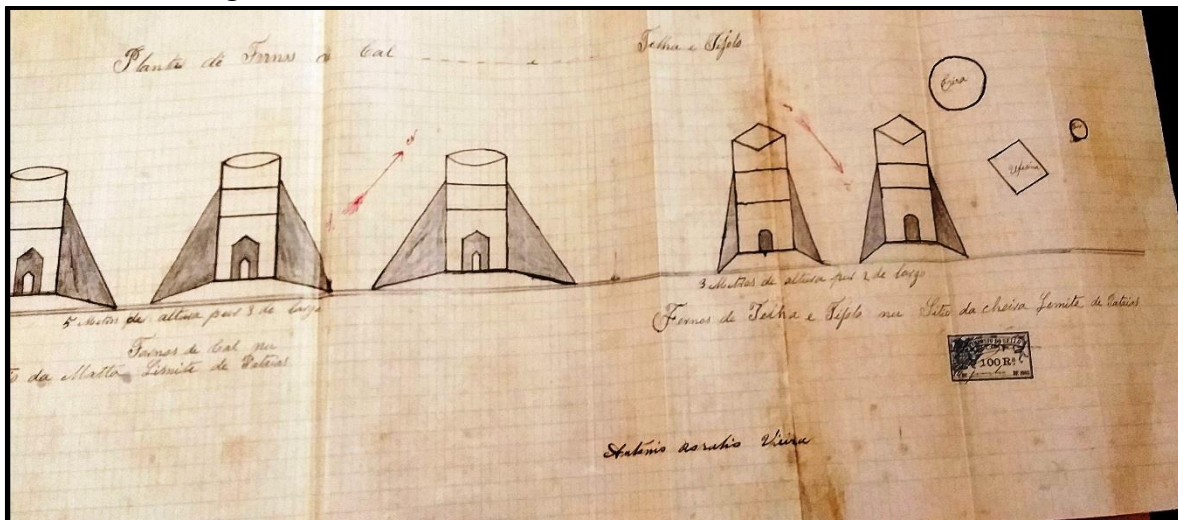
Fonte: Processo, 1905a

Figura 7 – Planta dos fornos de cal de Joaquim da Silva Bagagem



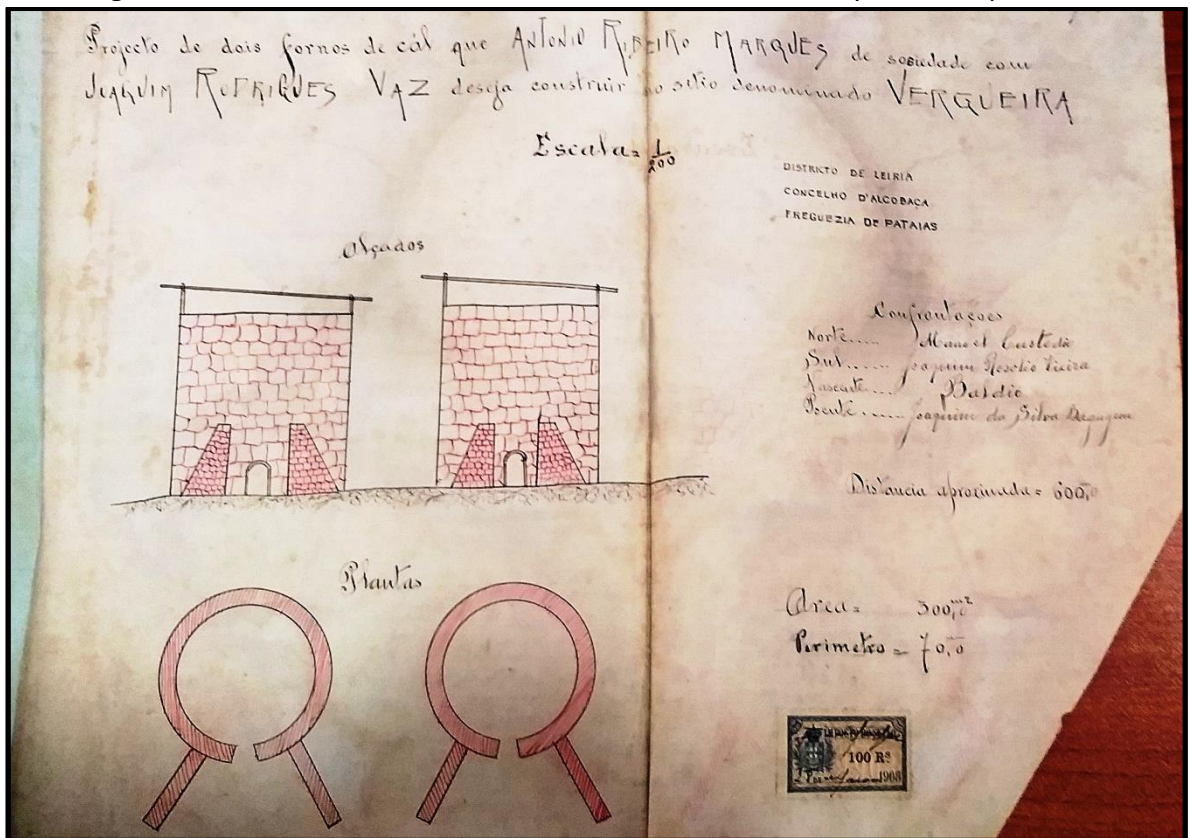
Fonte: Processo, 1905b

Figura 8 – Planta dos fornos de cal de António Rosário Vieira



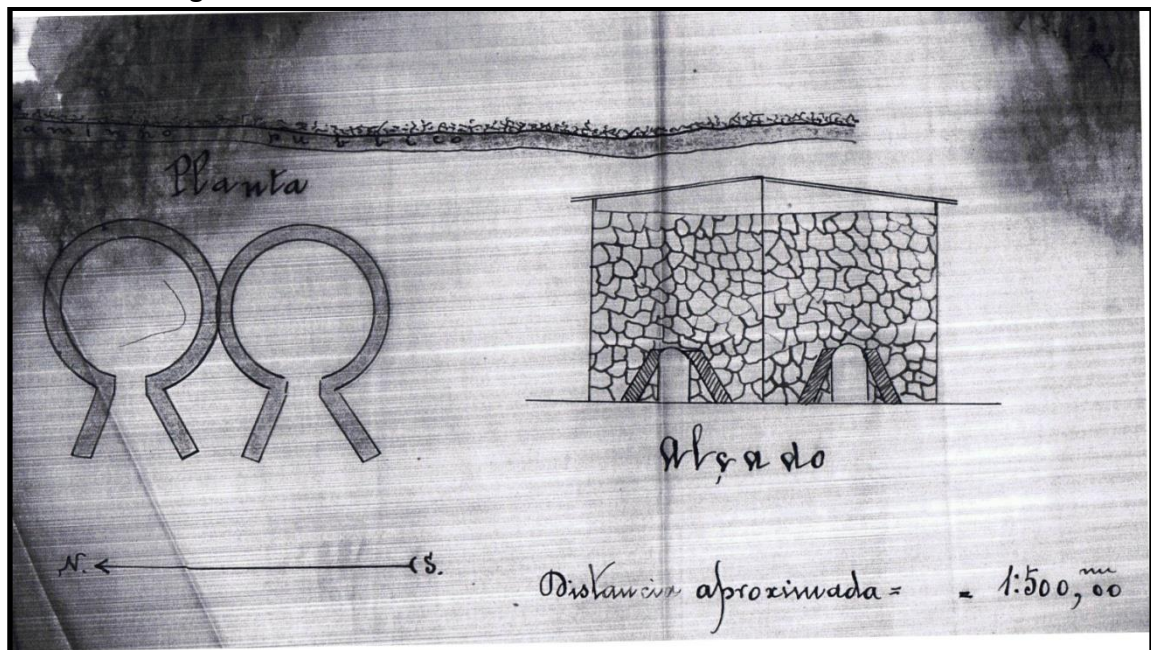
Fonte: Processo, 1905c

Figura 9 – Planta dos fornos de cal de António Ribeiro Marques e Joaquim Vaz



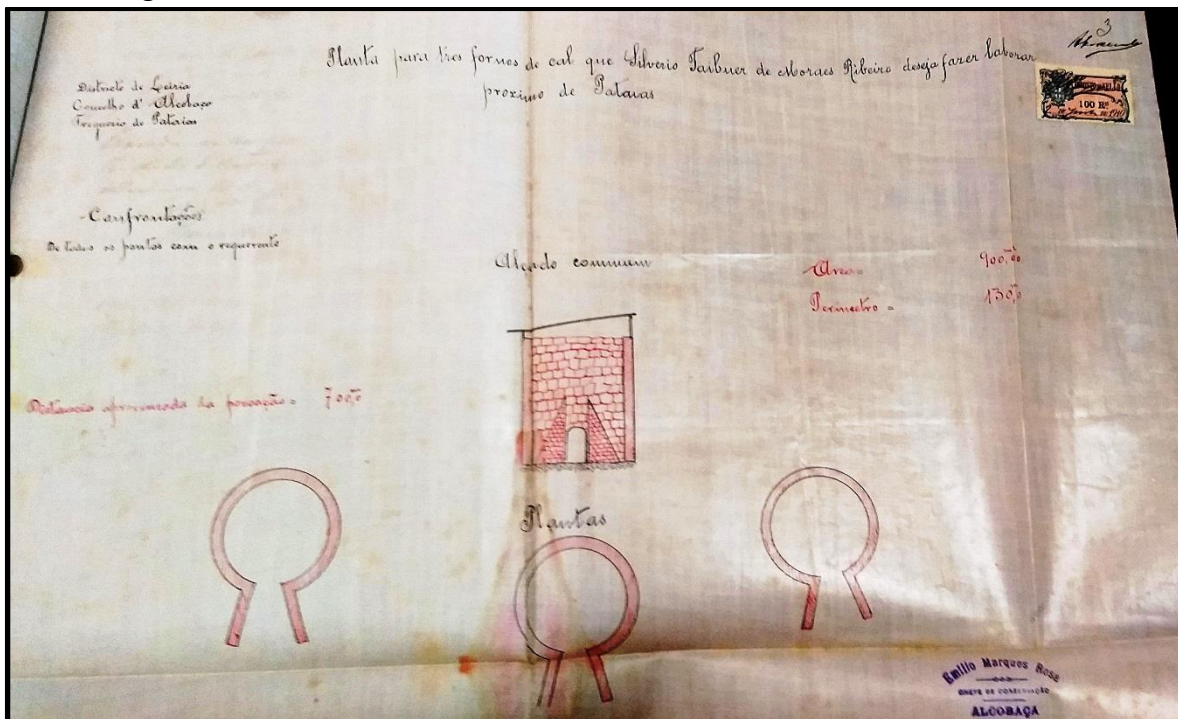
Fonte: Processo, 1908

Figura 10 – Planta dos fornos de cal de Manuel Serrano em Paio



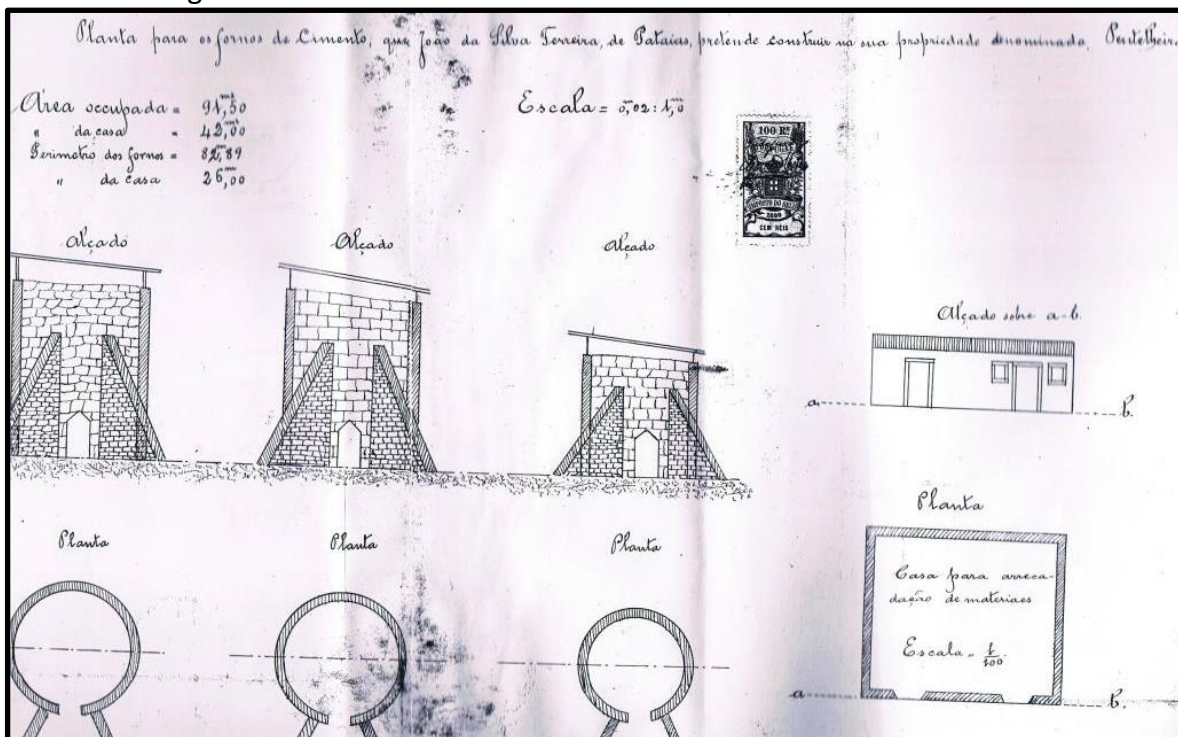
Fonte: Processo, 1909

Figura 11 – Planta dos fornos de cal de Silvério Taibner de Moraes Ribeiro



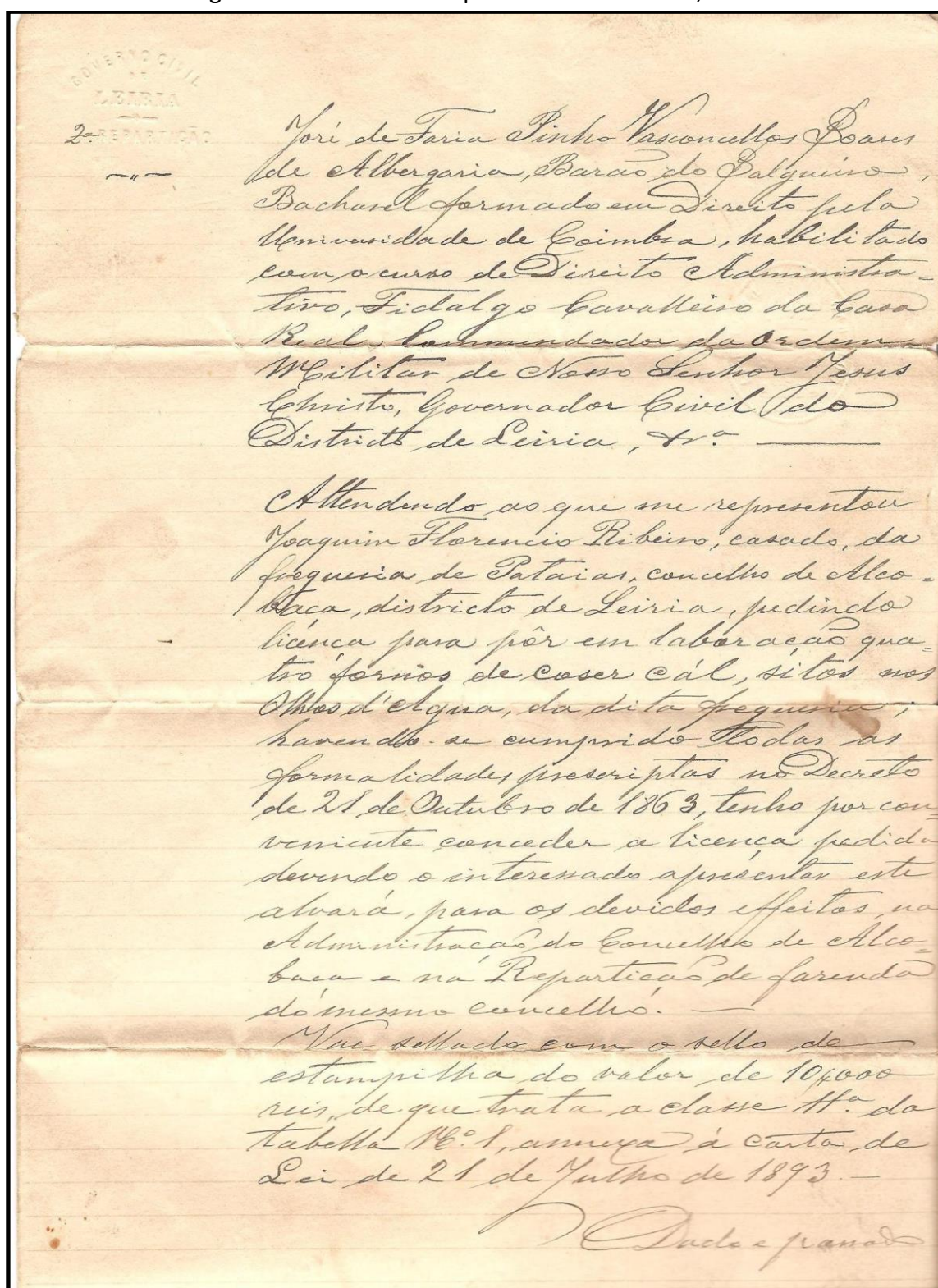
Fonte: Processo, 1910

Figura 12 – Planta dos fornos de cimento de João da Silva Ferreira



Fonte: Processo, 1899b

Figura 13 – Alvará de Joaquim Florêncio Ribeiro, 1899



Fonte: Cedido por Maria Bagagem

Figura 16 – Fatura de José Filipe Ribeiro, 1971

JOSÉ FILIPE RIBEIRO

FABRICANTE E FORNECEDOR DE
CAL BRANCA PARA TODOS OS FINS

N.º 128

PATAIAS (Oeste), 20 de Outubro de 1971

O Ex.º Sr. Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses
Lisboa DEVE

1200 kg de cal em pedra para caixas com destino à 4ª Secção Obras para Pilhas ao preço de #60	720 00 1200 #60
--	--------------------

rec.ª n.º 927/70
x.39 m.º 1763

Rel.ª n.º
Relação n.º

Vencimento em

Fonte: Cedido por Joaquim Filipe Ribeiro

Figura 17 – Talão de pesagem na balança de Joaquim Vaz Pereira

N.º 381

Joaquim Vaz Pereira
FORNOS DE CAL A MATO

TELEFS. { 9 92 06 } Pataias
 { 9 92 07 }
APARTADO 26

PATAIAS, 30 de Dezembro de 198

Mercadoria do Sr. Joaquim Filipe Marujo Ribeiro
Transportada por: Camião
Nome: Cal

Peso bruto quilos 6480
» de tara » 2540
» liquido » 3940

O Pesador, [assinatura] Preço 100 \$ 00

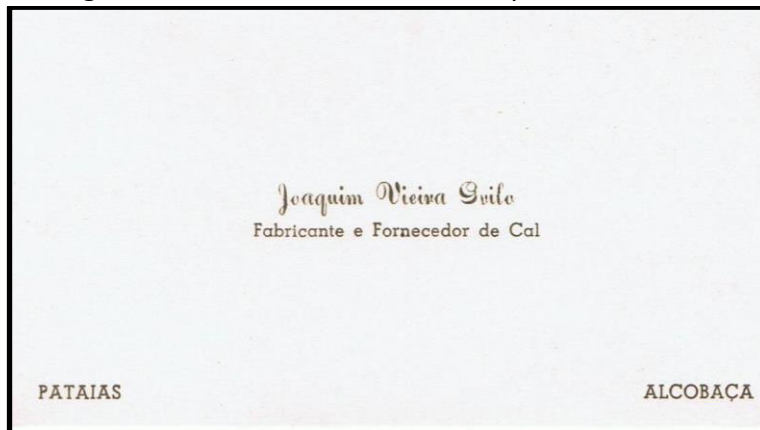
Fonte: Cedido por Joaquim Filipe Ribeiro

Figura 18 – Cartão de visita de António Vieira Vaz



Fonte: Cedido por António Vieira Vaz

Figura 19 – Cartão de visita de Joaquim Vieira Grilo



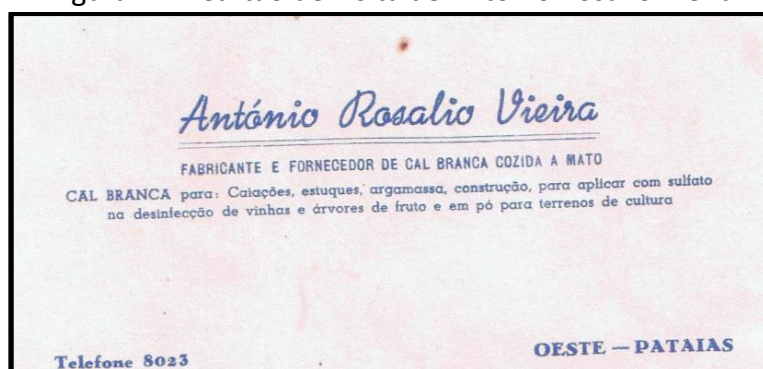
Fonte: Cedido por António Sebastião Grilo

Figura 20 – Cartão de visita de Joaquim Filipe Ribeiro



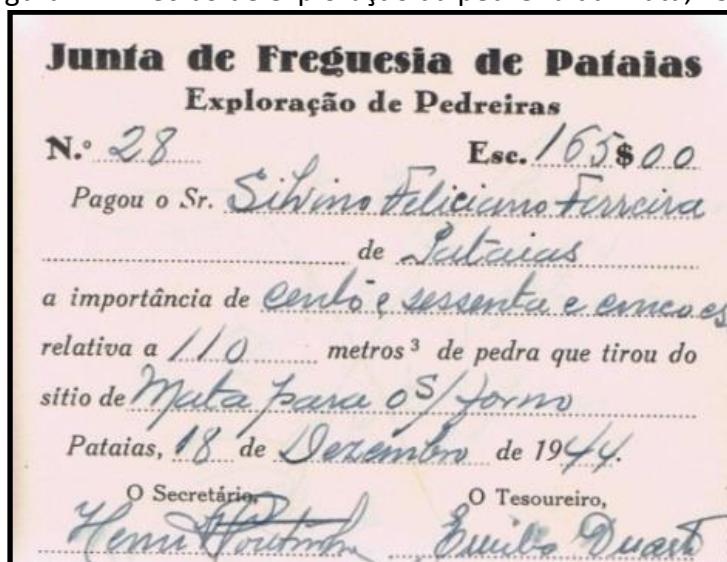
Fonte: Cedido por Joaquim Filipe Ribeiro

Figura 21 – Cartão de visita de António Rosálio Vieira



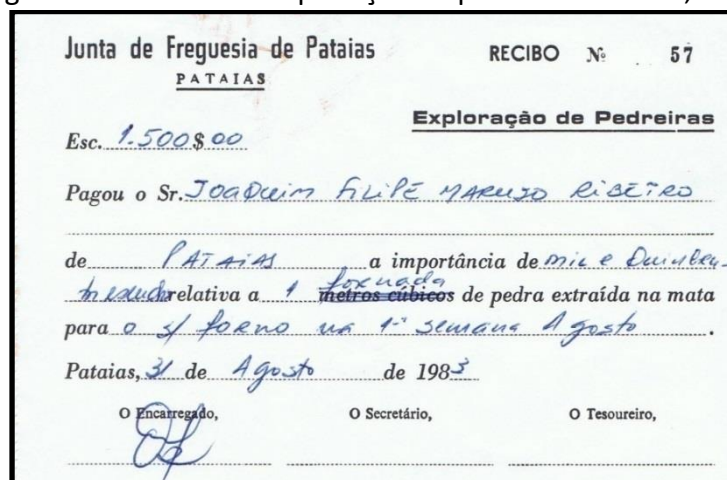
Fonte: Cedido por Alia Vieira

Figura 22 – Recibo de exploração da pedreira da Mata, 1944



Fonte: RECIBOS JFP, 1944-1946

Figura 23 – Recibo de exploração da pedreira da Mata, 1983



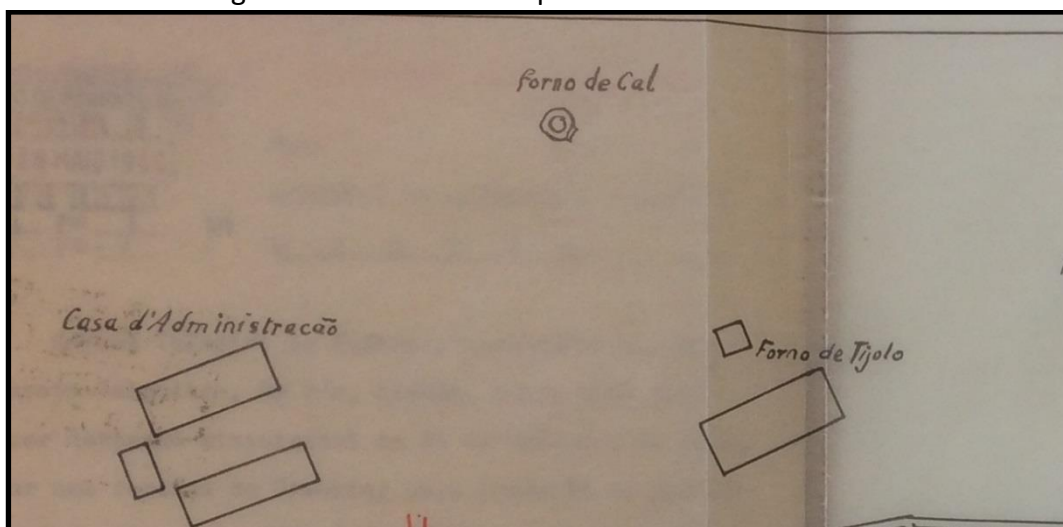
Fonte: Cedido por Joaquim Filipe Ribeiro

Figura 24 – Planta da pedreira da Mata, 1964/65



Fonte: Arquivo UFPM

Figura 25 – Pormenor da planta da Mina do Azeche



Fonte: Planta cedida pela Entidade Nacional para o Setor Energético, 1858

Figura 26 – Publicidade Serranos, Lda

Cal branca em pedra
Cosida a mato
A antiga e acreditada cal de Pataias
Já bem conhecida em Lisboa como a de melhor qualidade para
construções, estuques e exportação.
Especial para a sulfatagem das vinhas e caiações
***A mais barata, de maior rendimento e mais resis-
tente de todo o país.***
Fornece-se em wagons completos ou posta nos domicílios em
camionete, em quantidades de 2000 kilos para cima.

Quereis construir os vossos prédios com resistencia e economia?
Consultem e peçam preços aos fabricantes

Serranos, L. da
Linha de Oeste Pataias—Gare
DEPOSITO EM ALCOBAÇA

EA (13.7.1929), p.7.

Figura 27 – Publicidade Joaquim Rodrigues Vaz

Joaquim Rodrigues Vaz
—
Fabricante e fornecedor de
cal cosida a mato.
A melhor do mercado
OESTE—PATAIAS

EA (13.7.1929), p.6.

Figura 28 – Publicidade José Florêncio Ribeiro

José Florentio Ribeiro
Estabelecimento de
mercearias, bebidas e adubos.
Fabricante e fornecedor de
cal cosida a mato.
==P A T A I A S==

EA (13.7.1929), p.6.


Figura 29 – Publicidade Luíz Serrano

CAL COSIDA A MATO
Conhecida como a melhor para construções, caiações, estuques e sulfatagem das vinhas. O maior centro produtor.
20—FABRICAS—20
Pedidos a **Luiz Serrano**
PATAIAS—GARE—LINHA DE OESTE

EA (15.8.1935), p.2

Figura 30 – Arrendamento de forno

Forno de Cal
Arrenda-se em Pataias
Tratar com **Luiz Serrano**
PATAIAS - GARE



EA (14.11.1937), p.3

- ANEXO VII -
FOTOGRAFIAS

Figura 31 – Fotografia aérea dos fornos da Ratoíinha / Olhos de Água em 1958



Fonte: *Fotografia*, 1958

Figura 32 – Fotografia aérea dos fornos da Brejoeira em 1958



Fonte: *Fotografia*, 1958

Figura 33 – Casa de Manuel Serrano em Pataias-Gare, final década de 40



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias

Figura 34 – Fornos dos Serranos em laboração, final década de 40



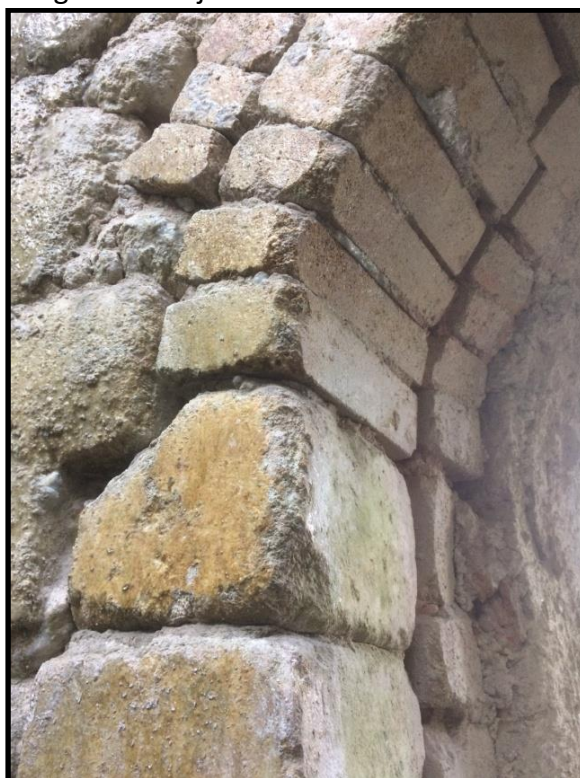
Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias

Figura 35 – Pormenor do interior do forno B 1



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 36 – Tijolo refratário do forno RO 6



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 37 – Aterro do forno B 5



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 38 – Base e peal do forno B 17



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 39 – Portal inferior do forno RO 6

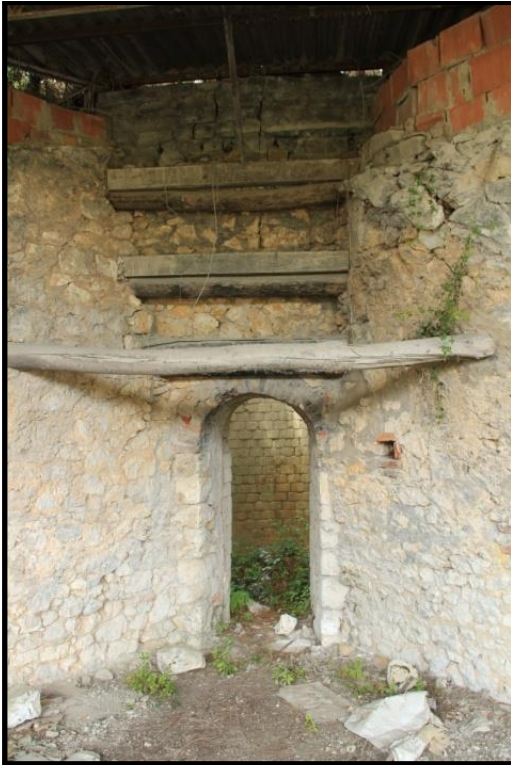


Figura 40 – Portal inferior do forno B 1



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 41 – Pilares cilíndricos do barracão do forno B 11



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 42 – Pilar quadrangular com base cilíndrica do barracão do forno RO 7



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 43 – Muro de suporte do morro sobranceiro do forno B 7



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 44 – Cruz no forno RO 3



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 45 – Barracão dos fornos desaparecidos de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 46 – Barracão do forno B 8



Fonte: Foto de Nuno Alves, 2012

Figura 47 – Depósito de cal de António Rosálio Vieira



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 48 – Depósito de cal de António Vieira Vaz



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 49 – Depósito de cal de Joaquim Filipe Ribeiro em Pataias-Gare



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 50 – Depósito de cal de Joaquim Filipe Ribeiro na Ferraria de Pataias



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 51 – Depósito de cal de António de Sousa Coutinho (Coutinhos & Salgueiro)



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 52 – Depósito de cal de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 53 – Depósito de cal de António Henriques Vieira Sobrinho (Bogalhico)



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 54 – Depósito de cal 1 de Joaquim Vieira Grilo



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 55 – Ranhuras nas telhas do depósito para encaixe da madeira



Foto: Nuno Alves, 2019

Figura 56 – Extração de pedra



Fonte: Arquivo UFPM, 1983

Figura 57 – Extração de pedra



Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Figura 58 – Extração de pedra



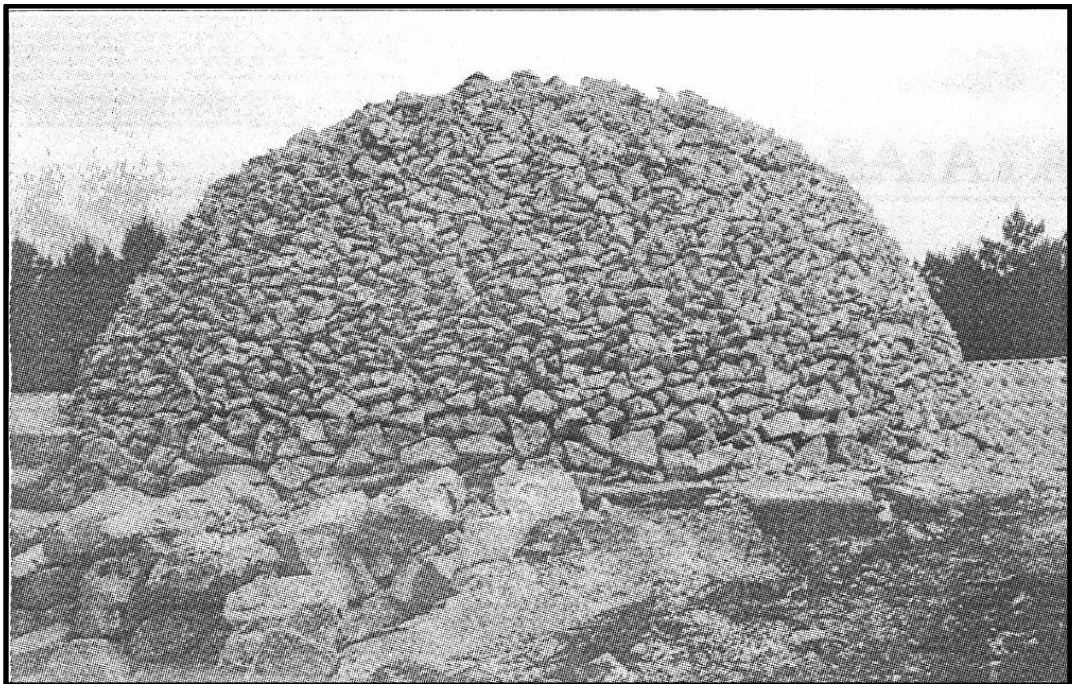
Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro

Figura 59 – Transporte da pedra para o forno de António Vieira Vaz



Fonte: Cedida por António Vieira Vaz, década de 80

Figura 60 – Capelo do forno antes de iniciar laboração



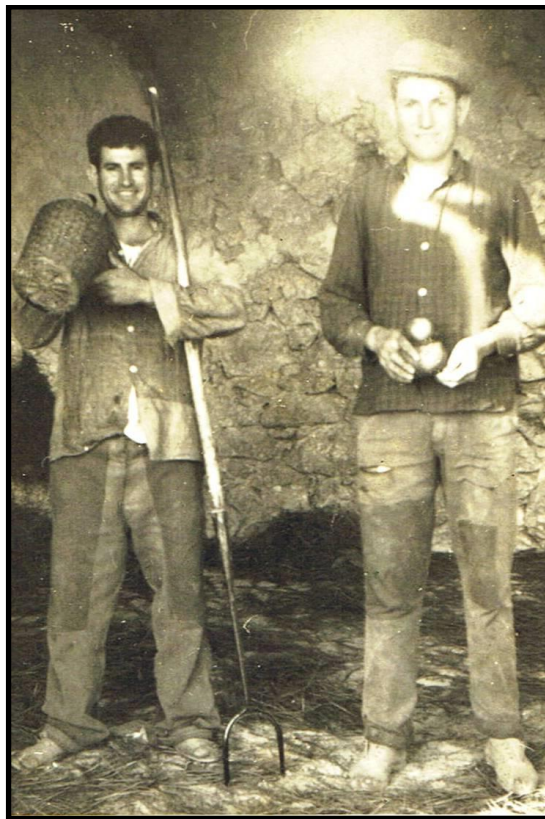
Fonte: JP (abr. 1994), p.7

Figura 61 – Transporte de serradura para o forno de António Vieira Vaz



Fonte: Cedida por António Vieira Vaz, década de 80

Figura 62 – Forneiros



Fonte: Cedida por Trindade Violante, década de 40/50
Na foto: esquerda: António Duarte | direita: José Ferreira Neves

Figura 63 – Capelo do forno no terceiro dia de cozedura



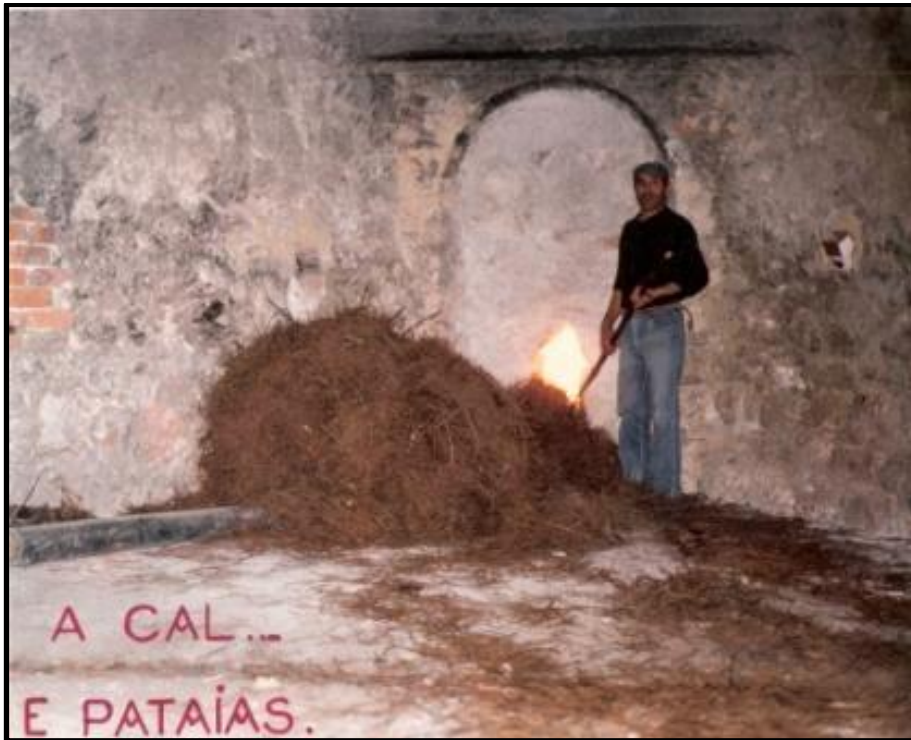
Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Figura 64 – Forno de Joaquim Vieira Grilo em laboração



Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Figura 65 – Forno em laboração



Fonte: Cedida por Paulo Grilo Santos, década de 80

Figura 66 – António Sebastião Grilo a transportar caruma para o forno



Fonte: Cedida por António Sebastião Grilo, 1956

Figura 67 – Desenforna na década de 90



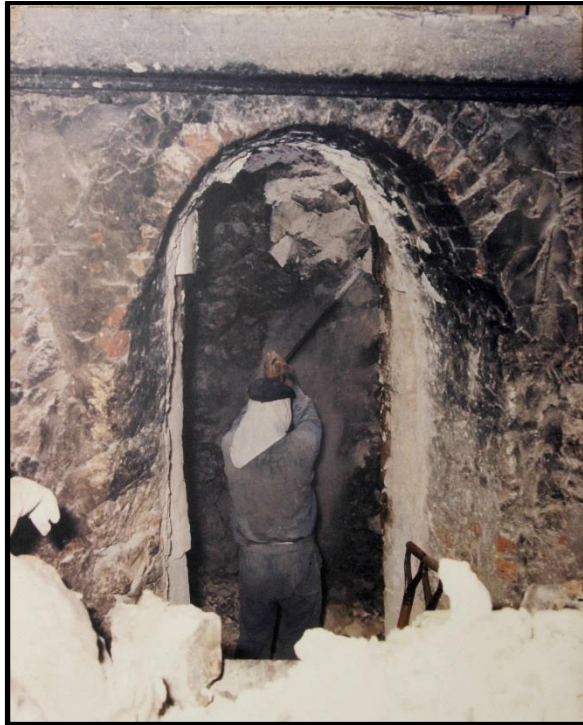
Fonte: ADEPA, 1996

Figura 68 – Desenforna de cal



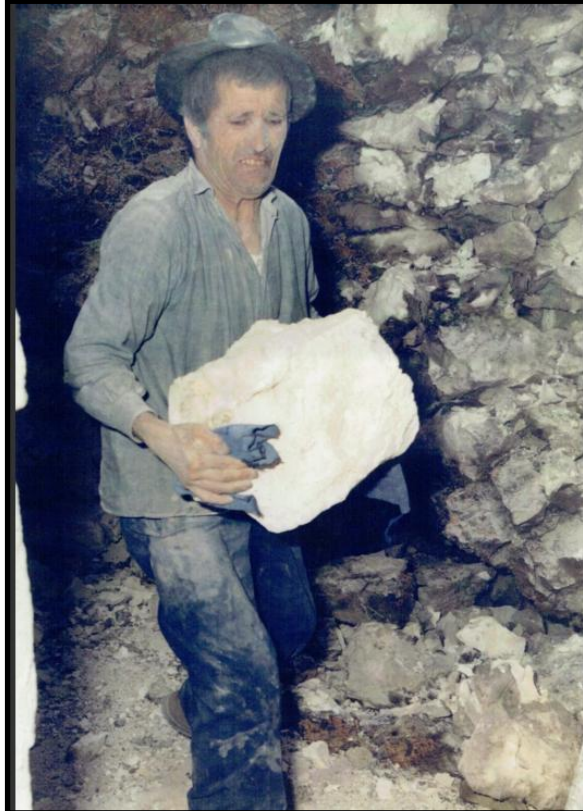
Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Figura 69 – Desenforma de cal



Fonte: Cedida por Antero Coutinho, 1983

Figura 70 – Desenforma de cal



Fonte: Cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Na foto: António Silva, vulgo Marreco

Figura 71 – Depósito de cal de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Fotografia cedida por Joaquim Filipe Ribeiro, 1983

Figura 72 – Casas da balança e balança de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Fotografia do autor, 2018

Figura 73 – Pilão da balança de Joaquim Vaz Pereira



Fonte: Fotografia do autor, 2018

Figura 74 – Vista da pedreira da Mata em 1961



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias, 1961

Figura 75 – Exploração da pedreira dos Olhos de Água pela Cibra



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias, 1964

Figura 76 – Pedreira da Alva em 1983



Fonte: Arquivo UFPM, 1983

Figura 77 – Lixeira na pedreira da Mata / Brejoeira



Fonte: JP (jan. 1996), p.12

Figura 78 – Pedreira da Mata



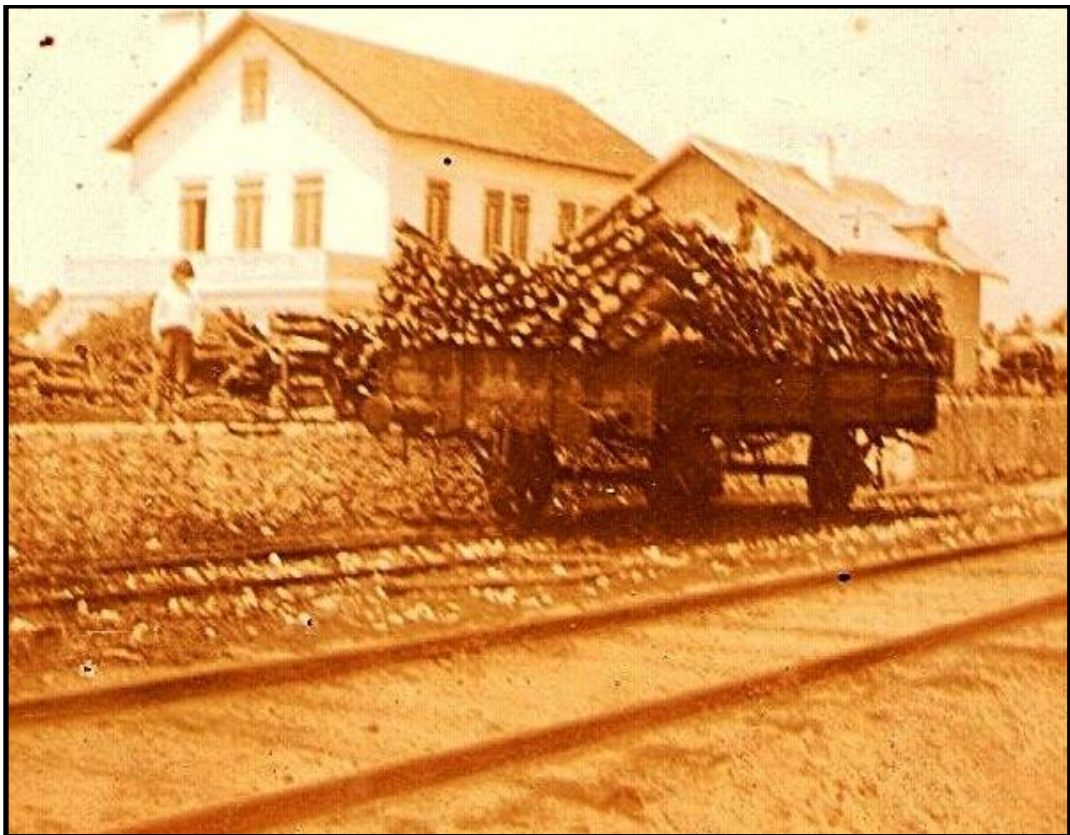
Fonte: Nuno Alves, 2012

Figura 79 – Pedreira dos Olhos de Água



Fonte: Nuno Alves, 2012

Figura 80 – Aspeto do Apeadeiro de Pataias na década de 20



Fonte: Cedida por Pedro Serrano, final da década de 20

Figura 81 – Empresa Vidreira de Pataias onde se observa o ramal da fábrica



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias, final da década de 40

Figura 82 – Ramal Ferroviário da Cibra



Fonte: Arquivo Fotográfico Cibra Pataias, década de 50

Figura 83 – Ruínas do armazém / arrecadação na Pedra do Ouro



Fonte: Nuno Alves, 2012

Figura 84 – Moinho da Pedra do Ouro



Fonte: Nuno Alves, 2012

Figura 85 – Pannel de azulejo alusivo aos fornos de cal



Fonte: Foto do autor, 2019

(Dimensão: 100 cm x 160 cm | Fabrico: Juncal | Localização: Pataias-Gare | Data: Década de 2000)

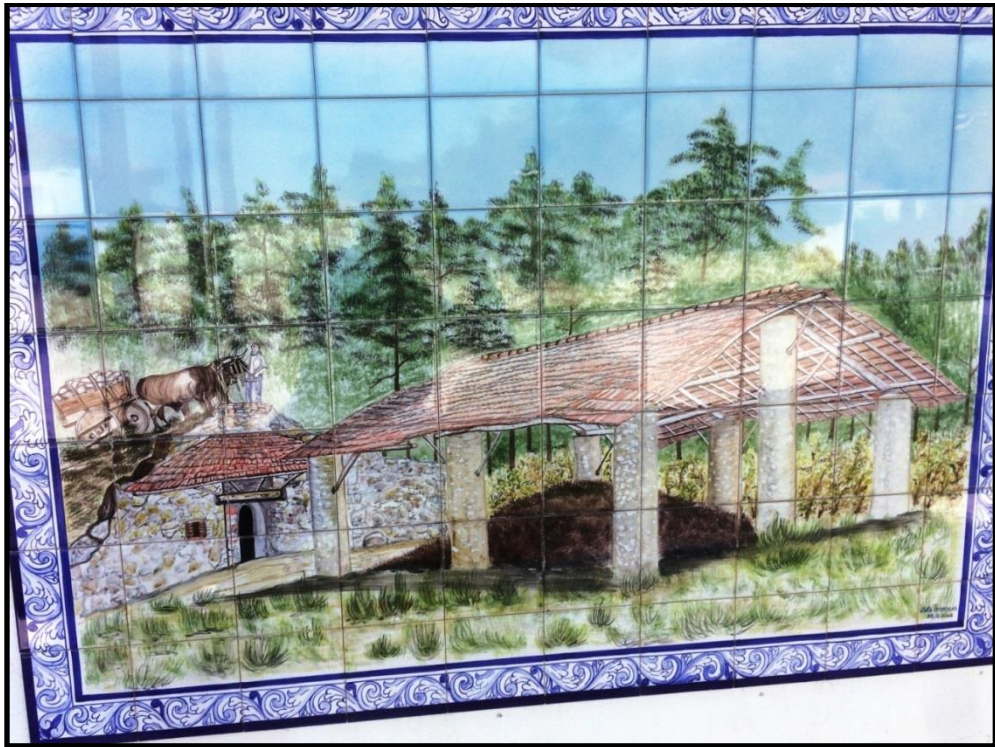
Figura 86 – Pannel de azulejo alusivo aos fornos de cal



Fonte: Foto do autor, 2018

(Dimensão: 75 cm x 105 cm | Fabrico: Azulejos Fonte Pinheiro, Caldas R. | Localização: Pataias | Data: 1997)

Figura 87 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal



Fonte: Foto do autor, 2018

(Dimensão: 105 cm x 150 cm | Fabrico: João Marques, Pataias | Localização: Pataias | Data: 2002)

Figura 88 – Painel de azulejo alusivo aos fornos de cal



Fonte: Foto do autor, 2018

(Dimensão: 210 cm x 435 cm | Fabrico: Juncal | Localização: Pataias | Data: década de 90)

- ANEXO VIII -

GALERIA DOS INDUSTRIAIS DE CAL

Figura 89
Manuel S. de Figueiredo



n. 16.05.1867
f. 2.7.1918

Sociedades de cal: Serrano
& Lameiras (1909)
Alcobaça / Pataias-Gare

Figura 90
Francisco S. de Figueiredo



n. 1874
f. 1963

Sociedades de cal: Serranos
& Pereira (1920); Serranos
(1922)
Caldas da Rainha

Figura 91
Joaquim S. de Figueiredo



n. 4.01.1864
f. 1.12.1931

Sociedades de cal: Serranos
& Pereira, (1920); Serranos,
(1922)
Alcobaça

Figura 92
Luís Serrano de Figueiredo



n. 24.4.1877
f. 11.12.1953

Sociedades de cal: Serranos
& Pereira (1920); Serranos
(1922); Luis Serrano de
Figueiredo & Cia (1944)
Alcobaça / Pataias-Gare

Figura 93
Joaquim Vieira Grilo
(Ronceiro)



n. 26.03.1909
f. 1.07.1993

Pataias

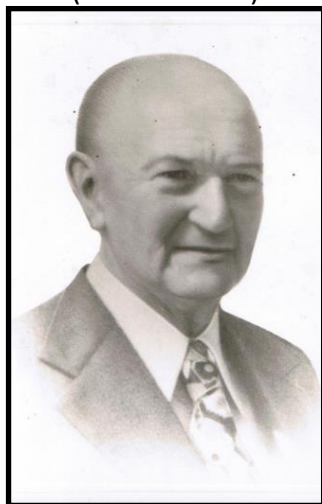
Figura 94
António Rosálio Vieira
(Botas)



n. 29.06.1911
f. 02.06.2003

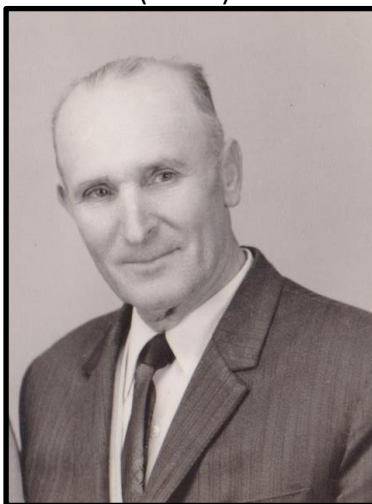
Pataias

Figura 95
Abílio Romão de Figueiredo
(Abílio Tereso)



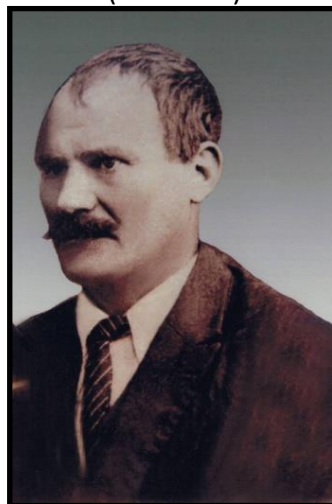
n. 15.02.1910
f. 1.07.1978
Pataias

Figura 96
Silvino Ferreira
(China)



n. 7.10.1907
f. 21.01.1994
Pataias

Figura 97
José Florêncio Ribeiro
(Matreiro)



n. 21.03.1983
f. 1.12.1962
Pataias

Figura 98
José Filipe Ribeiro
(Matreiro)



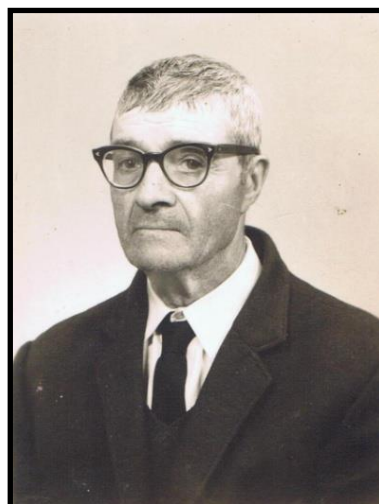
n. 12.07.1921
f. 29.05.1998
Pataias

Figura 99
António Rosálio da Silva
(Migalhica)



n. 6.11.1920
f. 8.7.1974
Pataias

Figura 100
Artur Inácio Castanheiro



n. 24.11.1901
f. 27.03.1976
Pataias

Figura 101
António Veríssimo Mota
(Toino Luz)



n. 21.7.1914
f. 1.1.1997
Pataias

Figura 102
Hermínio da Cruz Mota



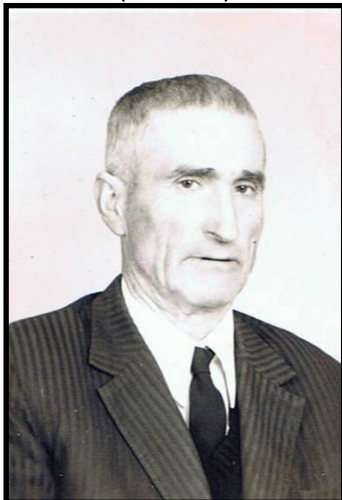
n. 7.02.1917
f. 24.09.1987
Pataias

Figura 103
Joaquim Manuel



n. 19.11.1907
f. 11.2.1992
Pataias

Figura 104
Feliciano Anjos Coutinho
(Pechim)



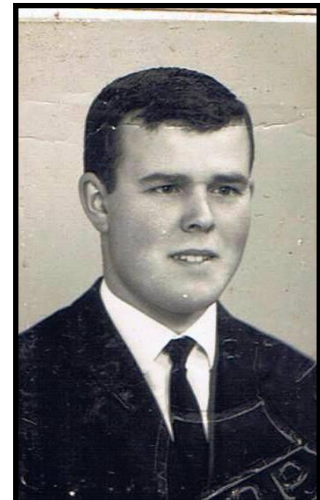
n. 24.05.1914
f. 6.05.1985
Pataias

Figura 105
Joaquim da Encarnação
Henriques



n. 1924
f. 11.12.1974
Pataias

Figura 106
António Vieira Vaz



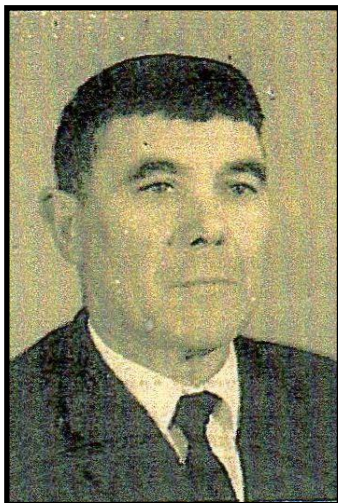
n. 19.4.1946
Pataias

Figura 107
José da Encarnação
Machado (Zé Neto)



n. 24.07.1918
f. 25.08.1978
Pataias

Figura 108
José Rosa Custódio



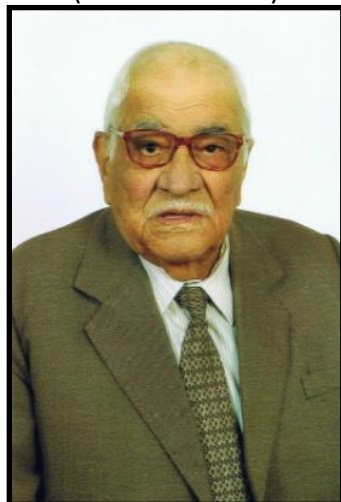
n. 7.11.1913
f. 29.04.1997
Pataias

Figura 109
Silvério Jorge Bagagem



n. 9.03.1917
f. 4.10.2014
Pataias

Figura 110
António de Sousa Marques
(Ferramenteiro)



n. 9.08.1923
f. 4.05.2012
Pataias

Figura 111
António Ribeiro Marques
(Ferramenteiro velho)



n. 9.05.1880
f. 25.10.1952
Pataias

Figura 112
José Maria de Sousa
Coutinho



n. 9.4.1894
f. 6.1.1948
Pataias

Figura 113
Abílio Francisco
(Abílio Pacheca)



n. 14.3.1914
f. 15.1.1962
Pataias

Figura 114
Joaquim Pedro das Neves
Júnior (Joaquimzeiro)



n. 15.1.1918
f. 7.9.1976
Pataias

Figura 115
Joaquim Mota



n. 18.11.1925
f. 15.4.2010
Pataias

Figura 116
Armindo Mota



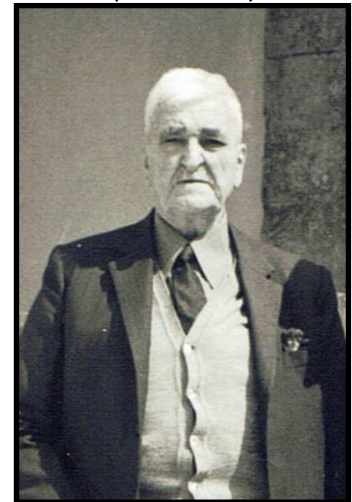
n. 16.3.1939
Pataias

Figura 117
Anselmo Ferreira



n. 24.12.1937
Pataias

Figura 118
António da Silva Santos
(Umbelino)



n. 29.10.1897
f. 25.3.1984
Pataias

Figura 119
António Henriques Vieira
(Bogalho)



n. 15.04.1894
f. 14.01.1980
Pataias

Figura 120
José Ferreira Machado
(Pisco)



n. 23.3.1890
f. 23.3.1972
Pataias

Figura 121
Joaquim Vaz Pereira



n. 28.12.1917
f. 26.07.1993
Pataias-Gare

Figura 122
José Encarnação Neves
(Zé da Marinha)



n. 12.12.1913
f. 28.2.2010
Pataias

Figura 123
Alexandre Ferreira
(Gato)



n. 23.10.1910
f. 27.03.1965
Pataias

Figura 124
José Francisco das
Serradas



n. 24.1.1912
f. 6.12.1969
Pataias
Cozeu em sociedade com o
irmão António Francisco

Figura 125
António de Sousa Coutinho



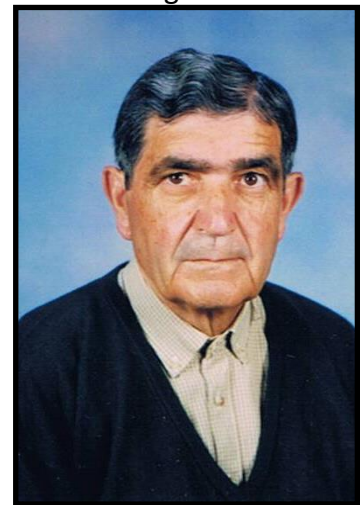
n. 19.11.1930
f. 21.04.1979
Sócio Coutinhos & Salgueiro
(1961-1973);
Em nome individual 1973 a
1979 | Pataias

Figura 126
Joaquim Ribeiro Coutinho



n. 15.3.1930
f. 13.2.2019
Sociedade de cal:
Coutinhos & Salgueiro
(1961-1973)
Pataias

Figura 127
Euclides dos Santos
Salgueiro



n. 10.09.1935
Sociedade de cal:
Coutinhos & Salgueiro
(1961-1973)
Pataias

Figura 128
Maria Gisela Coutinho



n. 17.4.1933
Sociedade de cal: Coutinhos
& Salgueiro (1961-1973)
Pataias

Figura 129
António Sebastião Grilo



n. 6.9.1939
f. 22.10.2021
Pataias

Figura 130
Joaquim Filipe Ribeiro
(Matreiro)



n. 10.7.1931
Pataias

Figura 131
António Mateus
Castanheiro (Anito)



n. 8.6.1894
f. 1.2.1975
Pataias

Figura 132
José Ribeiro Marques
(Zé António)



n. 10.12.1889
f. 31.3.1960
Pataias

Figura 133
Joaquim Rodrigues Romão
(Barrozeira)



n. 15.06.1902
f. 1.11.1958
Pataias

Figura 134
António Ascenso Ribeiro



n. 7.03.1889
f. 2.1.1974
Pataias

Figura 135
José Ascenso Ribeiro



n. 1.06.1898
f. 6.12.1990
Pataias

Figura 136
Florêncio da Cruz Mota



n. 15.3.1889
f. 17.12.1974
Pataias

Figura 137
Joaquim Francisco
Custódio



n. 26.09.1907
f. 18.09.1999
Pataias

Figura 138
Joaquim Ruivo Tomás



n. 7.03.1875
f. 8.07.1947
Pataias

Figura 139
Joaquim Pereira Vaz
Coelho (Governo)



n. 12.9.1910
f. 23.07.1981
Pataias

Figura 140
António Francisco



n. 15.6.1913
f. 3.07.1974
Pataias

Cozeu em sociedade com o
irmão José Serradas

Figura 141
Silvino Xavier de Almeida
(Taranta)



n. 23.4.1931
f. 3.2.2001
Pataias

Figura 142
António Coelho Pereira
Vaz (Leão)



n. 12.3.1912
f. 1979
Pataias

Figura 143
José Rosálio Vieira
(Zé Migalha)



n. 2.4.1904
f. 12.3.1976
Pataias

Figura 144
António Henriques Vieira
Sobrinho (Bogalhico)



n. 16.5.1914
f. 13.9.1986
Pataias

Figura 145
António Feliciano Custódio
(Furão)



n. 18.9.1898
f. 19.6.1977
Pataias

Figura 146
António Coutinho
Henriques Vieira (velho)



n. 2.10.1923
f. 12.12.1989
Pataias

Figura 147
Feliciano Pereira Coelho
(Morangos)



n. 6.9.1907
f. 3.8.1984
Pataias

Figura 148
António da Encarnação
Neves (Tucas)



n. 6.12.1914
f. 28.10.1979
Pataias

Figura 149
José da Encarnação Ascenso



n. 10.3.1916
f. 6.12.1973
Pataias

Nota: Todas as fotografias e informações relativas aos nascimentos e falecimentos foram cedidas pelos familiares ou recolhidas no cemitério de Pataias. A galeria não segue uma ordem específica e apresenta apenas os industriais dos quais foi possível recolher fotografia.

- ANEXO IX -
CRONOLOGIA

Data	Acontecimento
1721	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira referência a um forno de cal em Pataias.
1729	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segunda referência a um forno de cal em Pataias.
1758	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência a fornos nas Paredes da Vitória.
1803	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira referência à toponímia “Brejoeira”.
1807	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência a dois fornos de cal, propriedade de José Joaquim Rato.
1814	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início da atividade de José Ribeiro.
1820	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início da atividade de Joaquim José Sebastião (B1, 2 e 3).
1846	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início da atividade de José Cupertino Ribeiro.
1858	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um forno de cal na Mina do Azeche.
1859-1864	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção da linha de Caminho de Ferro Americano.
Década de 1850	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sete industriais de cal iniciam atividade entre 1850 e 1860.
1861	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção dos fornos na Polvoeira e na Pentilheira (atual Pedra do Ouro). ▪ Em Pataias existem 10 industriais de cal que exploram 16 fornos.
1881	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem 15 industriais de cal. Número de fornos ultrapassava já as duas dezenas.
1888	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inauguração da Linha do Oeste.
1890	<ul style="list-style-type: none"> ▪ António Florêncio Ribeiro herda os fornos do seu pai Florêncio José Ribeiro (RO 10 e 11).
1893	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lúcia da Piedade Ferreira herda os fornos do seu pai António da Silva Ferreira.
1895	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim Florêncio Ribeiro compra dois fornos de cal a António Sebastião Coutinho (RO 3 e 4 desaparecidos).
1899	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legalização de onze fornos de cal (dois de Ventura Ribeiro, quatro de Joaquim Florêncio Ribeiro, um de António Rosálio Vieira, dois de Joaquim Sebastião Calaxa e dois de José Pereira Luz). ▪ Legalização de três fornos de cimento na Pentilheira.
1902	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manuel Serrano e o seu irmão Joaquim constroem fornos na Piedade (Alcobaça). ▪ João da Silva Ferreira doa os fornos da Pentilheira ao seu filho José Ribeiro Coutinho.
1905	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legalização de um forno de Joaquim Monteiro Vaz Pereira, dois fornos de Joaquim da Silva Bagagem e três de António Rosálio Vieira. ▪ Manuel Serrano constrói fornos em Santa Rita (Coz).
1908	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legalização de dois fornos de António Ribeiro Marques e Joaquim Rodrigues Vaz. ▪ Construção da plataforma de Apeadeiro em Pataias.

1909	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manuel Serrano de Figueiredo estabelece-se em Pataias onde constrói um forno duplo de cal e celebra um contrato com a Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses para a construção de um ramal ferroviário paralelo à Linha do Oeste. ▪ Constituição da sociedade “Serrano e Lameiras”.
1910	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legalização de três fornos de Silvério Taibner de Morais Ribeiro.
1911	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim Monteiro Vaz Pereira vende o forno a Joaquim Mateus. José Pereira Luz doa um forno ao seu filho Matias Pereira Luz (B 7) e outro ao seu filho Augusto Pereira Luz (B 10).
1914	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dissolução da sociedade “Serrano e Lameiras”.
1916	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Augusto Pereira Luz e Matias Pereira Luz (B 7 e 10) hipotecam os fornos.
1917	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forno de Augusto Pereira Luz (B 10) é adquirido em hasta pública por Francisco Antunes Penedo. ▪ Vários pedidos à Câmara Municipal de Alcobaça para a construção / legalização de fornos: José Mariano das Neves e Manuel Ramalho para um forno na Mata do Penedo, José Ferreira Mota (Zé Mota) e António da Silva Barreiros para dois fornos na Brejoeira (B 4 e 5) e Feliciano Custódio e António Felicidade.
1918	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falecimento de Manuel Serrano de Figueiredo. ▪ Fundação da sociedade “Joaquim Luís de Sousa & Companhia”.
1919	<ul style="list-style-type: none"> ▪ António Barreiros cancela a hipoteca que tinha sobre a propriedade de Matias Pereira Luz. Zé Mota compra os fornos B 4 e 5. ▪ Francisco Antunes Penedo requer autorização para construir (ou colocar em laboração) um forno (B 16).
1920	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação da sociedade “Serranos & Pereira, Lda”. ▪ Primeira referência à linha decauville dos Serranos.
1921	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedido de construção de um forno de António Feliciano Raimundo (RO 2 – desaparecido). ▪ Fundação da “Empresa Vidreira de Pataias, Lda”.
1922	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedade “Serranos & Pereira, Lda”, passa a denominar-se “Serranos, Lda”, depois da saída de Manuel Pereira.
1923	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da Toponímia Pataias-Gare.
1924	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedido de construção de dois fornos de António Mateus Castanheiro (RO 8 e 9 – desaparecidos).
1926	<ul style="list-style-type: none"> ▪ João Rosa compra um forno a José Maria Pereira Bernardo (RO 13 desaparecido). ▪ Joaquim de Sousa Luz compra um forno a António Ferreira Júnior (B 15).

1927	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Feliciano Pereira Vaz compra o forno a João Rosa (RO 13 desaparecido). ▪ Artur Inácio Castanheiro, em sociedade com José Mota, compra um forno de cal (B 15).
1928	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maria Rosa Rita herda o forno da sua mãe Maria Rita Rosa. Mais tarde Maria Rita vende o forno ao seu primo António Vieira Rosário (B 9).
1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ José Florêncio Ribeiro processa judicialmente Joaquim Mateus Castanheiro. Joaquim vê alguns dos seus bens arrestados, onde se incluía um forno de cal. Forno é adquirido por José Vaz Pereira. ▪ José Florêncio Ribeiro compra um forno a José Mariano das Neves.
1932	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dissolução da sociedade “Serranos, Lda”, depois do falecimento de Joaquim Serrano. Luís Serrano continua o negócio de cal em nome pessoal. ▪ Artur Inácio Castanheiro, em sociedade com António d’ Aquino compra um forno a Zé Mota (B 4). ▪ António Ascenso Ribeiro compra o forno a Matias Pereira Luz (B 7).
1933	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alguns fabricantes de cal pedem ao executivo Municipal de Alcobça que intercedesse junto do Estado para a cal de Pataias ser contemplada nos fornecimentos para as construções do Estado. ▪ Inauguração do edifício do Apeadeiro de Pataias.
1935	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Silvino Feliciano Ferreira compra dois fornos de cal a Francisco Antunes Penedo (B 10 e 16).
1938	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição da sociedade “A Caleira, Lda”.
1939	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Florêncio Mota herda um forno de cal de Maria de Sousa Veríssimo, sua esposa.
Década de 30 e 40	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de seis fornos de cal na propriedade de António Vieira Grilo, pelos seus filhos e genros (RO 3, 4, 6, 7, 8 e 9).
1941	<ul style="list-style-type: none"> ▪ António Mota e Hermínio Mota requerem autorização para a construção de dois fornos de cal (RO 1 – desaparecido e RO 2).
1942	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim Rodrigues Romão compra o forno de Zé Mota (B 5).
1944	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação da CIBRA. ▪ Auge do número de fornos de cal em laboração. Existem quatro dezenas de fornos em laboração. Contabilizando os fornos em ruínas ou sem laboração, o total de fornos atingia os 50. ▪ Constituição da sociedade “Luís Serrano & Companhia”. ▪ Junta de Freguesia de Pataias passa a cobrar pela exploração da pedra da pedreira da Mata.
1945	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CIBRA inicia a aquisição de terrenos para a instalação da fábrica e pedreiras. Nesse ano adquire oito fornos de cal.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serranos vendem todas as propriedades à CIBRA. Fim da Era dos Serranos em Pataias. ▪ Luís Serrano vende a sua quota da sociedade “Luís Serrano & Companhia” à CIBRA.
1946	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divisão de bens de Joaquim Florêncio Ribeiro. Dos quatro fornos existentes na sua propriedade, três são herdados por Joaquina Coutinho, esposa de António Henriques Vieira (RO 10 e 11 RO 4 desaparecido). O outro forno (RO 3 desaparecido) é herdado por Maria da Esperança. ▪ Lançamento da primeira pedra para a construção da fábrica de cimento da CIBRA.
1947	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio no barracão de Abílio Romão de Figueiredo (RO 5). ▪ Incêndio no barracão de Silvino Ferreira (B 10).
1948	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maria Teresa herda um forno do seu pai Joaquim Ruivo Tomás (B 14)
1950	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inauguração da Cibra. ▪ Abílio Francisco compra um forno a Maria Vicência da Encarnação, viúva de Joaquim Vieira Rosálio (B 12).
1953	<ul style="list-style-type: none"> ▪ António Rosálio da Silva compra um forno a Abílio Francisco (B 12).
1954	<ul style="list-style-type: none"> ▪ José Rosálio Vieira compra um forno a Maria Teresa (B 14).
1958	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem 38 fornos em laboração.
1959	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim Vieira Grilo compra um forno de cal a António Coelho Pereira Vaz (RO 7).
Década de 1950	<ul style="list-style-type: none"> ▪ António Coutinho Henriques Vieira constrói um forno de cal (RO 12).
1960	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Joaquim da Encarnação Henriques compra um forno a José Rosálio Vieira (B 14). Joaquim Vaz Pereira pede autorização à Câmara Municipal para construir dois fornos de cal, sendo os últimos fornos construídos em Pataias. ▪ Incêndio no barracão de Joaquim Mota.
1961	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação da sociedade “Coutinhos & Salgueiro, Lda”. ▪ Silvino Xavier de Almeida compra um forno a Maria da Esperança (RO 3 – desaparecido). ▪ CIBRA compra parte da Alva de Pataias.
1964	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio no barracão de António de Sousa Marques. ▪ Aumento da taxa de exploração da pedreira da Mata.
1965	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem 31 fornos em laboração. ▪ Entrada da CIBRA na pedreira da Mata.
1969	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio no barracão de António Rosálio Vieira.
Déc. 1960	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auge da produção de cal.

1972	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem 19 fornos em laboração. ▪ Junta de Freguesia procede à cubicagem dos fornos de cal para efeitos de cobrança da pedra extraída da pedreira da Mata.
1973	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os sócios da firma “Coutinhos & Salgueiro” cedem as suas quotas a Vítor Manuel Vieira Matias e a Odete Matias. António de Sousa Coutinho, antigo associado, continua a exercer a atividade de industrial de cal em nome pessoal.
1976	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio no barracão de Joaquim Filipe Ribeiro.
1978	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Industriais de cal passam a pagar, por fornada, 650 escudos pela pedra extraída da Mata.
1981	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem cinco industriais que exploram oito fornos de cal.
1983	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Industriais de cal passam a pagar, por fornada, 1500\$00 e a Cibra 28\$00 por tonelada pela pedra extraída da Mata.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encerramento do serviço de mercadorias no Apeadeiro de Pataias.
Déc. 1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Brejoeira e pedreira da Mata tornam-se zonas de aterro de resíduos.
1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem dois industriais que exploram três fornos de cal.
1992	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio no barracão de Joaquim Vieira Grilo (RO 7).
1995	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encerramento do último forno de cal. ▪ CIBRA abandona a pedreira da Mata.
2005	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Venda da pedreira da Mata à Secil.